

Dione da Rocha Bandeira  
Fernanda Mara Borba  
Maria Cristina Alves  
(Organizadoras)



**Patrimônio Cultural**  
de São Francisco do Sul  
com base na pesquisa em  
**Arqueologia**  
**Histórica**

Dione da Rocha Bandeira  
Fernanda Mara Borba  
Maria Cristina Alves  
(Organizadoras)

**Patrimônio Cultural**  
de São Francisco do Sul  
com base na pesquisa em  
**Arqueologia**  
**Histórica**

Joinville, 2017





## Fundação Educacional da Região de Joinville – Furj – Mantenedora

### *Presidente*

Sandra Aparecida Furlan

### *Vice-presidente*

Alexandre Cidral

### *Diretor Administrativo*

José Kempner

## Universidade da Região de Joinville – Univille – Mantida

### *Reitora*

Sandra Aparecida Furlan

### *Vice-Reitor*

Alexandre Cidral

### *Pró-Reitora de Ensino*

Sirlei de Souza

### *Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação*

Therezinha Maria Novais de Oliveira

### *Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários*

Yoná da Silva Dalonso

### *Pró-Reitor de Infraestrutura*

Claiton Emilio do Amaral

### *Diretor do Campus São Bento do Sul*

Gean Cardoso de Medeiros

## Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região – Inovaparq – Mantida

### *Diretor Executivo*

Victor Rafael Laurenciano Aguiar

### **Campus Joinville**

Rua Paulo Malschitzki, 10

Campus Universitário

Zona Industrial

CEP 89219-710 – Joinville/SC

Tel.: (47) 3461-9000

Fax: (47) 3473-0131

*e-mail:* univille@univille.br

### **Unidade Centro – Joinville**

Rua Ministro Calógeras, 439 – Centro

CEP 89202-207 – Joinville/SC

Tel.: (47) 3422-3021

### **Campus São Bento do Sul**

Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230

Bairro Colonial – Cx. Postal 41

CEP 89288-385 – São Bento do Sul/SC

Tel./Fax: (47) 3631-9100

*e-mail:* secscbs@univille.br

### **Unidade São Francisco do Sul**

Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8

Bairro Iperoba – CEP 89240-000

São Francisco do Sul/SC

Tel.: (47) 3471-3800

*e-mail:* univille.sfs@univille.br

Dione da Rocha Bandeira  
Fernanda Mara Borba  
Maria Cristina Alves  
(Organizadoras)



**Patrimônio Cultural**  
de São Francisco do Sul  
com base na pesquisa em  
**Arqueologia**  
**Histórica**

  
EDITORA  
univille

**Produção editorial**

Editora Univille

**Coordenação geral**

Andrea Lima dos Santos Schneider

**Secretaria**

Adriane Cristiana Kasprovicz

**Revisão**

Viviane Rodrigues

Cristina de Alcântara

**Produção gráfica / diagramação**

Marisa Kanzler Aguayo

**Imagem da capa**

Ruínas da Capela de São José –

Acervo do Museu Histórico de São

Francisco do Sul

**Conselho Editorial**

Profa. Dra. Therezinha Maria Novais de Oliveira – Univille

Profa. Dra. Adair de Aguiar Neitzel – Univali

Profa. Ma. Ágada Hilda Steffen – Univille

Prof. Dr. Alexandre Cidral – Univille

Profa. Dra. Andrea Lima dos Santos Schneider – Univille

Profa. Dra. Berenice Rocha Zabbot Garcia – Univille

Profa. Ma. Dayane Clock – UFSC

Profa. Dra. Denise Monique D. S. Mougá – Univille

Prof. Me. Fabricio Scaini – Univille

Profa. Dra. Liandra Pereira – Univille

Profa. Ma. Marlene Feuser Westrupp – Univille

Prof. Dr. Pedro Albeirice – UFSC

Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes – Univille

Editora Associada



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

ISBN 978-85-8209-063-3

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

P314

Patrimônio cultural de São Francisco do Sul com base na pesquisa em arqueologia histórica / organizadoras Dione da Rocha Bandeira, Fernanda Mara Borba, Maria Cristina Alves - Joinville, SC: Editora Univille 2017.

239 p.; il. color.

1. Patrimônio cultural. 2. Arqueologia e história – São Francisco do Sul. I. Bandeira, Dione da Rocha (org.). II. Borba, Fernanda Mara (org.). III. Alves, Maria Cristina (org.).

CDD 363.69098164

# SUMÁRIO

7

## **PREFÁCIO**

*Aldair Nascimento Carvalho*

9

## **INTRODUÇÃO**

### **ARQUEOLOGIA HISTÓRICA — ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

*Pedro Paulo Abreu Funari*

25

## **CAPÍTULO 1**

### **O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL: CONTRIBUIÇÃO À MEMÓRIA COM BASE NA CULTURA MATERIAL**

*Dione da Rocha Bandeira / Maria Cristina Alves*

52

## **CAPÍTULO 2**

### **A HISTÓRIA DO MORRO DO HOSPÍCIO (SÃO FRANCISCO DO SUL): PRIMEIROS PASSOS DO ESTUDO NA PERSPECTIVA DA CULTURA MATERIAL**

*Dione da Rocha Bandeira / Maria Cristina Alves / Fernanda Mara Borba / Graciele Tules de Almeida*

72

## **CAPÍTULO 3**

### **VESTÍGIOS MATERIAIS DA PRESENÇA AFRICANA E AFRODESCENDENTE EM SÃO FRANCISCO DO SUL**

*Fernanda Mara Borba*

103

## **CAPÍTULO 4**

### **FARINHEIROS E PESCADORES DO INTERIOR DA ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL (SC)**

*Maria Cristina Alves*

124

**CAPÍTULO 5**

**ARQUEOLOGIA DE UMA LIXEIRA:  
O SÍTIO ARQUEOLÓGICO ROCIO GRANDE II**

*Ana Lucia Herberts / Rodrigo Lavina*

147

**CAPÍTULO 6**

**ONDE JAZEM NOSSOS MORTOS – CEMITÉRIOS DE SÃO  
FRANCISCO DO SUL**

*Maria Cristina Alves*

173

**CAPÍTULO 7**

**CAIEIRAS DE ARAQUARI, SÃO FRANCISCO DO SUL E  
ENTORNO: INQUIETAÇÕES DE UM PATRIMÔNIO**

*Giomar Felipe Zerger / Dione da Rocha Bandeira / Liliane Jacinto Zerger*

194

**CAPÍTULO 8**

**MORRO DO HOSPÍCIO: UMA QUESTÃO DE ARQUEOLOGIA  
PÚBLICA EM SÃO FRANCISCO DO SUL (SANTA CATARINA)**

*Vanessa Aparecida de Meira*

218

**CAPÍTULO 9**

**DA FLORESTA AO MAR: O USO DE MADEIRAS NA CONSTRUÇÃO  
DE CANOAS NA ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

*João Carlos Ferreira de Melo Júnior / Claudia Franca Barros*

## PREFÁCIO

Ao ser convidado para prefaciá-lo um livro que tem como finalidade discutir o patrimônio cultural por meio da arqueologia histórica, fiquei extremamente feliz, como gestor cultural e sobretudo como pesquisador de temáticas ligadas ao patrimônio cultural, especialmente na região da Baía da Babitonga, onde São Francisco do Sul é referência cultural, reconhecido desde o fim dos anos 1980, quando houve o tombamento de parte importante do Centro Histórico da cidade.

Além das relações diretas com o patrimônio arqueológico, este trabalho abre as portas de maneira significativa para uma abordagem que possibilita o conhecimento por intermédio da pesquisa e também propõe ações de sensibilização, por meio da educação patrimonial. O *link* entre a pesquisa acadêmica e a extensão social da pesquisa tem se tornado um importante mecanismo de salvaguarda dos bens culturais e de preservação das memórias, sejam elas tangíveis ou intangíveis.

Está cada vez mais latente a necessidade de inter-relação entre o objeto pesquisado e o olhar da população perante esse mesmo objeto. Assim, quando tratamos de desvendar significados, tanto para a academia como para a população, nos aproximamos de forma mais eficiente da preservação.

A produção intelectual que está abrigada nesta coletânea de estudos oferece aos leitores uma discussão comparativa de cenários que vão desde um lugar como um engenho de farinha, uma espécie de “indústria primitiva”, até um outro lugar que aparentemente é apenas paisagístico. O diálogo de apropriação dessas duas referências culturais alinhadas com as metodologias de pesquisa e patrimonialização dos acervos arqueológicos, a primeiro plano “escondidos”, levanta outro diálogo. De fato, o que não vemos é patrimônio?

O exercício de rememorar nossas relações culturais ou mesmo de interpretar relações que não foram as nossas, numa tentativa de não apenas criar elementos sem significados, mas sobretudo de dar significados, coloca-nos numa dúvida sobre nossas referências culturais. Portanto, é impossível lidar com o patrimônio arqueológico sem que tenhamos a compreensão de suas dinâmicas e sobretudo de metodologias capazes dessas leituras.

Aqui está uma série de leituras e escritas sobre o que denominamos de patrimônio arqueológico. Mas o que realmente chama a atenção é a metodologia que os pesquisadores utilizaram para as suas conclusões; são caminhos diferentes que nos apresentam um resultado que possibilita outros desdobramentos tanto de ações práticas com a sociedade afetada pelo objeto pesquisado quanto pelas novas perspectivas de pesquisas científicas.

Parabenizo os pesquisadores e convido os leitores a se deixarem afetar pelas memórias registradas neste documento.

*Prof. Me. Aldair Nascimento Carvalho*  
Presidente da Fundação Cultural  
Ilha de São Francisco do Sul

# INTRODUÇÃO

## ARQUEOLOGIA HISTÓRICA — ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*Pedro Paulo Abreu Funari<sup>1</sup>*

### ■ Linhas de pesquisa em Arqueologia Histórica

A Arqueologia Histórica possui muitas linhas de pesquisa ou campos de estudo. Todo o movimento da ciência, desde o fim do século XVIII, tem consistido na crescente especialização e, por isso, é natural que convenha apresentar os principais ramos, para que o leitor tenha um quadro geral das vertentes mais importantes. Apresentaremos as grandes áreas por ordem cronológica, tanto do objeto de estudo como do surgimento de cada uma delas, começando pela Arqueologia Clássica e passando pela Arqueologia Medieval e Arqueologia do Mundo Moderno. Nesta última, trataremos de diversos aspectos, com destaque para aqueles que mais se têm revelado inovadores e socialmente relevantes, como é o caso do estudo dos grupos subalternos, das identidades e da repressão e resistência. Não deixaremos de abordar, sempre que possível, a produção brasileira em cada uma das áreas.

### Arqueologia Clássica, a primeira Arqueologia Histórica

A Arqueologia Histórica, com esse nome, só surgiu no século XX, e, voltada para o estudo da modernidade, a partir do século XV. No entanto o estudo da cultura material de civilizações com escrita surgiu muito antes, com a Arqueologia Clássica, a primeira a usar esse nome – Arqueologia – para designar o estudo das coisas antigas. Antigo, nesse caso, refere-se àquele período da História conhecido como Antiguidade, mais especificamente às civilizações grega e romana anteriores ou fora do âmbito do cristianismo.

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). *E-mail*: ppfunari@uol.com.br.

A palavra “clássico” merece uma explicação à parte, pois ela não é óbvia: o que significa clássico, afinal? Na origem, deriva da palavra latina *classis*, que remete a “classe”, um grupo de pessoas, e *classicus* (clássico) passou a referir-se àquilo que é da classe superior. Como disse o autor Aulo Gélio (125-180 d.C.) (livro 19, versículo 815): “*Classicus adsiduusque aliquis scriptor, non proletarius*”<sup>2</sup>. Clássico representava, já entre os antigos, aquilo que se referia à classe superior, geralmente, e aos escritores considerados melhores, os clássicos. Foi esse o sentido retomado, no período moderno, quando o termo clássico voltou ao uso, agora nos idiomas vernáculos, como o francês e o inglês, com o sentido de “referente aos autores gregos e latinos”, desde o início do século XVII. Isso quer dizer que o período cronológico abrangido ia de Homero (século IX a.C.) a Amiano Marcelino (325-391 d.C.), deixando de lado os autores latinos e gregos cristãos. Foi este o sentido que se consolidou: clássico é tudo que diz respeito ao mundo grego e latino não cristão.

A ciência moderna estruturou-se a partir do século XVIII, com o surgimento da moderna universidade com especializações. Até aí, a universidade era uma instituição de estudo de tudo (daí o nome “universidade”), com forte presença da teologia. Com o Iluminismo e a busca das explicações racionais do mundo e das relações humanas, e também com as experiências empíricas, surgiu uma nova universidade, baseada em disciplinas especializadas e que não dependiam mais da crença religiosa e da intervenção divina.

O estudo da gramática latina, um dos fundamentos da antiga universidade, foi substituído por uma nova disciplina, a Filologia, que buscava conhecer, de forma científica e não religiosa, a relação entre as línguas. Com isso, latim e grego foram considerados idiomas com origens comuns, assim como o hebraico e o árabe tinham outra proveniência, formando-se, desse modo, os conceitos que estão conosco até hoje de línguas indo-europeias (em que estão grego, latim, inglês e português) e semíticas (em que estão hebraico e árabe). A Filologia permitiu que se conhecessem as línguas de maneira científica, sem a intervenção dos preceitos religiosos, o que foi muito importante, de forma paradoxal, para o estudo dos idiomas grego e latino, libertos da prisão bíblica e religiosa a que estavam submetidos: nascia a Filologia Clássica e, daí, surgiram os Estudos Clássicos, entendidos como o estudo dessas línguas, suas literaturas e tudo o que dissesse respeito às civilizações grega e romana. Assim tinha início, também, a Arqueologia Clássica.

---

<sup>2</sup> “Um escritor ocupado e clássico, não um proletário”.

Mas, antes disso, existiram predecessores, a começar pelos antiquários, desde o Renascimento, no século XV, quando a descoberta de estátuas antigas e a moda da inspiração nos antigos levaram à arte renascentista: *Dicebat Bernardus Carnotensis nos esse quasi nanos, gigantium humeris insidentes*<sup>3</sup>. A citação original, embora se referisse aos autores latinos medievais que se baseavam em antigos muito superiores, foi tomada também pelos artistas renascentistas. Constituíram-se coleções de estátuas e outros objetos artísticos antigos, como a coleção do Papa Júlio II (1503-1513), que dariam origem aos Museus do Vaticano. A própria Basílica de São Pedro, também datada do século XVI, atesta a influência da arquitetura antiga.

Nos séculos seguintes, o amor pelas ruínas não diminuiria com as viagens do chamado *Grand Tour*, a partir de meados do século XVII. A descoberta fortuita de Pompeia, a cidade soterrada pela erupção do vulcão Vesúvio em 79 d.C., permitiu que, a partir de meados do século XVIII, surgissem não só estatuária, como pela primeira vez a pintura parietal antiga se tornasse conhecida, além de uma multidão de objetos de uso cotidiano, de ânforas ao mobiliário de aparato, usado nos banquetes. O interesse era, ainda, colecionar objetos para inspirar-se no passado, mais do que para estudá-los de maneira sistemática e científica e, por isso, só mesmo com a moderna universidade se pode falar em Arqueologia Clássica. Na transição entre esse mundo de antiquários e a moderna pesquisa está a obra *História da Arte Antiga*, de Johann Joachim Winkelmann, lançada em 1764, às vezes considerado fundador da Arqueologia Clássica como História da Arte, particularmente por ter desenvolvido uma cronologia sistemática dos objetos artísticos antigos. Mais recentemente, tal gênese tem sido questionada, pelo fato de sua obra ser antes de caráter literário e cultural do que científico e descritivo, como viria a ser toda a ciência iluminista e positivista nascente.

As grandes conquistas imperialistas do século XIX foram de fundamental importância para a constituição da disciplina, pois permitiram que as potências criassem Escolas de Arqueologia. A mais célebre e importante foi o Instituto de Correspondência Arqueológica, fundado em 1829 na cidade de Roma. Na realização de sua primeira sessão, no dia do aniversário de 2.582 anos da fundação de Roma (21 de abril de 1829), o instituto aprovou seu manifesto de associação, no qual se entendia como uma instituição internacional para criar ferramentas

---

<sup>3</sup> “Bernardo de Chartes dizia que éramos como anões sobre os ombros de gigantes” – século XII.

de investigação arqueológica e dar conta delas. Nessa direção o instituto se encarregaria da tarefa de recompilar e difundir por meio de seus correspondentes os descobrimentos arqueológicos da Antiguidade Clássica, bem como estreitar os laços entre os estudiosos, gerando uma cooperação internacional por meio da criação de uma associação e da publicação de dois periódicos, o Boletim e os Anais do Instituto de Correspondência Arqueológica. Num certo sentido, pode dizer-se que assim surgia a mais antiga Arqueologia Histórica, voltada ao estudo de objetos, mas com as informações escritas também disponíveis e importantes.

Outras iniciativas se seguiram. A recém-independente Grécia (1830) criou seu Departamento de Arqueologia em 1834, e a Sociedade Arqueológica de Atenas, em 1837. A França também criou sua Sociedade de Arqueologia Grega em 1837 e, logo depois, a primeira instituição estrangeira na Grécia, a Escola Francesa de Atenas em 1846, sendo seguida por outras de várias nações, como o Instituto Alemão de Arqueologia em 1875, a Escola Americana de Estudos Clássicos em Atenas em 1882, a Escola Britânica em Atenas em 1885. O mesmo se deu na Itália com a fundação da Escola Francesa de Roma em 1873, da Escola Italiana de Arqueologia em 1875 e do Instituto Alemão de Arqueologia em 1929.

Em termos epistemológicos, das condições de conhecimento, a Arqueologia Clássica surgiu e se manteve fiel, por dezenas de décadas, ao princípio da primazia da literatura clássica e, secundariamente, das fontes materiais epigráficas. Isso significou não apenas que os arqueólogos clássicos deviam ser, antes e acima de tudo, filólogos – ou seja, dominar muito bem o grego e o latim – como estudiosos da literatura, que fornecia os quadros para a interpretação da cultura material. Assim, Schliemann (1822-1890) e a busca da cidade de Troia são um caso evidente de como a poesia de Homero direcionava a busca arqueológica, tendo encontrado a cidade em 1871. Toda a terminologia dos objetos antigos procurava seguir a encontrada nos textos clássicos, ainda que nem sempre fosse fácil associar um objeto concreto a um nome antigo. Ânforas eram os vasos com duas alças para transportar vinho, isso estava claro, mas o que seria o *kados*? Mais do que isso, a interpretação de tudo que se encontrava devia derivar da literatura, mas isso esbarra em diversas limitações. Os autores antigos falam muito de certos temas (como o amor, a guerra ou os deuses), mas muito pouco de outros (como banheiros, batentes de portas ou parafusos e pregos, ao menos não em seus detalhes formais). Além disso, os autores antigos eram quase todos do sexo masculino e,

em sua maioria, da elite intelectual e econômica e não descreviam a vida cotidiana das pessoas comuns, ou o faziam sob seu prisma e com suas distorções. Para interpretar uma casa rural ou os aposentos dos escravos, essas obras são deficitárias, como seria hoje a descrição de uma favela por parte de um membro da família real: muitas vezes as informações da literatura são mais importantes para entender o imaginário das elites do que outra coisa.

Em seguida, a Arqueologia Clássica esteve, desde o início, preocupada com o estudo das inscrições, na medida em que a primazia da escrita ditava os rumos da disciplina. Assim, surgiram coleções de inscrições gregas (1825) e latinas (1847). Por tudo isso, o arqueólogo norte-americano Stephen Dyson afirmou que a Arqueologia Clássica, até a década de 1960, esteve demasiado a reboque do estudo da literatura clássica, algo que diminuiu muito, mas ainda persiste em diversos aspectos. A disciplina passou por grandes modificações, advindas das mudanças do mundo contemporâneo. Os movimentos sociais questionaram noções caras aos Estudos Clássicos e à Arqueologia Clássica, como a estabilidade social, a primazia masculina e de elite, o culto à guerra e às conquistas, e também minaram a educação clássica elitista que estava no fundamento dessas disciplinas. Os arqueólogos eram militares, cultores do latim e do grego. Esse mundo entrou em declínio com a democratização das sociedades ocidentais, com a libertação social das mulheres e com a massificação da universidade e da carreira arqueológica. Em países como a Inglaterra, a Arqueologia Clássica aproximou-se da Antropologia, e nem todos passaram a ser antes filólogos e depois arqueólogos, como era outrora. A teoria social passou a frequentar, cada vez de forma mais intensa, os estudos de Arqueologia Clássica, como na obra pioneira de René Ginouvès (1926-1994) sobre os banhos (*Balaneutiké*, de 1962), assim como reflexões sobre as identidades no mundo antigo (Sian Jones, Greg Woolf) ou sobre os modos de viver dos subalternos, em suas cabanas e aldeias (Richard Hingley), nos últimos anos. A Arqueologia Clássica hoje dialoga de forma mais intensa e frequente com os outros ramos da Arqueologia Histórica, entendida como o estudo da cultura material das sociedades com escrita. Não é mais incomum que se faça uso de comparações com situações encontradas em outros períodos históricos, como no caso do contato cultural, da miscigenação e da mescla de características. Temas como a mestiçagem, surgidos para tratar do contexto da época moderna (séculos XVI-XVIII), passaram a ser relevantes para compreender realidades antigas também. A disciplina, mais do que nunca, está no centro da Arqueologia Histórica.

## A Arqueologia Medieval

O estudo da Idade Média tardou, em relação à Antiguidade. Isso foi o resultado de diversos fatores, a começar pela própria desvalorização do período da História entre as glórias da Antiguidade e do Renascimento. O próprio nome “medieval” indica essa posição subalterna, nome meio entre isso e aquilo. Além do mais, desde o Iluminismo, no século XVIII, tudo que cheirasse a cristianismo era malvisto, pelo peso de repressão e domínio das igrejas cristãs. Portanto, seria apenas com o nacionalismo do século XIX que a Idade Média retornaria com força, como fonte de inspiração romântica para a formação de estados nacionais como a Alemanha (1870). Mas foi também usada tanto em estados consolidados, como a França (os merovíngios), quanto em frustrados (como os catalães, os croatas, os sérvios, entre muitos outros). Assim, como ressaltou o arqueólogo medievalista André (1998, p. 26): *“the direct origin of medieval archaeology, however, must be sought in the romantic period of the early 19<sup>th</sup> c.”*<sup>4</sup>.

Era uma reação esperada ao domínio das igrejas, que havia durado longos séculos (313-1789) e que tinha levado a guerras religiosas, à Inquisição e a tantas perseguições católicas e protestantes. O Cristianismo tornou-se malvisto, e a Idade Média só se transformou numa moda pela necessidade dos estados nacionais modernos de apresentar origens medievais. Foi aí que a Arqueologia Medieval pôde desenvolver-se como o estudo do que veio após a Antiguidade Clássica. Um desafio primeiro consistiu em que grande parte dos edifícios medievais continuou em uso e nunca o deixou de ser. A ênfase na Antiguidade Clássica significou, muitas vezes, a destruição dos níveis superiores e mais recentes, pois os sedimentos não se restringem às especializações, como lembra Cunliffe (2008, p. 315):

*Archaeologists brought up in this tradition naturally find being compartmentalized into “prehistoric”, “Roman”, “medieval”, or “historical” archaeologists arbitrary and alien to the reality of their work. European urban archaeology has, then, been a forcing ground for the holistic approach which gives it a particular strength*<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> “A origem imediata da Arqueologia Medieval deve ser buscada no período romano do início do século XIX”.

<sup>5</sup> “Arqueólogos formados nesta tradição [da Arqueologia Urbana] naturalmente consideram ser colocados em compartimentos ‘pré-histórico’, ‘romano’, ‘medieval’, ou ‘histórico’ como algo arbitrário e estranho à realidade do seu trabalho. A Arqueologia Urbana europeia, portanto, tem sido uma força por uma abordagem holística que lhe dá uma relevância particular”.

Essa abordagem holística tardaria a prevalecer, mas a Arqueologia Medieval contribuiu, de forma significativa, para a emergência do interesse pela cultura material de um período histórico nem sempre valorizado. Além disso, ficou mais clara do que na tradição da Arqueologia Clássica a necessidade de compreender, em termos epistemológicos, a relação entre cultura material e informação textual. O arqueólogo medievalista inglês David Austin (s.d., p. 11) chamou atenção para esse aspecto metodológico: “*For the historic archaeologist – including the medieval and classical archaeologist, as well as the Egyptologist, Assyriologist and others – the documents, bits of inscribed language, are a continuous stream of the past’s self-knowledge*”<sup>6</sup>.

O período medieval apresenta uma documentação escrita muito maior do que a referente à Antiguidade. Os documentos de arquivo também são numerosos, e tudo isso contribui para uma relevância e urgência particulares. Esse foi um dos fatores que acabaram por tardar o florescimento da Arqueologia Medieval e a discussão de certos aspectos da cultura material, como lembra Andrén (1998, p. 30-31):

*Although medieval archaeology existed as a practical activity in the 1920s and 1930s, it was not until after the IIWW that the subject was professionalized and became an academic discipline...Medieval archaeology studies a much more limited part of material culture than does, say, classical archaeology*<sup>7</sup>.

Essa profissionalização tardia, em relação à pioneira Arqueologia Clássica, colocou-a numa situação bem diversa, não tanto como “serva da História” ou “disciplina auxiliar da História”, como foi definida por sua especialização em certos aspectos da cultura material medieval.

---

<sup>6</sup> “Para o arqueólogo histórico – incluindo o medieval e clássico, além de egiptólogos, assiriólogos e outros –, os documentos, fragmentos de linguagem inscrita, são uma corrente contínua do autoconhecimento do passado”.

<sup>7</sup> “Embora a Arqueologia Medieval exista como uma atividade prática nas décadas de 1920 e 1930, não foi senão após a Segunda Guerra Mundial que o tema foi profissionalizado e se tornou uma disciplina acadêmica... A Arqueologia Medieval estuda uma parte muito mais limitada da cultura material do que, digamos, a Arqueologia Clássica”.

## ■ Arqueologia Histórica, uma disciplina americana

Podemos dizer que a falta de comunicação entre as duas principais tradições arqueológicas é algo de longa data. A Arqueologia europeia está ligada à Filosofia e à História, e a Arqueologia americana representa um ramo da Antropologia. Desde 1989, Bruce G. Trigger enfatizava que os arqueólogos europeus e dos Estados Unidos viviam em contextos acadêmicos muito diferentes:

Extraordinariamente, como pode ser visto por aqueles que foram treinados na Europa Ocidental e na tradição soviética de pesquisa arqueológica, a história, tanto como disciplina e como metodologia, tem sempre sido vista como amplamente irrelevante para a arqueologia pré-histórica nos Estados Unidos (TRIGGER, 1989, p. 19).

Antes disso, quando a Arqueologia dos sítios históricos estava começando – a recém-criada disciplina de “Arqueologia Histórica” –, Iain C. Walker, formado na Grã-Bretanha como arqueólogo europeu pré-histórico, publicou no primeiro número da *Historical Archaeology* um trabalho sobre os métodos e princípios na Arqueologia Histórica e novamente optou por destacar a divisão entre as duas Arqueologias:

A principal diferença, entre as abordagens do antigo e do novo mundo sobre a arqueologia, parece ser, segundo o autor, que a última está mais preocupada com a classificação e conceitos abstratos e a primeira com a interpretação “histórica” do material “pré-histórico”. Talvez seja parcialmente por este motivo que os padrões “históricos” na pré-história não parecem ser tão desenvolvidos aqui do que na Europa, e porque no Oriente Próximo e no Oriente Médio as escavações arqueológicas tornaram-se muito mais do que meramente escavação (WALKER, 1967, p. 25).

Ao ler tal comentário é inevitável lembrar o senso de humor britânico de Evelyn Waugh, quando diz que “todos nós somos americanos na puberdade; mas morremos franceses”. Entretanto não foi por acaso que a Arqueologia Histórica começou nos Estados Unidos, e o uso do termo é ainda muito mais americano do que inglês; estes últimos preferem

utilizar termos diferentes e mais específicos, como medieval, pós-medieval etc. (veja o uso do termo histórico por Walker no título de seu trabalho; cf. Austin, n.d., p. 3). Nos Estados Unidos sítios pré-históricos foram facilmente distinguidos dos sítios históricos (euro-americanos, coloniais e pós-coloniais), do mesmo modo que os assentamentos nativos e os americanos, as sociedades iletradas e as letradas, as economias pré-capitalistas e as capitalistas. Essas oposições binárias, bastante marcadas, devem estar relacionadas à percepção dos americanos de que, assim como existia o estudo da cultura material dos índios, feito pelos pré-historiadores, que buscavam o modo de vida deles, deveria haver uma preservação de nossa (i.e. euro-americana) própria herança (ORSER; FAGAN, 1995, p. 6). As aldeias americanas nativas eram vistas como entidades separadas e distintas dos assentamentos europeus e europeus americanos, demandando diferentes grupos de pesquisadores especializados (LIGHTFOOT, 1995, p. 202). Desde seu surgimento, a Arqueologia Histórica não se encaixaria no esquema antropológico tradicional da Arqueologia americana, mas, ao contrário, estabelecia ligações inevitáveis com a História e outras disciplinas relacionadas. Ivor Noël Hume (1962, p. 9 e 13), em seu livro pioneiro sobre o tema, foi mais longe, relacionando diretamente os estudos clássicos e a História à nova disciplina, como fez quase simultaneamente Robert Schuyler (1970, p. 84), quando justificou sua existência:

O passado é passível de estudo tão logo se torna prestes a ser perdido; segundo, o passado da Bretanha Romana e da América Colonial está sendo destruído na mesma escala; terceiro, as relíquias da América Colonial são para os Estados Unidos o que os vestígios romanos são para a Bretanha... Eu não estou sugerindo que os antropólogos não possam ser bons arqueólogos históricos, apenas que, inicialmente, eles não conhecem as fontes documentais essenciais ao estudo dos artefatos históricos.

Desde o início, a arqueologia de sítios históricos foi um esforço interdisciplinar (LARRABE, 1969, p. 71), unindo História e Arqueologia, incluindo Etno-História e Etnografia (KUTSCHE; VAN NESS; SMITH, 1976, p. 13), com o propósito de transformar os departamentos de antropologia em departamentos de cultura material (DEETZ, 1977, p. 12). Não levaria muito tempo para ampliar o escopo da pesquisa

da Arqueologia Histórica, a fim de incluir o estudo não só da herança de elite, mas também as evidências de pessoas comuns, notadamente a cultura material de escravos (ASCHER; FAIRBANKS, 1971, p. 3). No início dos anos 1990, Bárbara Little e Paul Shackel (1992, p. 4) consideraram que a História era um elemento vital na interpretação da Arqueologia Histórica, num claro rompimento com a tendência geral anti-histórica da Arqueologia Pré-Histórica nos Estados Unidos, que ainda é dominante (Randall McGuire, comunicação pessoal, 2013). Isso reforça a divisão entre Arqueologia Antropológica Pré-Histórica, de um lado, e uma Arqueologia Histórica mais ambígua, cuja definição enfatiza o estudo de períodos pós pré-históricos (ORSER; FAGAN, 1995, p. 24) e que é considerada uma disciplina histórica (POTTER, s.d., p. 5). A clara divisão de períodos pré-históricos/históricos, tradicional na formação nos Estados Unidos e sempre resgatada pelos pré-historiadores e arqueólogos históricos, iria atingir estudiosos de outros locais.

## ■ Por uma perspectiva mundial

Em 1955 um arqueólogo encontrou em Tarragona, na Espanha Oriental, uma fossa em mármore, provavelmente usada na sinagoga, que portava uma inscrição trilingue, em hebraico, latim e grego, uma menorá ou candelabro ao centro (a árvore da vida), dois pavões e um chofar (o chifre sagrado) (CANTERA; MILLÁS, 1956, p. 350-354; LÓPEZ, 1986, p. 54). A inscrição em hebraico diz “Paz a Israel, para nós e para nossos filhos”. Em latim, *Pax fides*, ou “Fé na paz”. As letras gregas não são claras. Apesar de não estar datada, a inscrição provavelmente é do início do período medieval (século VII d.C.). Na Catedral de Sevilha há uma chave oferecida, de acordo com a tradição local, ao Rei Fernando III, quando este foi a Sevilha pela primeira vez em 23 de novembro de 1248, logo após a conquista da cidade por tropas de Castela. Uma inscrição em espanhol diz “Deus abrirá [e] o Rei entrará”, e outra em hebraico diz “O rei dos reis abrirá, o rei de toda a terra entrará” (CANTERA; MILLÁS, 1956, p. 385-388). Na Catedral de Palma de Mallorca há no depósito, desde pelo menos 1634, dois *rimmonim* ou romãs usadas geralmente para abastecer a Torá, e uma das inscrições em hebraico afirma que eles estavam “na Sinagoga dos Judeus, em Camarata”, mais provavelmente num templo siciliano. Os artefatos foram usados antes de 12 de fevereiro de 1493, quando os judeus foram expulsos da

Sicília, e o estilo do *rimmonim* tem influências árabes, orientais e traços bizantinos. Esses artefatos comprovam a continuidade e a mudança ao mesmo tempo, tendo em comum o fato de que foram utilizados em três contextos multiculturais diferentes. O fosso foi parte de uma *oikoumene* antiga tardia, na qual a sinagoga era parte de um Mediterrâneo romano e bizantino; a chave foi oferecida a um rei espanhol cristão por uma comunidade judaica que viveu com os muçulmanos por alguns séculos, e as romãs são parte de um mundo mediterrâneo medieval tardio que abrangia católicos, gregos ortodoxos, judeus e muçulmanos.

Houve, dessa forma, muito antes da descoberta das Américas pelos europeus, mundos multiculturais diferentes, a começar pela *oikoumene* mediterrânea: “Admite-se que o Império Romano era uma sociedade pré-industrial – ele exibia, todavia, sinais de complexidade, ordem, e organização em suas instituições, de tal forma que tornam rótulos como ‘primitivo’ inapropriados a menos que sejam cuidadosamente qualificados” (D’ARMS, 1981, p. 13). A sociedade romana não era uma “sociedade de mercado”, do qual os produtores dependeriam (cf. WOOD, 1994, p. 25). Contudo houve uma economia romana: por toda a história de Roma, preço e lucro foram cuidadosamente levados em consideração (NICOLET, 1988, p. 275 *et passim*). Ao estudar diferentes temas, vários estudiosos ficaram espantados com a importância do lugar do mercado no mundo romano, como mostram os estudos dos locais dos mercados ou *nundinae* (GABBA, 1988, p. 144-149 *et passim*), ou o fato de o padrão estabelecido ter seguido os obstáculos de circulação e de trocas (CORBIER, 1991, p. 629). O Estado podia calcular o “lucro” e o “prejuízo”, e o sistema contábil foi projetado e utilizado no contexto da administração economicamente racional (RATHBONE, 1983, p. 387 *et passim*; cf. KEHOE, 1990, p. 483). Se houve um mercado livre (DE SALVO, 1992, p. 69), os trabalhadores romanos assalariados não eram necessariamente pessoas livres (BÜRGE, 1990, p. 15 *et passim*). O fornecimento de diferentes produtos de consumo não foi completamente administrado por forças de mercado, e o papel do Estado romano foi decisivo (FUNARI, 1996, p. 85 *et passim*).

Após o colapso político dessa *oikoumene*, o Mediterrâneo continuou a atuar como promotor de trocas culturais e de comunicação, e se a unidade mediterrânea do mundo antigo continuou após as invasões germânicas (PIRENNE, 1939) e o deslocamento do foco europeu para o norte a partir dos carolíngios (WHITE, 1962, p. 76-78), isso não rompeu a *koiné* mediterrânica, que tornou possível a produção dos três artefatos judeus no período medieval. Todavia, menos de um século

depois da expulsão dos judeus do sul da Europa, eles continuaram suas práticas na América, interagindo agora com os americanos nativos e os africanos subsaarianos. O sistema mundial era muito mais amplo do que a antiga *oikoumene* mediterrânea e havia novas matérias-primas e produtos, assim como novos conceitos (cf. KOSELLECK, 1985, p. 87). A chamada revolução científica da era moderna, também conhecida como Renascimento, por suas raízes antigas (BOAS, 1962), ligava-se ao comércio (BAXANDALL, 1988, p. 52).

Uma perspectiva mundial não confinaria a Arqueologia Histórica ao estudo da expansão europeia (DECORSE, 1996, p. 19) nem ao sistema capitalista (LITTLE, 1994, p. 17), preocupado com a cultura material das sociedades letradas. Atenção especial seria dada à relação entre artefatos e documentos escritos em diferentes sociedades, usando textos e restos arqueológicos de forma complementar (KOSSO, 1995, p. 194), já que fontes arqueológicas e documentais colocam problemas de interpretação similares e correlacionados (YOUNG, 1988, p. 11), pois as discrepâncias entre tais fontes são tratadas pelos estudiosos das sociedades com escrita (ALCOCK, 1994, p. 257). Incorporar a História como um elemento crítico no tratamento dialético da mudança (MCCUIRE; SAITTA, 1996, p. 201) não impede uma abordagem multidisciplinar (MILLER; TILLEY, 1996). A Arqueologia Histórica está bem aparelhada para estudar as divisões de classe e a exploração de algumas delas, ao fornecer acesso direto à vida cotidiana de todos os membros da sociedade e não apenas às elites letradas, como também a camponeses, mercadores, escravos, pobres (SAITTA, 1995, p. 385), dando-nos acesso aos pontos de vista subalternos (DEETZ, 1991, p. 6) e superando o viés da evidência escrita. Temas quase invisíveis nos documentos escritos tornam-se acessíveis pelo estudo dos vestígios materiais, e uma Arqueologia Histórica mundial estaria em boa posição para estudar a dinâmica de interações entre elites e não elites, entre vernacular e estilo erudito. Sem abandonar as especificidades dos diferentes campos intelectuais, o diálogo permitiria aos arqueólogos interagir com pontos de vista que, de outra forma, continuariam ignorados. Isso seria muito bom para o avanço do conhecimento em si, pois uma compreensão da complexidade da sociedade, de suas características e mudanças apenas pode ser conseguida por meio de uma visão interdisciplinar mundial e pluralista.

## ■ Agradecimentos

O texto retoma considerações publicadas, originalmente, em “Historical archaeology from a world perspective”, capítulo de *Historical Archaeology, back from the edge*, de Pedro Paulo A. Funari, Martin Hall e Siân Jones (Londres e Nova York, Routledge, 1999, p. 37-66), e em outras publicações. Partes daquele capítulo foram traduzidas do inglês por Denise Cavalcante Gomes, Fernanda Regis Brunieri e Marina Cavicchioli, a quem agradeço. Devo agradecer, ainda, o apoio institucional de World Archaeological Congress, Illinois State University, CNPq, Fapesp, Capes, Funcamp. Os comentários de Siân Jones, Brian Durrans e Bernd Fahmel foram muito importantes. A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

## ■ Referências

ALCOCK, S. Minding the gap in Hellenistic and Roman Greece. *In*: \_\_\_\_\_; OSBORNE, R. (Eds.). **Placing the gods, sanctuaries and sacred space in Ancient Greece**. Oxford: Clarendon Press, 1994. p. 247-161.

ANDRÉN, A. **Between artifacts and texts**. Historical archaeology in global perspective. Nova York: Plenum, 1998.

ASCHER, R.; FAIRBANKS, C. H. Excavation of a slave cabin: Georgia, USA. *Historical Archaeology*, v. 5, p. 3-17, 1971.

AUSTIN, D. **Private and public**: an archaeological consideration of things. Lampeter, s.d. Texto não publicado.

\_\_\_\_\_; THOMAS, J. The “proper study” of medieval archaeology: a case study. *In*: \_\_\_\_\_; ALCOCK, L. (Eds.). **From the Baltic to the Black Sea**. Londres: Unwin Hyman, 1990. p. 44-78.

BAXANDALL, M. **Painting and experience in 15th c. Italy**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

BOAS, M. **The Scientific Renaissance, 1450-1630**. Londres: Harper and Row, 1962.

BÜRGE, A. Der mercennarius und die Lohnarbeit. *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte*, v. 107, p. 80-136, 1990.

CANTERA, F.; MILLÁS, J. M. *Las inscripciones hebraicas de España*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1956.

CORBIER, M. Cité, territoire et fiscalité. *Epigrafia*. Roma: École Française de Rome, 1991. p. 629-665.

CUNLIFFE, B. Afterword: historical archaeology in the wider discipline. *In: HICKS, D.; BEAUDRY, M. C. The Cambridge Companion to Historical Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 314-319.

D'ARMS, J. H. *Commerce and social standing in Ancient Rome*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

DECORSE, C. R. Historical Archaeology. *African Archaeological Review*, v. 13, p. 18-21, 1996.

DEETZ, J. Material culture and archaeology – what's the difference. *In: FERGUSON, L. (Ed.). Historical Archaeology and the importance of material things*. Washington: Society for Historical Archaeology, 1977. p. 9-12.

DEETZ, S. Archaeological evidence of 16th and 17th c. encounters. *In: FALK, L. (Ed.). Historical Archaeology in world perspective*. Washington: Smithsonian, 1991. p. 1-10.

DE SALVO, L. *Economia privata e pubblici servizi nell'impero romano: i corpora naviculariorum*. Messina: Samperi, 1992.

FUNARI, P. P. A. *Dressel 20 inscriptions from Britain and the consumption of Spanish olive oil, with a catalogue of stamps*. Oxford: BAR Tempus Reparatum, 1996. British Series 250.

GABBA, E. *Del buon uso della ricchezza*. Saggi di storia economica e sociale del mondo antico. Milão: Guerini, 1988.

HINGLEY, R. A post-colonial perspective on change in Roman Britain. *In: WORLD ARCHAEOLOGICAL CONGRESS, 3., Nova Délhi, 1994*. Texto não publicado.

KEHOE, D. P. Economic rationalism in Roman agriculture. **Journal of Roman Archaeology**, v. 6, p. 475-483, 1990.

KOSELLECK, R. **Futures Past, on the semantics of Historical Time**. Cambridge: MIT Press, 1985.

KOSSO, P. Epistemic independence between textual and material evidence. In: SMALL, D. (Ed.). **Historical archaeological views on texts and Archaeology**. Leiden: Brill, 1995. p. 177-196.

KUTSCHE, P.; VAN NESS, J. R.; SMITH, A. T. A unified approach to the anthropology of Hispanic northern New Mexico: historical archaeology, ethnohistory, and ethnography. **Historical Archaeology**, v. 10, p. 1-16, 1976.

LARRABE, E. M. Historic site archaeology in relation to other archaeology. **Historical Archaeology**, v. 3, p. 67-74, 1969.

LIGHTFOOT, K. G. Culture contact studies: redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology. **American Antiquity**, v. 60, p. 199-217, 1995.

LITTLE, B. J. People with history: an update on historical archaeology in the USA. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 1, p. 5-40, 1994.

\_\_\_\_\_; SHACKEL, P. Meanings and uses of material culture. **Historical Archaeology**, v. 26, p. 1-21, 1992.

LÓPEZ, A. M. **Catálogo del Museo Sefardi, Toledo**. Madri: Ministério da Cultura, 1986.

MCGUIRE, R.; SAITTA, D. Although they have petty captains, they obey them badly. **American Antiquity**, v. 61, p. 197-216, 1996.

MILLER, D.; TILLEY, C. Editorial. **Journal of Material Culture**, v. 1, p. 5-14, 1996.

NICOLET, C. **Rendre à César**. Économie et société dans la Rome antique. Paris: Gallimard, 1988.

NOËL HUME, I. An Indian ware of the colonial period. **Quarterly Bulletin of the Archaeological Society of Virginia**, v. 17, p. 2-14, 1962.

ORSER, C. E.; FAGAN, B. M. **Historical Archaeology**. Nova York: Harper Collins, 1995.

PIRENNE, H. **Mohammed and Charlemagne**. Londres: George Allen and Unwin, 1939.

POTTER, P. B. **A way of thinking about Historical Archaeology in New Hampshire**. s.d. Texto não publicado.

RATHBONE, D. **Economic rationalism and rural society in Third Century AD Egypt, the Heroninos Archive and the Appianus Estate**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

SAITTA, D. Marxism and Archaeology. *In*: CALLARINI, A. (Ed.). **Marxism in the Postmodern Age**. Nova York: Guilford, 1995. p. 385-393.

SCHUYLER, R. L. Historical and historic sites archaeology as anthropology: some basic definitions and relationships. **Historical Archaeology**, v. 4, p. 83-89, 1970.

TRIGGER, B. G. History and contemporary American archaeology: a critical analysis. *In*: LAMBERG-KARLOVSKJ, C. C. (Ed.). **Archaeological thought in America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 19-34.

WALKER, I. C. Historic archaeology – methods and principles. **Historical Archaeology**, v. 1, p. 23-34, 1967.

WHITE, L. **Medieval technology and social change**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

WOOD, E. M. From opportunity to imperative: the history of the market. **Monthly Review**, v. 46, p. 14-40, 1994.

YOUNG, T. C. Since Herodotus, has history been a valid concept? **American Antiquity**, v. 53, p. 7-12, 1988.

# O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL: CONTRIBUIÇÃO À MEMÓRIA COM BASE NA CULTURA MATERIAL

Dione da Rocha Bandeira<sup>1</sup>  
Maria Cristina Alves<sup>2</sup>

O ambiente estuarino da Baía da Babitonga favoreceu o assentamento de grupos humanos desde, aproximadamente, 6.000 anos antes do presente. Do período pré-colonial, há um número expressivo de sambaquis, razoavelmente preservados. O conjunto de sambaquis despertou o interesse acadêmico a partir de meados do século XX, com a realização de pesquisas arqueológicas especialmente na virada para o século XXI, cujos resultados têm sido extremamente relevantes para os estudos dessas populações em todo o litoral brasileiro. Pesquisas enfocando o patrimônio remanescente da ocupação colonial, entretanto, começaram a ser desenvolvidas apenas na passagem do século XX para o XXI. O primeiro estudo de sítio arqueológico histórico ocorreu em 1999 (BANDEIRA *et al.*, 2001). Considerando-se que a documentação histórica aponta a passagem de europeus desde a primeira metade do século XVI<sup>3</sup>, o potencial para a localização de sítios arqueológicos históricos e o desenvolvimento de pesquisas pelo viés da

<sup>1</sup> Universidade da Região de Joinville (Univille). *E-mail*: dione.rbandeira@gmail.com.

<sup>2</sup> Univille. *E-mail*: mariacristinaalves22@gmail.com.

<sup>3</sup> A estada de Binot Paulmier de Gonneville na Babitonga, por cerca de seis meses em 1504, é assunto controverso (PEREIRA, 1984, p. 13-28), não sendo o caso das passagens de Aleixo Garcia (1524) e Alvarez Nunes Cabeza de Vaca (1541), das quais há documentação disponível.

## CAPÍTULO 1

Arqueologia Histórica é alto. Estudos relacionados aos licenciamentos ambientais das duas últimas décadas têm comprovado esse potencial, com o registro de inúmeras ocorrências materiais remanescentes da ocupação colonial e mais recente.

A Arqueologia Histórica pode ser definida por “seu foco nos problemas associados ao capitalismo” (FUNARI, 1996, p. 538) ou como o “estudo de todas as sociedades com escrita nos últimos cinco mil anos” (FUNARI, 1998, p. 251), conforme a abordagem teórica. Trata da “complexa relação entre documentos escritos e a cultura material” e pode ser considerada como “uma das mais democráticas das Ciências Sociais”, pois “permite-nos buscar os segmentos negligenciados da sociedade, tais como os pobres, os indígenas ou os escravos” (FUNARI, 1995a, p. 37), bem como elementos da vida cotidiana, muitas vezes ignorados em documentos. Ademais, como diz Ingold (2012, p. 33), “se as pessoas podem agir sobre os objetos que as circundam, então, os objetos ‘agem de volta’ e fazem com que elas façam, ou permitem que elas alcancem, aquilo que elas de outro modo não conseguiriam”. O imbricamento que as coisas têm com o mundo simbólico faz com que os vestígios arqueológicos, de qualquer tempo, sejam vistos como patrimônio cultural. Segundo Funari (1995b, p. 331), pautando-se em Singer (1986) entre outros autores, “a compreensão do mundo é um processo material de leitura, através da cultura material, da estrutura mental, da visão de mundo e da cultura em geral”. A pesquisa arqueológica histórica, que se vale também das fontes textuais, iconográficas e orais, pode ser extremamente reveladora sobre a construção e o uso dos espaços.

Com esta publicação, pretende-se apresentar os dados disponíveis de remanescentes culturais materiais levantados no território do município de São Francisco do Sul e em municípios vizinhos cujos territórios pertenciam a este, localizados às margens da Baía da Babitonga (Itapoá, Garuva, Joinville e Araquari) ou no litoral próximo (Balneário Barra do Sul, Barra Velha), assim como em São João do Itaperiú, em período estimado entre o século XVIII até meados do XX.

## ■ Aspectos históricos de São Francisco do Sul

A ocupação definitiva das margens da Baía da Babitonga ocorreu em 1658, com a instalação de luso-brasileiros liderados por Manoel Lourenço de Andrade e a fundação da Vila de Nossa Senhora da Graça, provavelmente em 1660. O território, a princípio pertencente à Ouvidoria de São Paulo, foi definido em 1720, limitando-se ao norte com a Barra de Guaratuba, ao sul na porção norte da Enseada das Garoupas (atual Porto Belo) e a oeste “a confinar com os espanhóis” (PEREIRA, 1984, p. 173). Acompanhado de sua família e agregados, Lourenço de Andrade teria inicialmente tentado se estabelecer em terras continentais, próximo ao morro denominado Paranaguá-Mirim, às margens de um afluente do Rio Parati, transferindo-se em seguida para as margens do próprio Paranaguá-Mirim, depois para a Ponta do Itacolomi e finalmente para o local onde se fixou a vila. Segundo Gualberto (1902 *apud* PEREIRA, 1984, p. 45-46),

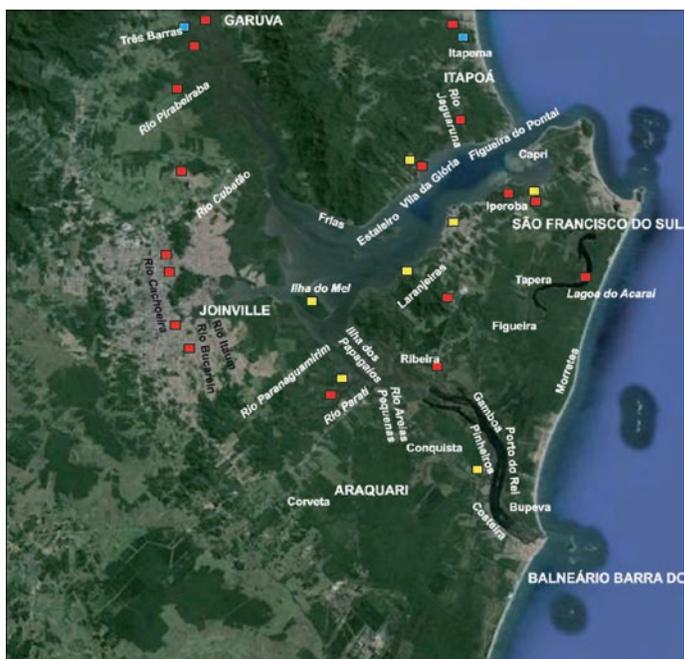
Lourenço de Andrade reservou para si as terras que se estendiam da vila até as Laranjeiras, ficando-lhes ao lado as de Luís Rodrigues Cavalinho, que se alongavam, como aquelas, até o mar grosso, compreendendo a Lagoa do Acaraí. O Capitão Antônio Francisco Francisques foi estabelecer-se na península do Saí; Francisco Alves Marinho, no Parati; João Dias de Arzão, no Itajaí; Vicente de Arriolos, na Ilha do Mel; Valério Lamin e Frias, às margens dos rios que ainda conservam esses nomes; Mateus de Castilhos, no Iperoba; Afonso de Lian Lobo, no Jaguaruna, e Francisco Fernandes Ortunho, nos Pinheiros.

A concessão de sesmarias<sup>4</sup> ocorreu até meados do século XIX, com a regularização de terras, nos atuais municípios de São Francisco do Sul, Joinville, Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva e Itapoá (figura 1).

---

<sup>4</sup> O Arquivo Histórico de Joinville dispõe de cópias de processos datados em 1711, 1787, 1788, 1802 a 1805, 1808, 1818, 1822, 1825 e 1827.

Figura 1 – Localização aproximada de sesmarias na Baía da Babitonga



Fonte: Imagem extraída do Google Earth (2016)

Com o reconhecimento político-administrativo, a população de São Francisco do Sul foi aumentando progressivamente. Em 1750 a vila tinha cerca de mil habitantes. Durante os séculos XVIII e, principalmente, XIX e XX, as águas da Baía da Babitonga, com seus trapiches em condições de receber embarcações, serviram para o embarque e desembarque de imigrantes, para a comunicação da população são-franciscuense com o restante do Brasil e para o transporte de mercadorias do e para o centro administrativo do município (ALVES, 2013b, p. 84).

Por dois séculos houve predomínio de população luso-brasileira, cujo modelo de instalação de sítios estava baseado no “regime de pequenas propriedades e numa escravidão doméstica” (SANTOS, 1974, p. 60), objetivando atender ao mercado interno e ao abastecimento de navios em trânsito para a Bacia do Prata. Do período colonial até meados do século XX, São Francisco do Sul teve sua base econômica na agricultura (destacando-se a produção de farinha, arroz, feijão, cana-de-açúcar e gravatá) e na pesca. A instalação de uma armação de baleia em 1808, a extração de madeira e a construção de embarcações foram importantes

para a economia local. Diferentemente de outras regiões brasileiras, o contingente de escravos era pequeno. Consta que em 1796 havia 767 escravos em uma população total de 4.155 habitantes (FARIAS, 1998, p. 263), enquanto em 1888 um relatório do presidente da província de Santa Catarina apontava 272 cativos (SILVA, 2004, p. 21).

Apesar da distância e das dificuldades de comunicação entre as vilas coloniais e o centro administrativo do Brasil, situado no Rio de Janeiro, São Francisco do Sul sentiu as mudanças econômicas resultantes da abolição da escravatura, em 1888. Registrou-se, nesse ano, uma diminuição nas suas atividades portuárias até então movimentadas pela exportação de produtos como o arroz, a farinha, o açúcar e a madeira (ROVINA, 1979, p. 11). A retomada do desenvolvimento das atividades do porto teve impulso com a construção da rede ferroviária, na primeira década do século XX. A ferrovia permitiu a ligação eficiente entre o porto com o município de Mafra, onde a malha ferroviária se conectava com os ramais do restante do país (LINS, 2004, p. 171; SEIBEL, 2004, p. 179). Em meio às transformações decorrentes da industrialização e aos interesses do capitalismo na Europa, em meados do século XIX se deu início ao processo de expansão e desmembramento de seu território. Em 1841 franceses liderados por Benoit Jules Mure tentaram instalar uma comunidade nos moldes do socialismo utópico, na Vila da Glória, conhecida como Falanstério do Saí, a qual durou cerca de dois anos (S. THIAGO, 1995). As terras concedidas aos franceses localizavam-se no interior da Península do Saí, já que suas margens, na Babitonga, se encontravam ocupadas por diversas propriedades. Sobre isso, em carta endereçada ao então presidente da província de Santa Catarina, em 1841, Mure cita “a ocupação por moradores de todas as margens desta península com fundo de meia legoa para mais [e que] estes não se podem remover de todo, sendo obrigados os respectivos moradores a dar passagem livre até o mar” (FICKER, 1962, p. 165).

Dez anos depois, um empreendimento privado organizado por cidadãos de Hamburgo (Alemanha), em terras disponibilizadas por François Ferdinand Phillipe, Príncipe de Joinville, deu início à Colônia Dona Francisca, embrião do município de Joinville. Por ocasião da medição e demarcação das terras dotais, os responsáveis acusaram a existência de moradores próximos aos rios Três Barras e Cubatão, no Morro da Boa Vista, às margens dos rios Bucarein e Itaum e ao sul nas imediações do Parati (FICKER, 1965, p. 32).

Como ocorrido em todo o litoral brasileiro, na metade do século XX a industrialização econômica alterou profundamente a configuração dos agrupamentos comunitários de São Francisco do Sul. A produção artesanal de farinha, assim como a pesca, tornou-se pouco atrativa se comparada à crescente demanda por mão de obra para as indústrias de Joinville e para as atividades do Porto de São Francisco do Sul. Esse processo de migração do ambiente rural para o urbano provocou o abandono e a extinção de algumas comunidades, principalmente na ilha de São Francisco, como Bupeva, Figueira e sua costa leste; algumas resistiram com poucas famílias, como Porto do Rei e Morro da Palha. Na última década do século XX, a instalação de indústrias na ilha de São Francisco e do novo porto em Itapoá provocaram a reocupação dessas comunidades, impactando então os remanescentes materiais culturais que testemunharam a ocupação e o abandono do território.

### ■ A Arqueologia perante os remanescentes materiais históricos de São Francisco do Sul

Com quase quatro séculos de ocupação por europeus e africanos, a região tem um conjunto patrimonial relevante, haja vista o tombamento federal do centro histórico de São Francisco do Sul, em 1987. O patrimônio remanescente de ocupação rural, por sua vez, carece de reconhecimento e valorização. Apenas sete sítios arqueológicos históricos constam no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Praia do Inglês (CNSA n.º SC01242), Laranjeiras IV (CNSA n.º SC01658), Laranjeiras VIII (CNSA n.º SC01659), Ribeira XII (CNSA n.º SC01679), Ribeira XI (CNSA n.º SC01685), em São Francisco do Sul, e Igreja de Pedra (CNSA n.º SC01038) e Caminho Monte Crista (CNSA n.º SC01676), em Garuva.

Relatórios de diagnósticos arqueológicos vinculados a licenciamentos ambientais, disponíveis na Biblioteca do Museu

Arqueológico de Sambaqui de Joinville<sup>5</sup>, além de pesquisas em caráter de salvamento<sup>6</sup> e acadêmicas<sup>7</sup>, apontam um total de 36 trabalhos que atingem 41 localidades em sete municípios objetos desta publicação. Tais trabalhos resultaram no registro de 160 ocorrências históricas, relacionadas à população luso-brasileira.

Aqui, abrem-se parênteses para o uso do vocábulo “ocorrências” e não sítio arqueológico. Não há legislação específica para a conceituação de sítio arqueológico histórico que regulamente o seu reconhecimento como patrimônio arqueológico, cabendo ao IPHAN arbitrar sobre a questão, entretanto a Lei n.º 3.924 de 1961 refere-se à guarda e proteção dos “*monumentos arqueológicos*”<sup>8</sup> ou pré-históricos de qualquer natureza” (BRASIL, 1961). A alínea “c” do artigo 2.º considera monumentos arqueológicos ou pré-históricos “os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, ‘estações’ e ‘cerâmios’ [sic], nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico”. A opção por “ocorrências” está apoiada na Carta de Lausanne de 1990, da qual o Brasil é signatário, onde está declarado:

O patrimônio arqueológico compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (ICOMOS/ ICAHM, 1990).

<sup>5</sup> Alves (2003; 2009; 2012a; 2012b; 2013a; 2013b; 2014), Alves e Bandeira (2003), Alves, Bibow e Martins (2004), Alves e Martins (2006a; 2006b; 2007a; 2007b), Alves e Oliveira (2001), Alves *et al.* (2015), Amaral (2004), Bandeira (2005), Bandeira e Alves (2008), Bandeira e Oliveira (2005), Bandeira e Oliveira (2001), Bandeira *et al.* (2014), Brochier (2004), Caldarelli, Bandeira e Lavina (2000), Carle e Fernandes (1999), Fernandes (2008), Lavina (2005), MASJ (2006), Montardo, Amaral e Silva (1996), Oliveira *et al.* (2001), Scientia Ambiental (2003), Silva, Valdetaro e Oliveira (2001).

<sup>6</sup> Alves (2003; 2004), Bandeira *et al.* (2001), Comerlato (2004), Scientia Consultoria Científica (2009), Silva (2001).

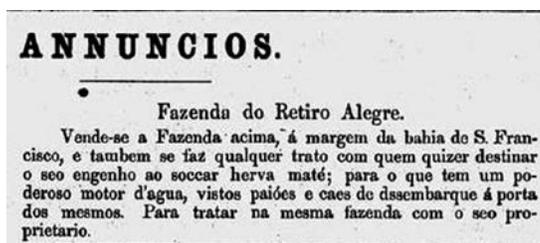
<sup>7</sup> Nabuco (2013), Borba (2013; 2014), Kath (2015), Zerger (2014).

<sup>8</sup> Grifo nosso.

A obrigatoriedade de diagnósticos em processos de licenciamento tem resultado no registro de ocorrências com base em critérios culturais, temporais e espaciais, defendidos como parâmetros para a definição de sítio arqueológico histórico (THIESEN; TOCCHETTO, 1999, p. 268), ou critérios de significância histórica, científica, étnica ou pública (JULIANI, 1996, p. 71-73), ou mesmo por aspectos arquitetônicos (MCMANAMON, 1990, p. 14). Nos dados levantados, observa-se que há registros de diferentes manifestações culturais materiais que, enquadrados em categorias funcionais (OLIVEIRA; SYMANSKI, 1999, p. 259; ALVES *et al.*, 2007), podem suscitar algumas reflexões preliminares. Ressalta-se que o exercício de enquadramento em categorias se deu com base nos vestígios superficiais em período compreendido entre o fim do século XVIII e meados do XX e em informações ênicas, ou seja, de pessoas com vínculo direto à ocorrência (ORSER JR., 1992, p. 41). O conjunto de ocorrências levantadas é significativo para o estudo do contexto social (ZAMORA, 1990, p. 50-51) regional. Embora a ocupação demográfica na região possa configurar-se em dois horizontes culturais marcadamente distintos (população luso-brasileira a partir de 1648 e população de línguas germânica e italiana a partir de 1851), nesse momento estamos tratando apenas da ocupação luso-brasileira.

### ■ Os remanescentes culturais da ocupação luso-brasileira da região

Figura 2 – Anúncio de venda de propriedade em 1878



Fonte: Gazeta de Joinville (1878, p. 120)

O anúncio anterior de venda de propriedade localizada na comunidade de Frias pode ser entendido como indicador de aspectos econômicos e sociais ocorridos no interior do território de São Francisco do Sul e formadores da história do município. Se o centro administrativo da Vila de Nossa Senhora da Graça foi reconhecido como patrimônio histórico, cultural e arquitetônico pelo IPHAN, o mesmo não ocorreu com o patrimônio remanescente da ocupação rural.

Instaladas as primeiras sesmarias na faixa oeste da ilha de São Francisco (voltadas para a Baía da Babitonga) e na Península do Saí, os registros apontam para a expansão da ocupação ao interior da ilha em direção ao norte (atual município de Itapoá e porção continental de São Francisco na Península do Saí), a noroeste (Garuva), a oeste (Joinville e Araquari), ao sul (Balneário Barra do Sul, Barra Velha e São João do Itaperiú), no fim do século XVIII e início do XIX, conforme indicam documentos de regularização de terras. Remanescentes materiais dessas ocupações totalizam 160 ocorrências, das quais três ficam no centro administrativo da vila e 157 estão dispersas em sete municípios além de São Francisco do Sul, conforme já mencionado. De acordo com os dados levantados, tais ocorrências podem ser agrupadas nas seguintes categorias funcionais: domésticas, domésticas com atividades produtivas e coletivas associadas (multifuncionais), de produção, coletivas, de abastecimento, de comunicação e militares (quadros 1 e 2). Ressalta-se que o maior número de ocorrências está localizado no atual território de São Francisco do Sul, em virtude, em parte, de resultar de levantamentos arqueológicos lineares, de pavimentação de estradas existentes (Projeto Costa do Encanto, do governo do estado de Santa Catarina), duplicação de rodovia (BR-280) e dutovia para efluentes de indústria.

## CAPÍTULO 1

**Quadro 1** – Ocorrências históricas remanescentes de população de origem luso-brasileira no atual território de São Francisco do Sul

Município	Localidade	Categorias funcionais								Subtotal	TOTAL
		Doméstica	Doméstica + prod. + coletiva	Produção	Coletiva	Abastecimento	Comunicação	Militar	Não identificada		
São Francisco do Sul	Bupeva				1		1			2	120
	Capri				1					1	
	Centro				2		1			3	
	Estaleiro	3	4	1						8	
	Figueira	3	4	2			3			12	
	Frias	4	3	2		1		1		11	
	Gamboa		2	2	3					7	
	Ilha da Velha			1						1	
	Ilha dos Papagaios			1						1	
	Laranjeiras	2		1			1		2	6	
	Miranda	2		1			1			4	
	Morro da Palha	2	1		1					4	
	Porto do Rei	1		1	1		1			4	
	Praia do Calixto	1								1	
	Praia do Inglês	1								1	
	Praia Grande	9	9	3	2	3	2			28	
	Ribeira			2					2	4	
	Rocio Grande	6								6	
Tapera			7			1			8		
Una		1							1		
Vila da Glória	2	1	1	2				1	7		
		36	25	25	13	4	11	1	5	120	

Fonte: Primária (2016)

**Quadro 2** – Ocorrências históricas remanescentes de população de origem luso-brasileira do antigo território de São Francisco do Sul

Município	Localidade	Categorias funcionais								Subtotal	TOTAL
		Doméstica	Doméstica + prod. + coletiva	Produção	Coletiva	Abastecimento	Comunicação	Militar	Não identificada		
Itapoá	Figueira/Pontal		1				1			2	7
	Jaguaruna/Jaca		1	1					3	5	
Joinville	Cubatão	1	1							2	7
	I. Espinheiros	2								2	
	Lagoa do Saguacu			1						1	
	Rio Velho			1						1	
	Quiriri				1					1	
Garuva	Três Barras				1		1			2	2
Araquari	Areias Pequenas	1		1						2	18
	Barrancos		1							1	
	Centro			1			1			2	
	Corveta			1						1	
	I. do Linguado						1			1	
	Ilha do Mel	1		1						2	
	Porto Grande	1		1						2	
	Rio do Morro		1	1			1			3	
	NI/Rio Parati			4						4	
São João do Itaperiú	Escalvado						1			1	1
B. Barra do Sul	Conquista			3						3	4
	Costeira			1						1	
Barra Velha	NI/Lagoa				1						1
		6	5	17	3	0	6	0	3	40	

Fonte: Primária (2016)

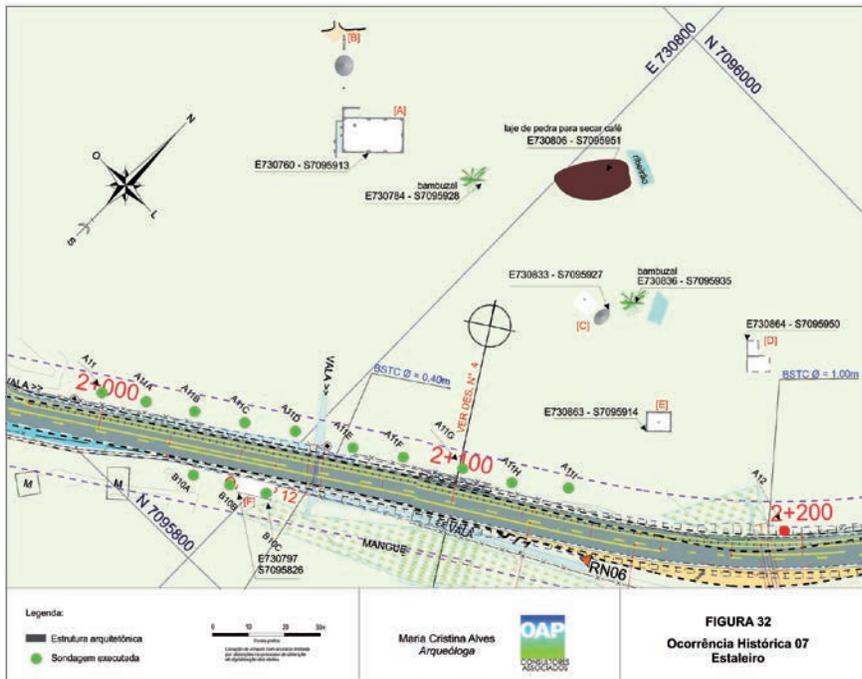
## CAPÍTULO 1

As ocorrências identificadas como *domésticas* somam 72 unidades, sendo 42 com função exclusiva de habitação e outras 30 com atividades econômicas associadas. Dessa categoria, 33 ocorrências arqueológicas são estruturas arquitetônicas edificadas em alvenaria de pedra, ao menos em seus alicerces. Os materiais construtivos, no caso das estruturas arquitetônicas, seguem o padrão dos casarões do século XIX, pelo menos em São Francisco do Sul. Blocos e fragmentos de rocha, argamassados e rebocados com uma mistura de cal de concha com areia e/ou argila, foram empregados na construção de baldrames, pilares e paredes. Considerando as 20 unidades com baldrames preservados, as dimensões variam de 39 m<sup>2</sup> (OCH-07, no Estaleiro) a 480 m<sup>2</sup> (casa identificada como de propriedade do Coronel Camacho, no Morro da Palha). A espessura de alicerces e paredes varia entre 0,40 m a 1 m. Três unidades registradas estão preservadas suficientemente para reconhecer-se a presença de dois pavimentos, construídas aproveitando a declividade do terreno (U08C, no Frias; Laranjeiras VIII) e em terreno plano (UCH-07, no Estaleiro). Figueira e Praia Grande, na ilha, e Frias e Estaleiro, no continente, apresentam o maior conjunto de unidades domésticas associadas com unidades produtivas. Em Figueira há registro de duas estruturas arquitetônicas em alvenaria de pedra e cinco identificadas por outras evidências, enquanto em Praia Grande, das 18 ocorrências, apenas uma seria em alvenaria. Em Frias e Estaleiro as 14 unidades são remanescentes de construções perenes.

Das 30 ocorrências produtivas e coletivas associadas às unidades de habitação, 18 são engenhos de farinha. Localizadas no interior da ilha, na Figueira, duas dessas unidades, U16 (com 396 m<sup>2</sup>) e U01 (336 m<sup>2</sup>), tinham na mesma estrutura arquitetônica a área de habitação com a área produtiva geminada. No continente, os registros indicam que as propriedades compreendiam estruturas com funções diferenciadas. Destas, no Frias, a unidade U04 apresenta remanescentes de duas edificações distintas: U04A (84,96 m<sup>2</sup>) foi identificada como paiol, enquanto a U04B (225 m<sup>2</sup>) tinha função de moradia com engenho geminado; a unidade U08, também no Frias, caracteriza-se por remanescentes de três estruturas independentes: paiol, engenho e casa de moradia. O mesmo foi observado no Estaleiro nas unidades Estaleiro I (com casa, engenho, olaria, paiol) e UCH-07. A ocorrência UCH-07 compreende as estruturas A (sobrado, com engenho no piso inferior e moradia no superior), B (parede em alvenaria de pedra com pequenas aberturas), D e E (casas de agregados), F (estaleiro), C (local com refugio), além de local identificado para secagem de café, segundo

informação de herdeira, dispersos em área aproximada de 22.500 m<sup>2</sup> (figura 3). Essa unidade é exemplar da complexidade para a delimitação de sítios arqueológicos em área rural, nas quais, além da construção de habitação, estruturas para captação de água (aquedutos) ou relacionadas às atividades produtivas (engenhos, processamento e armazenagem de produtos, depósitos), há locais para animais (estrebrias, galinheiros) e até mesmo locais de extração de matéria-prima ou de seu processamento (carvoarias, fornos para produção de cerâmica local).

Figura 3 – Distribuição espacial das estruturas de ocorrência histórica em Estaleiro (UCH-07)



Fonte: Alves (2013b)

Uma questão a ser suscitada refere-se aos vetores temporal e ambiental. Dessas localidades, Frias e Estaleiro seguramente são as mais antigas; estão localizadas no continente, mas voltadas para a baía, em local estratégico para escoamento de produção, embora por via fluvial. Especialmente as propriedades na localidade de Figueira, assim como na Praia Grande, estavam em desvantagem em relação às de Frias, Estaleiro e Vila da Glória, pois dependiam de acessos terrestres ou tinham de

enfrentar o “mar grosso”. Um sítio escavado na Praia Grande, Unidade PG-U21 (ALVES, 2003), indicou o período de ocupação entre o fim do século XIX e meados do XX. Tratava-se de uma unidade doméstica com engenho de farinha geminado, cuja estrutura arquitetônica teria sido em madeira, de pequenas dimensões; somada a esses dados, a análise dos artefatos de uso doméstico remeteu a população de baixa renda.

Com relação ao vetor social desses sítiantes, as ocorrências produtivas associadas são extremamente úteis para análises de estratificação social. Predominam os engenhos de farinha, cuja tecnologia e produtividade são relevantes indicadores de *status* econômico em uma localidade. Engenhos de grande porte caracterizam-se por maquinário dispendioso e uso de animais ou sistema hidráulico como forças motrizes e ainda um contingente de braços para a “farinhada”, enquanto a produção para consumo pode ser realizada com maquinário simplificado e operado manualmente.

Do conjunto apurado, há 21 registros de engenhos de farinha associados a unidades domésticas; em Figueira e Praia Grande apenas dois seriam movidos por tração animal, de um total de 11 ocorrências. Na Figueira, o contexto arqueológico da ocorrência U01 indica que o engenho era do tipo geminado, de grande porte, pelas dimensões da fomalha (cerca de 5 m de diâmetro, em alvenaria), ao passo que na Praia Grande, por informação êmica, seria independente da estrutura de habitação. No continente, o engenho da ocorrência Estaleiro I também seria movido por tração animal, enquanto o da UCH-07 seria por força hidráulica. Em contraposição, fomalhas construídas com barro e pedra, com diâmetros em torno de 1,50 m, movidas manualmente, foram registradas em Praia Grande (duas) e Jaguaruna (duas), sugerindo uma produção de pequeno porte, talvez para consumo, o que também remeteria a população de baixa renda. Dos engenhos de arroz – outro produto apontado com destaque pela historiografia e por informações êmicas –, há o registro de uma unidade em Frias, compreendendo três estruturas arquitetônicas independentes (engenhos, paiol com atracadouro e habitação).

Essa discrepância material entre estruturas (em alvenaria e em madeira ou taipa) pode indicar uma estratificação social, se contemporâneas, mas também pode ser representativa da dispersão da população com o fim do sistema escravocrata. Em Figueira, além das estruturas mapeadas, Alves (2003) registrou diversas indicações êmicas de unidades domésticas no entorno de uma estrutura arquitetônica em alvenaria de pedra. Bandeira *et al.* (2001, p. 44) escavou o sítio Foz do Cubatão, em Joinville, com período de ocupação evidenciaram por volta

do início do século XX; as análises também evidenciaram tratar-se de uma ocupação de baixa renda. Enquanto na faixa continental os proprietários podiam valer-se de inúmeros cursos d'água para suas necessidades domésticas e produtivas, na Praia Grande há registros de três fontes compartilhadas por vizinhos, enquadradas na categoria *abastecimento*. No Frias há uma caixa-d'água em alvenaria, provavelmente vinculada à ocupação militar na Ilha da Rita. A base naval instalada na Ilha da Rita tinha como uma de suas funções fazer o abastecimento de água dos navios que ali chegavam.

Na categoria de ocorrências *produtivas* foram consideradas as estruturas cujos remanescentes estão dissociados de outras categorias. Há registros de caieira (34), engenho de farinha (1), engenho de farinha e de cana-de-açúcar e processamento de arroz (1), carvoaria (2), atafona (1), fábrica de conserva de palmito (1), estaleiro (1) e armação de baleia (1). Exceto na Península do Saí, as caieiras aparecem em maior quantidade nessa categoria, obviamente pela disponibilidade de matéria-prima proveniente de dezenas de sambaquis existentes (ver capítulo 7).

Os registros enquadrados na categoria de ocorrências *coletivas* indicam que nem todas as localidades se configuravam como “comunidades”. As unidades coletivas registradas, representativas da organização social dessas localidades, seguiam o mesmo padrão linear de implantação dos sítios, não configurando um local de convergência espacialmente distinto (como praças, por exemplo), exceto na comunidade da Lagoa do Acaraí e na Vila da Glória, provavelmente.

Os remanescentes de estruturas *coletivas* registrados, como igrejas e cemitérios, mostram que pelo menos Praia Grande (antiga comunidade de Lagoa do Acaraí) e Bupeva na ilha e Vila da Glória e Três Barras no continente seriam localidades para onde se dirigiam moradores de outros núcleos populacionais. Relatos mencionam que na ausência de igrejas a comunidade fazia seus rituais religiosos em casas de particulares, ou mesmo em local definido para orações, como é o caso de uma área delimitada por plantas e com uma cruz, cuidada por moradores, no Morro da Palha (ALVES; OLIVEIRA, 2001; BANDEIRA; ALVES, 2008). Os registros materiais indicam que os cemitérios eram compartilhados entre comunidades. É o caso do cemitério na Lagoa do Acaraí (unidade U63), onde eram sepultados os falecidos da Praia Grande, do Bupeva, da Tapera e da Figueira (ALVES, 2003). Na Gamboa, com igreja e cemitério do início do século XX, moradores indicaram a existência de um antigo cemitério na ilha das Palmas (ou ilha do Costão Fundo) localizada na foz do Rio Miranda (ALVES, 2012a). Segundo informantes, não há vestígios

## CAPÍTULO 1

superficiais de sepultamentos, assim como no antigo cemitério de Barra Velha, localizado à margem da lagoa de mesmo nome. No centro administrativo de São Francisco (Centro Histórico) está o registro mais antigo de igreja e cemitério. Embora a atual edificação da Igreja Matriz e a ruína da Capela São José no Morro do Hospício sejam mais recentes, esses locais tiveram função cemiterial do início da vila até por volta da década de 1830 (ver capítulos 2 e 6).

Da *comunicação* entre sítios, núcleos populacionais e sede administrativa há registros de portos, caminhos, estradas e pontes. Os registros apontam que a configuração espacial das localidades rurais seguia um traçado linear, às margens de rios, da baía ou do oceano, sendo a via pluvial o meio de comunicação largamente utilizado. A expansão da ocupação para o interior e faixa leste da ilha de São Francisco exigiu a abertura de estradas para comunicação entre os núcleos e destes com a sede da vila. No início do século XIX uma estrada foi aberta em direção ao Canal do Linguado (LUZ, 2000, p. 140), ligando as localidades de Rocio Grande, Morro da Palha, Miranda, Gamboa, Porto do Rei e Bupeva. Na localidade de Figueira, há registro de pequeno trecho de caminho pavimentado com blocos de rocha (tipo pé de moleque), entre as ocorrências U01 e U16. Na faixa leste da ilha, paralela ao oceano, um caminho arenoso em cava de duna ligava os diversos sítios da localidade de Praia Grande (ao norte) à de Bupeva (ao sul) (ALVES, 2003). Nota na Gazeta de Joinville, de 20 de fevereiro de 1909, revela detalhes sobre as extintas comunidades da Praia Grande:

Estiveram a passeio no Acarahy no Domingo pp um grupo de modestos rapazes.

Acarahy é um dos pittorescos e salubres arrabaldes de nossa ilha, não só pelas suas amplas e ferteis varzeas como pela sua magnífica estrada de rodagem, cheia de arvores floríferas e caprichosamente conservada, que deleita e encanta aos que lá se dirigem a passeio.

É [...] constantemente visitado pelos caçadores nas epochas de caçadas – de Abril a Junho.

À beira da estrada, como nos vastos areiões recortados de picadas, encontra-se fruteiras de diversas especies, de maneira que o caçador apaixonado facilmente sacia o seu ardente desejo.

Quanto a lavoura não é dos menos productores. Terra fértil, apesar de seus moradores adoptarem e labutarem ainda pelos costumes rotineiros, Acarahy

nos fornece excellente farinha de mandioca, legumes e diversas cereaes.

[...]

Possue tambem um magnifico rio abundante de peixes, que sae da formosa Enseada, sendo navegavel à cannoa até a Figueira, d'onde se vae estreitando até se desembocar no do Miranda, que só tem communicação com o Araquary.

Esse rio é de grande utilidade não só aos moradores de Acarahy como tambem aos dos outros logares adjacentes, que se servem delle para pescas e tambem para transportes de generos.

A comunidade da Lagoa do Acaraí<sup>9</sup> contava com um porto no Rio Acaraí, cuja travessia ao porto da Tapera permitia a ligação via terrestre com a sede administrativa, desde pelo menos meados do século XIX. Esse porto está localizado no que seria o centro da comunidade, próximo de uma ruína que abrigou a Igreja São Sebastião e do cemitério.

A comunicação de São Francisco do Sul com outros centros coloniais dava-se via marítima. Remanescentes ainda existentes da Estrada Três Barras (ou caminho velho) – trecho pavimentado com pedras com extensão de 3 km e largura entre 0,80 e 4,00 m (KATH, 2015) – evidenciam a preocupação com o estabelecimento de comunicação terrestre. As relações comerciais com o planalto (Vila de Curitiba) nos séculos XVIII e XIX foram “possibilitadas” com a construção dessa estrada na encosta da serra do mar. Segundo Ficker (1965, p. 137), uma escritura pública de compromisso de construção da estrada de ligação ao planalto data de 1730, mas em 1838 ainda era um “picadão no meio da mata fechada e das serras do distrito de Garuva” (FICKER, 1965, p. 138), de difícil trânsito. Sua pavimentação com blocos de rocha teria sido executada na administração de João José Coutinho, presidente da província, em 1852 (FICKER, 1965, p. 141). A Três Barras consta no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, sob número SC01676, como Caminho Monte Crista.

Embora o acesso marítimo tenha propiciado a ocupação da região, a instalação da estrutura portuária, em São Francisco do Sul, aconteceu apenas na década de 1920, após a inauguração do ramal ferroviário São Francisco do Sul-Rio Negro (1910), ligação com a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Com a privatização da rede ferroviária e o transporte

---

<sup>9</sup> Localizada no Parque Estadual do Acaraí, placas informativas referem-se ao local como comunidade “do Casqueiro”.

de passageiros extinto, as estações de São Francisco do Sul, Araquari e Joinville foram aproveitadas para novas funções. Em São Francisco a edificação está em área privada sem acesso público. Em Araquari foi instalada a sede do Corpo de Bombeiros. Já em Joinville sedia uma instituição cultural. Plataformas de embarque e desembarque de passageiros e de mercadoria estão preservadas na localidade de Miranda e na Ilha do Linguado.

Informações sobre unidades militares na Figueira do Pontal (Forte das Piçarras) e no Linguado (posto militar no Rio Perequê de Araquari) são citadas por Pereira (1984, p. 93), mas levantamentos arqueológicos em ambas as localidades não registraram vestígios materiais. Da década de 1940, há a base naval construída na Ilha da Rita, localidade de Frias, atualmente sob gestão da Univille (NABUCO, 2013). Segundo Nabuco (2013), a construção dessa base naval deve-se às preocupações das Forças Armadas com os núcleos de imigração germânica no sul do Brasil no período da Segunda Guerra Mundial, o conhecido “perigo alemão”. O Forte Marechal Luz, construído na ilha em 1915, quando se intensificaram as atividades portuárias, embora não citado em levantamentos arqueológicos, é importante exemplar do patrimônio histórico de São Francisco do Sul.

### ■ Considerações finais

Segundo Zamora (1990, p. 50), “o contexto social se reflete no conjunto de características das sociedades que deixam como resultado de suas atividades uma cultura material, que forma o contexto arqueológico”. Lewis (1977, p. 153), ao propor um modelo de análise regional de colônias inglesas implantadas na Carolina do Sul (EUA), considera: “*in the investigation of the archaeological record, it is especially important to study a site as a part of the larger sociocultural entity within it is related to its precedent and antecedent occupations as well as to those of contemporary sites*”<sup>10</sup>.

Embora os dados disponíveis não contemplem todo o universo de remanescentes arqueológicos históricos de São Francisco do Sul, há

---

<sup>10</sup> “Numa investigação do registro arqueológico é especialmente importante estudar o sítio como parte de uma entidade sociocultural maior relacionada com as ocupações precedentes e antecedentes, bem como com aquelas dos sítios contemporâneos” (tradução livre das autoras).

um bom conjunto disponível para pesquisas. Considerando-se apenas as estruturas arquitetônicas remanescentes da população luso-brasileira na Baía da Babitonga, há que se pensar como se dava espacialmente a instalação dos escravos e agregados. Onde estão as senzalas? Documentos indicam que o Coronel Camacho, possivelmente o proprietário da estrutura localizada no Morro da Palha, tinha 37 escravos quando de sua morte em 1862 (CUNHA, 2011, p. 145). Conviveria em um mesmo espaço físico, de habitação e produção, também a mão de obra escrava? Como se dava a relação interética no microespaço? Que rumo tomaram os escravos libertos? Pertenceriam a eles os remanescentes de estruturas “não perenes”? Em testamentos analisados por Silva (2004, p. 102), há referência à “libertação” de escravos e doação de parte de propriedade a eles. Lembrando-se da precariedade legal dos documentos de posse para esse estrato social, o contexto arqueológico pode ser o único documento que comprove a sua propriedade. Para além do fator econômico nacional e regional, quais fatores locais foram preponderantes para a migração da população e a desagregação/extinção das comunidades de Praia Grande, Bupeva e Figueira, em São Francisco do Sul, na década de 1960? Algumas dessas questões começam a ser analisadas em pesquisas acadêmicas e são apresentadas nesta publicação.

## ■ Referências

ALVES, M. C. Diagnóstico arqueológico não interventivo no Rio Cachoeira, Joinville, SC. Relatório. OAP Consultores Associados, Joinville, jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico arqueológico para a obra de pavimentação da estrada de acesso à Praia do Ervino, em São Francisco do Sul – SC. Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, ago. 2012a.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico arqueológico prospectivo em área de propriedade de mineração Jundu Ltda., na localidade de Conquista, município de Balneário Barra do Sul, SC. Relatório final. JR Mos., Joinville, nov. 2013a.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico arqueológico prospectivo em imóvel do Sr. José Luiz Vizcaychipi de Aguiar, na localidade de Jaca, em Itapoá, Santa Catarina. Relatório final. Joinville, mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico arqueológico prospectivo para a elaboração de estudo de viabilidade ambiental para a implantação de terminal retroportuário em área de propriedade de Carlos R. G. Nóbrega e Octaviano B. Duarte Filho, no município de Itapoá, SC. Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, maio 2012b.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico arqueológico prospectivo para as obras de pavimentação asfáltica do projeto Costa do Encanto, Trecho 4, municípios de São Francisco do Sul e Itapoá, Santa Catarina. Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, dez. 2013b.

\_\_\_\_\_. Farinheiros e pescadores do interior da ilha de São Francisco do Sul. 136 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)–Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Salvamento e monitoramento arqueológico em área do entorno da igreja matriz de São Francisco do Sul – SC. Relatório final. Vinelle, Serviços e Terraplanagem, Joinville, set. 2004.

\_\_\_\_\_; BANDEIRA, D. R. Complementação de levantamento arqueológico na área das instalações portuárias de Itapoá Terminais Portuários S.A., em Itapoá, SC. Relatório. Itapoá Terminais Portuários, Joinville, nov. 2003.

\_\_\_\_\_; BIBOW, A. C.; MARTINS, F. C. Levantamento arqueológico da área de intervenção das obras de dragagem e retificação do Rio Cubatão, em Joinville, SC. Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, jun. 2004.

\_\_\_\_\_ *et al.* Diagnóstico arqueológico interventivo e prospecção arqueológica intensiva em área para implantação do Condomínio Jardim de Bari, em Joinville, SC. Relatório final. Ability Engenharia Ambiental, Joinville, mar. 2015.

\_\_\_\_\_. *et al.* O patrimônio arqueológico histórico do litoral norte de Santa Catarina. In: XIV SEMANA DA HISTÓRIA; XI CICLO DE DEBATES SOBRE HISTÓRIA REGIONAL, Joinville, Univille, 22 a 26 out. 2007. Comunicação apresentada.

\_\_\_\_\_; MARTINS, F. C. Diagnóstico arqueológico para as obras de implantação do empreendimento Mar Azul, São Francisco do Sul, SC. Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, jan. 2007a.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Diagnóstico arqueológico para as obras de pavimentação asfáltica de estradas municipais em Joinville e São Francisco do Sul. Relatório final – trecho 3. OAP Consultores Associados, Joinville, out. 2006a.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Diagnóstico arqueológico para as obras de pavimentação asfáltica de estradas municipais em Joinville e São Francisco do Sul. Relatório preliminar – trecho 2. OAP Consultores Associados, Joinville, maio 2006b.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Diagnóstico arqueológico para o empreendimento AKA Logística S/A, São Francisco do Sul, SC. Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, out. 2007b.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, M. S. C. de. Levantamento e monitoramento arqueológico da área de intervenção do emissário para lançamento dos efluentes sanitários e industriais da unidade industrial da empresa Vega do Sul S.A., em São Francisco do Sul – SC. Relatório. OAP Consultores Associados, Joinville, set. 2001.

AMARAL, M. M. V. Levantamento arqueológico – Ilha da Velha – São Francisco do Sul/SC. Relatório final. Carlos Alberto Oliveira Jr., Florianópolis, jul. 2004.

BANDEIRA, D. R. Diagnóstico arqueológico de fazenda de carcinocultura em Araquari, SC. Relatório final. Joinville, 2005.

\_\_\_\_\_; ALVES, M. C. Diagnóstico arqueológico das áreas a serem atingidas pela duplicação da rodovia BR 280 (São Francisco do Sul/Jaraguá do Sul/SC). Relatório final. Univille/DNIT, Joinville, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. *et al.* Pesquisa de salvamento arqueológico do Sítio Histórico Foz do Cubatão, Joinville. Relatório final. FCJ-MASJ/Trevo Empreendimentos Imobiliários Ltda., Joinville, jan. 2001.

\_\_\_\_\_. *et al.* Relatório final de prospecção arqueológica da área de implantação do Parque Ecológico Morro do Hospício (São Francisco do Sul). Univille, Joinville, 2014.

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, M. S. C. Diagnóstico arqueológico das áreas de atividade de mineração de areia e cascalho na bacia hidrográfica do Rio Itapocu – SC. Relatório final. Caruso Jr. Estudos Ambientais Ltda., Joinville, jul. 2001.

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, S. L. V. Diagnóstico de potencial arqueológico de área a ser impactada por atracadouro e estrada cênica em São Francisco do Sul, SC. Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, abr. 2005.

BORBA, F. M. A cultura material das populações africanas e afrodescendentes em coleções arqueológicas da Baía Babitonga (Santa Catarina): usos e práticas negras no passado. Monografia (Especialização em Arqueologia)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

\_\_\_\_\_. Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

BRASIL. Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, 1961.

BROCHIER, L. L. Diagnóstico arqueológico para o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio ambiente (EIA-RIMA) do contorno ferroviário de Joinville: municípios de Joinville, Araquari e Guaramirim/SC. Relatório final. Ecosistema Consultoria Ambiental Ltda., Curitiba, jul. 2004.

CALDARELLI, S. B.; BANDEIRA, D. R.; LAVINA, R. Projeto de levantamento arqueológico na área de implantação de empreendimento industrial no município de São Francisco do Sul – SC. Relatório. ERM Brasil Ltda., São Paulo, ago. 2000.

CARLE, M. R.; FERNANDES, T. C. Evidências de ruínas históricas na Ilha do Mel, Baía da Babitonga, litoral norte de Santa Catarina. Relatório de campo. FCJ/MASJ, Joinville, jun. 1999. (Documento Interno).

COMERLATO, F. Relatório referente à coleta de material arqueológico na lateral esquerda da Matriz de Nossa Senhora da Graça – São Francisco do Sul. Relatório. Jan. 2004.

CUNHA, R. P. Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850). 187 f. Dissertação (Mestrado em História)–Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

FARIAS, V. F. de. **Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo.** Povoamento, demografia, cultura, Açores e litoral catarinense: um livro para o ensino fundamental. Florianópolis: Edição do Autor, 1998.

FERNANDES, T. C. **Projeto de diagnóstico e prospecção arqueológica do eixo ecológico leste e estruturação da rede de parques ambientais em Joinville, SC:** Parque Porta do Mar. Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, ago. 2008.

FICKER, C. **História de Joinville:** crônica da Colônia Dona Francisca. 2. ed. Joinville: Ipiranga, 1965.

\_\_\_\_\_. Os franceses na Baía da Babitonga: a colonização francesa do Saí. **Blumenau em Cadernos**, tomo V, n. 11-12, p. 165-168, 1962.

FUNARI, P. P. A. A cultura material de Palmares: o estudo das relações sociais de um quilombo pela Arqueologia. **Ideias**, São Paulo, v. 27, p. 37-42, 1995a.

\_\_\_\_\_. Arqueologia e a cultura africana nas Américas. In: AZEVEDO, F. L. N. de; MONTEIRO, J. M. (Eds.). **Raízes da América Latina**. São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp, 1996. p. 535-546.

## CAPÍTULO 1

\_\_\_\_\_. Memória histórica e cultura material. **Revista de Ciências Históricas – Universidade Portucalense**, Porto, v. X, p. 327-339, 1995b.

\_\_\_\_\_. Resenha de ANDRÉN, A. Between artifacts and texts Historical Archaeology in: *Global Perspective* (Contributions To Global Historical Archaeology). London: Springer, 1998. **Ideias**, v. 5, n. 1, p. 251-254, 1998.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, 23 abr. 1878.

ICOMOS/ICAHM. **Carta de Lausanne – 1990**. Dispõe sobre a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan.-jun. 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/236/>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

JULIANI, L. J. C. O. Avaliação de impactos ambientais de empreendimentos urbanísticos e medidas mitigadoras aplicáveis. *In*: INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA; UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS; FÓRUM INTERDISCIPLINAR PARA O AVANÇO DA ARQUEOLOGIA. **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. Goiânia, 1996. p. 71-79.

KATH, R. **A escadaria de pedra do Monte Crista: apontamentos para a gestão da antiga estrada Três Barras**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2015.

LAVINA, R. **Levantamento arqueológico para áreas de impacto nos municípios São Francisco do Sul, Barra do Sul e Joinville/SC**. Relatório final. Unesc/Ipat, Criciúma, fev. 2005.

LEWIS, K. E. Sampling the archeological frontier: regional models and component analysis. *In*: SOUTH, S. (Ed.). **Research strategies in historical archaeology**. San Diego: Academic Press, 1977. p. 151-201.

LINS, H. N. O Porto e sua expressão econômica. *In*: SANTOS, S. C.; REIS, M. J.; NACKE, A. (Orgs.). **São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville**. Florianópolis: UFSC, 2004.

LUZ, A. A. **Santa Catarina, quatro séculos de história**. Florianópolis: Insular, 2000.

MCMANAMON, F. P. A regional perspective on assessing the significance of historic period sites. **Journal of the Society for Historical Archaeology**, Califórnia, v. 24, n. 2, p. 14-22, 1990.

MONTARDO, D. L. O.; AMARAL, M. M. V.; SILVA, O. P. **Levantamento arqueológico das margens da Rodovia BR 101 – Trecho Garuva (km 0,0)/Palhoça (km 216,5)**. Relatório de pesquisa. UFSC, Florianópolis, 1996.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE – MASJ. **Expedição Alto do Quiriri e Caminho Três Barras**. Fundação Cultural de Joinville, Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville-SSP, Polícia Ambiental, jornal *A Notícia*, Joinville, maio 2006. (Comunicação interna).

NABUCO, R. **O patrimônio cultural da base naval da Ilha da Rita/SFS: defesa, segurança nacional e o perigo alemão na primeira metade do século XX**. 2013, 85 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Univille, 2013.

OLIVEIRA, L. D.; SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia histórica no sul do Brasil: um breve panorama. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 29, p. 259-285, jan.-jun. 1999.

OLIVEIRA, M. S. C. *et al.* **Diagnóstico arqueológico e paleoambiental como subsídio ao zoneamento e conservação do Complexo Arqueológico Caieira: Lagoa do Saguauçu, Joinville/SC**. Relatório final. FCJ-MASJ/Fundema, Joinville, out. 2001.

ORSER JR., C. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

## CAPÍTULO 1

PEREIRA, C. C. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: Editora da UFSC; Prefeitura de São Francisco do Sul, 1984.

ROVINA, N. G. **Movimento do Porto de São Francisco do Sul no último quadriênio**. Monografia (Especialização)–Departamento de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

SANTOS, S. C. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Edição do Autor, 1974.

\_\_\_\_\_; REIS, M. J.; NACKE, A. (Orgs.). **São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville**. Florianópolis: UFSC, 2004.

SCIENTIA AMBIENTAL. **Levantamento arqueológico na faixa de servidão da linha de transmissão de 230 kv, Joinville-São Francisco do sul, SC (Circuitos I e II)**. Relatório I. Relatório final. Eletrosul, Florianópolis, jun. 2003.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Resgate arqueológico dos sítios Rocio Grande I e Rocio Grande II, São Francisco do Sul**. 1.º relatório parcial: atividades de campo. Florianópolis, 2009.

SEIBEL, N. T. (Org.). **São Francisco do Sul 500 anos: construções históricas**. Joinville: S & A, 2004.

SILVA, D. A. **Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888**. 2004. 119 f. Dissertação (Mestrado em História)–Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SILVA, G. R.; VALDETARO, I. K.; OLIVEIRA, M. S. C. **Diagnóstico sócio-ambiental das ilhas de Araquari (Ilha do Mel, Ilha dos Barcos e Ilha dos Papagaios)**. Relatório. Prefeitura de Araquari, Araquari, maio 2001.

SILVA, O. P. **Salvamento arqueológico dos sítios Morro Grande 1, Morro Grande 2 e Morro Grande 3**. Relatório final de pesquisa. ERM Brasil Sul Ltda., Palhoça, nov. 2001.

S. THIAGO, R. **Fourier**: esperança e utopia na Península do Saí. Blumenau: Furb; Florianópolis: UFSC, 1995.

THIESEN, B.; TOCCHETTO, F. Definição de sítio arqueológico histórico: reflexões para um debate. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 29, p. 255-285, jan.-jun. 1999.

ZAMORA, O. M. F. A arqueologia como história. **Dédalo**, São Paulo, n. 28, p. 39-62, 1990.

ZERGER, G. F. **Caieiras de Araquari e entorno**: inquietações de um patrimônio. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

## A HISTÓRIA DO MORRO DO HOSPÍCIO (SÃO FRANCISCO DO SUL): PRIMEIROS PASSOS DO ESTUDO NA PERSPECTIVA DA CULTURA MATERIAL<sup>1</sup>

*Dione da Rocha Bandeira<sup>2</sup>  
Maria Cristina Alves<sup>3</sup>  
Fernanda Mara Borba<sup>4</sup>  
Graciele Tules de Almeida<sup>5</sup>*

### ■ Introdução

O sítio arqueológico Morro do Hospício (Parque Ecológico Municipal Celso Amorim Salazar Pessoa, São Francisco do Sul, Santa Catarina) foi objeto de uma pesquisa realizada pela Universidade da Região de Joinville (Univille) com o intuito de estabelecer seus limites e as áreas de maior concentração de materiais arqueológicos, bem como produzir informações sobre as ocupações antigas e as mudanças ocorridas ao longo do tempo no local. Por meio do diálogo entre a cultura material, os documentos e os depoimentos orais foi possível entender de que modo o espaço e suas diferentes funções integraram o território e a paisagem da antiga vila e depois cidade de São Francisco do Sul. Acredita-se que a cultura material revela sentidos, pois é fruto das relações sociais e

---

<sup>1</sup> A pesquisa que se refere ao texto foi apresentada no 3.º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (Coninter) em 2014 em Salvador (BA), e as primeiras reflexões a respeito do estudo foram publicadas nos anais do evento.

<sup>2</sup> Universidade da Região de Joinville (Univille). *E-mail*: dione.rbandeira@gmail.com.

<sup>3</sup> Univille. *E-mail*: mariacristinaalves22@gmail.com.

<sup>4</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). *E-mail*: fernanda.soet@gmail.com.

<sup>5</sup> Univille. *E-mail*: gtametal@gmail.com.

identitárias, dos significados atribuídos no (ao) tempo e no (ao) espaço pelos indivíduos, mediante intenções construídas cotidianamente.

O Morro do Hospício é uma área situada no Centro Histórico de São Francisco do Sul (SC), entre as ruas Fernandes Dias, Quintino Bocaiuva, Manoel Lourenço de Andrade e Rafael Pardini (figura 1), com área de 16.500 m<sup>2</sup>, aproximadamente. O Centro Histórico, constituído de casario que remonta ao período colonial, foi tombado em 16 de outubro de 1987 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN – processo de tombamento n.º 1.163-T-85/SPHAN), inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (fl. 50 a 55, n.º 101) e Histórico (volume II, fl. 2 a 5, n.º 518).

**Figura 1** – Localização do sítio arqueológico Morro do Hospício (azul), no Centro Histórico de São Francisco do Sul (vermelho)



Fonte: Google Earth, adaptado por Maria Cristina Alves (2014)

Durante o processo de tombamento foram feitos estudos pela historiadora Marcia Regina R. Chuva e pelo arquiteto José Simões de B. Pessoa, profissionais do IPHAN na época, os quais afirmam a importância da pesquisa arqueológica no Morro do Hospício e também que os remanescentes presentes no local, naquele momento, seriam do prédio

mais significativo. [...] Só nos restaram fotos antigas de suas ruínas; o crescimento da vegetação do morro nos impede de saber, pelas fotos atuais, o estado em que estão seus vestígios. Deve-se através da necessária *pesquisa arqueológica* conseguir o resgate de maiores informações, pois pertenceria a *tipo mais importante de edificação religiosa denotada pela preocupação de uma implantação que o destacasse do conjunto* (IPHAN, 1986, p. 17-18, grifo nosso).

Entre as informações conclusivas, os técnicos inserem o Morro do Hospício, juntamente com os morros do Rádio e da Caixa-D'Água, na proposta de tombamento e de delimitação do Centro Histórico (IPHAN, 1986, p. 20).

Por conta da antiguidade e da presença de ruína de uma igreja antiga, o morro é considerado um sítio arqueológico histórico. Com o projeto de criação de um parque municipal na área, foi necessário realizar prospecção arqueológica, cujos objetivos foram: delimitar o sítio e os locais de concentração de materiais arqueológicos, levantar informações históricas e avaliar os impactos causados pelas obras do parque, iniciadas antes da finalização dos estudos arqueológicos. As metodologias empregadas no estudo envolveram levantamento: 1) de vestígios arqueológicos acima e abaixo da superfície, valendo-se de caminhamentos e sondagens sistemáticos; 2) de informações sobre a história do Centro Histórico e do Morro do Hospício, com base em revisão da literatura; 3) de documentação textual, iconográfica e oral; 4) topográfico cadastral com a locação das sondagens e evidências identificadas. O mapeamento topográfico foi realizado com escâner a *laser*, equipamento que permite a projeção de imagem 3D por meio de pontos topográficos registrados. Também se fizeram análises preliminares de laboratório dos materiais coletados. As fontes documentais (textuais e orais) foram pesquisadas nos acervos do Arquivo Histórico de Joinville, do Museu Histórico de São Francisco do Sul e do Museu Nacional do Mar (São Francisco do Sul), da Univille e ainda por intermédio de entrevistas com moradores da cidade.

O projeto de prospecção foi realizado pela Univille mediante contrato de prestação de serviço firmado com a Prefeitura de São Francisco do Sul, que prevê ainda a escavação arqueológica do sítio, a realizar-se tão logo o IPHAN emita parecer sobre o relatório da prospecção. Além do interesse na caracterização do sítio tendo em vista o empreendimento, o projeto teve como objetivo responder às seguintes questões: quais tipos de ocupações se sucederam no Morro do Hospício – hospedaria, igreja e cemitério? Como as mudanças ocorreram ao longo do tempo e de que modo o espaço e suas diferentes funções integraram o território e a paisagem da vila e depois cidade de São Francisco do Sul?

Pelo projeto urbanístico concebido e executado pela Prefeitura de São Francisco do Sul e pelo Programa Monumenta, do IPHAN, foram implantados “passeios, espaços arborizados e vegetação paisagística, *decks* de contemplação, ilhas de descanso, além de um edifício sede de apoio ao receptivo e administrativo do parque” (IPHAN, 2012, p. 2). Além das estruturas citadas, o projeto também contemplou obras de drenagem da elevação e iluminação.

São Francisco do Sul é a cidade mais antiga de Santa Catarina, reconhecida como Vila de Nossa Senhora da Graça de São Francisco em 1660 (PEREIRA, 2004, p. 43). A despeito de relatos sobre o povoamento da Baía da Babitonga ainda no século XIV, o mais provável é que as primeiras famílias, lideradas por Manoel Lourenço de Andrade, tenham aqui se estabelecido por volta de 1658. De acordo com Cabral, São Francisco foi a primeira fundação estável criada na costa catarinense, limitada ao norte com o “Têrmo da Vila de Paranaguá”, pela parte austral da Baía de Guaratuba; e, ao sul, com o “Têrmo da Vila de Laguna”, pela parte norte da Enseada das Garoupas (CABRAL, 1968).

Para assegurar a posse da região, foram concedidas sesmarias na ilha de São Francisco e continente, cabendo a Manoel Lourenço de Andrade a área da vila até as Laranjeiras,

ficando-lhes ao lado as de Luis Rodrigues Cavalinho [seu genro], que se alongavam, como aquelas, até o mar grosso, compreendendo a lagoa Acaraí. Neste período, também foram cedidas sesmarias em Iperoba, Península do Saí [para Antônio Francisco Francisques], Rio Parati [para Francisco Alves Marinho], Ilha do Mel [para Vicente Arriolos], Rio Pinheiros – além de outros mais, pelas vizinhanças (CABRAL, 1968, p. 35).

## ■ Morro do Hospício: a Capela São José, o hospício e o cemitério

Distante da Igreja Matriz 50 braças – cerca de 110 metros –, a história do Morro do Hospício teve início em 1681 com a edificação de uma capela sob a invocação de São José por iniciativa de Isabel da Cunha, que, segundo Pereira (2004), era viúva de Sebastião Alves Marinho, um dos povoadores da então Vila de São Francisco. Posteriormente, com a fundação da Ordem Terceira da Penitência do Padre São Francisco, a capela foi requerida, segundo uma certidão de

10 de setembro de 1751, pelo vigário João Batista de Azevedo, de acordo com o livro de Tombo da matriz e o requerimento da mesma Ordem, – que essa capela não tinha patrimônio e fora feita pela fundadora, à custa de sua fazenda, sem licença do Ordinário; era de pedra e cal, e então só possuía um ornamento usado, sendo os demais roubados pelos piratas [...] (PEREIRA, 2004, p. 131).

A Ordem Terceira da Penitência teria sido fundada em 1221 por São Francisco de Assis, sendo responsabilidade do Papa Leão XIII codificar seus princípios e regras (ALEXANDRE, 1972). De acordo com o Frei Basílio Rower, a instituição teria chegado ao Brasil por volta de 1700 e, em São Francisco do Sul, entre 1733 e 1751, período da concessão do Morro do Hospício (ALEXANDRE, 1972, p. 46). Com a permissão do ouvidor-geral Porto Carreiro, em 1752, a capela foi incorporada ao patrimônio da Ordem que, dois anos depois, foi nomeada e instituída sua administradora perpétua. Nesse mesmo ano a Câmara havia concedido o Morro do Hospício, passando à Ordem a carta de data de 1752. Ali, “propunha-se reparar e conservar e [...] fazer seus exercícios espirituais e sua festa anual para bem e salvação das almas” (PEREIRA, 2004, p. 131). Três anos depois, em 1755, D. Frei Antônio do Desterro, então Bispo do Rio de Janeiro e membro do Conselho de S. M. Fidelíssima, “fazia graça e doação para sempre de tal capela de S. José” (ALEXANDRE, 1972, p. 46; PEREIRA, 2004, p. 131) aos religiosos.

Com o tempo, a capela foi destruída para dar lugar à construção de um templo maior, levantando-se apenas as paredes laterais, o arco cruzeiro e a parede do fundo (COELHO, 1877 *apud* PEREIRA, 2004, p. 131). Além da ampliação da igreja, mandada edificar por Isabel da Cunha, a Ordem também teria construído uma residência – em local não especificado – para os religiosos, considerando que o governo da metrópole não permitia no período a edificação de conventos (ALEXANDRE, 1972, p. 46). De acordo com o pesquisador Ozório, em 1783 a Capela ameaçou ruir, fazendo com que os frades mudassem de local: “diz-se que tal mudança [sendo os frades retirados entre 1796 e 1797] gerou certa decadência na instituição em nossa cidade, situação que estendeu-se [*sic*] até o final do século 18, quando houve uma desestruturação em geral da ordem no sul do país” (OZÓRIO, 2011, p. 18).

Registros sobre o Morro do Hospício no início do século seguinte foram feitos pelo viajante francês Saint-Hilaire, quando visitou a região em 1820, percorrendo sobre a vila e mencionando a área:

A vila de S. Francisco tem, mais ou menos, a forma de um quadrilátero, mais largo nas margens do canal que nos outros lados. Ela se acha comprimida entre dois morros de altura desigual: o mais elevado, situado a leste, denomina-se Morro da Vila, e é coberto de mata virgem, e o outro, chamado Morro do Hospício, ao norte da enseada, é revestido de relva e espinheiros, terminando num terraplano onde existem as rumas de uma igreja e algumas paineiras, cujas folhagens, sacudidas pela mais leve aragem, contrastam com a imobilidade das florestas circunjacentes (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 84).

Anos depois, segundo Alexandre (1972) e Pereira (2004), o coronel Francisco de Oliveira Camacho, no momento em que era deputado da Assembleia Legislativa Provincial, obteve em 23 de abril de 1839 uma resolução que concedia licença para os devotos do hospício reedificarem a igreja e reorganizarem a Ordem Terceira, com a obrigação de lhe anexar um hospital. Assim,

[...] ficariam pertencendo os legados pios não cumpridos, deixados por pessoas do município, e o produto da taxa sobre a matrícula dos marinheiros das embarcações despachadas na mesma cidade (de São Francisco do Sul). [Mas] o prestimoso cidadão parece ter se achado só ou encontrou obstáculos insuperáveis para levar a efeito a execução da Resolução, por cuja promulgação se empenhara (PEREIRA, 2004, p. 132).

A Assembleia Legislativa mandou então recolher em benefício do Imperial Hospital da Capital da Província uma importância já em depósito da arrecadação da taxa dos marinheiros citados e que, pelo documento, se destinava à manutenção do hospital que se fundaria na vila de São Francisco do Sul.

Nesse período, mais precisamente em 1846, é possível visualizar a representação do Morro do Hospício, com indicação das construções na época na planta topográfica de mesma data (figura 2). De acordo com Pauli (2010, p. 45), o centro da cidade foi

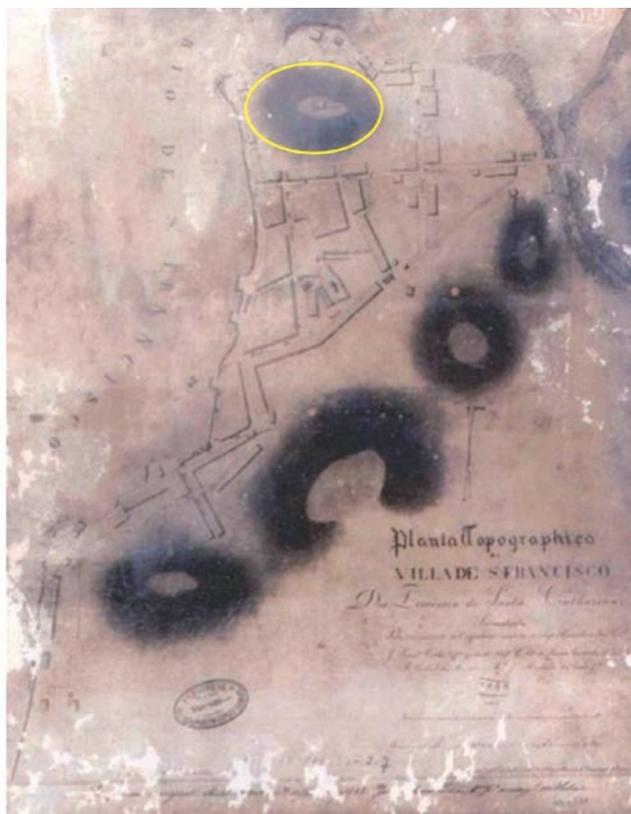
implantado sobre pequena elevação [apresentando], portanto, uma malha reticulada relativamente regular, mas não de modo ortogonal, em xadrez, característica que se seguiu nas áreas de ocupação

## CAPÍTULO 2

mais recentes. A conformação entre morros e o mar deu ao sítio [o Centro Histórico] ambiência excepcional e forte centralidade quanto ao núcleo urbano, que atualmente ainda se faz presente. Essa especificidade é reforçada pela existência do porto, hoje a principal atividade econômica de São Francisco do Sul, ligando todo o desenho da cidade a sua orla marítima.

Segundo essa autora, o Morro do Hospício, assim como os demais e o mar, permitiu que essa região fosse resguardada, elementos esses também apontados como importantes no momento do tombamento do Centro Histórico, o que será discutido mais à frente.

**Figura 2** – Planta topográfica da Vila de São Francisco, em destaque o Morro do Hospício (1846)

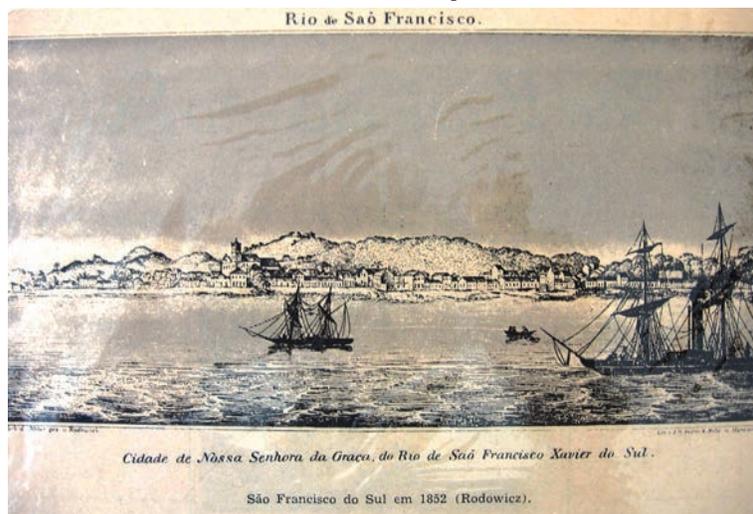


Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul (2004)

A Ordem, responsável nesse momento pelo Morro do Hospício, foi reorganizada somente em 1859, e apenas quatro anos depois (1863) voltou a se interessar pela conclusão da obra. De acordo com Pereira (2004), os estatutos da Ordem foram aprovados em 2 de outubro de 1859, segundo o registro da placa que se mandou colocar na entrada do novo edifício do hospital, sendo essa data considerada a da fundação da aludida casa de caridade (PEREIRA, 2004, p. 133).

A respeito da capela ainda nesse período, tem-se o olhar do imigrante prussiano Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, que escreveu a obra *A Colônia Dona Francisca no sul no Brasil* (1992), relatando suas experiências como imigrante da antiga colônia (atual Joinville), local onde aportou em 1851. No relato desse estrangeiro, encontram-se informações e gravuras da colônia, mas também da Vila de São Francisco, destacando-se na obra a mais antiga paisagem desenhada da cidade, registrada em papel (figura 3).

Figura 3 – Cidade de São Francisco do Sul e Capela de São José (detalhe) em 1852



Fonte: Rodowicz-Oswiecimsky (1992)

Na imagem é possível visualizar a pequena capela de São José, com uma torre central e sua abertura principal voltada para oeste, com uma tipologia construtiva bem diversa da apresentada em fotografias posteriores. A cidade, de acordo com a gravura de Rodowicz, apresenta igualmente inúmeros prédios, mostrando que naquele momento já passava por um período importante de desenvolvimento.

A Ordem, nesse momento organizada, em 1863 voltou a se interessar pela continuidade da construção da igreja, porém, dada a impossibilidade de tal ação somente com doações, tomou um empréstimo, deliberado em Assembleia Geral, em juro, ao cofre de Nossa Senhora da Graça, uma quantia de 1: 100\$000 (contos de réis), solicitando ao Dr. Corregedor da Comarca a autorização necessária, justificando

que estava a Ordem construindo no Morro do Hospício a sua capela, a qual já se achava em estado de cobrir-se; acontecia, porém, não poder fazê-lo por falta de meios pecuniários; e, como essa demora da cobertura podia trazer graves prejuízos à obra já feita, resolvia, por semelhante motivo, em sessão magna, tomar por empréstimo a importância acima, ficando a Ordem obrigada por seus havidos e por haver (Livro de Atas do Hospital *apud* PEREIRA, 2004, p. 132).

No ano seguinte, quando a parede frontal estava quase pronta, ela se partiu, bem como a do lado norte, tendo os pedreiros declarado que era necessário “demolir tudo quanto se achava partido, isto é, a frente e uma parte do lado, para ser edificado de novo, engrossando-se a parede da frente mais do que a que existia” (PEREIRA, 2004, p. 132). As obras foram sustadas até ulterior deliberação da mesa administrativa, a qual, na sessão de 29 do mês de fevereiro, concordou com o parecer dos trabalhadores. Porém, por causa de problemas financeiros e com a própria estrutura já feita (que sofreu várias rachaduras), a construção não pôde ser concluída, e as paredes ficaram preservadas até a década de 1920.

O nome Morro do Hospício, segundo os levantamentos de Alexandre (1972), foi adotado em função de que no passado o termo “hospício” também era utilizado para denominar locais onde se tratavam doentes e necessitados, bem como para residências eclesiásticas (que prestavam ações de caridade).

### ■ Os enterramentos

Outro ponto a ser mencionado a respeito do local são os enterramentos de escravos e homens livres feitos na capela entre 1783 e 1825, registrados nos livros de óbitos da freguesia (PREFEITURA DE JOINVILLE, 1781-1831), que totalizam 65 pessoas – 24 cativos e 41 livres.

A prática do enterramento de fiéis no interior das igrejas iniciou-se, na Europa, no século VIII e perdurou até o século XIX (CARVALHO, 2003 *apud* ALVES, 2013), sendo a religião católica a instituição de regulamentação da vida das sociedades pretéritas. O fiel era a todo tempo lembrado da sua característica finita do ser e do temor do inferno e, segundo Galvão (1995 *apud* MACEDO, 2011, p. 38), com base nesse temor, a Igreja determinou o comportamento e a prática cotidiana a serem adotados pelos seguidores. O sepultamento em local sagrado era considerado condição fundamental para a salvação da alma do indivíduo. Os sepultamentos *ad sanctos* (no interior da edificação, em locais próximos de santos e suas relíquias, altar dos sacramentos, sob as pedras da nave ou do claustro) permitiam que o morto fosse lembrado constantemente em sua comunidade. Porém, com a transformação de novas políticas sanitárias, públicas e privadas, e hábitos de higiene, esse tipo de prática passou a ser combatido, por considerarem os cadáveres como perigosos transmissores de doenças (LIMA, 1994, p. 89).

A respeito dos nomes levantados e das informações associadas, pode-se apontar que, a princípio, não havia uma distinção étnica ou social no enterramento no cemitério da Capela São José, considerando que ali foram alocados escravos e suas parentelas, bem como indivíduos de famílias importantes como os Gomes de Oliveira, Oliveira Camacho e Miranda Coutinho. Por outro lado, não se sabe a localização dos sepultamentos desses indivíduos – um dado importante para a tessitura de comentários sobre distinção e *status* social. Os registros apontam que, entre 1804 e 1806, não houve enterramentos de indivíduos livres, somente de cativos. A única informação recuperada nos registros eclesiásticos é a menção de dois escravos no adro da capela.

## ■ Os outros usos e a destruição

Segundo levantamentos de Teixeira e Lima (2003), muitas gerações, na sua infância, brincaram junto às ruínas ora desaparecidas da Igreja de São José. E, com o decorrer do tempo, essas ruínas foram se envolvendo em lendas, nas quais figuravam aparições de frades, tesouros enterrados e subterrâneos misteriosos (TEIXEIRA; LIMA, 2003, p. 6). De acordo com Ozório (2011, p. 18), histórias descrevem um longo túnel que ligaria a Igreja Matriz ao local da antiga capela e a tesouros enterrados. Existe uma outra que conta sobre um homem negro, chamado Thiago, que

juntamente com sua grande família residia no morro, suscitando dúvidas e temores nas pessoas:

Apesar de ser conhecido como um sujeito de bom coração, Thiago era muito esquisito, a respeito do qual muito se falava, inclusive que o negro velho tinha ligação com os seres das trevas, outros afirmavam que às sextas-feiras, em noites de Lua Nova, Thiago ficava invisível, em frente sua velha cabana o enxergando-se [*sic*] apenas a brasa de seu cachimbo de barro (fato compreensível numa noite escura...). Outros acreditavam que o próprio Thiago que derrubava os arcos, outros achavam que estes acontecimentos eram obras de fantasmas (OZÓRIO, 2011, p. 18).

Em janeiro de 1913 a propriedade passou a pertencer ao doutor Abdon Batista, comerciante, e sua mulher, Augusta de Oliveira Batista, moradores de Joinville, pelo valor de 80 contos de réis (ALEXANDRE, 1972, p. 46) (Livro 3-B de Transcrição dos Imóveis). Em março do mesmo ano, o local foi vendido para a Companhia Brazil Railway pelo valor de 80:000\$000 (contos de réis) (Livro n.º 3-E de Transcrição de Imóveis), que naquela época se referia a um terreno com 42.000 m<sup>2</sup>, denominado Morro do Hospício, e suas respectivas faldas e bases.

Naquele período, segundo Silveira (s.d.), era ainda possível visualizar os antigos caminhos do Morro do Hospício e

alcançar as largas e vetustas paredes de pedra, sem reboco, entre cujas fendas, grossas raízes de figueiras e aroeira firmavam ramos virentes, em constante fardalhar à passagem da viração. Na encosta do morro se notam ainda vestígios da sinuosa estrada que pela parte sul, conduzia à branca e modesta capelinha. Outra levava em sentido oposto, à fonte, antigamente conhecida por Fonte dos Frades, localizada a margem da hoje rua Quintino Bocaiuva, no lugar onde hoje estão os armazéns da firma Hoepcke.

Segundo os estudos do IPHAN (1986), a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, com ramal São Francisco do Sul-Porto União, foi iniciada em 1905, fazendo parte do processo de integração das regiões do norte do estado. Com isso “a vida econômica do município desloca-se

definitivamente para a Baía Babitonga, o porto de São Francisco torna-se o entre-posto do ‘hinterland’ norte catarinense e os remanescentes da agricultura passam a trabalhar na estiva” (IPHAN, 1986, p. 10).

A Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio-Grande vendeu o imóvel por meio de compra e venda feita para a Superintendência de Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, com sede na capital federal, em setembro de 1913 (Livro 3-B de Transcrição de Imóveis – SÃO FRANCISCO DO SUL, 1913). A partir de 1917, a Companhia Brazil Railway e suas subsidiárias entraram em regime de concordata; suas atividades foram encampadas e passaram ao controle da União, exceto a Southern Brazil Lumber & Colonization Company, que sobreviveu até 1938, quando foi finalmente estatizada no governo Getúlio Vargas.

De acordo com Pereira (2004), o arrasamento das velhas paredes da igreja de São José ocorreu com o pretexto de que as ruínas davam à cidade uma impressão de decadência. Foi durante a gestão da administração do superintendente municipal Dr. Eugênio Muller que, em 1921, foram demolidos os lendários paredões. Nas palavras de Silveira (s.d.), com a destruição, “privou-se lamentavelmente, às gerações porvindouras, admirar aquele marco, para nós verdadeira relíquia, que bem sentitisa [sic] o trabalho, a tenacidade e principalmente, a fé dos nossos avoengos” (figura 4).

Figura 4 – Ruínas da Capela de São José



Fonte: Acervo do Museu Histórico de São Francisco do Sul (2013)

A Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, no momento representada por seu superintendente, doutor Mario Pires, médico brasileiro que residia na capital, vendeu a área para Roberto Armando Hartmann Robaina, comerciante, e sua esposa, Edna Ramos Robaina, em dezembro de 1957 (Livro 3-I de Transcrições das Transmissões – SÃO FRANCISCO DO SUL, 1957). Em outubro de 1966 o local foi vendido por Roberto Robaina, e sua esposa, para Celso Amorim Salazar Pessoa, comerciante brasileiro da cidade (Livro 3-M de Transcrições das Transmissões – SÃO FRANCISCO DO SUL, 1966).

A transformação de área privada em pública iniciou-se em 2010, quando a Prefeitura de São Francisco do Sul comprou o terreno do Morro do Hospício da família de Celso Amorim Salazar Pessoa, a partir de seu espólio. De acordo com o processo, a área referia-se, naquele momento, a

uma Gleba de Terras, denominada lote n. 15 (quinze), situada no centro e zona urbana dessa cidade, abrangendo o Morro do Hospício, contendo dita gleba a área total de dezenove mil, oitenta e seis metros e noventa e oito (19.086,98 m<sup>2</sup>) centímetros quadrados [*sic*], de forma irregular, e limita-se pelas divisas dos fundos dos prédios situados nas ruas Babitonga, Joinville, Armada, Rafael Pardiniho, Fernandes Dias e Vigário Benjamin Carvalho, tendo acesso por quatro estradas, indicadas em plantas, conforme se verifica na planta na escala 1:500, que fica fazendo parte integrante desta escritura, a linha poligonal desmembrada de uma área primitiva de (42.000 m<sup>2</sup>), corre praticamente na cota positiva de (10,00 m) metros (SÃO FRANCISCO DO SUL, 2010).

A ação de desapropriação da área movida pela municipalidade foi feita em março de 2010; o local já tinha sido declarado como utilidade pública para fins de desapropriação em novembro de 2005, conforme Decreto Municipal n. 367/2005, para a implantação de um Parque Municipal Ecológico.

Posteriormente às diversas alterações feitas no Morro do Hospício, a vegetação do local foi restabelecida, não sendo mais possível visualizar nas fotografias aéreas ou ainda feitas da baía as ruínas das antigas construções ali implantadas.

## ■ Resultados preliminares por meio da análise arqueológica dos vestígios materiais

O *Levantamento topográfico planialtimétrico cadastral* (VECTOR GEO 4D, 2014) demonstrou que há uma concentração de restos de alvenaria na parte mais elevada da área. Constituída predominantemente de pedras, argamassa, reboco e tijolos, é possível, em pelo menos dois pontos, identificar entre os escombros alinhamento que pode ser parte do baldrame da antiga construção, sugerindo que a sua frente estaria voltada para oeste, em direção à baía. Planta de 1846 e análise de fotografias acessadas remetem a uma construção retangular, com maior dimensão no sentido oeste-leste. Também a pintura de Rodowicz (apresentada anteriormente) retrata a frente de uma “igreja” voltada para oeste, embora em sua representação da estrutura apareça apenas uma torre central, divergindo de imagens posteriores.

O levantamento também permitiu observar na porção leste da parte mais elevada a ausência dessas estruturas e uma área plana que pode ser o resultado de realocamento de materiais, possivelmente com maquinários, como preparação da área para outra ocupação ou construção, conforme foi levantado em entrevista (MUSSE, 2013).

As prospeções indicaram alguns pontos com concentrações maiores de materiais, que podem ser entendidos, num primeiro momento, como locais de descarte (lixeira) ou que sofreram menos intervenções ao longo dos anos. A maioria está para o mesmo lado da área – leste e sudeste. Um ponto de sondagem, que é um dos que apresentaram mais materiais, situa-se do outro lado da ruína, a noroeste. Esta pode indicar um local de descarte de uma das antigas ocupações da área, já que fica distante da parte que parece ter sofrido maior intervenção e está aos fundos da antiga igreja.

O material mais abundante nas coletas foi o construtivo: perfaz 81% do total. Isso vai ao encontro dos dados históricos que informam as diferentes construções e reconstruções da capela. Além da função religiosa, as informações remetem à residência de religiosos e hospedaria no local, por um período estimado de 45 anos (entre 1752-1797), o que aponta a possibilidade de localizar vestígios dessa edificação, bem como materiais relacionados ao cotidiano doméstico. Os materiais em geral associados a esse contexto são louça de barro, louça branca ou industrial (porcelana), vidro, metal, carvão e ossos de animais.

## CAPÍTULO 2

Os fragmentos de louça de barro foram identificados em maior quantidade a sudeste/leste da área, local que acreditamos ser os fundos da ruína. Também ocorrem na porção sudoeste/oeste. A louça branca ou industrial apareceu em menor quantidade na parte sudeste/leste da área. Os remanescentes de recipientes de vidro também foram coletados nas duas áreas com maior concentração de vestígios artefatuais.

Os ossos de animais são na grande maioria de peixes e foram identificados em maior quantidade próximo às sondagens em que houve mais vestígios, a leste/sudeste da área. Algumas peças podem ser fragmentos de ossos humanos; a análise mais acurada na próxima etapa do projeto deverá esclarecer tal questão. No entanto, dos locais onde esses ossos ocorreram, apenas uma sondagem estaria em local plano, propício para enterramentos. Salienta-se, contudo, que se trata de fragmentos soltos e que não foi identificada nenhuma estrutura funerária/de sepultamento.

Em relação ao carvão, aparece espalhado por toda a área, indicando eventos que podem ser relacionados tanto ao preparo de alimento quanto à queima de vegetação do local. As conchas que ocorrem próximas à ruína podem ser de material construtivo, argamassa ou piso que desagregou, já que era comum seu uso na elaboração desses materiais, ou ainda resto de alimentação, indicando local de refugio.

Em suma, com base na dispersão de artefatos, ecofatos e estrutura arquitetônica, além das informações documentais, iconográficas e orais, considera-se que a última estrutura com função religiosa teria um formato retangular, com a frente voltada para oeste. Vestígios materiais foram coletados majoritariamente a leste e sudeste da estrutura, tratando-se provavelmente de local onde teria existido outra construção e também local de refugio secundário.

Todos esses dados caracterizam o sítio arqueológico histórico Morro do Hospício. A cultura material aqui apresentada com base nos dados obtidos durante os trabalhos de Arqueologia aponta para a intensa relação entre os indivíduos e o espaço ao longo do tempo, especialmente por meio das relações socioculturais que abrangem o cotidiano daqueles que pensaram e organizaram aquele lugar, considerando a cultura material como *produto*, mas também como *vetor* das relações sociais (MENESES, 1983).

Nesse sentido, a cultura material deve ser pensada como parte do universo físico, “apropriado” pelos indivíduos no âmago das relações sociais. Para Meneses (1983, p. 112), a cultura material pode ser entendida como

aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica).

Ao pensarmos a cultura material do sítio arqueológico histórico Morro do Hospício, com destaque para os fragmentos de material construtivo (81% das coletas) e dos outros materiais (louça de barro, louça branca, vidro, metal, carvão e ossos de animais), e também a estrutura resultante das várias reformas que se deram naquele espaço, estes suscitam algumas indagações, relacionando principalmente a própria construção da capela, fruto da iniciativa de Isabel Cunha em 1681.

Segundo Pereira (2004), a Igreja Matriz estava localizada a 50 braças, ou seja, 110 metros de distância do sítio. Considerando tal distância como relativamente pequena, nos perguntamos: qual a intenção de construir uma capela no alto de um morro, estando próxima a outra? Uma suposta explicação seria a identidade religiosa do franciscano desde o início da ocupação. De acordo com Pereira (2004, p. 113), “era preocupação máxima dos fundadores de vilas construir primeiramente a igreja, que atestaria os seus sentimentos religiosos e a sua fé ilimitada na Providência Divina, sob cuja proteção esperavam realizar o seu intento”. Atualmente, segundo dados do IBGE (2010), mais de 60% da população se autodenomina participante da fé católica em São Francisco do Sul.

Além da religiosidade, a ocupação ou utilização de um espaço em detrimento a outro também poderia indicar questões relacionadas a um possível “conflito social” ou mesmo ao “campo” de interesses desfrutado pelos grupos sociais.

Outra hipótese estaria relacionada com a ocupação de um ponto estratégico na paisagem. São Francisco do Sul tem como referencial na paisagem a íntima relação com mar; suas ruas e casas foram construídas

nessa perspectiva. O Morro do Hospício faz parte de um conjunto de três elevações (além dele, o Morro da Caixa-D'água e o Morro do Rádio) que circundam o núcleo inicial de ocupação, podendo ser considerado um ponto estratégico, a partir do momento em que dele podemos avistar o centro urbano, a área portuária e a baía.

O estudo da cultura material e as hipóteses levantadas para desnudar os usos e significados atribuídos ao sítio arqueológico histórico Morro do Hospício possibilitam a compreensão sobre as ocupações daquele local, o qual certamente exerceu forte influência na vida dos francisquenses como marco construtivo para a cidade e também interagindo no imaginário da população local. Acreditamos que o espaço ora habitado e transformado nos fornece o aporte para a reflexão quanto às relações socioculturais, ultrapassando o meio físico e revestindo-se como um lugar simbólico.

Segunda Lima (2011, p. 21),

a cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante.

Consideramos essencial o aprofundamento na análise da cultura material, no intuito de desvelar as camadas de interesses que delineiam o relevo daquele espaço. Para tanto, a cultura material revela-se como vetor ativo dessa possibilidade, pois estabelece para além do objeto material as nuances no bojo das relações sociais e identitárias, seus significados atribuídos no tempo e no espaço pelos indivíduos, por meio de intenções construídas cotidianamente.

Dessa forma, ao investigar o espaço social, palco das atividades humanas e onde encontramos a marca indelével da história cristalizada na espacialidade e na materialidade, teremos acesso ao espaço humanizado e às formas utilizadas para a transformação da natureza pelos indivíduos, revelando sistemas cognitivos e culturais, códigos, cheiros, representações, sabores e saberes que constituem a nossa existência no tempo, nos espaços e nos lugares.

## Referências

ALEXANDRE, A. **São Francisco do Sul: ex-ilha. Terra de sonhos e tradição.** São Francisco do Sul: Lítero-Técnica, 1972.

ALVES, M. C. **Diagnóstico arqueológico prospectivo no cemitério municipal de São Francisco do Sul, SC.** OAP Consultores Associados, Joinville, 2013. Relatório final.

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina.** Florianópolis: Do Autor, 1968.

GALVÃO, V. **Religiosidade e morte: instrumentos do projeto colonial português.** A Series Funded Through a Grant from The Conference on Historic Site Archaeology, Stanley Shouth. Columbia: The University of Shouth Carolina, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/search=santa-catarina|sao-francisco-do-sul>>. Acesso em: 6 jul. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Centro Histórico de São Francisco do Sul (estudos de tombamento).** Rio de Janeiro, 1986.

\_\_\_\_\_. Programa Monumenta. **Memorial descritivo e caderno de encargos – Parque Ecológico Municipal.** São Francisco do Sul, 2012.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas,** Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

\_\_\_\_\_. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista,** São Paulo, v. 2, p. 87-150, 1994.

MACEDO, J. **Os nós da Arqueologia: leituras da paisagem e memória na Igreja de Nossa Senhora da Saúde,** Rio de Janeiro – RJ. 2011. Tese (Doutorado em Arqueologia)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

## CAPÍTULO 2

MENESES, U. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, São Paulo, n. 115, p. 103-117, jul.-dez. 1983.

MUSSE, C. **Carmen Musse**: entrevista [2013]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. São Francisco do Sul, 2013. Entrevista concedida ao Projeto Prospecção Arqueológica da Área de Implantação do Parque Ecológico Morro do Hospício (São Francisco do Sul).

OZÓRIO, L. A. As lendas do Morro do Hospício. **CNCS Revista**, São Francisco do Sul, ago. 2011.

PAULI, R. C. S. **Representações sociais sobre o Centro Histórico de São Francisco do Sul**. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.

PEREIRA, C. da C. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: UFSC, 2004.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. **Registro de óbitos da Freguesia Nossa Senhora da Graça: 1781-1831**.

\_\_\_\_\_. Arquivo Histórico de Joinville. **Sesmeiros da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco Xavier do Sul**. Coleção Memórias da Cidade – Reprodução Documental sobre Joinville, s.d.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, T. **A Colônia Dona Francisca no sul do Brasil**. Florianópolis; Joinville: Editora da UFSC; FCC Edições, 1992.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. São Paulo: Itatiaia, 1978.

SÃO FRANCISCO DO SUL. Primeiro Tabelionato de Protestos de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco do Sul. **Livro 3-B de Transcrição de Imóveis**. São Francisco do Sul, 1913.

\_\_\_\_\_. Primeiro Tabelionato de Protestos de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco do Sul. **Livro 3-I de Transcrições das Transmissões**. São Francisco do Sul, 1957.

\_\_\_\_\_. Primeiro Tabelionato de Protestos de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco do Sul. **Livro 3-M de Transcrições das Transmissões**. São Francisco do Sul, 1966.

\_\_\_\_\_. Segunda Vara Cível da Comarca de São Francisco do Sul. **Mandado de Imissão Provisória de Posse**. São Francisco do Sul, 2010.

SCHAVELZON, D. **Arqueologia Histórica de Buenos Aires: la cultura material Porteña de los siglos XVIII y XIX**. Buenos Aires: Corregidor, 1981.

SILVEIRA, O. **Nossas fontes públicas**. Museu Histórico de São Francisco do Sul. Documento datilografado. [s.d.].

TEIXEIRA, A.; LIMA, P. N. P. **Levantamento arqueológico no entorno do Museu Nacional do Mar, São Francisco do Sul**. 2003. Relatório.

VECTOR GEO 4D. **Levantamento topográfico planialtimétrico cadastral**. São Francisco do Sul – Santa Catarina. Joinville, 2014.

## VESTÍGIOS MATERIAIS DA PRESENÇA AFRICANA E AFRODESCENDENTE EM SÃO FRANCISCO DO SUL

*Fernanda Mara Borba<sup>1</sup>*

### ■ Introdução

O estudo que se apresenta resulta de uma pesquisa que levantou as coleções arqueológicas presentes em instituições de guarda e identificou artefatos produzidos e utilizados por africanos e afrodescendentes na Babitonga. Os espaços ocupados pelos diferentes indivíduos ao longo do tempo foram estudados por pesquisas históricas e arqueológicas no século XX e início do XXI que levantaram elementos desse processo de ocupação. Dos seis municípios pertencentes à baía, quatro sofreram pesquisas arqueológicas tanto no âmbito acadêmico como vinculadas a processos de licenciamentos ambientais, totalizando pelo menos oito sítios estudados com coleções. Como esta obra trata sobre a cidade de São Francisco do Sul, este capítulo será restrito aos sítios arqueológicos e suas respectivas coleções, que datam entre os séculos XVIII e XIX, presentes no município em questão.

A pesquisa levou em conta os pressupostos teóricos e metodológicos da arqueologia da diáspora africana, derivada dos estudos arqueológicos que investigam a escravidão de africanos e afrodescendentes no Novo Mundo, passando a contemplar a dispersão desses grupos fora da África por meio de migrações variadas. Este novo termo – arqueologia da diáspora – apresenta um caráter mais plural, pois fornece inúmeras

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). *E-mail*: fernanda.soet@gmail.com.

alternativas de investigação. Na impossibilidade de apresentar a diversidade de pesquisas relacionadas ao tema no Brasil, o espaço foi dado para as informações relativas aos sítios e artefatos analisados em São Francisco do Sul<sup>2</sup>.

## ■ Os sítios arqueológicos históricos de São Francisco do Sul

### São Francisco do Sul e os espaços habitados

A história de São Francisco do Sul remete a um povoamento bastante antigo e contou com a presença de sesmeiros que garantiram a posse da região, dividindo as terras entre os estabelecidos. Constituídos como antigas localidades, muitos desses espaços se mantiveram habitados ao longo de muito tempo e abrigaram um número importante de sítios, guardando vestígios registrados por pesquisas nas áreas de História e Arqueologia. Apresentando uma relação dessas investigações, de acordo com as funções das estruturas – religiosas (igrejas e cemitérios), militares (baterias, fortalezas, fortes e fortins), comerciais e produtivas (armazéns, engenhos, caieiras, indústrias), domésticas (residências, sesmarias), portuárias (portos, cais, alfândegas), entre outras (caminhos, quilombos) –, Comerlato (2003) registrou cinco sítios históricos em São Francisco do Sul: o Morro Grande 1, 2 e 3, a Unidade 21 (Praia Grande) e a Igreja Matriz. Ressalta-se, porém, que posteriormente ao levantamento da arqueóloga outros sítios foram pesquisados e cadastrados, bem como se reuniu um conjunto de coleções presentes em instituições de guarda da região. Nesse estudo foi possível levantar, na cidade citada, mais seis sítios históricos: Estaleiro 1, Morro do Hospício, Rocio Grande 1 e 2, Arroio Tamarina 2 e Unidade 16 (Usinor) (BORBA, 2014). O número de sítios históricos demonstra o grande potencial que a área apresenta para as pesquisas arqueológicas acerca do período histórico, sobretudo para aquelas que visam ao estudo de contextos da diáspora africana, considerando a presença do sistema escravista em São Francisco do Sul a partir do século XVII.

<sup>2</sup> A discussão teórica considerada seguiu a pesquisa de Symanski (2014), que reúne os estudos do tema no país. Para a Baía da Babitonga e o município de São Francisco do Sul, verificar Borba (2013; 2014).

### As pesquisas arqueológicas e os artefatos

Entre os sítios pesquisados por estudos arqueológicos na Babitonga (22 registros), 19 geraram coleções. Destes, dez encontram-se em São Francisco do Sul: Morro Grande 1, 2 e 3, Unidade 21 (Praia Grande), Unidade 16 (Usinor), Estaleiro 1, Rocio Grande 1 e 2, Arroio Tamarina 2 e Igreja Matriz de São Francisco do Sul. Os acervos atualmente estão presentes no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), no Museu Histórico Municipal Prefeito José Schmidt (MHMPJS), na Universidade da Região de Joinville (Univille) e na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)<sup>3</sup>. Deles foram investigados nove sítios e suas respectivas coleções; os demais foram estudados e, por não apresentarem artefatos cerâmicos de interesse para a pesquisa, foram descartados da análise. Faz-se necessário frisar que tais estudos foram concebidos em grande parte por pesquisas arqueológicas de caráter de salvamento arqueológico, vinculadas a projetos de licenciamento ambiental. Desse modo, os projetos objetivavam salvaguardar a cultura material, não sendo, portanto, executados com a intenção acadêmica de analisar problemáticas ligadas às relações sociais da sociedade local no passado. Esse fator não é somente uma realidade local, pois no que se refere ao campo arqueológico e à presença de povos africanos e afrodescendentes os estudos que abordaram os vestígios da diáspora em Santa Catarina não são expressivos (BORBA, 2013). Entretanto o *modus operandi* da pesquisa arqueológica permite que análises específicas sejam realizadas a qualquer momento, buscando discutir questões abordadas, ou não, pela historiografia, pelo viés do documento material. Além dos artefatos e da documentação reunida por esses projetos, registros escritos e iconográficos que fizeram referência aos vestígios estudados também foram avaliados.

Os artefatos cerâmicos foram analisados de acordo com o processo produtivo, com base nos atributos tecnológicos, morfológicos e decorativos, que, ao lado dos demais dados sobre as espacialidades, contribuíram para a elaboração de leituras a respeito das ocupações dos sítios históricos em questão. Igualmente, a comparação dos conjuntos cerâmicos dos sítios pesquisados por Symanski (2007; 2010), Agostini

---

<sup>3</sup> Salienta-se que a obra trata dos estudos que envolveram a Arqueologia Histórica em São Francisco do Sul, incluindo muitos desses sítios. Por essa razão, neste capítulo as informações concentram-se nos acervos de interesse, deixando que os dados sobre as pesquisas e outras interpretações constem nos capítulos próprios dos sítios citados.

(1997; 1998; 2010) e Coelho (2012) facilitou a identificação dos padrões decorativos presentes na Baía da Babitonga. Essa análise considerou, basicamente, os procedimentos de investigação dos autores citados, e para a verificação dos atributos tecnológicos e decorativos do material cerâmico se utilizou ainda a terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica (SEMINÁRIO DE ENSINO E PESQUISA EM SÍTIOS CERÂMICOS, 1966). Os aspectos considerados levaram em conta a técnica de confecção (acordelamento, moldagem e modelagem), o tratamento de superfície (engobo ou banho e alisamento), a decoração (somente plástica) e, quando presentes, as manchas de queima. A averiguação dos elementos decorativos avaliou todos os fragmentos de cachimbos e de bordas de vasilhames com algum tipo de decoração plástica, independentemente de sua morfologia, registrando o tipo decorativo contido no fragmento. Tais padrões também poderiam aparecer combinados numa mesma peça, formando decorações combinadas duplas ou múltiplas.

Entre a cerâmica de produção local, considerada boa indicadora de suporte de traços com influências africanas e afrodescendentes, os cachimbos e as bordas de vasilhames decoradas mostraram-se interessantes, ao passo que podem informar sobre a função e são acompanhados por uma literatura historiográfica e arqueológica que registrou esses artefatos em conjunto com os hábitos cotidianos de escravos em meios urbanos e rurais. Os cachimbos coletados nos sítios históricos da Baía da Babitonga foram submetidos a análise tecnotipológica específica, em virtude do interesse diagnóstico dessas peças. A terminologia e a tipologia empregadas basearam-se em Becker e Schmitz (1969) e em Agostini (1997), que utilizaram como partes constituintes dos cachimbos: corpo do forninho, cavidade em forma de funil que recebe o fumo; porta-boquilha, quase sempre postixa e composta de um canudo; e pedúnculo, o qual pode ou não apresentar um orifício para pendurar. A tipologia mais usada no Brasil para a classificação dos cachimbos é de autoria de Serrano (1937), adaptada por Becker e Schmitz (1969), podendo ser do tipo tubular, forninho, monitor e angular. Para finalizar, frisa-se que as literaturas a respeito da materialidade relacionada à diáspora africana usam, dentro dessa discussão, termos como padrão, traços ou formas quando discutem as decorações. Sabendo que eles podem apresentar diferentes sentidos e conotar demais significados, optou-se por empregar o termo motivo.

### *Os sítios arqueológicos históricos Rocio Grande 1 e 2*

Os sítios arqueológicos históricos Rocio Grande 1 e 2, anteriormente presentes na antiga localidade Rocio Grande, em São Francisco do Sul, foram primeiramente registrados pelo *Levantamento arqueológico Rocio Grande* (UNESC, 2008), em decorrência da utilização da área para o desenvolvimento de atividades retroportuárias. Considerando a recomendação de salvamento arqueológico, uma nova pesquisa foi feita pela Scientia Consultoria Científica, em 2009: o projeto *Resgate arqueológico dos sítios Rocio Grande I e Rocio Grande II – São Francisco do Sul (SC)* (Processo IPHAN n.º 01510.001109/2009-13). Esse trabalho foi coordenado pela arqueóloga Ana Lucia Herberts para o licenciamento ambiental das instalações da empresa Estocagem e Transporte de Frios Extrafrio Ltda., de Itajaí, no município de São Francisco do Sul.

Para a interpretação da coleção como um todo e do espaço estudado, a pesquisa de resgate pontua que a área do Rocio Grande 2 se tratava de um local de descarte de artefatos de uso diário e que deveriam ter existido, próximo dali, residências, mas não foram localizadas marcas de construção, levando a crer que eram elaboradas com materiais mais simples e perecíveis, ou ainda que estariam distantes do perímetro da investigação. Também se salienta que a localidade abrangia famílias mais humildes que trabalhavam no Porto, considerando se tratar de área portuária, e que os materiais não formavam conjuntos, sendo de produção artesanal.

Os materiais coletados no Rocio Grande 2 indicaram uma datação situada entre fim do século XIX e início do XX (SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA, 2009), considerando os fragmentos de louça com decorações. A coleção concentra fragmentos cerâmicos, vítreos, ósseos, metálicos e plásticos, e a análise levou em conta a técnica de confecção, coloração e decoração, pasta e uso. O material cerâmico, tendo em conta o interesse da pesquisa, foi classificado como faiança fina (137 peças), faiança portuguesa (um), grés (um), cerâmica de torno com vitrificação interna (18), cerâmica histórica (torno ou modelada sem decoração e com decoração) e cachimbos (cinco). A coleção foi doada para o Museu Nacional do Mar em São Francisco do Sul e, posteriormente, com a autorização do IPHAN, foi transferida para o MHMPJS, compondo atualmente o seu acervo. A análise da coleção cerâmica abrangeu um total de 24 fragmentos de bordas de vasilhames decorados e cinco cachimbos.

Sobre a técnica de confecção das bordas de vasilhames, destaca-se a modelada, tendo uma pasta mineral com fragmentos de quartzo e mica. As decorações mais presentes são escovado, inciso e carimbado, associadas ou não num mesmo fragmento. Segundo o próprio relatório, a maioria das bordas apresenta morfologia direta, extrovertida e expansiva, com aplique decorativo rente ao lábio, sendo este, em sua maioria, arredondado, ou ainda plano. Quanto ao uso, as peças correspondem à utilização de produção de alimentos, considerando as marcas de fuligem e borra no interior dos fragmentos, ou ainda para o armazenamento de mantimentos e consumo.

A respeito dos cachimbos, a técnica empregada foi a moldada ou modelada, com decoração incisa, ponteadada e linear, com pasta mineral de quartzo e mica. Das cinco peças, duas estão fragmentadas e as outras três são partes de cachimbos, identificadas como porta-boquilhas; todas são do tipo angular (SERRANO, 1937).

### *O Sítio Arqueológico Histórico Unidade 21 (Praia Grande)*

O Sítio Arqueológico Histórico Unidade 21 pertencia à localidade da Praia Grande, em São Francisco do Sul, e foi registrado pela arqueóloga Maria Cristina Alves no *Levantamento e monitoramento arqueológico da área de intervenção do emissário para lançamento dos efluentes sanitários e industriais da unidade industrial da empresa Vega do Sul S. A. em São Francisco do Sul – SC* em 2001 (Processo IPHAN n.º 01510.000125/2001-31). O estudo tinha como intuito apresentar o diagnóstico do potencial arqueológico e recomendações para salvaguarda do patrimônio localizado na área a ser impactada pela instalação de dutovia, na faixa que compreendia a unidade industrial na BR-280 até o oceano. Como parte da área seria impactada pela dutovia, a pesquisa recomendou que a unidade deveria ser salva, incluindo no novo estudo a depressão circular também registrada pela pesquisadora. O *Salvamento arqueológico do Sítio Histórico Praia Grande – Unidade 21, em São Francisco do Sul, SC* (Processo IPHAN n.º 01510.000014/2002-14) foi igualmente realizado por Alves e Oliveira (2003) para a liberação da área para a instalação do emissário de efluentes da indústria Vega do Sul S. A. Salienta-se ainda que os dados levantados nas primeiras pesquisas foram aprofundados e apresentados em *Farinheiros e pescadores do interior da ilha de São Francisco do Sul, SC* (ALVES, 2003) – pesquisa de mestrado em Arqueologia que discutiu as comunidades ligadas aos engenhos de farinha e à pesca presentes na ilha de São Francisco do Sul.

A Unidade 21 era uma área de antiga residência, caracterizada pela presença de restos de alimentação, fragmentos de artefatos e estrutura de combustão, relacionando-se com um engenho. O Sítio Histórico Unidade 21 apresenta uma proximidade com outros dois sítios pré-coloniais – o Sambaqui 9 (Praia Grande VII) e o Sambaqui 5 (Praia Grande IV) –, e seu acesso se dava pela antiga estrada de ligação entre a comunidade da Praia Grande e o Porto do Rei. A pesquisadora pôde evidenciar registros materiais que apontaram para uma ocupação residencial, com a presença de remanescentes da estrutura de habitação (piso, esteios, fornalha) e área de deposição de descarte adjacente, bem como em outros locais do terreno.

Considerando o interesse para esta pesquisa, somente os fragmentos cerâmicos foram analisados, e, dos 423 que compõem a coleção, somente os de cachimbos foram interpretados. No pequeno conjunto de quatro fragmentos citados, verificou-se a existência de um do tipo angular e modelado com decoração incisa dupla linear próxima ao forninho e um fragmento de porta-boquilha sem decoração; os demais, com menos de 1 cm, são uma porta-boquilha e um forninho, sem decoração.

Os fragmentos de utensílios de cozinha são todos vidrados, ou seja, receberam um tratamento de superfície que impermeabilizava a louça. A reconstituição de 11 peças totalizou sete alguidares, um boião, um jarro e dois vasilhames não identificados. Desses utensílios, apenas dois apresentam quebras típicas de confecção com técnica de rolete, embora suas formas sejam comuns de artefatos torneados, como os demais da coleção.

Concluindo a análise, o estudo observa que a Unidade 21 apresenta remanescentes de ocupação histórica, tratando-se de uma estrutura residencial, permanentemente. Além disso, a propriedade produzia farinha no local, pois, “além de ser uma tradição, a fornalha remanescente e os fragmentos de tacho indicam que esta atividade podia ser exercida, embora com pequena produção” (ALVES; OLIVEIRA, 2003, p. 46). Por outro lado, havia também a hipótese do trato relacionado à pesca, considerando que esta foi uma importante atividade local em tempos anteriores, mas poucos foram os artefatos reunidos e ligados ao tema (três fragmentos de anzol e poucos ossos de tainha). Com relação à dieta dos moradores, a pesquisa concluiu que moluscos e peixes (principalmente roncadour) eram as principais fontes de proteína. Considerando a coleção de louças da Unidade 21, mais as informações de pesquisadores de outros locais, o estudo pontuou que a maioria foi produzida na primeira metade do século XX. A discussão associada ao perfil socioeconômico dos

ocupantes levou em conta os conjuntos cerâmicos que contemplavam os vasilhames mais simples, com função utilitária. Estes, junto com o dado da estrutura da habitação de madeira ou taipa, orientam que

seus moradores eram parte da população de baixa renda, como a maioria dos habitantes do local. Das informações levantadas sobre os antigos moradores, percebe-se que assim como na localidade de Figueira (na outra margem do rio Acaraí), na Praia Grande havia uns poucos proprietários abastados, circundados por meeiros e outros agregados que, sazonalmente, se apresentavam como mão-de-obra disponível. Possivelmente a família que habitou o local [...] fazia parte deste contingente de trabalhadores agregados (ALVES; OLIVEIRA, 2003, p. 47).

Ainda no *Levantamento e monitoramento arqueológico da área de intervenção do emissário para lançamento dos efluentes sanitários e industriais da unidade industrial da empresa Vega do Sul S. A. em São Francisco do Sul – SC*, Alves (2001) registrou outra estrutura, nomeada como Unidade 16, na antiga localidade da Figueira. Esta se trata de uma residência com a presença de um engenho de farinha. O edifício possui alicerces de pedra, paredes de tijolo e telhas tipo capa e canal. Segundo a pesquisadora, a estrutura media aproximadamente 33 metros de frente por 12 metros de fundo, e a área, no período da pesquisa, era utilizada para agricultura, provocando o revolvimento do solo e o afloramento de artefatos e restos alimentares.

No relatório consta que “entre esta Unidade e os sambaquis 7 e 8<sup>4</sup> (Boca Rica I e II) há a casa do responsável pela propriedade, o senhor José Askel, conhecido por Boca Rica, e havia duas casas e um engenho de farinha da família Maia” (ALVES, 2001, p. 55). Com um acesso na antiga estrada que ligava as localidades da Figueira e da Gamboa, a unidade pertence atualmente à Fiação Joinvilense, segundo informação oral coletada na pesquisa, e no passado foi propriedade do senhor Florzinha [sic] e habitação da Família Brandão. Em levantamento documental, a pesquisa acessou uma informação presente no jornal *Gazeta de Joinville* de 1880, do acervo do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), que menciona um falecimento na antiga fazenda relacionada a tal unidade. Tratava-se de um escravo, conhecido como preto velho José Lanceta, que

<sup>4</sup> Posteriormente identificados por Alves (2003) como sambaquis Rio Acaraí II e III.

foi a óbito em 8 de novembro do ano mencionado, no lugar Figueira, na roça do senhor Brandão. Esse dado é importante, uma vez que, entre os materiais recolhidos por Alves, estão 13 fragmentos de louça branca, três de vasilhames cerâmicos, um peso de rede, um cachimbo, um fragmento de vidro, três fragmentos metálicos (dois de uma panela e um de arma de fogo), um fragmento de telha e conchas de berbigão (não coletadas). Destes, somente o cachimbo – artefato que a literatura associa aos negros escravizados – foi analisado, que apresentou parte do fornildo, corpo e porta-boquilha. A técnica de confecção usada foi a modelagem, e a pasta apresentou um antiplástico mineral, sendo do tipo angular com porta-boquilha curta, com o fornildo espatulado.

### *O Sítio Arqueológico Histórico Estaleiro 1*

O Sítio Arqueológico Histórico Estaleiro 1, na localidade do Estaleiro, foi identificado na pesquisa *Arqueologia da escravidão numa vida litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (SC)* (Processo IPHAN n.º 01510.001776/2011-11), pela pesquisadora Fernanda Mara Borba (2013). Num segundo momento, a propriedade sofreu novamente uma intervenção arqueológica com prospecções e salvamento para um melhor conhecimento da área e complementação da pesquisa citada (ROSA *et al.*, 2014). O acesso ao imóvel dá-se pela Estrada Geral Lindolfo Ledoux, na parte continental do município de São Francisco do Sul, o Distrito do Saí.

A propriedade foi registrada em cartório em 1947, mas a documentação acessada por Borba (2013) pontua que a família ligada ao imóvel estava na localidade desde o século XIX, tendo outras terras na freguesia do Bom Senhor Jesus de Paraty (Araquari) no mesmo período e escravarias. Atualmente o sítio possui seis estruturas arquitetônicas que foram identificadas: o entorno da unidade residencial, onde havia uma antiga cozinha (sem remanescentes), a unidade residencial, uma olaria em ruínas, um antigo engenho, uma calha, as ruínas de um paiol e os remanescentes de uma estrutura associada a uma senzala por alguns informantes e, por outros, a uma residência. Destas, as áreas da residência principal e da residência associada a uma senzala sofreram intervenções e geraram coleções arqueológicas, constantes do Laboratório de Arqueologia da Univille, espaço onde a análise foi feita. As demais estruturas foram identificadas, medidas, registradas e interpretadas de acordo com fotografias e documentos antigos.

O entorno da área da residência principal foi escolhido por Borba (2013) para escavação considerando a possibilidade de a habitação cativa ter sido construída como um anexo ou em área próxima, por se tratar de uma escravaria com número baixo de indivíduos. O material cerâmico (143) foi separado em conjunto de acordo com a função (vasilhame, cachimbo, esfera de barro, peso de rede e fragmentos indeterminados) e com os tipos de fragmentos, como bases (quatro), bordas (16), bojos (89), asas e alças (três) de vasilhames.

Dos fragmentos de bordas, dois receberam decoração aplicada e digitada, um apresentou um aplicado pinçado, outro exibe decoração digitada e o último traz decoração excisa.

Para a coleção, registraram-se cachimbos modelados e identificaram-se 14 no sítio, entre inteiro (um), com forninho (um), com porta-boquilha (três) e fragmentos de forninhos lisos e decorados (nove)<sup>5</sup>. Considerando a existência de um forno próprio na fazenda, é possível que os locais de retirada da argila não sejam muito distantes. Com relação aos padrões decorativos, do conjunto da pesquisa (14) e do proprietário (cinco), oito cachimbos possuem decoração plástica na superfície. Com decoração incisa dupla paralela, somam-se três cachimbos. Com inciso único há somente um fragmento, e outro com decoração incisa em arcos secantes, todos próximos à borda do forninho. Um fragmento também conta com decoração ponteadada. Um fragmento de cachimbo apresenta em seu forninho decoração incisa e ponteadada dupla, e outro contém decoração ponteadada na porta-boquilha e incisa com ponteadado no forninho. Do conjunto de cachimbos cerâmicos, apenas cinco contavam com pedúnculo, todos sem orifício. Uma única peça possui decoração mais elaborada, com motivo inciso e exciso, criando gomos próximos à porta-boquilha e um pedúnculo proeminente, que também apresentou decoração incisa. A última peça averiguada constitui um cachimbo com superfície de cor preta e tem semelhanças com peças apresentadas por Agostini (1997), com procedência rural de fazendas cariocas e paulistas. Os fragmentos estudados pela arqueóloga foram classificados em tipos, mas cabe aqui ressaltar um cujas descrições se aproximam às do cachimbo encontrado no sítio Estaleiro 1, com

[...] duas linhas paralelas que circundam o forninho, abaixo uma sequência de semiesferas em alto-relevo, seguida por mais uma linha e outra sequência de

<sup>5</sup> A pesquisa citou que o proprietário tem posse de outros cinco cachimbos encontrados na propriedade em superfície (três inteiros e dois com a porta-boquilha).

semiesferas. Esta decoração se repete no porta-boquilha. No corpo da peça aparecem junto ao pedúnculo duas concentrações de linhas onduladas em ambos os lados (AGOSTINI, 1997, p. 31).

Para complementar a pesquisa, a área da senzala foi escavada, a qual fica nos fundos da propriedade, com distância de aproximadamente 150 metros a nordeste da estrada. Construída em forma de L, a estrutura tem baldrame parcialmente preservado, feito com blocos de rochas e tijolos. Como citado, o levantamento oral feito por Borba (2013) associou a estrutura com uma moradia ligada às famílias ali instaladas durante a primeira metade do século XX e, mais tarde, levantou a possibilidade de se tratar de uma senzala. A intervenção feita gerou uma coleção com 97 fragmentos. Considerando o mesmo material analisado, o conjunto cerâmico dessa área foi bastante singelo e, apesar de ser possível notar semelhanças com esses fragmentos, como as técnicas de fabricação e os materiais empregados, não se fizeram presentes artefatos como os cachimbos, tampouco fragmentos decorados, impossibilitando uma comparação no mesmo viés feito por Borba (2013).

Deve-se salientar que esses são locais distintos; o primeiro é um espaço de descarte junto a uma antiga cozinha, e o segundo, uma residência, podendo igualmente apresentar materiais diferentes e períodos também diversos, variando entre os séculos XVIII e XX.

### O Sítio Arqueológico Histórico Arroio Tamarina 2

O Sítio Arqueológico Histórico Arroio Tamarina 2, antes presente na localidade do Rocio Grande<sup>6</sup>, foi identificado pelo estudo feito por Alves e Martins (2007), na fase de diagnóstico arqueológico para a implantação do Terminal Marítimo Mar Azul e Centro de Distribuição de Cargas Mar Azul (Portaria IPHAN n.º 340/2006). Juntamente com o sítio citado foi registrado outro, o sambaqui Arroio Tamarina 2, ambos na área de impacto direto. Para o salvamento, foi elaborado o *Programa de educação patrimonial e valorização arqueológica na área de implantação do centro de distribuição e no terminal marítimo Mar Azul, município de São Francisco do Sul, SC* (2012), sob responsabilidade de Deisi Scunderlick Eloy de Farias, resgatando os dois sítios e avaliando a área de entorno, a fim de impedir danos futuros (Processo IPHAN n.º 01510.000010/2008-13).

---

<sup>6</sup> O sítio foi salvo porém não existe mais.

O Sítio Histórico Arroio Tamarina 2 encontrava-se em uma área de vegetação fechada, com cobertura arbustiva e arbórea, caracterizada por solo bastante úmido. De acordo com o estudo (FARIAS, 2012), o local apresentava ruínas de uma antiga habitação que deixava à mostra as estruturas com pilares de blocos de rochas com argamassa e fragmentos de moluscos, tijolos maciços e pedras espalhadas e, juntos destas, artefatos de uso doméstico como garrafas de vidro, porcelana, fio, ossos de animais, além de fragmentos de telhas. O sítio foi dividido em quadras de 4 m<sup>2</sup> em uma área de 20 por 26 m com pequenas quadrículas de 1 m<sup>2</sup>, bem como uma trincheira de 20 m de comprimento por 1 m de largura. O Sítio Arroio Tamarina 2 refere-se, segundo a pesquisa, a uma casa do início do século XX, onde residiram imigrantes alemães; acredita-se que tal afirmação foi baseada em documento acessado em cartório, cuja data marca o início da década de 1920<sup>7</sup>. No local reuniram-se 898 artefatos de vidro e cerâmica, que foram analisados para “interpretar as práticas cotidianas no início do século que estão relacionadas às refeições, ao consumo de bebidas e remédios e ao descarte de lixo” (FARIAS, 2012, p. 162).

Posteriormente à fase de curadoria da coleção (catalogação, quantificação e embalagem), as peças foram separadas por seus atributos. Para a cerâmica houve a divisão entre porcelana (três), faiança (227), cerâmica vermelha (352) e vidrada (13). Para as partes, os artefatos foram divididos entre bordas (111), paredes (442), bases (47), com as três partes (não inteiras) (6) e com as duas partes (cinco). Houve, ainda, separação entre pratos (21), pires (sete), xícaras (30), outras cerâmicas brancas (cinco), telhas (67), potes tampas (cinco), outras cerâmicas vermelhas (15) e não identificadas (445). Do conjunto cerâmico, a maioria não apresentava decoração (443 sem e 152 com), e com a decoração presente havia relevo (18), pintado (103), em relevo e pintado (um), inciso (oito), inciso e pintado (cinco), corrugado (11) e escovado (seis). No atributo decoração entraram cerâmicas vermelhas e brancas – estas últimas apresentaram relevo, pintado e os dois na mesma peça.

Considerando a coleção e as características de interesse, foram novamente analisados 14 fragmentos cerâmicos de bordas com decoração plástica na Unisul, em Tubarão, instituição de guarda. Entre as decorações mais representativas estão escovado em diferentes direções (seis), inciso (quatro), espatulado (dois), pinçado (dois), entalhado (um), digitado

<sup>7</sup> Salienta-se que muitas propriedades antigas não tinham posse de escrituras, sendo muitas regularizadas somente a partir do século XX. Isso não significa, portanto, que não detinham uma ocupação anterior.

### CAPÍTULO 3

(um), corrugado (um) – estas estavam repetidas e juntas em algumas peças. Do conjunto, muitas peças apresentaram um tipo de decoração mais simples, empregando o escovado, fato talvez associado aos habitantes do local, que poderiam ter um nível financeiro mais baixo.

#### *O Sítio Arqueológico Histórico Igreja Matriz de São Francisco do Sul*

O Sítio Arqueológico Histórico Igreja Matriz de São Francisco do Sul foi estudado por meio do *Salvamento e monitoramento arqueológico em área do entorno da Igreja Matriz de São Francisco do Sul (Santa Catarina)*, que fez parte da recuperação da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, do Programa Monumenta (ALVES, 2004) (Processo IPHAN n.º 01510.000063/2004). A coleção cerâmica, utilitária, contabilizou 116 fragmentos coletados nas camadas escavadas, com mais 17 procedentes de perfis, constituídos por partes de vasilhames (na maioria corpo, 13 bordas e duas bases) e apenas três de cachimbos. A técnica de confecção é predominantemente a de acordelamento, sendo três confeccionados em torno (uma base e duas bordas) – os cachimbos foram elaborados com a técnica de modelagem. Oito fragmentos foram classificados como cerâmica vidrada. O tratamento de superfície, na maioria dos fragmentos, é simples ou não foi identificado, por conta do estado de conservação precário (abrasão). A decoração plástica é diversificada, sendo identificados os tipos: escovado, carimbado, inciso, ponteadado, digitado e corrugado.

A análise por essa pesquisa considerou os fragmentos decorados, sendo cinco bordas: com inciso (dois), digitado (um) e ponteadado (dois). Do conjunto de cachimbos, um se apresenta com uma pequena quebra no forninho, com decoração incisa no forninho e porta-boquilha, um fragmento de porta-boquilha com decoração também incisa e pedúnculo e um último fragmento de forninho sem decoração.

A pesquisa localizou mais de dez sepultamentos na área do cemitério, o qual atuou até por volta de 1832. Chegou-se à conclusão de que a área era de refugio, aproveitada para enterramentos. As covas evidenciadas suscitaram questões referentes ao *status* social dos sepultados; as hipóteses levantadas sugerem que eram indivíduos de baixa renda, ou escravos, por terem sido enterrados na área externa da igreja (ALVES, 2004). A sobreposição de covas, com orientação dos corpos em direções diversas, indica que houve período de abandono, perdendo-se a

referência de antigos enterramentos. Há que se considerar a inexistência de jazigos e lápides, prática utilizada apenas para os cidadãos abonados. Remanescentes de indumentária, de adornos e de urnas funerárias são indicadores de *status* social. Segundo Alves (2004), a ausência desse tipo de vestígio, igualmente, já era comum até o século XIX, especialmente em enterramentos de cidadãos pobres ou escravos. Aqueles com poder aquisitivo podiam encomendar roupas especiais, de acordo com a irmandade a que pertenciam (ALVES, 2004, p. 43).

### *Os sítios arqueológicos históricos Morro Grande 1, 2 e 3*

Os sítios arqueológicos históricos Morro Grande 1, 2 e 3, em São Francisco do Sul, foram analisados por Osvaldo Paulino da Silva (2001), responsável pelo *Salvamento arqueológico dos sítios Morro Grande 1, Morro Grande 2 e Morro Grande 3 (São Francisco do Sul, Santa Catarina)* (Processo IPHAN n.º 01510.000207/00-03). Tais sítios, entre todos os analisados, são os mais significativos, por conterem pistas sobre a cultura material africana e afrodescendente, apontadas pelo pesquisador. Antes dessa pesquisa, um levantamento arqueológico havia sido realizado na área de influência de implantação do empreendimento industrial do Grupo Usinor, na localidade do Morro Grande, expondo a necessidade de realizar o resgate dos três sítios históricos identificados na área (CALDARELLI; BANDEIRA; LAVINA, 2000). A pesquisa de salvamento foi executada pela empresa Itaconsult e, em decorrência da interdição do Laboratório do MASJ (instituição de guarda) na época, a coleção foi analisada na sede da empresa de arqueologia, em Florianópolis. Apesar de o material ter sido incorporado ao acervo do MASJ em meados de 2011, apenas no início de 2013 se teve acesso a essa documentação e se obtiveram informações acerca da presença de cerâmica com influência africana<sup>8</sup>. Ao saber da existência da coleção, os dados de Paulino da Silva (2001) passaram a ser uma referência importante para a discussão a respeito da cultura material ligada à população africana e afrodescendente na Baía da Babitonga.

Os sítios históricos Morro Grande 1, 2 e 3 remetem, de acordo com a pesquisa, a terras da sesmaria de Manoel Lourenço de Andrade, um dos primeiros povoadores da antiga Vila de Nossa Senhora do Rio

<sup>8</sup> A interpretação aqui presente foi construída para a pesquisa de mestrado (BORBA, 2013), no início do ano citado, com base nos dados fornecidos pelos relatórios e em algumas peças. Pretendia-se retornar à coleção para aprofundar a análise, porém não foi possível acessá-la novamente, pois a reserva técnica do MASJ ainda está interdita.

São Francisco, com concessão datada em 1658. A área tinha seu limite estendido até a localidade de Laranjeiras e era de “grandes extensões, [mas] geralmente não se ocupava toda a extensão das terras. A inexistência de documentos escritos sobre este período não fornece informações confiáveis sobre assentamentos humanos no local” (PEREIRA, 1984 *apud* PAULINO DA SILVA, 2001, p. 10). O registro posterior do espaço está datado em 1805, quando Manoel Machado Lima requereu, por meio de documento, ao rei de Portugal uma sesmaria no local chamado Olaria, atualmente pertencente ao Rocio Grande, próximo ao Morro Grande. Já em 1817 Pedro Soares de Oliveira enviou um documento ao rei, solicitando a regularização de uma sesmaria requerida por sua mãe em anos passados. Tal sesmaria, localizada no Morro da Palha, vizinho ao Morro Grande, tinha 1.100 m de frente por 1.760 m de fundo, o que demonstra que o Morro Grande fazia parte dessa concessão.

A coleção gerada pelo salvamento dos sítios foi separada por categorias, a saber: cerâmica utilitária, louça, telha e tijolo, metal, rochas, osso (peixe), material malacológico e otólitos. Com a curadoria feita, a análise passou a considerar a tipologia dos artefatos, e para a cerâmica utilitária se priorizaram bordas, bases e fragmentos decorados, em virtude da representatividade deles. Depois a análise compreendeu

a técnica de confecção, pasta e acabamento de superfície, com o intuito de verificar e tentar determinar a cronologia e o tipo de cerâmica confeccionado, bem como, sua procedência e utilização. [...] Devido as diferenças encontradas na quantidade de louça dos sítios, utilizou-se [*sic*] padrões diferenciados na escolha do material a ser analisado (PAULINO DA SILVA, 2001, p. 15).

No Sítio Arqueológico Histórico Morro Grande 1, foram analisadas as peças reconstituídas, as faianças decoradas e os fragmentos diferenciados. Para o Morro Grande 2, foi avaliada a totalidade do material coletado, por causa de sua pequena quantidade, e para o Morro Grande 3, as peças reconstituídas, as faianças decoradas e uma amostra de cada tipo de fragmento. Em virtude da grande quantidade de material coletado (1.386), houve uma divisão por grupos de fragmentos dos três sítios, tendo em vista que o material coletado apresenta morfologia, decoração e técnica de confecção semelhantes e também uma grande disparidade em termos quantitativos de um sítio para outro. Assim, tem-se: asa e alça (143), bases (131), bordas (496), cachimbo (15), cilindro bodoque (4),

decorados (175), indefinidos (23), fragmentos restaurados (329), roletes (43), tampas (3) e vidrado (24). Entre esses grupos se destacam as bordas e os cachimbos, considerando a identificação da técnica de confecção, a pasta e antiplástico utilizado, o acabamento de superfície e a morfologia.

As bordas são, em sua maioria, modeladas, diretas, com lábios planos e redondos, e algumas apresentam roletes e/ou apliques de roletes, com decorações incisas, digitadas e lábios serrilhados – poucas possuem decoração polida estriada ou decoração escovada. A decoração dá-se exclusivamente na face externa. Nas bordas que possuem roletes não foi identificado nenhum tipo de queima por uso, ao contrário das bordas simples, sem decoração, que em sua maioria possuem marcas de queima. Nos fragmentos em que foi possível identificar também o bojo, verificou-se que a decoração ocupa apenas a parte superior do fragmento. O tratamento de superfície geralmente é o alisamento estriado ou simples. A pasta é bem constituída, com a utilização de argilomineral do tipo fino, e no antiplástico predomina o uso do quartzo quebrado ou moído; as inclusões minerais encontradas possuem percentagem de tamanhos variados e diferentes cores, sendo normalmente redondas e angulosas.

De maneira geral, os fragmentos cerâmicos muito provavelmente foram elaborados no local – com exceção da cerâmica torneada e vidrada –, em períodos e por grupos variados, com influência indígena, europeia e africana. Em contato com o pesquisador (informação verbal)<sup>9</sup>, Paulino da Silva garantiu que a mesma decoração com influência africana foi encontrada numa pequena análise que fez em um material cerâmico do Sítio do Forte de São José de Ponta Grossa, em Florianópolis<sup>10</sup>.

Sobre a decoração, ademais das bordas, foram identificados 175 fragmentos decorados, em maioria nos bojós (com ou sem bordas), com variedade entre inciso, estriado, carimbado e ponteados; tais bojós demonstraram a intencionalidade de criar elementos decorativos ou desenhos. Observou-se que não há banhos ou engobos, mas fragmentos em que a coloração das faces se alterna entre a escura (queimada) e a avermelhada (não queimada), evidenciando um intuito decorativo.

<sup>9</sup> Notícia informada por *e-mail* em janeiro de 2013.

<sup>10</sup> Na pesquisa de Borba (2013), eles se fazem presentes. O pesquisador Paulino da Silva ainda informou que, ao reconstituir graficamente uma vasilha com base nos seus fragmentos, um estudante angolano, que estava no Brasil em 1994, afirmou a similaridade entre a decoração da cerâmica e os utensílios produzidos por seus familiares antigos. Mas o arqueólogo não deu continuidade a tal estudo.

## CAPÍTULO 3

Alguns fragmentos possuíam decorações com motivos antropomórficos (figuras estilizadas de seres humanos).

Do grupo dos cachimbos (15), apenas cinco foram recuperados por completo, sendo todos moldados ou modelados e apresentando marcas de uso e queima. Nos cachimbos inteiros, há decorações incisas, angulares e circulares, um associado a motivos africanos, e outro, a motivos indígenas.

### A análise

Ao final do estudo, foram evidenciados cachimbos e bordas de vasilhames decorados inteiros e fragmentados, os quais foram apresentados juntamente com as informações sobre os sítios históricos, sendo passíveis de averiguação as técnicas de manufatura, os aspectos tipológicos, as decorações e os usos.

O conjunto de bordas cerâmicas dos vasilhames históricos indicou uma variação tecnológica entre a elaboração por intermédio da técnica de acordelamento (superposição de roletes) e modelagem (à mão livre), considerando que os exemplares de cerâmica criados com o emprego do torno cerâmico (roda de torno) foram descartados da análise. Os tipos de acabamento de superfície registrados para a cerâmica acordelada e modelada foram: alisamento simples, alisamento vidrado e engobado (face interna, face externa e ambas as faces), decoração plástica, associada ou não ao engobo. Mas para esta análise somente as bordas com decoração plástica foram consideradas, com ou sem engobo, distribuídas entre os sítios históricos: Rocío Grande 2 com 24, Arroio Tamarina 2 com 14, Morro Grande 2 com quatro, Igreja Matriz com cinco, Estaleiro 1 com um e Morro Grande 1 com um<sup>11</sup>. Nesse conjunto, foram registradas decorações plásticas diversas, podendo contemplar um único ou múltiplos motivos, mais o tratamento de superfície simples com engobo de cor cinza e marrom nos exemplares. Para a pasta, observou-se que a totalidade possui um antiplástico do tipo mineral com uma granulometria que variou entre 1 e 5 mm, com as cores entre marrom, laranja, bege, amarelo, cinza e preto, e a queima, na maioria, completa. Para este estudo, assim como com os cachimbos, não foi realizado um mapeamento dos depósitos de argila nas proximidades dos sítios, apesar

---

<sup>11</sup> Para essa amostragem, não se incluem os fragmentos cerâmicos de bordas da pesquisa de salvamento dos sítios Morro Grande 1, 2 e 3 (PAULINO DA SILVA, 2001), somente da pesquisa de diagnóstico (CALDARELLI; BANDEIRA; LAVINA, 2000), por motivos já citados.

do conhecimento da existência de fornos em locais adjacentes. Todas as peças foram fotografadas e incluídas na ficha de análise, e as decorações mais representativas foram desenhadas para a posterior distribuição espacial.

Da variedade de motivos decorativos por fragmentos de bordas de vasilhames, registrou-se a incisão em direções diversas (arcos secantes, linear, diagonal e cruzado), ponteados, pinçados, espatulados, escovados, carimbados, digitados e entalhados. Entre estas, a decoração mais usada é o escovado de forma linear ou ainda diagonal, salientando que esse motivo foi considerado por alguns pesquisadores como um tratamento de superfície, mas para este estudo o escovado foi ponderado como uma decoração plástica. A segunda decoração mais empregada foi o inciso em diferentes direções, linear, diagonal, cruzado e em arco secante, seguido do espatulado.

No conjunto de cachimbos históricos, registraram-se peças modeladas e moldadas, do tipo angular, com a parte interna do forninho com formato cônico e porta-boquilha curta. Dos cachimbos encontrados dispersos nos sítios históricos, tem-se: inteiros, somente com o forninho, somente com a porta-boquilha e com mais de duas partes (forninho, corpo, porta-boquilha e pedúnculo). Estes apresentam decoração plástica diversa, podendo contemplar um único ou múltiplos motivos, e quatro receberam um tratamento de superfície simples com engobo de cor laranja e marrom. Para a pasta, somente foi verificado o antiplástico, sendo a totalidade do tipo mineral, a granulometria entre 1 e 3 mm, e, quanto à cor, apareceram com frequência o marrom, o laranja, o bege, o amarelo e o preto. Assim se distribuem: Morro Grande 1 com 15, Estaleiro 1 com 14, Rocío Grande 2 com cinco, Unidade 21 (Praia Grande) com quatro, Igreja Matriz com três e Torre 35-2 com dois. Com relação aos motivos decorativos, foram recorrentes o inciso, o pinçado, o espatulado, o ponteados e beliscados, presentes no forninho ou na porta-boquilha. Considerando a variedade de motivos, Coelho (2012, p. 138) afirma em seu estudo que a “baixíssima reprodução de elementos decorativos, [sugere] [...] que o sítio [pesquisado] não se configurava como uma área produtora de cachimbos, mas como uma área que congregava indivíduos que portavam cachimbos”, especialmente se pensarmos que são artefatos de fácil transporte.

### ■ Algumas discussões

#### Os cachimbos e a prática do fumo

Segundo Brancante (1981), o uso do cachimbo no Brasil, de fabrico simples ou elaborado, sobretudo o de barro, acompanhou a grande produção do tabaco. Sua utilização disseminou-se entre as classes sociais, mais acentuadamente entre as mulheres e os escravos. Ao rever as descrições dos viajantes, destacam-se Saint-Hilaire, George Gardner, Francis Castelnau e o príncipe Maximiliano. Saint-Hilaire visitou uma venda em Itu (São Paulo) e relatou a presença de “meia dúzia de mulheres fumando longos cachimbos de três pés” (BRANCANTE, 1981, p. 427). Gardner (*apud* BRANCANTE, 1981, p. 427) afirmou em 1836 que em Goiás, no Mato Grosso e no Piauí “as mulheres de quase todas as classes são afeitas ao cachimbo, como os homens”. Ele ainda disse que em Natividade o “hábito de fumar é geral entre as mulheres, de manhã à noite, raro lhes sai da boca o pito, com seu longo canudo de pau, de cerca de três pés de comprimento” (GARDNER *apud* BRANCANTE, 1981, p. 433). Em Cuiabá, Castelnau (*apud* BRANCANTE, 1981, p. 433) registrou em 1884 uma “velha (octogenária) fumando um comprido cachimbo, cujo cabo era sustido por uma escrava de cócoras”. Por fim, o príncipe Maximiliano menciona:

Cachimbo usado pelos pescadores, como em todo o Brasil, particularmente pelos negros e outras pessoas das classes humildes, constam de um pequeno recipiente de barro cozido escuro e de um tubo fino e liso da haste de uma espécie de planta que cresce a considerável altura (*apud* BRANCANTE, 1981, p. 433).

Ainda sobre o tema, Antonil (1982, p. 71) discute sobre o emprego do tabaco no Brasil entre os séculos XVI e XIX, frisando a presença de indivíduos bastante afeiçoados ao produto:

Homens há que, não podem viver sem este quinto elemento, cachimbando a qualquer hora em casa e nos caminhos. [...] esta demasia não somente se vê nos marítimos e nos trabalhadores de qualquer casta, forros e escravos, os quais são persuadidos que só com o tabaco hão de ter alento e vigor, mas também

em muitas pessoas nobres e ociosas, e em não poucos eclesiásticos, clérigos e religiosos. [...] ouvi dizer que o fumo do cachimbo, bebido de manhã em jejum moderadamente, desseca as umidades do estômago, ajuda para a digestão e não menos para a evacuação ordinária, alivia ao peito que padece fluxo asmática e diminui a dor insuportável dos dentes.

Também nesse sentido, Coelho (2012, p. 51) menciona que o fumo passou a ser um dos mais importantes produtos de troca durante o setecentos, em decorrência da procura no mercado europeu e mais no continente africano como requisito na negociação de cativos, especialmente no fim do seiscentos. Na África,

entre o século XVI e o fim da escravidão no Brasil, o uso de cachimbo associado ao consumo de tabaco [...] era difundido entre todos os estratos sociais, sendo necessária a criação de normas que restringissem o direito de utilização de algumas formas decorativas a determinados grupos sociais, com isso transformando o ato de fumar também em uma demonstração de *status* (COELHO, 2012, p. 52).

Compartilhando dessa ideia, Brancante (1981, p. 427) diz que no “século XIX o tabaco veio a constituir uma das principais receitas da balança comercial e, junto com o café, foram [*sic*] os produtos brasileiros de maior exportação”.

A respeito desses olhares, que registraram grupos escravos portando pequenos artefatos em ambientes urbanos e rurais e em diversas situações, Agostini (1997, p. 97) garante que “o uso de cachimbos decorados como objetos cotidianos e públicos nos mostra, antes de tudo, que circulavam sem distinção aos olhos do branco”. A arqueóloga ainda lembra que o cachimbo decorado poderia ser empregado como uma maneira de expressar determinada identidade, tal qual faziam os escravos com o próprio corpo. Os significados, no momento em que estavam sendo materializados, passavam por um grande processo de recriação e reconstrução, uma vez que, em espaços urbanos ou rurais, africanos, crioulos e afrodescendentes compartilhavam laços e trocavam experiências culturais.

Cenas cotidianas assim não foram historiadas pela literatura local, com exceção da pesquisa de Cunha (2008) no tocante ao trabalho negro

em Joinville, que menciona o contato entre imigrantes da Colônia Dona Francisca e brasileiros afrodescendentes, indicando o uso de cachimbo ou fumo no local, bem como outras situações que foram mencionadas no jornal suíço *Der Colonist* (CUNHA, 2008). Tais interpretações podem ser ainda mais exploradas com base no levantamento histórico e arqueológico realizado, retomando questões sobre os arranjos familiares e as escravarias examinados para inferir sobre os espaços em que esses escravos transitaram.

Por outro lado, Bagniewski e Mangueira (2011) salientam que a afirmação marcando o uso do cachimbo por gênero e etnia deve ser discutida com cuidado, pois, apesar do número significativo de pinturas de viajantes durante o novecentos retratando o cachimbo associado à figura feminina e negra, como mesmo Brancante (1981) aponta, o fato pode estar também ligado à curiosidade e ao direcionamento desses olhares. Para complementar a análise, os autores citam Bruno (2001), que reuniu cerca de 30 fontes que mencionam o consumo em território nacional, entre 1612 e 1884. Dessas, seis se referem a nativos, três a negros, uma a negra, nove a mulheres e 14 a figuras brancas, estando, portanto, o uso de cachimbo presente nesses documentos em diferentes classes (BRUNO, 2001 *apud* BAGNIEWSKI; MANGUEIRA, 2011, p. 122). Ligado ainda à etnia, há o relato de Rugendas (1979, p. 251) afirmando que “todas as negras fumam cachimbo, mas os negros preferem cigarros de fumo picado. Muitas vezes fabricam esses cigarros com rapé enrolado em pequeno tubo de papel, distração que não prejudica em nada a de mascar, durante o resto do dia”. Para “solucionar” a questão mencionada, Bagniewski e Mangueira (2011) retornam ao foco da função do artefato, que, segundo eles, raramente é questionada, pois é de consenso que tal objeto se relaciona ao consumo de tabaco. Nesse sentido, citam que

essa relação entre artefato e função não seja problemática, em grande parte porque os cachimbos são vistos como pertencentes a um passado familiar, que todos os fragmentos de cachimbo de cerâmica recuperados de escavações estão diretamente relacionados ao consumo de tabaco e representam o lixo descartado quando um cachimbo se quebrou acidentalmente, também que o descarte ocorreu próximo ao local do seu uso (BAGNIEWSKI; MANGUEIRA, 2011, p. 122-123).

Pelo fato de haver estágios anteriores ao consumo, como produção, distribuição e venda, devem-se levar em consideração contextos

associados a fornos e à presença de fragmentos sem marcas de uso, descartando a possibilidade de local de venda. Podem-se ainda estabelecer relações com o período de utilização, pois os artefatos usados acumulam e guardam resíduos, mesmo depois de serem enterrados ou lavados de nicotina pela chuva ou demais químicas do solo. Nesse sentido, o contexto é de suma importância para a análise, sobretudo para responder se tais artefatos podem estar diretamente ligados ao consumo ou a outros ciclos (CESSFORD, s.d. *apud* BAGNIEWSKI; MANGUEIRA, 2011, p. 123). Por último, os autores acrescentam que esses artefatos poderiam igualmente ter sido reutilizados com diferentes possibilidades, transformando-se em contas (de búzios), apitos ou brinquedos, ou mesmo em usos “pitorescos”, como enema, colher para mistura de líquidos, suporte para fotografia, pesca, fogos de artifício, em jogos, instrumentos de agressão e dança. Assim, a presença de cachimbos em sítios arqueológicos históricos deve ser vista como mais uma evidência do consumo do tabaco, que possibilita a produção de uma quantidade de outras materialidades associadas, havendo necessidade de considerar seus vários modos de emprego.

### Os vasilhames e seus usos

Para a discussão sobre vasilhames cerâmicos, vale retomar os estudos de materialidade ligados especialmente a espaços e áreas tidos como domésticos nos sítios e ainda as leituras sobre alimentação e zooarqueologia. Em contexto de senzalas, habitações urbanas e rurais e quilombos, aspecto pouco discutido nas pesquisas dos espaços da Babitonga, considerando que a diáspora africana não era um tema abordado, levantamentos feitos em diferentes pontos do país encontraram cachimbos, fragmentos metálicos e cerâmicos, ossos de animais, conchas, vidros e diferentes louças brancas. Tais vestígios foram associados, muitas vezes, a espaços de alimentação e socialização. As pesquisas ainda discutiram algumas atividades de captação de recursos, como caça, pesca ou horticultura e ainda preparação e consumo de alimentos. Nesse sentido, áreas como a zooarqueologia e a botânica auxiliam as pesquisas, já que possibilitam análises químicas e físicas para a afirmação de vestígios alimentares. Seria importante igualmente evidenciar estruturas de fogo ou fogueira, pois literaturas mostraram vestígios faunísticos e utensílios domésticos descartados nesses locais, onde muitas refeições tiveram lugar. Um importante utensílio doméstico

encontrado nas pesquisas, a malga, e também vasilhames de formatos variados se relacionam ao consumo de alimentos na forma de sopas e cozidos (SYMANSKI; SOUZA, 2007, p. 233), registro esse também feito por viajantes e cronistas como Rugendas (1979).

Agostini (2010) discute em um dos seus estudos que, na primeira metade do século XIX, período de alta presença de africanos no sudeste, foi bastante comum o trato com panelas e outros utensílios domésticos relativos à cozinha sob responsabilidade de escravos africanos ou crioulos. Além disso, esses artefatos em uso, de produção artesanal ou local e com baixo custo, são geralmente relacionados a escravos em período de cativeiro. Segundo a autora, pesquisas sobre a materialidade têm afirmado “as cerâmicas simples, não-torneadas, sem outro tratamento de superfície que não o alisamento, como possíveis de terem certa influência africana ou afro-brasileira” (AGOSTINI, 2010, p. 128). E, como mencionado anteriormente, tem-se a decoração incisa presente na cerâmica de produção local como uma possível contribuição africana, junto das demais de manufatura europeia e nativa (DIAS JR., 1988 *apud* AGOSTINI, 2010). Como a Babitonga, São Sebastião, local de estudo da arqueóloga, não contemplou como maioria uma população africana, mas crioula (AGOSTINI, 2010). Portanto, os vasilhames muito provavelmente seriam elaborados e usados por indivíduos já nascidos no Brasil, podendo ou não – seria necessário aprofundar – imprimir marcas “crioulizadas” ou manter motivos relacionados à terra de origem de seus antepassados. Entre as decorações encontradas nos vasilhames discutidas por Agostini (2010), observa-se o inciso, acompanhado pelo ponteadado, carimbado e ungulado (em São Francisco, Morro do Abrigo e Antão Soares) ou ainda o anelado, escovado, raspado, corrugado e inciso com carimbado, ponteadado e ungulado (em Fazenda Santana e Sobrado da Praça). Entre as peças reunidas, destacam-se as paneleiras com formas variáveis e, especialmente a partir de 1833, passa-se a contar com “panelas e potes sortidos, frigideiras, talhas, pães de açúcar, cuscuzeiros, botijas e moringas” (AGOSTINI, 2010, p. 138).

Do conjunto de vasilhames reunidos em sítios históricos de São Francisco do Sul, passível de reconstituição por meio das pesquisas realizadas, salienta-se que pode haver uma variação em sua forma e função pela produção local, associando-se ao preparo de alimentos, como panelas, pratos, xícaras, bules e sopeiras, ou ainda ao armazenamento, como peroleiras, garrafas, botijas, boião e jarras (COMERLATO *et al.*, 2007, p. 29). Para a discussão das formas, salienta-se que muito possivelmente correspondem a artefatos usados na produção de alimentos, no

armazenamento de mantimentos e consumo; alguns contêm fuligem e marcas de borra no interior dos fragmentos. Por outro lado, frisa-se que os estudos a respeito desses materiais devem ser aprofundados, e para a análise e reconstituição das peças é fundamental contemplar todos os fragmentos reunidos, possibilitando uma interpretação mais apurada e segura.

## Espacialidade e motivos decorativos

Na coleção de cachimbos e bordas de vasilhames decoradas dos sítios históricos arqueológicos, foram identificadas pelo menos 12 e 13 formas decorativas diferentes, respectivamente. Considerando o porte dos fornos identificados pelas pesquisas, sugere-se que esses locais não se configuravam como áreas produtoras de cachimbos ou vasilhames, pelo menos não em larga escala. Adiciona-se ainda a essa informação a ausência de documentos que registrem a presença mais significativa de locais produtores nesses espaços, de modo específico. Possivelmente essas antigas fazendas e engenhos reuniam grupos que portavam tais artefatos ou ainda os elaboravam para uso do grupo familiar ou de indivíduos mais próximos.

A respeito da produção cerâmica antiga no Brasil, Brancante (1981) menciona o uso de olarias no século XIX e o esforço provincial do país para suprir a demanda crescente de materiais de construção e artigos utilitários e decorativos. Isso resultou numa intensa produção de barro cozido em suas diferentes formas, como tijolos, telhas, lajotas, ladrilhos, cachimbos, artefatos domésticos e de adorno, bem como a fabricação de louça vidrada. Em sua discussão, Marques Santos informou que em Santa Catarina, na Colônia Dona Francisca (Joinville), havia uma imensa olaria (*apud* BRANCANTE, 1981). Ao visitar Santa Catarina e Porto Alegre, Saint-Hilaire (1978, p. 187-188) refere-se a três olarias que fabricavam louças:

As louças eram bem feitas e na maioria coloridas de vermelho, porém mais grosseiras, já que eram feitas com argila negra, que após o cozimento se tornava amarela. [Ainda fala que em Santa Catarina existe um gênero de indústria peculiar] com o fabrico de vasilhas de barro em que a água se conserva fresca e que se exporta para o Rio de Janeiro e outras cidades do Brasil.

Em São Francisco do Sul a presença de indústrias desses produtos no período oitocentista é pouco citada na literatura. Alves (2003) registra os remanescentes de uma olaria no Morro da Palha, na ilha, no local conhecido pelos moradores como Morro da Cruz. A arqueóloga mapeou ali uma propriedade residencial e industrial onde havia duas casas de moradia – uma de taipa e outra de alvenaria –, uma olaria, uma ferraria e um alambique. Segundo as informações orais recolhidas, a olaria pertencia a um alemão de sobrenome Stock. Na parte continental do município, o forno identificado por Borba (2013) no Sítio Arqueológico Histórico Estaleiro 1, no Distrito do Saí, possivelmente tenha servido para a cerâmica de produção local, considerando suas baixas dimensões. É importante também lembrar que o Distrito do Saí, parte continental da cidade, contemplava um lugar que levava o nome de Olaria, conforme uma sesmaria requerida em 1807 por Manoel Machado Lima, morador da Vila do Rio São Francisco. A sesmaria media em torno de 1.000 braças de frente por 1.500 braças de fundos no lugar chamado Olaria até a costeira do Frias, ao lado de duas outras “sortes” de terras que já possuía (JOINVILLE, s.d.). É interessante observar que tanto a antiga localidade Olaria quanto o Estaleiro fazem fronteira com o Frias, e ambas possuíam esse tipo de unidade produtiva. Ainda na área distrital, Alves (2013) estudou a localidade e comunidade conhecida como Torno dos Pintos, indicada por informantes como local de moradia do ceramista Dandão, que também fazia cachimbos. A mesma pesquisadora indica outra informante, mas na localidade de Laranjeiras, na ilha, que relatou que a mãe fazia vasilhames cerâmicos.

Apesar dos apontamentos, seria necessário levantar informações sobre os ceramistas antigos de São Francisco do Sul e sua vinculação étnica, bem como relacionar os motivos encontrados, em coleções, às comunidades africanas conhecidas e presentes anteriormente na baía, como as diferentes nações da África Central (Benguela, Congo, Angola, Cabinda, Cassange, Monjolo e Rebolo), da África Ocidental (Gege, Mina e Nagô) e da África Oriental (Moçambique) (BORBA, 2013)<sup>12</sup>, de modo que se pudesse averiguar se há ou não uma diversidade étnica ligada aos motivos encontrados. Por outro lado, foi possível entender a distribuição desses artefatos entre os sítios históricos e a concentração das diferentes decorações evidenciadas nos cachimbos e bordas de vasilhames cerâmicos. Com relação a tal decoração, verificou-se que

---

<sup>12</sup> No trabalho, é possível verificar as nações majoritárias e a proporção entre africanos e afrodescendentes.

os motivos que se repetem se distribuem justamente entre os sítios arqueológicos mais próximos entre si.

## ■ Considerações

A reunião e o estudo de literaturas sobre a diáspora africana em diferentes locais do continente americano e ainda no Brasil, bastante recente, têm apontado para as marcas étnicas dessas populações, sugerindo, em pesquisas arqueológicas, semelhanças com as decorações encontradas na cerâmica de produção local, ou chamada neobrasileira<sup>13</sup>. Os motivos mais representativos, segundo as mesmas leituras, relacionam-se ao escovado e ao inciso das mais variadas formas, como linear, angular e em arco secante. Presentes em vasilhames e nos cachimbos, esses motivos, por sua vez, apresentam desenhos bem próximos aos signos associados às etnias vindas do continente africano, demonstrando que teriam significados importantes, como as escarificações trazidas em seus corpos. Entretanto a comparação de marcas tribais com padrões decorativos efetuados em diferentes suportes da cultura material, tais quais cachimbos e vasilhames com forte significado étnico, somente seria possível quando o conjunto de amostras fosse representativo e amplo. Considerando a reunião dos artefatos analisados e as informações relativas aos sítios históricos, hiatos ainda persistem, especialmente aqueles ligados às datações desses espaços e às documentações históricas, elementos importantes para as reflexões sobre os motivos decorativos e as etnias aqui existentes no passado.

Numa tentativa de pensar sobre esses artigos e os motivos evidenciados e ainda de relacioná-los com as informações das pesquisas arqueológicas da diáspora africana, pode-se afirmar a existência de

<sup>13</sup> De acordo com Chmyz (1976, p. 130), o termo foi definido inicialmente como uma “tradição cultural caracterizada pela cerâmica confeccionada por grupos familiares, neobrasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas e de outras procedências”, incluindo-se depois a influência de africanos especialmente em vasilhames cerâmicos com decoração incisa (DIAS JR., 1988). O termo cunhado nos anos 1960 no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) foi caracterizado ainda por decorações escovadas, corrugadas, ponteadas e incisivas (BROCHADO *et al.*, 1969, p. 23). Mesclando elementos indígenas, europeus e africanos, essa acepção vem sendo questionada, pela sua amplitude e por não contemplar as variações de cada região, bem como em função dos sincretismos culturais que nela se apresentam (SYMANSKI, 2014).

semelhanças de motivos encontrados e aqueles associados a africanos e afrodescendentes por outros autores, ciente de que a correlação, de fato, necessita de dados menos fragilizados. Como proposta, sugere-se que estudos deem continuidade e discutam os demais elementos não explorados pela pesquisa, mas mencionados pela literatura como elementos de (re)apropriação das populações negras, e que, juntamente com a variedade de documentos históricos preservados e acessíveis nas localidades da Babitonga, as análises debatam os diferentes vestígios associados a experiências como hábitos alimentares, manifestações religiosas, reapropriação de outros materiais, locais de produção artefactual e demais espaços de sociabilidades.

### ■ Referências

AGOSTINI, C. **Cachimbo de escravos e a reconstrução de identidades africanas no Rio de Janeiro, século XIX**. 1997. Monografia (Bacharelado em Arqueologia)–Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Panelas e paneliras de São Sebastião: um núcleo produtor e a dinâmica social e simbólica de sua produção nos séculos XIX e XX**. *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica Vestígios*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 125-145, jul.-dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Parecer preliminar sobre a Coleção de Cachimbos do Sítio Macacu IV – Itaboraí, RJ**. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX**. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 115-137, 1998.

ALVES, M. C. **Diagnóstico arqueológico prospectivo para as obras de pavimentação asfáltica do Projeto Costa do Encanto, trecho 4, municípios de São Francisco do Sul e Itapoá, Santa Catarina**. Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, 2013.

\_\_\_\_\_. **Farinheiros e pescadores do interior da ilha de São Francisco do Sul, SC**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Levantamento e monitoramento arqueológico da área de intervenção do emissário para lançamento dos efluentes sanitários e industriais da unidade industrial da empresa Vega do Sul S. A. em São Francisco do Sul – SC. Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, 2001.

\_\_\_\_\_. Salvamento e monitoramento arqueológico em área do entorno da Igreja Matriz de São Francisco do Sul (Santa Catarina). Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, 2004.

\_\_\_\_\_; MARTINS, F. C. Diagnóstico arqueológico para as obras de implantação do Empreendimento Mar Azul, São Francisco do Sul, SC. Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, 2007.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, M. S. C. de. Salvamento arqueológico do Sítio Histórico Praia Grande – Unidade 21, em São Francisco do Sul, SC. Relatório final. Joinville, 2003.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

BAGNIEWSKI, A. B.; MANGUEIRA, R. S. Biografia dos cachimbos: estudo de caso na Praça das Artes – Vale do Anhangabaú – empreendimento do Consórcio Contrucap/Trindo, projeto de pesquisa da Scientia Consultoria Científica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 11, p. 119-124, 2011.

BECKER, I. I. B.; SCHMITZ, P. I. Cachimbos do Rio Grande do Sul. *Pesquisas – Antropologia*, São Leopoldo, v. 20, 1969.

BORBA, F. M. *Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (SC)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em São Francisco do Sul*. Joinville: Editora Univille, 2014.

BRANCANTE, E. da F. *O Brasil e a cerâmica antiga*. São Paulo: Cia. Lithographica Ypiranga, 1981.

### CAPÍTULO 3

BROCHADO, J. P. *et al.* Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Brasileiro de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas**, Belém, n. 12, p. 1-40, 1969.

BRUNO, E. S. **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira: objetos**. Fichário Ermani Silva Bruno, v. 4. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001.

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Do Autor, 1968.

CALDARELLI, S. B.; BANDEIRA, D. da R.; LAVINA, R. **Levantamento arqueológico na área de implantação de empreendimento industrial no município de São Francisco do Sul, SC**. São Paulo: ERM Brasil, 2000.

CESSFORD, C. **The archaeology of the clay pipe and the study of smoking**. Disponível em: <[http://www.assemblage.group.shef.ac.uk/issue6/Cessford\\_text\\_web.htm](http://www.assemblage.group.shef.ac.uk/issue6/Cessford_text_web.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

CHMYZ, I. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Cadernos de Arqueologia**, v. 1, n. 1, p. 130, 1976.

COELHO, F. A. do N. **A negra fumaça: uma análise dos cachimbos do Sítio Arqueológico Macacu IV – Itaboraí – RJ**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

COMERLATO, F. Retrospectiva da arqueologia histórica em Santa Catarina. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, 5., Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2003. p. 1-17.

\_\_\_\_\_ *et al.* **Caderno de educação patrimonial – patrimônio arqueológico da Bahia: material didático para professores de ensino fundamental e médio**. Salvador: MAE/UFBA, 2007.

CUNHA, D. Negros, trabalho e sociedade em Joinville. *In*: \_\_\_\_\_. **História do trabalho em Joinville: gênese**. Joinville: TodaLetra, 2008.

DIAS JR., O. A cerâmica neo-brasileira. *Arqueo-IAB – Textos Avulsos*, v. 1, p. 3-13, 1988.

FARIAS, D. S. E. de. *Programa de educação patrimonial e valorização arqueológica na área de implantação do centro de distribuição e no terminal marítimo Mar Azul, município de São Francisco do Sul, SC*. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2012.

\_\_\_\_\_. *Programa de salvamento arqueológico pré-histórico e histórico na área de implantação do Empreendimento Mar Azul, São Francisco do Sul – SC*. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2007.

JOINVILLE. *Arquivo Histórico de Joinville. Sesmeiros da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco Xavier do Sul*. Reprodução documental sobre Joinville. [s.d.]. (Memórias da cidade).

LIMA, T. A.; BRUNO, M. C. O.; FONSECA, M. P. R. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX: fazenda São Fernando, Vassouras. Rio de Janeiro: exploração arqueológica e museológica. *In: MUSEU PAULISTA, HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL. Anais...* São Paulo, 1993. p. 170-206. v. 1.

PAULINO DA SILVA, O. *Salvamento arqueológico dos sítios Morro Grande 1, Morro Grande 2 e Morro Grande 3 (São Francisco do Sul, Santa Catarina)*. ERM Brasil Sul, Palhoça, 2001.

PEREIRA, C. da C. *História de São Francisco do Sul*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

ROSA, A. P. K. *et al. Relatório final de prospecção e salvamento arqueológico do Sítio Estaleiro 1 (São Francisco do Sul)*. Disciplina de Arqueologia Histórica e Urbana. Univille, Joinville, 2014.

RUGENDAS, J. M. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Resgate arqueológico dos sítios Rocio Grande I e Rocio Grande II – São Francisco do Sul (SC)**. 1.º relatório parcial: atividades de campo. Florianópolis, 2009.

SEMINÁRIO DE ENSINO E PESQUISA EM SÍTIOS CERÂMICOS. **Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica**. Curitiba: Conselho de Pesquisa da UFPR, 1966.

SERRANO, A. Subsídios para a arqueologia do Brasil meridional. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 36, 1937.

SYMANSKI, L. C. P. A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. **Afro-Ásia**, v. 49, p. 159-198, 2014.

\_\_\_\_\_. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). **História Unisinos**, São Leopoldo, p. 294-310, set.-dez. 2010.

\_\_\_\_\_. O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica Vestígios**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 7-36, 2007.

\_\_\_\_\_; SOUZA, M. A. T. O registro arqueológico de grupos escravos. **Questões de visibilidade e preservação**. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 33, p. 215-243, 2007.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC. **Levantamento Arqueológico Rocio Grande**. Relatório final. Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (Ipat), Setor de Arqueologia, Criciúma, 2008.

## FARINHEIROS E PESCADORES DO INTERIOR DA ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL (SC)

Maria Cristina Alves<sup>1</sup>

### ■ Introdução

A pesquisa “Farinheiros e pescadores do interior da ilha de São Francisco do Sul (SC)” teve como objeto de trabalho investigar os remanescentes materiais de comunidades extintas em meados do século XX, objetivando apresentar resultados que contribuíssem para o resgate e a valorização de parcelas da sociedade que se encontram à margem da historiografia oficial.

O desenvolvimento do estudo teve seu início no projeto *Levantamento e monitoramento arqueológico da área de intervenção do emissário para lançamento dos efluentes sanitários e industriais da unidade industrial da empresa Vega do Sul S. A., em São Francisco do Sul – SC* (ALVES; OLIVEIRA, 2001), que culminou em dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. A área de influência direta do empreendimento, desde a unidade industrial da empresa, na BR-280, até alcançar o oceano, possibilitou o levantamento de remanescentes de ocupações domésticas, com atividades produtivas associadas, das comunidades Morro da Palha, Figueira e atual Praia Grande. A questão abordada no levantamento arqueológico foi investigar o vácuo populacional atual na área do empreendimento e à sua margem,

---

<sup>1</sup> Universidade da Região de Joinville (Univille). E-mail: mariacristinaalves22@gmail.com.

buscando evidências de assentamento de populações pré-coloniais e históricas que comprovassem uma ocupação pretérita.

Executado o levantamento, a alternativa de traçado proposta para a instalação do empreendimento, menos impactante do ponto de vista ambiental e arqueológico, resultou na obrigatoriedade de desenvolver o salvamento arqueológico do Sítio Histórico Praia Grande – Unidade 21 (PG-U21). Pôde-se, então, ampliar a investigação para a problemática de sítio histórico, remanescente de comunidade rural, com economia baseada principalmente na produção de farinha e na pesca, sob o viés da Arqueologia Histórica.

Ao final da pesquisa, as dezenas de ocorrências históricas registradas comprovaram não somente uma ocupação anterior razoável na região, assim como a existência de remanescentes que podem e devem ser reconhecidos como parte do patrimônio cultural do município. É sobre esse patrimônio que o presente capítulo discorre.

### ■ Abordagem metodológica da pesquisa

Levantamentos arqueológicos executados como parte de diagnósticos ambientais para liberação de áreas a serem impactadas normalmente provocam discussões na comunidade científica, sobretudo porque englobam áreas delimitadas arbitrariamente e estão, de modo geral, desvinculados de linhas de pesquisas acadêmicas. Mas no caso em questão considerou-se que a característica linear da obra reduziria os problemas de escolha arbitrária, já que se apresentava a oportunidade de prospectar uma faixa da ilha de São Francisco do Sul compreendendo um ambiente rico em recursos naturais, com potencial para assentamentos humanos (PLOG; PLOG; WAIT, 1978), haja vista a presença do Rio Acaraí e do Oceano Atlântico em sua extremidade leste.

Partindo do pressuposto de que diferentes populações estabeleceram padrões que podem ser reconhecidos por meio de seus vestígios materiais e sua distribuição na paisagem, na medida do possível os sítios foram identificados e investigados não apenas como unidades sociais isoladas (nível micro), mas como estruturas interligadas dentro de um sistema cultural (nível macro) (CLARKE, 1979). A preocupação em entender o contexto social que teria provocado a desestruturação das comunidades encaminhou o trabalho para o viés da Arqueologia Histórica. Esta, segundo Orser Jr. (1992, p. 23), pode ser definida como “o estudo

arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje”.

A preocupação com a questão espacial direcionou os trabalhos de campo para além da faixa de impacto direto da obra, atingindo também caminhos existentes. Esse tipo de abordagem relacionada ao problema inicialmente exposto, de investigar o grau e os sistemas de ocupação humana na área, induziu ao registro de qualquer evidência material, além de levantamento de informações textuais, cartográficas e iconográficas, pois “na arqueologia histórica os documentos escritos são tão importantes quanto os artefatos e os edifícios” (ORSER JR., 1992, p. 39).

Informações de antigos moradores de áreas prospectadas foram levantadas, observando seu caráter ético ou êmico (ORSER JR., 1992, p. 41). Depoimentos de moradores de comunidades vizinhas e de guias foram classificados na categoria de informações éticas, assim como as de ex-moradores quando se referiam a seus vizinhos. Já os depoimentos de ex-moradores sobre seu cotidiano, sua propriedade e de seus parentes foram enquadrados como êmicos. Informações sobre locais coletivos (igreja, escola, cemitério, portos) foram registradas como éticas ou êmicas conforme o envolvimento do depoente (antigo morador ou não).

Em duas áreas (Morro da Palha/Rio Acaraí e Praia Grande/Rio Acaraí), trechos de estradas e/ou caminhos foram percorridos na companhia de antigos residentes e informantes. Apesar do fato de que “o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios [mnemônicos], mas também a releitura desses vestígios” (CHANGEUX *apud* LE GOFF, 1990, p. 424), as informações dos antigos moradores foram extremamente relevantes, por seu caráter de “reminiscência pessoal”, que “é uma evidência oral específica das experiências de vida do informante” (PRINS, 1992, p. 172).

A pesquisa foi executada em dois momentos distintos, e a escavação do sítio histórico PG-U21 foi um desdobramento do levantamento arqueológico, em caráter de salvamento.

Para a execução do levantamento, optou-se por métodos de campo que possibilitassem a localização e o reconhecimento de sítios com prospecções de subsuperfície e na superfície, qualquer que tivesse sido o sistema cultural que os produziu. A estratégia de campo considerou a dutovia do empreendimento (5 m de largura) como uma linha central que serviu de referência para o estabelecimento de outras duas,

paralelas, 20 m distantes do eixo principal, totalizando uma faixa de investigação sistemática de 45 m de largura, percorrida em toda a sua extensão (14 km) e sondada a trado manual em espaçamento de 100 m. Locais levantados por meio de informações orais ou registrados durante o levantamento de campo foram prospectados superficialmente, sem intervenção no terreno.

Buscou-se registrar diferentes elementos passíveis de análise na sua individualidade, em relação ao conjunto e ao espaço, quais sejam: artefatos (itens produzidos por ação humana), ecofatos (lixeiros, restos alimentares, carvões), estruturas (fontes, alicerces de construções, pisos), marcas no solo (depressões, elevações, compactações do terreno) e vegetação (exóticas, alinhadas, ornamentais)<sup>2</sup>. O contexto arqueológico e a articulação ou não dos elementos, entre si e no contexto, foram devidamente anotados.

Um dos problemas cruciais em levantamentos arqueológicos é a identificação de *sítio*. Conceitualmente sítio arqueológico pode ser “una concentración espacial de evidencia material de actividad humana” (DEETZ *apud* HODDER; ORTON, 1990, p. 28) que permite a “reconstituição de um momento ou de uma feição do modo de vida de um grupo passado” (LUCENA, 1992, p. 74). Estabelecer o *status* de sítio, porém, implica questões relacionadas à delimitação de vetores temporais, espaciais e culturais (THIESEN; TOCCHETTO, 1999, p. 268.). Optou-se, entretanto, por observar os vestígios (elementos) e seu contexto, para posterior classificação temporal, cultural e espacial, registrando-os como *unidades mínimas de análise*, independentemente do percentual e dos tipos de vestígios.

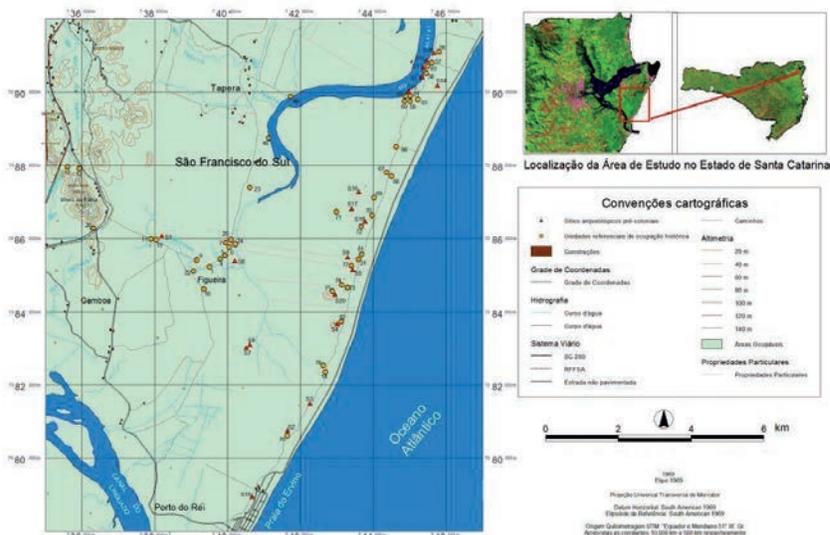
Ao final, considerando-se locais prospectados ou apenas indicados por moradores, chegou-se a um total de 92 unidades remanescentes do período histórico, localizadas em quatro áreas distintas correspondentes às comunidades de Morro da Palha, Figueira, Praia Grande e Tapera (figura 1)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> A vegetação da restinga, junto ao oceano, está praticamente recuperada, mas entre as espécies introduzidas se pôde contar com o bambu (*Bambusa* sp.), o abacateiro (*Persea* sp.) e plantas ornamentais (espada-de-são-jorge, *Sansevieria* sp.) remanescentes da presença humana no período mais recente. Entre as espécies nativas, procurou-se observar características de interferência humana, como alinhamento de butiás (*Butia capitata*).

<sup>3</sup> Do período pré-colonial foram prospectados 20 sambaquis e um abrigo sob rocha.

Figura 1 – Sítios e unidades históricas nas comunidades Morro da Palha, Tapera, Figueira e Praia Grande



Fonte: Alves (2003)

Antiga comunidade rural, a população atual do Morro da Palha é composta de trabalhadores assalariados e aposentados<sup>4</sup>. A localidade de Figueira foi identificada por meio de informações obtidas com moradores do Morro da Palha, entrevistas com ex-moradores e documentação textual. Não há moradores na área da antiga Figueira; após o abandono da localidade, novos proprietários introduziram a cultura do pínus e do eucalipto, arrasando parte da área. Antiga comunidade de pescadores, abandonada em meados do século XX, a Praia Grande, na faixa leste da ilha, está sofrendo processo de reocupação com a implantação de loteamentos para veranistas<sup>5</sup>. Nessa faixa, um caminho ligava os sitiantes desde a Lagoa do Acaraí, ao norte, até a comunidade Porto do Rei, junto ao Canal do Linguado. Na Tapera, as incursões limitaram-se a entrevistas com moradores e registro de seu porto, para onde convergiam os moradores da Praia Grande via fluvial.

Considerando-se a proposta de Clarke (1979), ou seja, analisando-se os elementos e a relação entre eles (artefatos, estruturas, ecofatos,

<sup>4</sup> Com a instalação de indústrias na última década há alteração demográfica na comunidade Morro da Palha.

<sup>5</sup> Registra-se que no momento da pesquisa ainda não tinha sido criado o Parque Estadual Acaraí.

## CAPÍTULO 4

marcas no solo e vegetação), em cada local investigado se poderia definir quais apresentavam características para reconhecimento como *sítio arqueológico*. Outras inferências, como a identificação funcional, importante para chegar a uma análise de nível macro, não seriam possíveis, uma vez que os elementos superficiais foram insuficientes. Porém, levando-se em conta que nos locais prospectados os elementos observados são suficientes para situá-los, temporal e culturalmente, no período histórico, do qual havia informações éticas e êmicas, foi possível classificá-los em categorias funcionais, alcançando-se o resultado demonstrado no quadro 1 para as comunidades de Morro da Palha, Figueira e Praia Grande.

Considera-se que a preocupação inicial de buscar evidências de assentamento de populações pré-coloniais e históricas foi parcialmente resolvida. Por meio de prospecções sistemáticas e informações orais, obteve-se o registro de 47 ocorrências, número suficiente de remanescentes históricos para concluir que a área foi significativamente povoada até por volta de 1950.

**Quadro 1** – Distribuição das ocorrências históricas prospectadas

Unidade tipo	Morro da Palha	Figueira	Praia Grande
Habitação permanente	1	6	9
Habitação temporária		1	
Habitação + engenho de farinha		3	9
Habitação + caieira			1
Habitação + olaria	1		
Habitação + carvoaria		1	
Carvoaria		1	1
Fontes de água			3
Igreja			1
Cemitério			1
Porto fluvial		2	1
Caminho pavimentado com pedras		1	
Unidades não identificadas	1		3

Fonte: Alves (2003)

A localização da Unidade 21 (PG-U21), exatamente na faixa a ser impactada para a instalação da dutovia, na Praia Grande, possibilitou o desdobramento da investigação, direcionando os trabalhos para o estudo de sítio arqueológico histórico.

Situado à margem esquerda (sentido S-N) da antiga estrada de ligação entre as comunidades de Praia Grande e Porto do Rei (figura 1), sobre dunas (areias finas inconsolidadas), o sítio PG-U21 apresentava, superficialmente, estrutura de combustão, esteios de madeira e blocos de pedra de edificação, montículo de cinzas, alinhamento de plantas (butiás) e fragmentos de artefatos (figura 2).

Grosso modo, no último século o modelo de propriedade rural, na região em estudo, pode ser classificado como minifúndio, compreendendo poucas estruturas edificadas, com funções diferenciadas (residência, rancho, abrigos para animais, poço), bem como espaços destinados ao plantio (roças, hortas), pastagem e captação de recursos naturais (lenha, materiais construtivos, por exemplo). Marcas desse tipo de ocupação acumulam-se ao longo do tempo, com os vestígios culturais (estruturas e lixo produzido), concentrando-se normalmente nas proximidades das edificações.

Figura 2 – Sítio arqueológico histórico Praia Grande – Unidade 21



Fonte: Alves (2003)

No caso do sítio PG-U21, para efeito de pesquisa e salvaguarda do bem cultural, considerou-se como área de interesse arqueológico aquela que apresentava concentração de vestígios materiais (artefatos, ecofatos e estruturas), elementos da paisagem (vegetação) associados aos vestígios e uma pequena área correspondente a uma depressão circular (possível fonte de água), a oeste, totalizando 1.400 m<sup>2</sup>, demarcados em setores de 2 m x 2 m. Desse total, foram escavados 166 m<sup>2</sup> e prospectado subsuperficialmente o restante. O local com maior concentração de vestígios materiais, identificado como “área de refugio secundário adjacente” (SOUTH *apud* SOUZA; SYMANSKI, 1996), foi escavado integralmente, pois seria atingido pela dutovia; a estrutura de combustão, identificada como fornalha, foi decapada, evidenciando-se a parede e o piso originais; na área da edificação fez-se apenas limpeza superficial, e o local com depressão circular foi parcialmente escavado. Todos os vestígios materiais coletados durante a escavação foram curados no laboratório do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), envolvendo trabalhos de limpeza, identificação, marcação, reconstituição e classificação.

O conjunto de artefatos, inteiros e fragmentados, totalizou 6.082 vestígios, compreendendo as seguintes categorias: metal (2.185), massa de barro (1.995), vidro (1.144), cerâmica (423), louça (271), grés (1), osso (29), plástico (11), borracha (3), nácar (8), resina (3) e madeira (9).

Concordando com Jacobus (1998), os artefatos e fragmentos foram indexados conforme classificação proposta no *Thesaurus para acervos museológicos* (FERREZ; BIANCHINI, 1987). A indexação no *Thesaurus*, porém, requer alguns cuidados quanto ao *valor de uso* e *valor simbólico*, ou como Orser Jr. (1992) denomina, “valor de estimação ou estético”. Os vestígios faunísticos, assim como os de vegetais, são importantes fontes de informação sobre ocupações humanas. Restos de alimentação, especialmente, são bons indicadores sobre a dieta alimentar, permitindo análises relacionadas à nutrição e ao perfil socioeconômico.

Com base nas análises dos vestígios coletados e no contexto arqueológico do sítio PG-21, pôde-se refletir sobre ele e sua relação com as demais ocorrências registradas no levantamento arqueológico.

## ■ O sítio PG-U21

Quando da elaboração do projeto as perguntas formuladas foram: Que tipo de ocupação? Residencial, com ou sem atividades econômicas associadas? Permanente ou sazonal (há que se levar em conta as atividades pesqueiras)? Quando e por quanto tempo? Qual a relação dessa unidade com as demais da localidade e da ilha?

A primeira questão, relacionada ao tipo de ocupação, pôde ser respondida pelo conjunto de artefatos coletados. Entre os elementos classificados como “utensílios de cozinha”, pratos, canecas, pires, xícaras, alguidares, boião, talheres e panelas remetem a uma ocupação residencial. Os tipos de fivelas, colchetes e botões, classificados como “acessórios de indumentária”, indicam a presença de mulheres, assim como as bolas de gude estão relacionadas aos “jogos infantis”.

Quanto à dieta alimentar, é certo que moluscos e peixes eram importantes fontes de proteína. A alta presença de ossos de roncadador (*Conodon nobilis*) pode ser explicada não apenas pela facilidade de identificar seus restos, mas também por ser um peixe encontrado em praias arenosas e costões rochosos, exatamente como nas proximidades do sítio pesquisado. Entre os moluscos bivalves, predominam os coletados em ambientes arenosos, o moçambique (*Donax hanleyanus* sp.) e o berbigão (*Anomalocardia brasiliiana*). Outras fontes, como as aves e os mamíferos, não eram consumidas cotidianamente. Com relação aos recursos vegetais, os fragmentos de tacho, associado à estrutura tipo fornalha, remetem à produção e ao consumo de farinha de mandioca. Além da mandioca, segundo um antigo morador, nascido nas imediações do sítio PG-U21 (em 1918), plantavam-se arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar. Nas fornalhas, não só a farinha era produzida como também o melado de cana-de-açúcar para uso doméstico. As pessoas alimentavam-se basicamente de peixe. A “carne”, como se referem à de gado, “era pouca”.

Partes de artefatos que poderiam estar associados a dieta alimentar, saúde e higiene apresentam, entretanto, problemas relacionados à identificação do contexto deposicional, por terem sido muito provavelmente coletados na praia<sup>6</sup>, como frascos de cerveja produzida na Argentina, de água francesa Perrier, de leite de magnésia de Nova York.

Esperava-se encontrar um número razoável de artefatos relacionados às atividades cotidianas, externas ao espaço doméstico. A tralha associada à pesca e à agricultura deveria estar presente no contexto arqueológico.

<sup>6</sup> A maioria dos entrevistados fez referência a coleta de objetos trazidos pelo “mar”.

De acordo com a historiografia regional, a pesca foi uma das atividades mais importantes para a economia do município de São Francisco do Sul, até o século XX. Dos artefatos associados à pesca, encontraram-se apenas três diminutos fragmentos de anzol.

Na literatura sobre colônias de pescadores, há referências sobre a construção de ranchos próximos à praia, para a guarda de canoas e tralhas (BIGARELLA, 1991; FERNANDES, 1947). Mas na Praia Grande, segundo os entrevistados, pelo menos em período mais recente as canoas eram “puxadas” para a praia e estacionadas ao relento. As tralhas eram guardadas “em casa”.

Também se tinha a expectativa de encontrar mais restos ósseos de tainha, peixe sazonal apreciado para fazer a “cambira”. Perguntados sobre as espécies de peixes “secos” que consumiam ou vendiam, as respostas convergiram para a tainha e a corvina. Sobre a forma de processar, enquanto “a corvina e outros peixes eram abertos pela barriga, a tainha era aberta pelas costas” (depoimento de antiga moradora em 2003). Esse corte diferenciado resulta em descarte da cabeça, no caso da tainha, o que deveria reverter em maior quantidade de restos ósseos, mas o registro arqueológico não apontou para tal direção.

Um segundo problema no tocante às atividades econômicas refere-se à agricultura. Entre os artefatos não se identificaram objetos relacionados ao plantio (enxadas, por exemplo), embora a estrutura de combustão e fragmentos de tacho, de cobre, remetam ao processamento de vegetais.

Silva (1995, p. 28-30), em seu estudo sobre engenhos em Florianópolis, observou no solo marcas de rotatividade de roças. Considerou que “as antigas roças podem ser também detectadas pelo tamanho da vegetação, que pode levar aproximadamente 120 anos para recompor-se totalmente”. O contexto ambiental do sítio analisado por Silva, em encosta de morro, no entanto, não serve de parâmetro para o sítio PG-U21, que está assentado sobre duna, com vegetação típica de restinga, em adiantado estado de recuperação.

Outras questões se referem ao perfil socioeconômico de seus moradores e ao período de ocupação do sítio.

A louça é considerada um dos elementos mais reveladores sobre o seu proprietário (LIMA, 1989). No caso do sítio pesquisado, há apenas vasilhames simples, com função utilitária. Peças como terrinas, malgas e travessas, utilizadas para servir à mesa, não foram encontradas. Em faiança fina, foram localizados apenas pratos. Os alguidares de cerâmica vidrada poderiam compor a tralha para servir à mesa. Eles remetem a

um padrão de baixo poder aquisitivo, excetuando-se um bule com motivo oriental em sua decoração e uma xícara de origem holandesa. O conjunto de pratos fundos, padrão trigal, é formado por peças nacionais e uma peça inglesa, ambas consideradas populares (SYMANSKI, 1998). Para os padrões locais, entretanto, tal conjunto pode indicar uma posição intermediária na comunidade: nem tão pobres que tivessem somente peças em cerâmica vidrada (louça de barro), nem tão ricos que dispusessem de um jogo de peças importadas. Pode-se deduzir até mesmo que havia uma preocupação em compor um jogo de louça. Embora produzidos em diferentes fábricas (dois são da mesma marca, mas de séries distintas), os pratos formam um conjunto com o mesmo padrão decorativo.

Figura 3 – Prato em faiança fina, decoração tipo trigal



Fonte: Alves (2003)

A louça coletada (faiança fina), tipo de artefato excelente para datação em sítios históricos, é em sua maioria de fabricação nacional, com início em 1902. As peças coletadas na área de refugio, um prato inglês (marca J & G e Meakin England) e uma xícara holandesa (da Societé Céramique – Maestr... – Made in Holland), têm sua produção iniciada no fim do século XIX e avança para o século XX. Período mais recuado poderia ser obtido pela presença de cerâmica vidrada, produzida em torno mecânico desde o século XVIII, conforme afirma Jacobus (1996). Os recipientes de vidro remetem ao mesmo período da louça, ou

## CAPÍTULO 4

seja, primeira metade do século XX. Mesmo que os frascos de remédios tenham sido coletados na praia, são bons indicadores, considerando-se que, entre a produção do medicamento e o consumo, há prazos limitados. As inscrições observadas no reverso da única moeda encontrada indicam sua cunhagem, em bronze, em 1869; entre a cunhagem e o descarte podem ter transcorrido dezenas de anos, o que nos levaria ao mesmo período de produção nacional de cerâmica vidrada e faiança fina.

Considerando as especificidades locais, talvez os vestígios da edificação sejam mais reveladores sobre o perfil socioeconômico. O piso caracterizado por elevação no terreno, com esteios de madeira e blocos de rocha, permite estimar uma área coberta com aproximadamente 8 m de frente por 6 m de fundo, incluindo a área da fornalha, provavelmente com cobertura vegetal, já que não foram encontrados fragmentos de telhas cerâmicas. Os blocos de rocha na extremidade frontal indicam que poderia haver algum tipo de assoalho nessa área, enquanto o local da fornalha, em desnível de piso, seria de chão batido, tomando como exemplo engenhos de farinha em Florianópolis (SILVA, 1996). As dimensões da fornalha (1,50 m de diâmetro) evidenciam que se tratava de tração manual, pois os engenhos movidos a tração animal exigem maquinário mais complexo e espaço mais amplo.

Figura 4 – Local da edificação e fornalha na extremidade esquerda



Fonte: Alves (2003)

As informações êmicas e éticas indicam que a desocupação final da Praia Grande ocorreu nos primeiros anos da década de 60 (século XX). Um entrevistado, morador da Praia Grande desde aproximadamente 1963, não tinha conhecimento sobre quem teria morado no local identificado como PG-U21. Antigos moradores informaram a possibilidade de a área ter sido a propriedade de um senhor de sobrenome Cardoso, falecido por volta de 1956, com 78 anos de idade. Entretanto seu filho, em visita à área, não reconheceu o local como sendo de sua família e afirmou desconhecer seus ocupantes. Assim como seu pai, esse senhor nasceu em uma propriedade ao norte do Sambaqui Praia Grande IV, nas proximidades do sítio PG-U21, mudando-se para a Lagoa do Acaraí em 1954, e desde então não havia retornado ao local.

Portanto, considera-se que o sítio PG-U21 seja remanescente de uma ocupação residencial, permanente, com atividade produtiva associada. O perfil socioeconômico remete ao modelo de economia de subsistência com a produção de excedentes para troca. Resta-nos tecer algumas considerações sobre a posição dessa unidade em relação às demais levantadas nas comunidades de Praia Grande e Figueira.

## ■ O sítio PG-U21 e as comunidades de Figueira e Praia Grande

De acordo com a historiografia, o plantio de mandioca e a produção de farinha são um legado dos grupos indígenas (CASCAES *apud* CARUSO; CARUSO, 1997). Os autores consultados creditam aos imigrantes açorianos o melhoramento da tecnologia para a produção de farinha, resultando em maior produtividade e qualidade. Para Farias (1998, p. 249), “os engenhos de farinha foram as primeiras unidades semi-industriais de Santa Catarina”. “No Brasil, o termo engenho foi, e ainda o é, aplicado para identificar os ‘engenhos de açúcar’ como um complexo, no sistema de produção de açúcar [...] [consistindo] num sistema econômico e social” (PEREIRA, 1989, p. 262). Mas “em Santa Catarina [engenho] significa apenas o conjunto de máquinas usadas no beneficiamento de produtos agrícolas [...] e o rancho que abriga aquele conjunto” (SERPA, 2000, p. 44).

A conceituação, regionalmente diferenciada, resulta das especificidades das propriedades rurais e do sistema agrário implantado no país. Ao contrário do sudeste e nordeste, em Santa Catarina as propriedades eram de pequeno porte, com poucos escravos ou

trabalhadores agregados, resultando em um conjunto de estruturas bastante simplificado. Seus engenhos eram construídos “geminados lateralmente com a habitação ou comércio, localizados atrás da mesma [sic] ou isolados” (ADAMS; VEIGA; ALBERS, 1989, p. 111). A discussão sobre a tecnologia e a produtividade dos engenhos é relevante, por ser um indicador de *status* econômico diferenciado em uma comunidade. Engenhos movidos a tração animal, como já observado anteriormente, demandam maquinário abrigado em edificações maiores.

Das unidades levantadas, as informações êmicas e éticas indicaram apenas duas propriedades com engenho movido a tração animal, ambas na localidade da Figueira: unidades 1 e 16.

Na Unidade 1, segundo dois entrevistados, o engenho era movido a tração animal. Essa estrutura mede aproximadamente 28 m de frente por 12 m de fundo. O engenho ocupava a metade do espaço construído, na lateral, com piso de chão batido. As paredes eram de tijolo maciço sobre alicerce de pedra, e a cobertura, com telha tipo capa-canal.

A Unidade 16, cujo alicerce da edificação mede 33 m de frente por 12 m de fundo e se encontra parcialmente articulado, é citada como a “casa do Brandão”. Entrevistados informaram que ela possuía engenho, mas não especificaram o tipo. Pelo porte da propriedade, é cabível supor que se tratava de maquinário movido a tração animal. Em 1893, um anúncio de jornal comunicava:

VENDE-SE uma Fazenda na Ilha de São Francisco, situado no lugar Figueira, medindo 450 braças de fundos, terrenos próprios para plantações de arroz, mandioca e canna, tendo uma casa de tijolos e pedras, e accessorios para lavoura de mandioca e canna. / Quem pretender dirija-se a José Tavares Brandão / N<sup>o</sup> aquella cidade (GAZETA DE JOINVILLE, 1893, p. 4).

Na Praia Grande, do período mais recente, a única propriedade indicada como engenho grande, movido a boi, era da família Rebelo (Unidade 82), localizada junto ao morrete sul. Segundo informações levantadas com um herdeiro, a casa de moradia (de madeira sobre baldrame em alvenaria de pedra) ficava à frente do morrete, e o engenho, a aproximadamente 5 m de distância, aos fundos. O antigo proprietário nasceu na Praia Grande e faleceu em 1940 com 80 anos, deixando, além dessa propriedade, mais uma, ao sul, na área do Sambaqui Praia Grande II e III, e outra ao norte, junto ao Sambaqui Praia Grande IV.

Uma segunda unidade (76), na Praia Grande, foi citada por diversos entrevistados como uma grande propriedade que tinha escravos, engenho e cerca de dez canoas de pesca. Segundo informações éticas, a propriedade pertenceu a um senhor de sobrenome<sup>7</sup> Cardoso, e sua família transferiu-se para Curitiba. No local, sob a vegetação, observa-se que uma grande área contém fragmentos de material construtivo. Não foi possível estimá-la.

As informações das demais unidades residenciais com engenhos remetem ao maquinário simples, manual. A conclusão a que se chega é de que esse tipo de engenho predominava no interior da ilha de São Francisco. Dos 12 engenhos registrados, ao menos oito eram manuais, no século XX.

Um dos últimos moradores deixou a Praia Grande no início da década de 1960, pouco antes de falecer. Sua filha relatou que a casa era retangular, com dois quartos e uma sala ocupando a frente, construída em madeira e assoalhada. A outra metade, nos fundos, ocupava toda a extensão com o engenho de farinha e a cozinha sem paredes divisórias. Nessa área, as paredes eram de ripa, a cobertura de “palha” e o piso de “barro socado”. A fomalha era de “barro com algumas pedras e tijolos”; o fogão da cozinha era sobre “ripas”, conforme depoimento da antiga moradora. Um fogão anterior resumia-se a duas toras de madeira para proteger o fogo, e as panelas eram suspensas com correntes fixadas na cobertura<sup>8</sup>. A descrição da propriedade dessa família é similar às anotações sobre os remanescentes observados na Unidade 66. O piso dessa unidade mede 9 m de frente por 4,80 m de fundo. Na extremidade posterior central, há uma fomalha similar àquela evidenciada no sítio PG-U21.

As demais unidades residenciais, com engenho de farinha movido a tração animal, seriam construções de madeira. Dessas, obteve-se apenas informação de que o engenho da Unidade 7 era na lateral da casa.

Em relação à unidade residencial com atividade semi-industrial, apenas uma (58) foi instalada deliberadamente para exploração de sambaquis, na Praia Grande. Essa caieira era do tipo a céu aberto, sem fornos construídos. Essa, talvez, seja a única unidade que realmente possa ser considerada semi-industrial. A produção de cal, nesse tipo de queima, exige trabalhadores que dominem a técnica da armação da “fornada”.

<sup>7</sup> Sem parentesco com o outro Cardoso citado anteriormente.

<sup>8</sup> O fogão sobre ripas é denominado “fogão de jirau”, e o outro, “fogão de trempe” (CARDOSO *et al.*, 1997).

Ao contrário das caieiras com fornos estruturados, essa técnica pode ser empregada deslocando-se os trabalhadores para as proximidades dos sambaquis<sup>9</sup>. Também na Figueira se registrou a produção de cal a céu aberto.

De outras 16 unidades registradas, obtiveram-se informações de que seus moradores plantavam e pescavam.

Não foram encontrados dados confiáveis sobre os materiais construtivos de várias casas. Alguns entrevistados enfatizavam as grandes construções e não se mostravam muito interessados nas casas mais “simples”. Entre as grandes edificações se destaca a Unidade 20, localizada no Morro da Palha, que, segundo vários entrevistados, pertenceu a um “homem muito rico, dono de muitos escravos”, e era uma construção de paredes de pedra.

Os espaços coletivos, prospectados, foram seis. Eles são extremamente relevantes, por constituírem ligações das unidades residenciais e comerciais (relações sociais e econômicas).

Na Figueira, o porto junto à margem esquerda do Rio Acaraí (Unidade 24) era o local para onde convergiam os pescadores e farinheiros para negociar, embora alguns moradores tivessem seus próprios atracadouros. Nessa localidade não havia escola, cemitério, nem mesmo igreja. A Unidade 1 foi citada, por mais de um informante, como o local onde se reuniam os moradores para as rezas, junto a uma cruz de madeira, a céu aberto. Também nessa unidade funcionou uma escola (segundo um dos proprietários, o pai cedia a sala da casa para as aulas). Para batizados, casamentos e outras celebrações os moradores da Figueira atravessavam o Rio Acaraí em direção à Igreja de São Sebastião, na Praia Grande. Seus mortos também eram levados para o cemitério daquela localidade, desativado desde 1958, quando ocorreu o último sepultamento.

O centro de convergência da comunidade da Praia Grande era ao lado de um porto no Rio Acaraí (Unidade 62). Esse local, reconhecido como “Acaraí” por ex-moradores, agrupava todas as atividades coletivas: cemitério, igreja e porto. Era desse ponto que se escoava a produção para a sede administrativa do município, passando pelo Porto da Tapera (Unidade 80).

Também a Igreja de São Sebastião (Unidade 60), ou suas ruínas, é o ponto de referência da extinta comunidade. Sobre a igreja, à qual se atribui a data de 1771, as informações de um depoente deixam entrever que a

---

<sup>9</sup> Debret (1972) descreve caieiras desse tipo em ilhas na Baía da Guanabara, Rio de Janeiro.

sua função original não necessariamente teria sido essa. Em entrevista gravada, informa que a igreja foi construída pela comunidade quando ele tinha aproximadamente 14 anos (1932), aproveitando as pilastras que já existiam no local. Antes disso, as cerimônias religiosas eram realizadas em uma casa, ao lado. A estrutura remanescente da igreja, portanto, é extremamente relevante como indicação de que a ocupação pode ter-se iniciado ainda no século XVIII.

Das antigas estradas das comunidades de Figueira e Praia Grande, mantém-se ainda o traçado, embora o trânsito com veículos leves não seja possível em toda a sua extensão.

O atual traçado da estradinha que ligava as propriedades da Figueira inicia-se no Morro da Palha, seguindo até a margem do Rio Acaraí (Unidade 24), de onde segue, paralelamente a este, até a localidade de Tapera. Um trecho pavimentado com pedras (Unidade 22) ligava a Unidade 16 (propriedade do Brandão) à estrada da Figueira.

O traçado da estrada da Praia Grande segue paralelo ao oceano, em cava de cordões de dunas. Tal estrada se inicia ao norte, nas imediações de um sambaqui, e termina ao sul dos morretes, após fazer uma curva em direção ao Canal do Linguado, à direita, afastando-se da praia. Ex-moradores informaram que ela seguia até a localidade de Bupeva (no extremo sul da ilha), pela praia, mas em diversas oportunidades mencionaram contatos com a comunidade de Porto do Rei. O provável é que, em algum local, na atual Praia do Ervino, houvesse bifurcação em seu traçado.

Uma questão final quanto à ocupação dessa porção da ilha de São Francisco refere-se às relações da ocupação histórica com os remanescentes dos construtores de sambaquis.

Como citado anteriormente, registrou-se um total de 20 sítios arqueológicos do período pré-colonial, sendo um deles sob abrigo. Das informações obtidas, observou-se que, pelo menos no período mais recente, apenas uma caieira foi instalada. Na Praia Grande, dois sítios foram agredidos para a produção de cal na primeira metade do século XX. Após a desocupação dessas áreas pelos antigos moradores, novos proprietários impactaram alguns sambaquis com a extração de material, provavelmente para deposição em estradas. Na Figueira aparentemente ocorreu o mesmo. O não aproveitamento dos sambaquis para a produção da cal, na primeira metade do século XX, pode ser resultado da dificuldade de efetuar seu processamento e transporte.

### ■ Considerações finais

A investigação na área adjacente ao Rio Acaraí e ao oceano apresentou um número significativo de sítios arqueológicos e locais com vestígios da ocupação em período mais recente. Portanto, a ausência de referências sobre essas populações na literatura não corresponde aos fatos. Foram registradas informações de 92 unidades de ocupação. A prospecção em parte desse universo resultou na identificação de 47 locais com vestígios de unidades residenciais e coletivas.

Quanto aos aspectos socioeconômicos das comunidades, os dados permitem concluir que em ambas a base econômica seguia o modelo das pequenas propriedades agrícolas e pesqueiras do litoral de Santa Catarina. Os remanescentes de estruturas remetem a três estratos: um grupo com capacidade para produzir excedentes suficientes para acumular bens (os proprietários dos casarões, de engenhos, caieira), um grupo intermediário, com meios de produzir para a sua subsistência (as pequenas fornalhas), e um terceiro grupo, do qual o elemento sintomático é a ausência de vestígios.

As fontes arqueológicas, documentais e orais indicaram ocupação histórica da segunda metade do século XIX até por volta da década de 1950. De período mais recuado, do início da ocupação histórica, não foram encontradas informações que possibilitassem outras análises. Qual seria a configuração social, no interior da ilha, antes dos movimentos e das leis direcionadas à libertação dos escravos? Possivelmente o desdobramento da pesquisa traria elementos para analisar tal questão.

### ■ Referências

ADAMS, B. M.; VEIGA, E. V.; ALBERS, S. Ilha de Santa Catarina – aspectos da colonização lusa. In: SEMANA DE ESTUDOS AÇORIANOS, 2. Anais... Florianópolis: UFSC, 1989, p. 105-117.

ALVES, M. C. *Farinheiros e pescadores do interior da ilha de São Francisco do Sul*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)–Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, M. S. C. de. **Levantamento e monitoramento arqueológico da área de intervenção do emissário para lançamento dos efluentes sanitários e industriais da unidade industrial da empresa Vega do Sul S.A., em São Francisco do Sul – SC.** Relatório do levantamento. OAP Consultores Associados, Joinville, 2001.

BIGARELLA, J. J. **Matinho: homem e terra – reminiscências...** Matinhos: PMM/ADEA, 1991.

CARDOSO, J. S. *et al.* Breve estudo sobre estruturas de queima (fogões, fornalhas e fornos) em sítios do Projeto de Salvamento Histórico-Arqueológico na Área Atingida pela Represa da Usina de Serra da Mesa – Goiás. **Revista de Arqueologia**, n. 10, p. 127-141, 1997.

CARUSO, R. C.; CARUSO, M. M. L. **Vida e cultura açoriana em Santa Catarina: 10 entrevistas com Franklin Cascaes.** Florianópolis: Cultura Catarinense, 1997.

CLARKE, D. L. Spatial information in Archaeology. *In:* \_\_\_\_\_. **Analytical Archaeologist.** Londres: Academic Press, 1979.

DEBRET, J. B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** Tomo I. São Paulo: Livraria Martins; Edusp, 1972.

FARIAS, V. F. de. **Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo.** Povoamento, demografia, cultura, Açores e litoral catarinense – um livro para o ensino fundamental. Florianópolis: Edição do autor, 1998.

FERNANDES, L. Contribuição à geografia da Praia de Leste. **Arquivos do Museu Paranaense**, Curitiba, v. VI, set. 1947.

FERREZ, H. D.; BIANCHINI, M. H. **Thesaurus para acervos museológicos.** Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. 2 v.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, 4 jun. 1893, p. 4.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, 20 fev. 1909.

## CAPÍTULO 4

HODDER, I.; ORTON, C. **Análisis espacial en Arqueología**. Barcelona: Crítica, 1990.

JACOBUS, A. L. Louças e cerâmicas no sul do Brasil no século XVIII: o registro de Viamão como estudo de caso. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 23, p. 7-58, 1996.

\_\_\_\_\_. O registro de Viamão: um pedágio do século XVIII na América Portuguesa. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 27-28, p. 63-76, 1998.

LE GOFF, J. Memória. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, T. A. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. **Dédalo**, São Paulo, n. 1, p. 201-230, 1989. (Publicação Avulsa).

LUCENA, V. Estratigrafia arqueológica: processo de constituição e interpretação. **Clio**, Recife, n. 8, 1992. (Série Arqueológica).

ORSER JR., C. E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PEREIRA, N. do V. A origem e a tecnologia dos engenhos de farinha de mandioca da ilha de Santa Catarina. In: SEMANA DE ESTUDOS AÇORIANOS, 2. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1989, p. 250-266.

PLOG, S.; PLOG, F.; WAIT, W. Decision making in modern surveys. **Advances in Archaeological Method and Theory**, Nova York, v. 1, p. 383-421, 1978.

PRINS, G. História oral. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 163-198.

SERPA, I. C. **Os engenhos de Limeira: história e memória da imigração italiana no Vale do Itajaí**. Itajaí: Univali, 2000.

SILVA, O. P. da. A relação entre paisagem, produção e habitação de um engenho na ilha de Santa Catarina: proposta para aplicação em interpretações arqueológicas. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXI, n. 2, p. 5-32, 1995.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia dos engenhos da ilha de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

SOUZA, M. A. T.; SYMANSKI, L. C. P. Análise distribucional intra-sítio em Arqueologia Histórica: algumas aplicações. **Revista de Arqueologia**, n. 9, p. 25-42, 1996.

SYMANSKI, L. C. P. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: PUCRS, 1998. (Coleção Arqueologia, 5).

THIESEN, B.; TOCCHETTO, F. Definição de sítio arqueológico histórico: reflexões para um debate. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 29, p. 255-285, 1999.

## ARQUEOLOGIA DE UMA LIXEIRA: O SÍTIO ARQUEOLÓGICO ROCIO GRANDE II<sup>1</sup>

Ana Lucia Herberts<sup>2</sup>  
Rodrigo Lavina<sup>3</sup>

### ■ Introdução

Durante o levantamento arqueológico realizado para o licenciamento ambiental de uma área de 15 hectares a ser utilizada para atividades retroportuárias, situada no bairro Rocio, município de São Francisco do Sul (SC), foram registrados dois sítios arqueológicos – Rocio Grande I<sup>4</sup> e Rocio Grande II (UNESC, 2008) –, os quais foram alvo de resgate arqueológico pela Scientia Consultoria Científica (2009a; 2009b; 2010).

O sítio arqueológico Rocio Grande II apresentou três concentrações de material conquífero, com a presença de cerâmica de torno, fragmentos de vidro e louça em uma camada estratigráfica com cerca de 40 cm de profundidade. A integridade desse sítio estava prejudicada por ações antrópicas e erosivas diversas.

---

<sup>1</sup> Algumas dessas reflexões foram anteriormente apresentadas na V Semana de Arqueologia e Patrimônio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ocorrida entre 21 e 26 de novembro de 2011, nessa universidade.

<sup>2</sup> Scientia Consultoria Científica. *E-mail*: ana.herberts@scientiaconsultoria.com.br.

<sup>3</sup> Scientia Consultoria Científica. *E-mail*: rodrigo.lavina@scientiaconsultoria.com.br.

<sup>4</sup> A ausência de estratigrafia definida, a coloração brilhante das carapaças dos moluscos, a ausência completa de vestígios culturais pré-coloniais (carvão vegetal, artefatos líticos, lascas, vestígios faunísticos, fragmentos de cerâmica) e os fragmentos de cerâmica e louça percebidos em superfície levaram à conclusão de que se trata de uma lixeira contemporânea, onde eram depositados os resíduos provenientes da coleta de moluscos com fins comerciais, conforme ainda hoje ocorre na periferia da cidade de São Francisco do Sul.

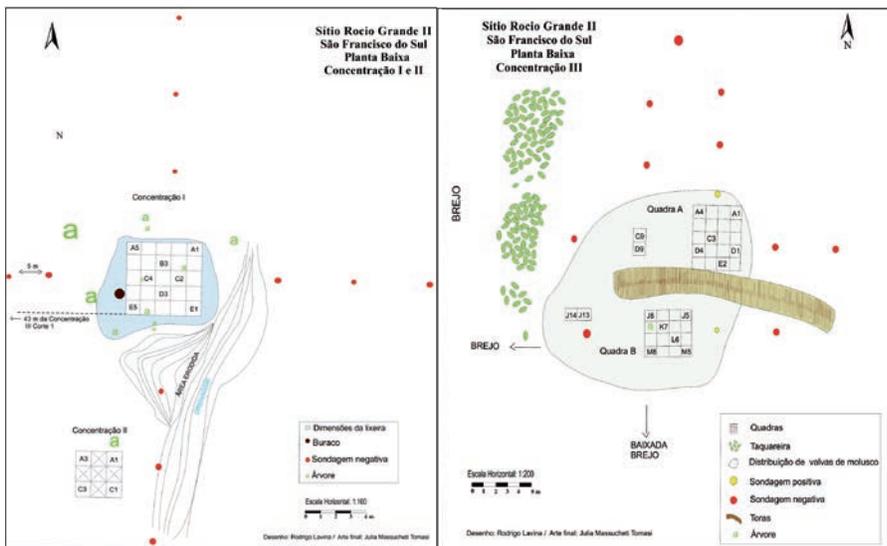
Essas duas concentrações foram consideradas partes de um único sítio, por conta da proximidade entre elas, distantes cerca de 10 m entre si, além da semelhança do conteúdo do pacote arqueológico das concentrações.

## ■ Procedimentos metodológicos de resgate e resultados de campo

Na definição dos procedimentos de escavação adotados, levou-se em consideração o fato de tratar-se de sítio com estruturas e integridades comprometidas por atividades antrópicas e erosivas. A escavação ocorreu em unidades de 1 m<sup>2</sup> distribuídas por toda a superfície do sítio, para melhor compreensão da distribuição espacial dos vestígios e tratamento estatístico do material coletado.

Nas concentrações que caracterizam o Sítio Rocio Grande II, com área de 2.500 m<sup>2</sup> (área inicialmente prevista de 63 m<sup>2</sup>), a escavação não pôde ser realizada, em virtude da presença de árvores de médio e grande porte em sua superfície, além de perturbações antrópicas e erosivas diversas, como voçorocas e acúmulos de troncos de árvores resultantes da época do desmatamento da área.

Figura 1 – Planta baixa das concentrações I, II e III do Sítio Rocio Grande II



Fonte: Rodrigo Lavina e Julia Massuchetti Tomasi

Assim, optou-se por abrir unidades nas áreas que permitiam escavação sem grandes impedimentos físicos, procurando, porém, manter a amostragem inicialmente proposta.

Como complementação a tal estratégia, foram realizadas sondagens a cada 5 m orientadas segundo os pontos cardeais, tendo como ponto central as concentrações identificadas, para procurar verificar tanto as dimensões dessas estruturas como a existência de outras estruturas associadas não percebidas durante o levantamento arqueológico.

A ideia por trás desses procedimentos metodológicos foi obter subsídios sobre a cultura material distribuída por todo o espaço do sítio, de forma amostral sistemática, a fim de tentar conseguir “informações sobre a natureza e o grau da variação da cultura material em assentamentos como um todo” (WÜST; CARVALHO, 1996, p. 48).

Os procedimentos de pesquisa intrassítio visam, portanto, ainda que de modo amostral, trabalhar o sítio na perspectiva da denominada *household archaeology* (BLANKHOLM, 1991; FLANNERY; WINTER, 1976; HIETALA, 1984; KENT, 1987; KROLL; PRICE, 1991; WÜST, 2000).

O sítio arqueológico Rocio Grande II foi caracterizado por três concentrações de carapaças de moluscos, entre as quais dominam as de *Anomalocardia brasiliana* (berbigão) e *Crassostrea* sp. (ostra), ocorrendo em menor número *Tivela* sp. (amêijoa), todas associadas a fragmentos de cerâmica, louça e vidro em superfície.

Por causa da densa vegetação arbustiva e arbórea que recobria toda a extensão do sítio e impedia assim a demarcação de áreas amplas para escavação, optou-se por amostrar as áreas dessas concentrações, buscando determinar a composição dos estratos arqueológicos e recuperar também o material cultural existente em contexto.

A escavação das concentrações identificadas totalizou um espaço de 32 m<sup>2</sup>, tendo sido escavadas oito unidades na Concentração I, quatro unidades na Concentração II e 16 unidades e dois cortes medindo 2 x 1 m na Concentração III.

As unidades apresentaram uma espessura de material cultural entre 10 e 40 cm, tendo como características a presença de valvas de moluscos, majoritariamente bivalves (*Crassostrea* sp. e *Anomalocardia brasiliana*), fragmentos de cerâmica, faiança, faiança fina, vidro e metal, além de vestígios faunísticos provenientes de peixes, aves e mamíferos.

**Figura 2** – Vista da área da concentração I do Sítio Arqueológico Rocio Grande II após os trabalhos de escavação e detalhe de concentração de fragmentos de faiança fina na unidade C1, concentração I do Sítio Arqueológico Rocio Grande II



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2009a)

**Figura 3** – Detalhe da base da unidade J5 a 30 cm de profundidade, concentração III do Sítio Arqueológico Rocio Grande II, e detalhe do perfil S da unidade J5, concentração III do Sítio Arqueológico Rocio Grande II



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2009a)

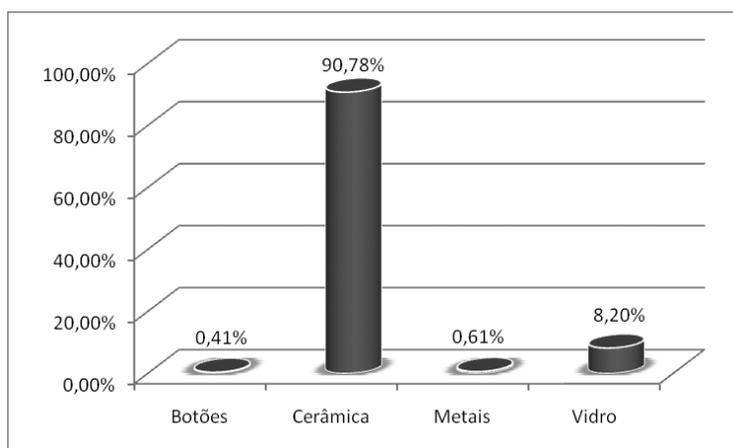
Ao final dos trabalhos de campo, foi possível afirmar que ambos os sítios estavam situados em ambientes semelhantes, nas bordas de áreas mais altas que se limitam com drenagens e/ou pântanos, formando assim áreas de acúmulo de rejeitos orgânicos e inorgânicos que podem ser caracterizadas como lixeiras estabelecidas nos limites do terreno aproveitável, em locais onde não se realizariam outras atividades. O fato de um deles apresentar material cultural contemporâneo (fim do século XX) e outro material cultural associado ao fim do século XIX e início do XX mostra uma continuidade na utilização do espaço como local

de descarte de rejeitos de unidades familiares. A ausência de material construtivo, como fragmentos de tijolos e telhas, reforça a hipótese de não se tratar de unidades de moradia. As habitações possivelmente estariam situadas a certa distância das lixeiras, porém não puderam ser encontradas, apesar dos *transects* de sondagem efetuados a partir de seu centro, até 100 m do entorno. Provavelmente seriam formadas por unidades de pau a pique que teriam desaparecido posteriormente em razão das atividades agrícolas que foram realizadas na área durante dezenas de anos, desde o início do século XX até a década de 1970.

### ■ Procedimentos de laboratório e resultados obtidos nas análises

Após a conclusão dos trabalhos de escavação do sítio, o material arqueológico coletado foi encaminhado para o laboratório da Scientia Consultoria Científica (Unidade Florianópolis), onde passou pelo processo de curadoria (higienização, numeração) e pela análise e compilação dos dados encontrados. Tratava-se de cerâmicas (faiança fina, faiança, cerâmica vitrificada, cerâmica histórica e cachimbos), vidros, ossos, metal e botões (gráfico 1).

Gráfico 1 – Quantidade de material coletado no Sítio Rocío Grande II



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

## Material vítreo

O material vítreo do Sítio Rocio Grande II constituiu-se de 40 fragmentos, dos quais vários foram remontados, diminuindo a amostra para 25 peças. Todavia, por causa da pequena quantidade de material, poucas peças foram identificadas – apenas duas bases e um frasco, que provavelmente seriam de um frasco de óleo de rícino.

Figura 4 – Material vítreo coletado no Sítio Rocio Grande II



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

As duas bases redondas de uma garrafa cilíndrica com diâmetro de 7,9 cm, na tonalidade verde-oliva, apresentam a técnica de sopro para sua confecção. Foram identificadas como sendo de vinho, pois esse tipo de garrafa era muito comum. De acordo com Santos (2005), essas garrafas de vinho foram produzidas exclusivamente até a década de 70 do século XIX.

Os demais fragmentos são, na sua maioria, parte do corpo, mas por conta do tamanho e da quantidade de peças não se podem identificar com precisão sua forma e origem. Apenas a quantificação dos fragmentos pôde ser realizada: nove peças na cor verde-oliva que provavelmente fazem parte do corpo das garrafas de vinho citadas, e um fragmento apresenta algumas marcas, como se possuísse uma crosta na superfície do vidro; três fragmentos na cor verde-clara; um na cor verde-água; dois fragmentos na cor âmbar, dos quais um apresenta uma marca no lado externo do corpo e algumas bolhas em seu interior, mas não foi possível confirmar se as marcas seriam de um molde; e um fragmento de corpo na cor marrom.

## CAPÍTULO 5

Foram identificados também dois fragmentos de cor verde-escura, com forma retangular, que se diferenciaram dos demais. Estes poderiam ser, de acordo com Santos (2005), garrafas de genebra ou aguardente, produzidas em recipientes com forma troncopiramidal invertida, base quadrada, paredes retas e sem pescoço.

Alguns fragmentos de vidro na cor azul-cobalto, com marcas laterais que sugerem a técnica de confecção por meio de molde, parecem se tratar do mesmo frasco, porém apenas algumas peças remontaram, formando parte do corpo e da terminação de um frasco, provavelmente de óleo de rícino, muito utilizado para problemas estomacais. Há uma terminação com anel simples, que apresenta marcas de molde na lateral, mas a borda possui uma irregularidade que faz um lado ser maior que outro, e ainda um fragmento de corpo com as mesmas características da terminação. Todas essas peças apresentam em sua superfície externa marcas como se o vidro tivesse sido trabalhado, ou isso pode ter ocorrido por causa do tempo em que o material se encontra no sítio.

### Material metálico

Três fragmentos de material ferroso foram coletados em avançado estado de corrosão: uma lâmina com medidas 21,0 cm x 3,6 cm x 0,6 cm, que provavelmente possuía cabo de outro material; um fragmento de base, que poderia ser de uma panela ou outro utensílio doméstico; e um fragmento não identificado.

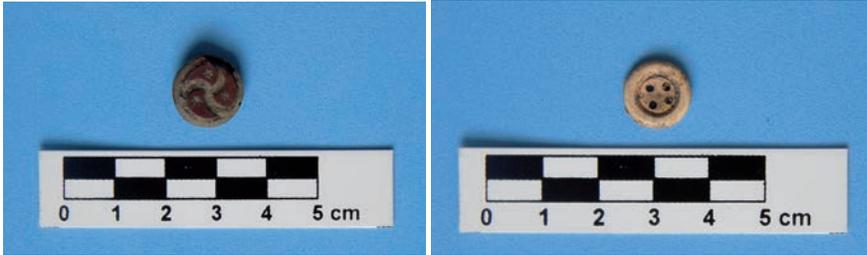
Coletou-se um fragmento de chumbo ou estanho pesado com coloração amarelada, que provavelmente seria sobra de algum tipo de metal (escória). Sugere-se que sua utilização fosse para remendo de panelas ou pesos de rede de pesca.

### Botões

Dois botões foram coletados no sítio, parecendo ser mais contemporâneos. A matéria-prima utilizada em um deles é plástico, e no outro não foi possível identificar.

Os botões são redondos, possuem diâmetro de 12 a 13 mm, porém são diferentes na coloração e no modelo; um tem tom bege e quatro furos, e o outro, um tom marrom, e não foi possível identificar se possuía pé ou furos. Sugere-se assim que não pertenceram à mesma peça de vestuário.

Figura 5 – Botão na cor marrom e botão com quatro furos na cor bege

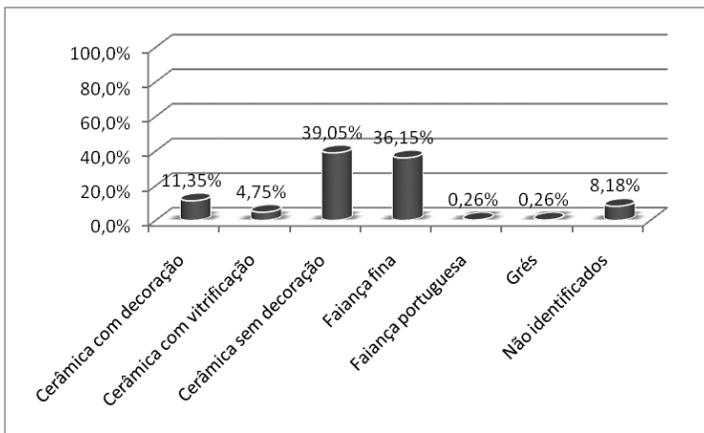


Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

## Cerâmica

Os tipos de cerâmica identificados no sítio foram a faiança (portuguesa e fina), o grés, a cerâmica de torno com vitrificação interna, a cerâmica de torno ou modelada sem decoração, a cerâmica de torno ou modelada com decoração e os cachimbos, como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Quantidade de material cerâmico por tipos



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

Os fragmentos de faiança fina somaram 137 peças, que foram agrupadas conforme eram remontadas. A maior parte das peças era de louças brancas, sem decoração. Algumas possuíam pintura à mão/borrão; *transfer printing*; bandado; pintado à mão/carimbado.

## CAPÍTULO 5

Nas louças brancas há uma malga com esmalte *pearlware*; duas canecas de tamanhos diferentes, uma com esmalte *pearlware* e outra com *creamware*; um prato fundo com padrão decorativo *Royal rim* e esmalte *creamware*.

Sete fragmentos de pratos foram identificados por meio da base ou da forma de borda/bojo, sendo dois deles com esmalte não identificado e o restante com esmalte *pearlware*. Apenas uma base possuía uma marca no fundo, como se tivesse sido carimbada, algo que sugere ser uma flor muito simples. Dois fragmentos de borda apresentam marcas escuras que podem ser de calor.

**Figura 6** – Prato fundo fragmentado, louça não decorada e fragmentos de louça não decorada



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

As peças fragmentadas coletadas eram de uma malga pequena de faiança fina sem decoração, uma caneca também em faiança fina sem decoração e uma base de caneca. O esmalte dessas peças são *pearlware* e *creamware*.

**Figura 7** – Duas canecas de faiança fina, sem decoração, e malga pequena em faiança fina, sem decoração



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

As peças com decoração *transfer printing* no padrão *Willow*, na cor azul, são referentes a um prato fundo que possui parte da base e da borda e teve seu período de fabricação entre 1780 e meados do século XIX.

As demais peças são pintadas à mão/borrão na cor azul (tradicionalmente conhecidas como borrão azul). Trata-se de fragmentos do que seria uma malga e também partes de prato fundo, não sendo possível identificar o período de fabricação.

**Figura 8** – Fragmentos de faiança fina, com decoração *transfer printing* padrão *Willow* e com decoração borrão azul



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

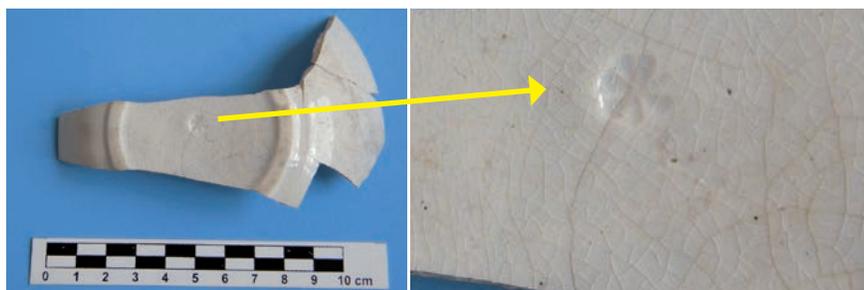
Há também duas canecas fragmentadas, uma delas com decoração pintada à mão/faixas e frisos/flores, policrômica, e outra pintada à mão/carimbada, também policrômica. Esse tipo de decoração pertence ao período entre 1845 e início do século XX.

**Figura 9** – Caneca de faiança fina, com decoração policrômica, e fragmentos de caneca em faiança fina, com decoração bandada policrômica e carimbada



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

Figura 10 – Fragmento de pires com marca gravada sugerindo uma flor e detalhe da marca gravada no fundo do pires



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

Outro elemento que pode auxiliar na datação de um sítio histórico, além das amostras de carvão, é a louça. Alguns tipos de decoração ou marcas (carimbos de empresas que produziam as louças) podem ser específicos de determinadas épocas. Para isso, utiliza-se uma datação aproximada do início de ocupação do sítio, com base nos fragmentos encontrados “*terminus post quem* – a data depois da qual. Este gênero de datação consiste em considerar o ano inicial do artefato de produção mais antiga presente na amostra como a data mais recuada para o início da formação do depósito arqueológico” (TOCCHETTO, 2001, p. 140).

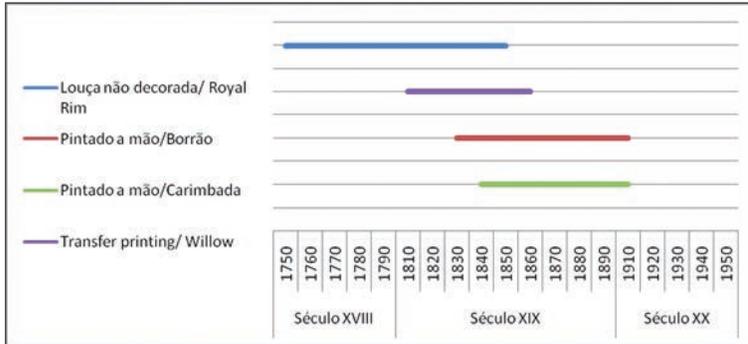
O período de produção de algumas faianças finas coletadas no Sítio Rocio Grande II é apresentado no quadro 1, sendo possível estimar a cronologia do material mediante tal linha do tempo, conforme apresentado no gráfico 3.

Quadro 1 – Período de produção de louças, com base nas técnicas decorativas utilizadas

Técnica decorativa	Padrão	Esmalte	Período
Pintado à mão	Carimbado	<i>Pearlware</i>	1845 até início do século XX
Pintado à mão	Borrão	Não identificado	Início da década de 30 do século XIX até XX. Maior popularidade 1.ª fase: décadas de 40 e 50 do século XIX; 2.ª fase: 1890-1904
<i>Transfer printing</i>	Willow	<i>Pearlware</i> ou <i>whiteware</i>	<i>Willow</i> durante a metade do século XIX
Louça não decorada	Royal Rim	<i>Creamware</i> ou <i>Pearlware</i>	<i>Creamware</i> – segunda metade do século XVIII <i>Pearlware</i> – primeira metade do século XIX

Fonte: Albuquerque (1991-2001), Carvalho (2008), Juliani (2003), Tocchetto (2001)

Gráfico 3 – Cronologia do material arqueológico por meio das faianças finas



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

A faiança portuguesa é um tipo menos elaborado e de qualidade inferior, que perde sua importância no fim do século XVIII, com o surgimento da faiança fina. Entretanto no Brasil ela é consumida até início do século XIX. De acordo com Albuquerque (1991-2001), a periodização desse tipo de material é determinada pela decoração aplicada na peça.

Apenas um fragmento de faiança portuguesa foi coletado. Trata-se de uma base com pasta e esmalte brancos, com decoração em linhas concêntricas na cor azul e parte de um desenho no centro não identificado. Sua forma sugere que a peça foi uma malga.

Foi coletado apenas um pequeno fragmento de grés no sítio, na cor branca, porém não foi possível obter mais informações. Esse tipo de material era muito comum em garrafas de genebra. Segundo Santos (2005), suas características seriam terminação muito estreita, ausência de pescoço e corpo cilíndrico de dimensões esguias, podendo ter alça na altura do ombro. É originária da Holanda e também da Alemanha.

As cerâmicas de torno com vitrificação somam 18 fragmentos, apresentando esmalte na face interna de coloração esverdeada, com exceção de uma borda, na qual o esmalte do vidrado é de cor laranja, na face interna.

Todas as peças apresentam marca de fuligem na face externa, com exceção das bordas, e algumas possuem marcas escuras na face interna, provavelmente por conta do uso. A pasta da cerâmica é branca e tem grande quantidade de fragmentos de quartzo misturados. Esse tipo de cerâmica ocorreu em menor quantidade no sítio.

**Figura 11** – Fragmento de base em faiança portuguesa e fragmentos de cerâmica vitrificada, com esmalte na cor verde na face interna



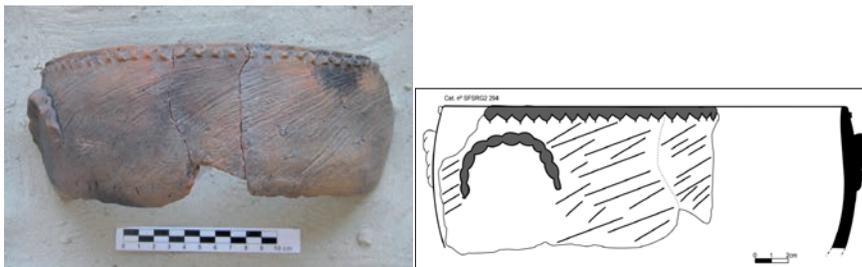
Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

Os fragmentos coletados no Sítio Rocio Grande II, em sua maioria, são partes de cerâmica histórica, que pode ser encontrada em vários municípios do litoral catarinense, até mesmo com técnicas decorativas parecidas. Esse tipo de cerâmica achada na escavação de alguns sítios em Santa Catarina é atribuído a caboclos e escravos, mas pode-se pensar que os açorianos, ao chegar ao litoral, trouxeram consigo a técnica de produção da cerâmica de torno e modelada, e o contato com os indígenas da região os fez incorporar algumas técnicas de produção desses grupos.

Com a análise dos fragmentos se percebe que a técnica de confecção mais empregada foi a modelada, sendo apenas alguns fragmentos acordelados ou produzidos por torno. O tempero constante dos fragmentos é caracterizado principalmente por mica dourada e fragmentos de quartzo. Porém ressalta-se que a presença de mica pode não ser intencional, mas estar naturalmente na fonte de argila ou de areia da região.

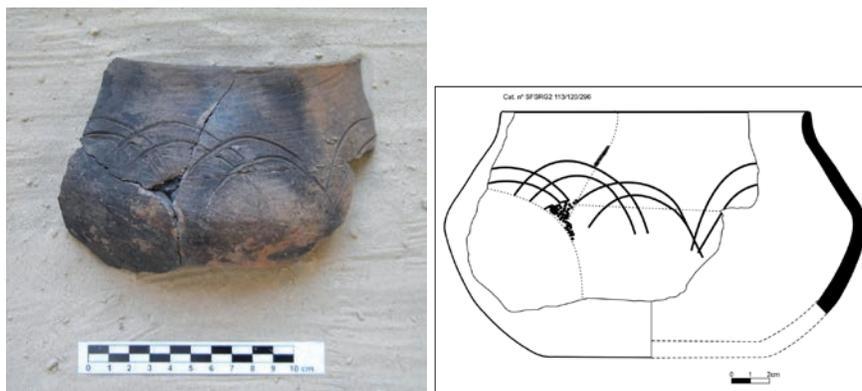
O material cerâmico do Sítio Rocio Grande II apresenta uma variedade em decorações, como escovado, inciso, carimbado, além de diversos tipos decorativos em uma mesma peça, como escovado juntamente com inciso de arcos secantes paralelos e também apliques nas bordas. Apesar dessa grande variedade, o tipo que predomina é a cerâmica simples, sem decoração.

**Figura 12** – Fragmento de vasilha cerâmica, com decoração escovada e aplicado na borda próximo ao lábio, além de apêndice de asa, e representação da forma da vasilha cerâmica com decoração escovada e aplique, borda direta, lábio arredondado e diâmetro de 24 cm



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010). Desenho e arte gráfica: Edmara Schuch e Ana Lucia Herberts

**Figura 13** – Fragmentos da borda com decoração de arcos secantes paralelos e representação da vasilha cerâmica com decoração incisa de arcos secantes paralelos, borda extrovertida, lábio arredondado e 16 cm de diâmetro



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010). Desenho e arte gráfica: Edmara Schuch e Ana Lucia Herberts

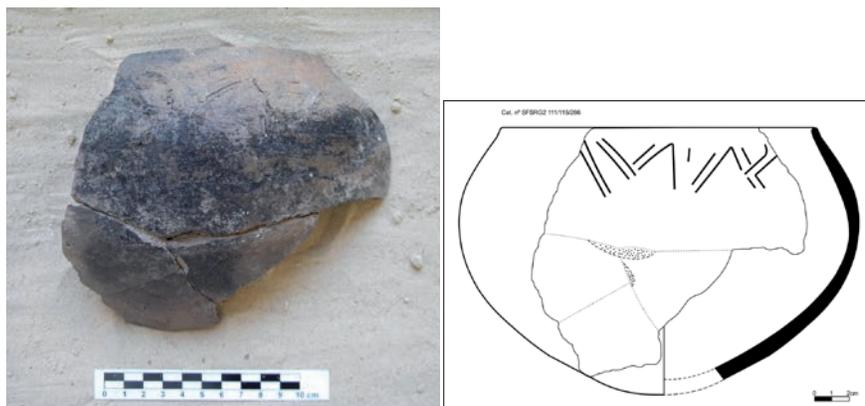
## CAPÍTULO 5

**Figura 14** – Fragmentos da borda com decoração de arcos paralelos à borda e representação da vasilha cerâmica com decoração incisa de arcos paralelos, presença de asas na lateral, borda introvertida, lábio arredondado e diâmetro de 22 cm



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010). Desenho e arte gráfica: Edmara Schuch e Ana Lucia Herberts

**Figura 15** – Fragmentos da borda e parte do bojo, decoração de arcos paralelos à borda e representação da vasilha cerâmica com decoração incisa transversal, borda introvertida, lábio arredondado, base arredondada e diâmetro de 18 cm



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010). Desenho e arte gráfica: Edmara Schuch e Ana Lucia Herberts

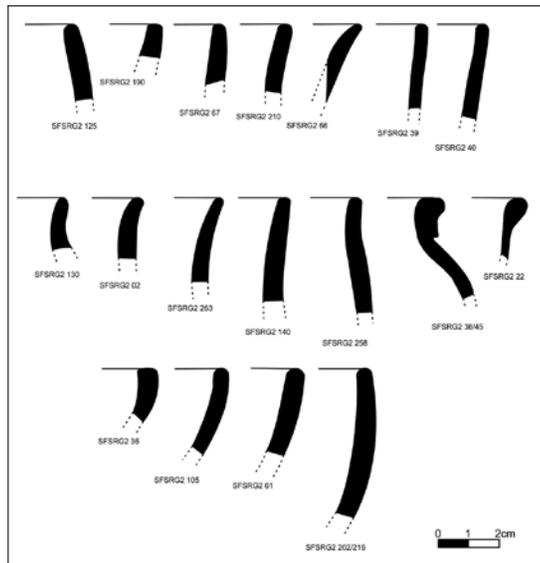
**Figura 16** – Vasilha fragmentada e representação da vasilha cerâmica com decoração simples, base plano-convexo e diâmetro de 4 cm



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010). Desenho e arte gráfica: Edmara Schuch e Ana Lucia Herberts

Constatam-se algumas variações com relação às formas. A maioria das bordas apresenta a morfologia direta, mas também havia extrovertida e introvertida. Alguns fragmentos apresentam um aplique decorativo na borda junto ao lábio, como se fosse um babado; outros, em virtude do tamanho, não foi possível identificar se possuíam decoração. As formas dos lábios em sua maioria são arredondadas, mas há alguns lábios planos.

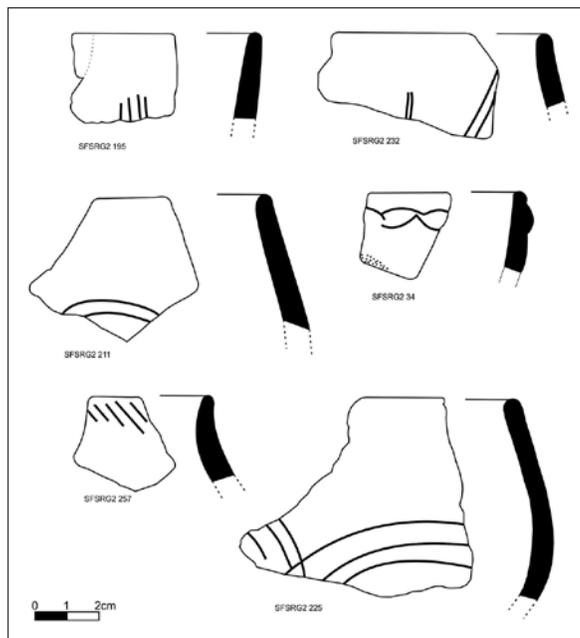
**Figura 17** – Representação gráfica das bordas: diretas, extrovertidas e introvertidas



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010). Desenho e arte gráfica: Edmara Schuch e Ana Lucia Herberts

A decoração presente em muitos fragmentos era escovada, sem decoração com arcos secantes, inciso, e também sem decoração.

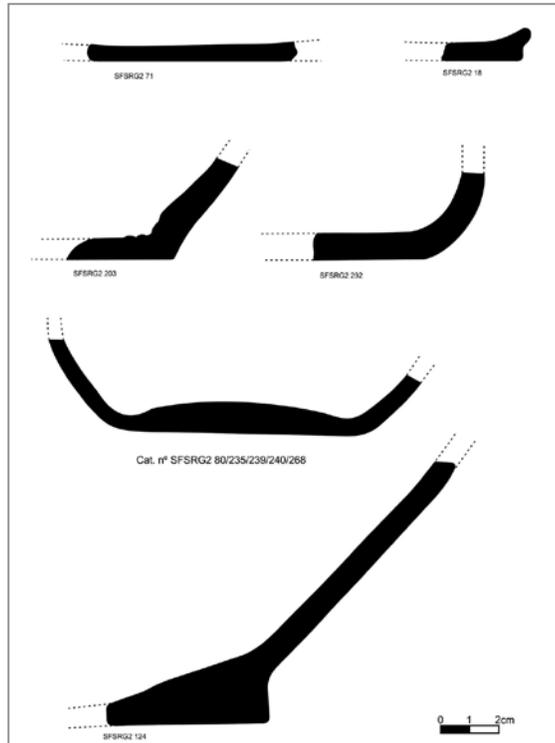
**Figura 18** – Representação gráfica das bordas com decoração incisa vertical, transversal e em arcos secantes



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010). Desenho e arte gráfica: Edmara Schuch e Ana Lucia Herberts

As bases coletadas no Sítio Rocio Grande II, em sua maioria, são do tipo plana, porém por meio do repertório de formas foi possível verificar que poderiam existir algumas peças com base arredondada, mas que não foram encontradas no registro arqueológico.

Figura 19 – Representação gráfica do perfil das bases



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010). Desenho e arte gráfica: Edmara Schuch e Ana Lucia Herberts

Percebe-se que todos os fragmentos coletados correspondem a peças utilizadas para a produção de alimentos, por causa das marcas de fuligem e algumas marcas de crosta no interior de fragmentos; outros podem ser apenas para armazenar mantimentos e/ou para consumo. Tem-se uma variedade em tamanhos de peças, o que sugere um conjunto.

Os cachimbos cerâmicos somam ao todo cinco fragmentos, com técnica de confecção moldada ou modelada, com decoração incisa, e os motivos decorativos são ponteados e linear. O antiplástico compõe-se de areia fina, grãos de quartzo e mica dourada. Dessas peças, duas são cachimbos fragmentados, em que o diâmetro do forninho varia entre 180 mm e 220 mm, e o diâmetro do orifício do forninho, entre 130 mm e 160 mm. As demais peças são três fragmentos de porta-boquilha. São do tipo angular e, conforme Serrano (1937, p. 30), caracterizam-se como “cachimbos em que o forninho e o porta-boquilha formam um ângulo reto”.

**Figura 20** – Cachimbos fragmentados e fragmentos de porta-boquilha de cachimbos



Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

Em razão da presença de cachimbos nos sítios históricos, pode-se pensar que o consumo de fumo era um hábito comum e geralmente associado aos escravos ou aos seus descendentes. As práticas sociais de muitos escravos estavam intimamente ligadas às práticas culturais que os africanos possuíam.

### Material ósseo

Os materiais ósseos coletados caracterizam-se por fragmentos de ossos de bovinos, aves e peixes, totalizando 21 peças. Dentre os ossos bovinos, foram identificados fragmentos de ossos longos. Já os ossos de aves eram compostos por fragmentos de fêmur (extremidades proximal e distal) e alguns ossos não identificados. De peixes havia fragmentos de vértebra e alguns não identificados. Em virtude da pouca quantidade de materiais, sugere-se que os ossos estão relacionados às práticas alimentares da população. Nenhum deles apresentou sinal de reuso ou de confecção de instrumento em osso.

Figura 21 – Material ósseo



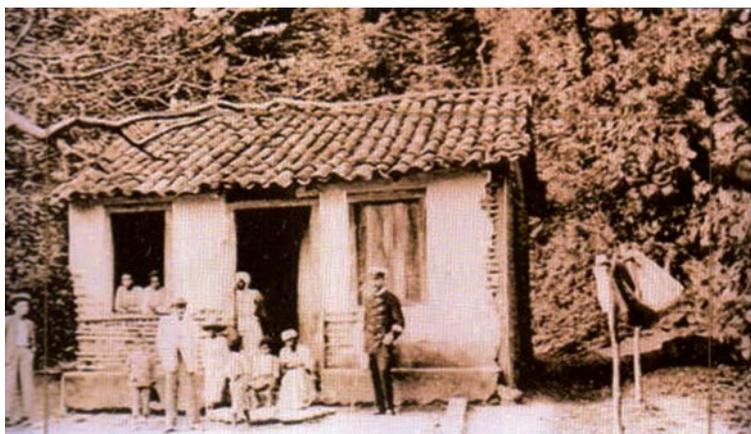
Fonte: Scientia Consultoria Científica (2010)

## ■ Considerações finais

Pela análise do material arqueológico resgatado no Sítio Rocio Grande II, podemos concluir que se tratava de uma lixeira doméstica. Em virtude dos tipos de materiais encontrados e da pouca quantidade de peças e fragmentos, sugere-se que a área tenha sido utilizada como local para descarte de restos alimentares, louças quebradas e outros objetos de uso doméstico.

Provavelmente nessa área existia uma ou mais residências, porém não foram encontrados vestígios de nenhuma construção no terreno investigado, sugerindo que tais residências foram construídas com material perecível, como palafita ou pau a pique (como registrado na figura 22) ou ainda que estivesse localizada fora da área de investigação.

**Figura 22** – Moradia de família afro-brasileira no interior da ilha de São Francisco do Sul no início do século XX



Fonte: Santos, Nacke e Reis (2004, p. 80)

Os materiais recuperados na escavação podem ser classificados como aparatos de uso diário, como panelas, pratos, canecas, malgas, entre outros. A região onde se localizava o sítio em São Francisco do Sul, por se tratar de uma área portuária, acolhia muitas famílias humildes que trabalhavam no porto. Como as peças não formam conjuntos por conta da variedade de decorações (principalmente das louças) e como a predominância de louça não decorada é significativa, sugere-se que se tratava de peças únicas, possivelmente adquiridas em escambo por algum trabalho prestado, como forma de pagamento. Além disso, as peças apresentam técnicas artesanais de produção, como no caso das cerâmicas históricas (panelas). Durante o processo de análise foi realizada a remontagem de algumas peças, quando possível, o que nos forneceu mais informações sobre o material retirado do sítio. Com a remontagem dos fragmentos cerâmicos se percebeu uma variedade de tamanhos, e por causa das marcas de fuligem se observou que se tratava de material de uso doméstico, ou seja, para produção de alimentos. As informações obtidas com a análise do material podem estar associadas ao modo de vida da população do litoral catarinense.

Esses materiais também foram encontrados em outras áreas de Santa Catarina, tanto na região próxima a São Francisco do Sul quanto nas imediações de Porto Belo, Florianópolis e outros. Todos os materiais cerâmicos coletados possuem as mesmas características e formas; até as

decorações são iguais ou semelhantes. Além disso, por meio dos restos de alimentos foi possível perceber que se tratava de uma área de descarte.

Com isso se considera que um estudo aprofundado sobre as lixeiras domésticas se faz necessário para a compreensão do modo de vida e do cotidiano da população nas cidades. No caso do Sítio Rocio Grande II, por não possuímos uma datação absoluta para o sítio e pela falta de outras estruturas próximas ao local, sugere-se que se trata mesmo de uma área de descarte. Uma provável datação do sítio ocorre por meio dos fragmentos de louça com decorações, podendo-se considerar a ocupação do sítio a partir de meados do século XIX até início do século XX.

## ■ Referências

ALBUQUERQUE, P. T. de S. *A faiança portuguesa – demarcador cronológico na arqueologia brasileira*. Recife, 1991-2001. Catálogo.

ALEXANDRE, A. *São Francisco do Sul: ex-ilha. Terra de sonhos e tradição*. Curitiba: Lítero-Técnica, s.d.

BLANKHOLM. *Intrasite spatial analysis in theory and practice*. Dinamarca: Aarhus University Press, 1991.

CARVALHO, F. *Porcelana Brasil: guia prático para identificação e datação de louças de mesa e louça decorativa fabricada no Brasil*. São Paulo: All Print, 2008.

FLANNERY, K. V.; WINTER, M. Analyzing household activities. In: FLANNERY, K. V. (Ed.). *The Early Mesoamerican Village*. Nova York: Academic Press, 1976.

JULIANI, L. C. O. Material de louça. In: CALDARELLI, S. (Coord.). *Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista – SP-070 Rodovia Carvalho Pinto*. São Paulo: Dersa, 2003. p. 115-171.

HIETALA, H. (Ed.). *Intrasite spatial analysis in Archaeology*. Londres: Cambridge University, 1984.

KENT, S. (Ed.). *Method and theory for activity area research. An Ethnoarchaeological approach*. Nova York: Columbia University Press, 1987.

KROLL, E. M.; PRICE, T. D. (Eds.). *The interpretation of archaeological spatial patterning*. Nova York; Londres: Plenum Press, 1991.

SANTOS, P. A. G. *Contentores de bebidas alcoólicas: usos e significados na Porto Alegre oitocentista*. 2005. Dissertação (Mestrado em História)– Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, S. C. dos; NACKE, A.; REIS, M. J. (Orgs.). *São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. *Resgate arqueológico dos sítios Rocio Grande I e Rocio Grande II, São Francisco do Sul, SC*. 1.º relatório parcial: atividades de campo. Florianópolis, dez. 2009a.

\_\_\_\_\_. *Resgate arqueológico dos sítios Rocio Grande I e Rocio Grande II, São Francisco do Sul, SC*. Projeto. Florianópolis, set. 2009b.

\_\_\_\_\_. *Resgate arqueológico dos sítios Rocio Grande I e Rocio Grande II, São Francisco do Sul, SC*. 2.º relatório parcial: atividades de laboratório. Florianópolis, nov. 2010.

SERRANO, A. Subsídios para a Arqueologia do Brasil Meridional. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 36, 1937.

TOCCHETTO, F. B. (Org.). *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC. *Levantamento arqueológico Rocio Grande*. Relatório final. Criciúma: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (Ipat), Setor de Arqueologia, 2008.

WÜST, I. Implicações teóricas e práticas da análise espacial intra-sítio no estudo das sociedades ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA*, 9., 2000. *Anais...*

\_\_\_\_\_; CARVALHO, H. B. Novas perspectivas para o estudo dos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro: a análise espacial do Sítio Guará I (GO-NI-100), Goiás. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 6, p. 47-81, 1996.

## ONDE JAZEM NOSSOS MORTOS – CEMITÉRIOS DE SÃO FRANCISCO DO SUL

*Maria Cristina Alves<sup>1</sup>*

### ■ Introdução

Na Antiguidade, os cemitérios localizavam-se fora do perímetro das cidades, seguindo modelo romano cristão. O costume de sepultamento no interior das igrejas iniciou-se na Europa no século VIII, perdurando até o XIX. A instalação de vilas e cidades no Brasil seguiu a tradição cristã europeia, com cemitérios associados a igrejas, no seu interior e pátio adjacente.

Em São Francisco do Sul não foi diferente. A primeira igreja construída pelos povoadores foi concluída em 1665, ano em que a “vila foi elevada à categoria de paróquia [...], edificada no local onde hoje se acha o jardim Álvaro Gentil” (PEREIRA, 1984, p. 113). Há informações sobre a existência de uma capela, Nossa Senhora da Graça, em 1642, da qual não se tem registros sobre o local e o ano de construção. O atual edifício, que abriga a Matriz Nossa Senhora da Graça, teve sua construção iniciada em 1768, por decisão da Câmara e de representantes da sociedade civil, a fim de melhor atender a comunidade (PEREIRA, 1984, p. 114). A construção durou anos, passando por diversas reformas e por ampliação (construção de uma segunda torre) que descaracterizaram a arquitetura original (PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 1993). Segundo Pereira (1984), o cemitério municipal de São Francisco do Sul, junto à Igreja Matriz, esteve ativo desde a sua construção até por volta de 1832, quando nova área foi destinada para tal fim. De acordo

<sup>1</sup> Universidade da Região de Joinville (Univille). E-mail: mariacristinaalves22@gmail.com.

<sup>2</sup> Atual Praça Getúlio Vargas.

com livros de óbitos da matriz de São Francisco do Sul, ainda em 1862 há referências sobre sepultamentos no interior dela (NASCIMENTO, 1992), de cidadãos com maior destaque socioeconômico.

Por ocasião da execução do projeto Recuperação e Restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, do Programa Monumenta, copromovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo Ministério da Cultura, houve necessidade de desenvolver um projeto emergencial de resgate arqueológico, no local previsto para a instalação de fossa séptica e nos pontos de instalação de rede elétrica no entorno da igreja. Outros projetos, preventivos, oportunizaram o levantamento de cemitérios localizados no interior do município, ativos ou não. Este capítulo, entretanto, tem como objetivo apresentar dados sobre as intervenções ocorridas no cemitério associado à Igreja Matriz e no segundo cemitério convencional de São Francisco do Sul.

### ■ O Cemitério da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça

Em 2004 foi executado o projeto Salvamento e Monitoramento Arqueológico em Área do Entorno da Igreja Matriz de São Francisco do Sul – SC. Essa ação envolveu intervenção de monitoramento da abertura de valetas para colocação de eletrodutos, projetados para a instalação de iluminação cênica da igreja, bem como a escavação de uma área de 11 m<sup>2</sup> na lateral oeste dela. A matriz de São Francisco do Sul está localizada na praça Dr. Getúlio Vargas, no centro histórico do município, tombado pelo IPHAN em 1987.

Em Arqueologia Histórica as informações documentais são extremamente relevantes para a contextualização das evidências arqueológicas. Nesse sentido, a planta topográfica da vila, de autoria de Jerônimo Coelho, de 1846 (figura 1), é bastante reveladora, pois apresenta a área da igreja, com a localização de um cruzeiro e de um relógio de sol, ambos demolidos. Fotos do início do século XX registram a presença de muros que ladeavam a igreja, construídos após a passagem de Jerônimo Coelho por São Francisco do Sul. Bezerra (1976, p. 41) relata que o “muro feito de pedras a circundava totalmente formando o adro e este pátio distava das paredes da Igreja, mais ou menos, 5 metros”. Além das fontes documentais, contou-se com dados de intervenção arqueológica coordenada por Comerlato (2004), na lateral esquerda da igreja. As fontes consultadas possibilitaram avaliar a espacialidade das estruturas associadas ao prédio da igreja, localizadas durante a intervenção arqueológica.

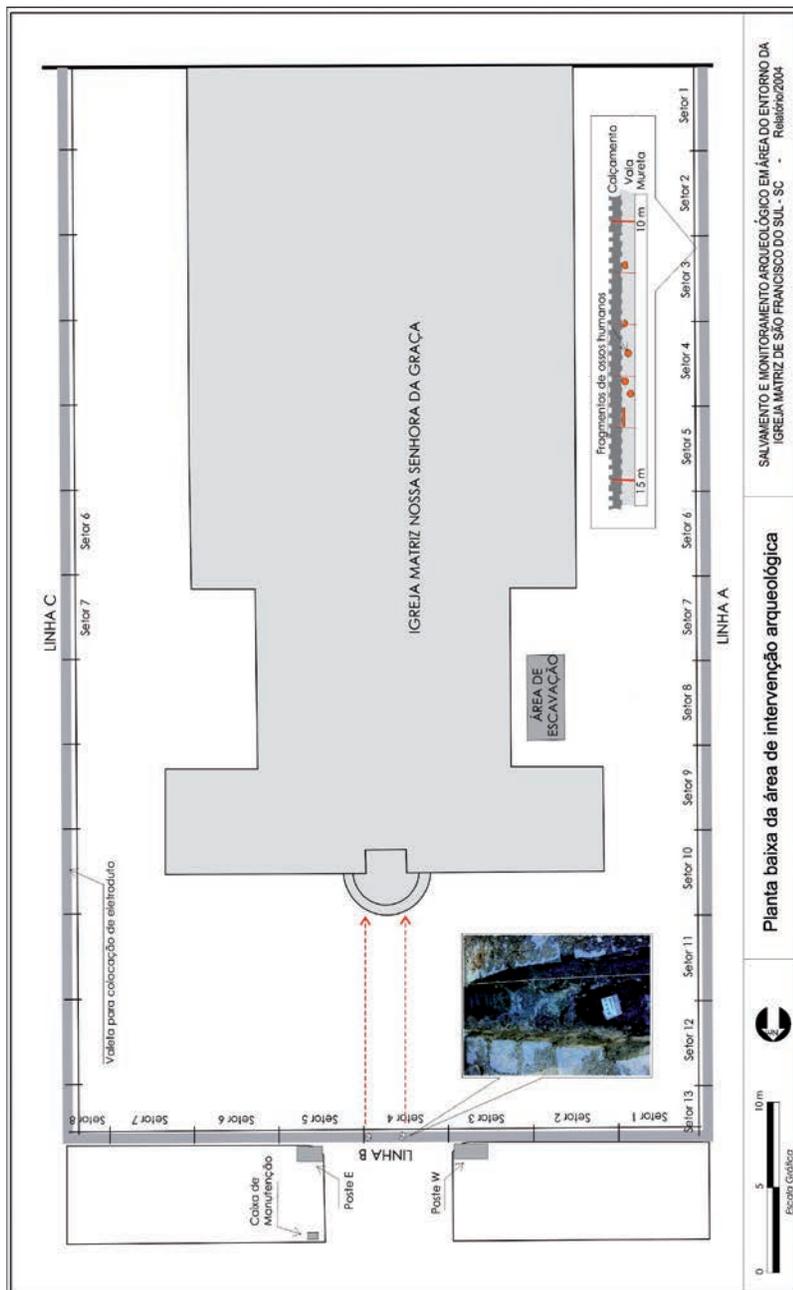
Figura 1 – Planta topográfica da Vila de São Francisco, em 1846, de Jerônimo Coelho



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico de São Francisco do Sul

Para a instalação de iluminação cênica da igreja havia sido previsto o acompanhamento de abertura de uma valeta para a colocação de eletrodutos, em uma extensão de 180 m. Visando minimizar a intervenção na área, o traçado foi alterado, optando-se pela colocação do eletroduto junto às muretas existentes nas laterais do pátio da igreja e, na área frontal, sob o meio-fio de tijolos do jardim (figura 2). O traçado foi identificado como linhas A (oeste), B (norte/frontal) e C (leste), divididas em setores de 5 m de extensão para controle de contexto e resgate de material evidenciado. Além das valas para o duto, foi monitorada a abertura de três poços: dois para colocação de postes (W e E – oeste e leste, respectivamente) e um para a instalação de caixa de manutenção da rede elétrica.

Figura 2 – Planta baixa da área de intervenção arqueológica



Fonte: Alves (adaptado de ALVES, 2004)

Considerando a ocorrência de artefatos e restos ósseos humanos espalhados em toda a área externa da igreja, o monitoramento não ficou restrito a acompanhamento. À medida que vestígios eram evidenciados, providenciava-se o resgate automático. No caso dos poços, o rebaixamento, em níveis artificiais de 5 cm, foi realizado pela equipe técnica de arqueologia e por operários orientados sobre os cuidados e procedimentos adequados em trabalhos de arqueologia. Todo o material coletado das valas e poços foi peneirado e registrado em formulários específicos.

Em toda a extensão da linha A, com 63 m, o material é composto por aterro, com estratos de argila e areia e presença de sedimento cinza-escuro com conchas no setor 4, muito provavelmente procedente de sambaqui. Também foi possível observar piso anterior ao calçamento existente com paralelepípedos, em alguns pontos do traçado. Na linha B, com 38 m, defronte à Igreja, foi aproveitado o traçado de calha de cimento e pedra nos três primeiros setores e sob o calçamento do pátio nos demais, predominando argila vermelha, sob a base de areia do pavimento existente. No setor 4 da linha B, defronte à abertura da porta principal da igreja, foi evidenciada uma estrutura composta por rocha e argamassa, o que impossibilitou a abertura da vala, sendo o eletroduto colocado mais próximo à superfície; essa estrutura pode estar relacionada ao cruzeiro, demolido. Na linha C, na lateral leste da igreja, dos 63 m de extensão apenas 10 m foram escavados (setores 6 e 7); por conta da presença de piso tipo pé de moleque, o eletroduto foi embutido na base da mureta e escada existentes.

O local de instalação da caixa de manutenção da rede elétrica não apresentou vestígios arqueológicos. A iluminação frontal da igreja previa a instalação de postes, mas por causa da presença de estruturas arquitetônicas na subsuperfície o projeto foi alterado. No local do poste W (oeste), o poço aberto revelou uma estrutura com blocos de rocha, articulados, indicando piso antigo, tipo pé de moleque. O ponto previsto para o poste E (leste) apresentou mancha semelhante a cova entre 45 e 65 cm de profundidade, com presença de alguns fragmentos de ossos humanos desarticulados e restos de reboco, não caracterizando sepultamento; sob tal mancha, em 70 cm de profundidade, foi descoberta uma estrutura arquitetônica com característica de alicerce de muro ou parede, em ângulo reto. Nos três locais o material escavado é argiloso com aspecto de aterro. Diante dos vestígios de estruturas registradas, o projeto foi alterado e os postes não foram instalados, optando-se por iluminação com menor impacto.

## CAPÍTULO 6

Coletou-se grande quantidade de fragmentos de artefatos, com maior incidência de material construtivo (telha, argamassa, reboco) (quadro 1). A existência de ossos humanos, desarticulados, foi registrada em maior número nos três primeiros setores da linha A, e no setor 1 de tal linha se encontravam quase à superfície, sob o paralelepípedo.

**Quadro 1** – Vestígios arqueológicos coletados no adro da igreja

Local	Material presente							
	Mat. constr.	Cerâmica	Louça	Metal	Vidro	Ossos humanos	Fauna	Concha e/ou carvão
Linha A	215	9	13	2	10	626	6	Sim
Linha B	155	1	2	44	7	21		Sim
Linha C	40		1	3				Sim
Poste W	67		1	3			2	Sim
Poste E	210	25	19	1	11	8	6	Sim

Fonte: Alves (adaptado de ALVES, 2004)

A instalação de fossa séptica como parte das obras de restauração da igreja previa escavação de uma área com 11 m<sup>2</sup> e 1,50 m de profundidade, na lateral oeste. Considerando o potencial de vestígios arqueológicos, a pedido do IPHAN, fez-se o monitoramento do início da escavação. Quando os primeiros vestígios de estruturas de sepultamentos foram encontrados, a menos de 60 cm de profundidade, a abertura do local foi paralisada e se contratou serviço de resgate arqueológico.

Autorizado o projeto de pesquisa arqueológica, iniciaram-se os trabalhos, com a limpeza superficial de material carreado para a área, assim como cobertura do local e proteção das bordas.

O procedimento para evidenciação e exumação dos remanescentes esqueléticos seguiu as recomendações técnicas de Piedade (2003 *apud* ALVES, 2004), priorizando a decapagem das covas. A área de entorno foi sendo rebaixada parcialmente, de modo paralelo, em níveis artificiais de 5 cm, de maneira que foi possível controlar a distribuição espacial dos diferentes enterramentos. A exumação deu-se após a completa evidenciação dos esqueletos, com a coleta dos ossos já identificados anatomicamente em campo e de amostras de sedimentos das regiões do tórax e quadril para análises futuras.

Observando que a área já estava parcialmente escavada, considerou-se a primeira camada a superfície encontrada, a qual foi nivelada a aproximadamente 80 cm de profundidade, o que possibilitou a compreensão e registros do plano revelado, assim como a evidenciação de outras covas abaixo dos sepultamentos exumados (camada 2).

A composição do material da camada 1 é diversificada, permitindo a identificação de covas facilmente (figura 3). Nas áreas de covas predomina

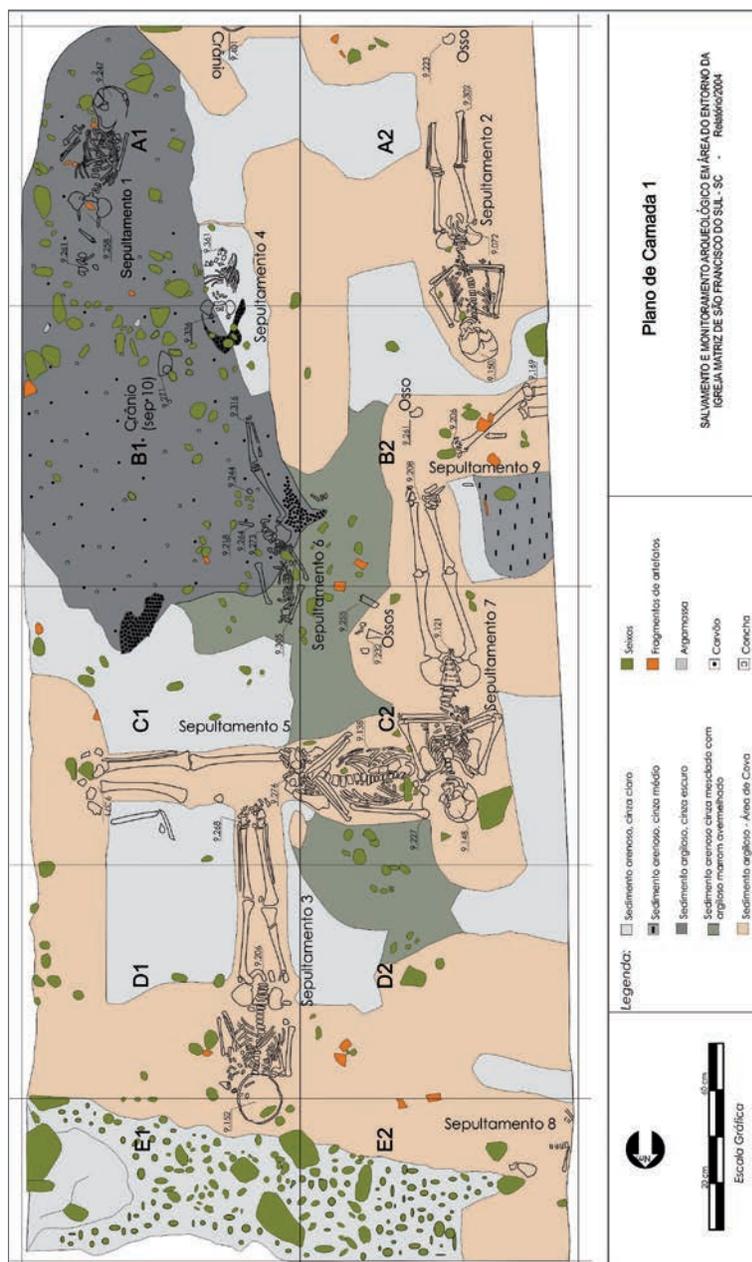
o sedimento argiloso, marrom-avermelhado, mais úmido e compacto. A exceção observada é na cova do sepultamento 1, setor A1 (estendendo-se pelos setores A1, B1 e C1), com sedimento argiloso, cinza-escuro, e presença de muitos restos de carvão, seixos (sem marcas de queima), conchas e fragmentos de material construtivo, não estando nítida a delimitação da cova. Entre as covas predomina sedimento arenoso, cinza bem claro, mais seco e solto, composto de fragmentos de rochas e de argamassa, com raros pontos de carvão, sem restos de artefatos. Uma área entre os sepultamentos 5, 6 e 7 apresenta uma mistura de sedimento arenoso, cinza-médio, com argiloso, marrom-avermelhado (setores B2, C2, D2). Nos setores E1 e E2, extremidade norte da área escavada, há uma estrutura arquitetônica (provavelmente alicerce de construção) composta por seixos de diferentes tamanhos, articulados com argamassa de areia e cal de concha. Nessa primeira camada, foram exumados sete indivíduos e localizados mais dois, além de outras manchas de covas. Com base na fusão das epífises e na erupção dentária (BUIKSTRA; UBELAKER, 1997; UBELAKER; JONES, 2003), são quatro crianças, um adolescente, um adulto jovem e um adulto (masculino) (quadro 2). Notou-se que não houve padronização de enterramentos em uma mesma direção: dois estavam em sentido sul-norte, quatro no sentido norte-sul e um no sentido oeste-leste, considerando o eixo crânio-pés. Todos os sepultamentos foram feitos em covas retangulares e bordas arredondadas, e são do tipo primário<sup>3</sup>. As dimensões das covas indicam que o espaço aberto tinha as medidas exatas do indivíduo sepultado. As covas e os sepultamentos estavam bem preservados, mas a sobreposição de enterramentos interferiu em sepultados mais antigos. Essa prática resultou em cruzamento e perturbação de esqueletos cujos ossos, atingidos, foram encontrados em covas mais recentes, desarticulados, dificultando a identificação de sua procedência.

Perturbações por outros enterramentos foram observadas nos sepultamentos:

- n.º 2 – na área dessa cova e na região dos pés (ausentes), havia manchas e ossos de outros indivíduos (ossos de mão, dente);
- n.º 5 – sua coxa esquerda foi atingida pela abertura da cova do sepultamento n.º 3 (o fêmur do n.º 5 estava sobre o tórax do n.º 3). Crânio, vértebras cervicais, clavícula, escápula e úmero direito estavam ausentes por interferência do n.º 7 (figura 4). Ossos dos pés também não foram localizados, e essa região coincide com mancha de cova não escavada.

<sup>3</sup> Sepultamentos primários referem-se aos enterramentos efetuados após o falecimento do indivíduo; quando há traslado para outra sepultura ou outro local, os sepultamentos são identificados como secundários.

Figura 3 – Plano da camada 1, com a distribuição de covas e sepultamentos



Fonte: Alves (adaptado de ALVES, 2004)

Quadro 2 – Descrição simplificada dos sepultamentos exumados no adro da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça

Sepultamento	Estimativa de idade	Dimensões máximas / cova (m) - compr. x largura	Dimensões máximas / esqueleto (m) - compr. x largura	Cota / crânio (m)	Cota / coxal (m)	Posição de membros superiores	Orientação / corpo (craniocoxal)	Orientação / face	Material associado	Estado / conservação
N.º 1	Infantil	0,64 (larg.)	0,83 x 0,25	0,753	0,742	Fletidos (< 90°), mãos sobre ombro direito	S-N	NE	2 adornos em osso	Bom; incompleto
N.º 2	Infantil	1,25 x 0,45	1,12 x 0,35	0,850	0,928	Semifletidos (> 90°), mãos sobre abdome	N-S	SE	-	Bom; incompleto
N.º 3	Adolescente	1,45 x 0,38	1,38 x 0,33	0,848	0,794	Fletidos (< 90°), mãos sobre peito	N-S	Indeterminada	-	Regular; completo
N.º 4	Infantil	Indefinida	0,32 x 0,16	0,639	0,664	Indefinido	S-N	Indeterminada	5 dentes humanos	Ruim; incompleto
N.º 5	Adulto	1,59 x 0,49	1,53 x 0,39	0,773	0,724	Semifletidos (> 90°), mãos sobre o sacro	W-E	Indeterminada	-	Bom; incompleto
N.º 6	Infantil	Indefinida	0,96 x 0,25	0,695	0,727	Semifletidos (> 90°), mãos sobre quadril	N-S	Indeterminada	-	Bom; incompleto
N.º 7	Adulto jovem	1,80 x 0,50	1,45 x 0,45	0,852	0,879	Fletidos (90°), mãos sobre abdome	N-S	SE	-	Bom; completo

Fonte: Primária

## CAPÍTULO 6

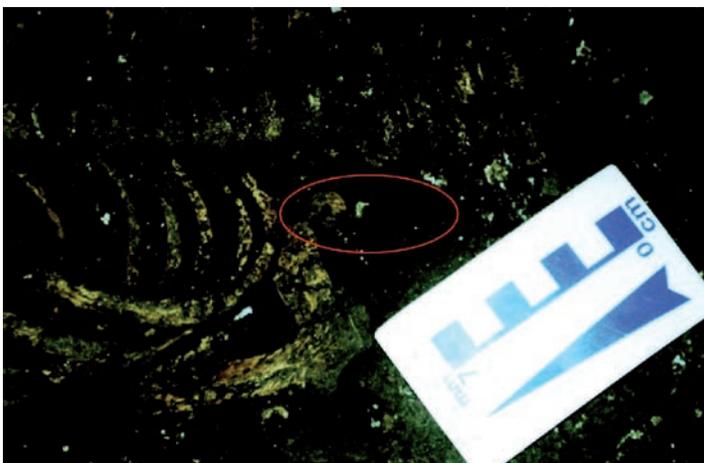
Figura 4 – A cova do sepultamento n.º 7 (à esquerda) atingiu crânio, ombro e membro superior direito do indivíduo n.º 5



Fonte: Alves (2004)

No sepultamento n.º 1 foram localizados dois artefatos, em osso, ao lado esquerdo das vértebras cervicais, identificados como adornos (figura 5). Na região torácica do sepultamento n.º 4, sob as costelas e junto das vértebras, foram observados cinco dentes humanos (decíduos superiores) (figura 6).

Figura 5 – Dois pequenos discos perfurados, em osso, estavam junto das vértebras do sepultamento n.º 1



Fonte: Alves (2004)

Figura 6 – Dentes humanos, de outro indivíduo, encontrados sob as costelas do sepultamento n.º 4



Fonte: Alves (2004)

O rebaixamento da primeira camada, com a escavação e a exumação dos sete sepultamentos, colocou em evidência mais duas estruturas (sepultamento 8, no setor E2; sepultamento 9, no setor B2) e ossos em meio às manchas típicas das covas.

Na segunda camada artificial, fez-se o rebaixamento de toda a área, nivelando o piso. As áreas das covas dos sepultamentos exumados, já decapadas abaixo desse nível, foram escavadas apenas superficialmente, com o material coletado e peneirado separadamente, objetivando a coleta de vestígios associados a elas. A mancha argilosa, cinza-escura, com restos de artefatos e muitos fragmentos de rocha, observada nos setores A1 (sob o sepultamento 1), B1 e início do C1, passa para um tom mais escuro, mesclando com sedimento argiloso marrom e concentrações de carvão, estendendo-se até o fim do setor C1. Nessa mancha e principalmente junto do carvão, havia restos de metal fundido, com maior quantidade no setor B1. No setor C1, a mancha descrita anteriormente está sob o sedimento arenoso cinza-claro, indicando que este foi depositado em área de refugo de material de combustão. Em algumas áreas as duas manchas se misturaram, resultando em uma terceira composição e textura. O rebaixamento respeitou as diferentes manchas, com coleta e peneiramento dos sedimentos separadamente. O material cinza-claro não apresentou outras evidências além de rochas fragmentadas e restos

## CAPÍTULO 6

de argamassa. O material das covas é nitidamente composto por argila marrom-avermelhada, com restos de material construtivo (fragmentos de telha, principalmente), e não se mistura com sedimentos cinza-escuro ou cinza-claro. Na área da estrutura arquitetônica, fez-se a limpeza da extremidade norte (setores E1 e E2) (figura 7).

**Figura 7** – Nos setores D1 e D2 (à esquerda), observam-se as manchas de cova (marrom-avermelhadas) em meio ao sedimento arenoso cinza. Nos setores E1 e E2 (à direita), vê-se estrutura de seixos argamassados, com aspecto de alicerce



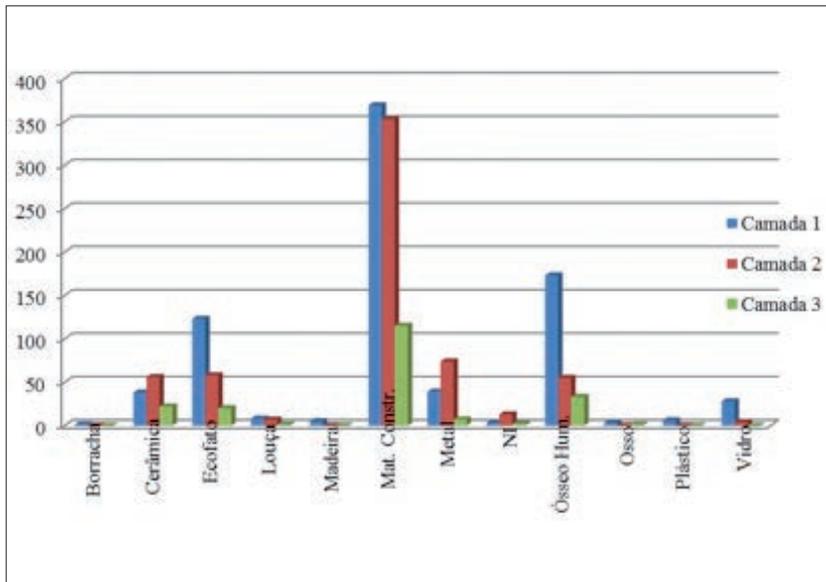
Fonte: Alves (2004)

Na segunda camada, novas covas ficaram evidentes, indicando mais estruturas de sepultamento. Em algumas delas, fez-se rebaixamento de cerca de 5 cm (início de uma terceira camada artificial) para comprovação. Todas foram positivas, observando-se mais 11 covas. Em virtude da presença de mais sepultamentos a escavação foi encerrada. Uma avaliação posterior concluiu ser inviável instalar fossa séptica nesse local. A fossa foi colocada em outro ponto da praça, próximo à rua, após levantamento fotográfico e prospecção subsuperficial, que indicaram se tratar de área livre de vestígios arqueológicos.

O material (sedimento) escavado nas três camadas artificiais foi lavado e peneirado em peneiras com tramas diferenciadas (de 2 mm para o sedimento coletado nas covas e de 4 mm para o restante). Após secagem no próprio local, efetuaram-se a triagem e o acondicionamento para transporte. O laboratório para curadoria (limpeza inicial, a seco, e

identificação) foi montado na sede da Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) da Vega do Sul, em São Francisco do Sul, cedido pela empresa. Nas três camadas artificiais, escavadas, o conjunto de evidências coletadas (artefatos, ecofatos e restos ósseos humanos) totalizou 1.809 itens (gráfico 1). O conjunto de artefatos, inteiros e fragmentados, é composto por 1.330 vestígios, seguido de 214 ocorrências da categoria ecofatos e 265 fragmentos ósseos humanos, desarticulados.

Gráfico 1 – Vestígios arqueológicos coletados na área de cemitério da igreja



Fonte: Alves (2004)

Como *artefatos*, “itens feitos ou modificados como resultado da ação humana” (ORSER JR., 1992, p. 31), foram reconhecidas as seguintes categorias: material construtivo, cerâmica, metal, louça, vidro, osso, madeira, borracha e plástico. Dezenove itens não foram identificados.

A coleção de itens de cerâmica utilitária contabilizou 116 fragmentos coletados nas três camadas escavadas, com mais 17 fragmentos procedentes de perfis. São fragmentos de vasilhames (maioria de corpo, 13 bordas e dois de base) e três fragmentos de cachimbo. A técnica de confecção é predominantemente a de acordelamento, três confeccionados em torno e três com a técnica de modelagem (cachimbos). Oito fragmentos foram classificados como cerâmica vidrada. O tratamento de

## CAPÍTULO 6

superfície, na maioria dos fragmentos, é simples ou não foi identificado por causa do estado de conservação precário (abrasão). Sete fragmentos foram tratados com engobo vermelho, na face externa. A decoração plástica é diversificada: escovado, carimbado, inciso, ponteadado, digitado e corrugado. Considerando-se os cacos que apresentam argamassa e vestígios de cal agregados, muito provavelmente os fragmentos cerâmicos foram utilizados como material construtivo.

Dos vestígios em metal coletados, foram identificados: cravos (três), parafuso (um), pregos (12, um recente), roscas (duas), tachas (três, duas recentes), grampos (dois). Entre os itens não identificados, há fragmentos de cabos e uma esfera. Muitos fragmentos estão oxidados, não permitindo identificação. Escória resultante do processo de fundição de metal aparece em quantidade razoável, principalmente no nível 2. Há até fragmento cerâmico com marcas de queima e escória posteriores à fragmentação do vasilhame (figura 8).

**Figura 8** – Fragmento de borda de vasilhame cerâmico, com decoração deformada por contato com escória



Fonte: Alves (2004)

De vidro, foram coletados 40 pequenos fragmentos, sendo um de base de vasilhame (da camada 2) e 16 do tipo plano. A maioria procede da camada 1, e não se descarta a possibilidade de serem recentes.

Da categoria louça, foram coletados poucos fragmentos, predominando faiança (oito; duas bordas), seguida de faiança fina (seis; uma borda de prato, sem decoração) e porcelana (quatro). A faiança

está representada por fragmentos monocromáticos (faixas azuis) e um pequeno fragmento com pintura policrômica na face interna (faixas azuis e vinhosas). Em faiança fina há um fragmento de base *creamware*, e os demais foram identificados como faiança fina indiferenciada (CALDARELLI, 2003). Em porcelana, há dois fragmentos remanescentes de um vasilhame, não identificados, com decoração em relevo (floral) próximo à base e vestígios de pintura em azul e de friso dourado; outro fragmento apresenta decoração policrômica, padrão floral. Não foram classificados em nenhuma categoria 19 fragmentos, informes, com pasta similar a faiança.

Em madeira foram recuperados sete fragmentos, todos procedentes da camada I. Também nesse caso não se descarta a possibilidade de serem recentes, carreados para a área durante o período entre a identificação do sítio e a escavação. A mesma desconfiança de que se trata de material recente aplica-se aos vestígios em borracha (uma argola) e em plástico (seis; uma conta perfurada, de colar ou rosário, imitando pérola).

Entre os artefatos, há quatro em osso: um fragmento de botão com perfuração dupla ao centro (coletado na área da cova do sepultamento 5) e três discos com apenas um furo central. Dois desses discos estavam associados ao sepultamento 1, e um terceiro foi coletado na área das covas dos sepultamentos 13 e 14, no nível 3, não escavados. Mentz Ribeiro (2004) classificou artefatos idênticos a tais discos como contas de colar.

Na categoria *material construtivo*, registraram-se os seguintes materiais, todos fragmentados: telha, tijolo, argamassa, reboco e ladrilho, além de conchas de moluscos bivalves, predominando berbigão (*Anomalocardia brasiliiana*). A maioria dos fragmentos de telha (tipo capa-canal, colonial) é remanescente de parede e não de cobertura, haja vista a quantidade de itens com restos de argamassa agregada em uma ou ambas as faces (figura 9). Restos de tijolos aparecem em menor quantidade, com fragmentos bem pequenos e “desgastados” pela ação do tempo, ou também por terem sido utilizados como material misturado com pedras e argamassa na edificação de paredes. Com relação aos restos de reboco, a maioria (31 ocorrências) procede da camada I, com um fragmento recente. Tanto os fragmentos de reboco quanto de argamassa são compostos predominantemente por sedimento arenoso, cal de conchas e conchas fragmentadas. As conchas foram consideradas na categoria de material construtivo e estão fragmentadas e calcinadas, indicando tratar-se de componente de argamassa.

Figura 9 – Fragmento de telha apresentando restos de argamassa agregada



Fonte: Alves (2004)

Os vestígios identificados na categoria de ecofatos representam 11,8% do total analisado. Compreendem restos de fauna, carvão e rochas. Dos restos faunísticos predominam ossos de peixe (34), seguidos de quatro ossos de mamífero e uma vértebra não identificada. A maior quantidade de fragmentos de carvão ocorreu na camada 2. As rochas, ou fragmentos delas, totalizaram 104 ocorrências, coletadas em sua maioria nos setores A1 e B1 da camada 1; não apresentam sinais de terem sido submetidas a fogo, e algumas têm vestígios de argamassa agregados. Em vegetal, foi coletada uma semente, não tendo sido identificada a espécie.

A composição do material na área do cemitério tem aspecto de refugo primário, ou seja, provavelmente foi depositado em momentos de reforma do prédio (material construtivo, argamassa). Nas covas, o material pode ter sido depositado secundariamente. O último material a ser descartado no local é o sedimento arenoso cinza-claro, com fortes indícios de se tratar de restos de material construtivo. Tanto no perfil quanto no plano, observou-se que esse estrato está sobre o outro, composto com sedimento argiloso, cinza-escuro, com carvão, seixos e restos de materiais construtivos ou de artefatos. A quantidade de carvão e restos de metal fundido induzem à hipótese de que tal estrato argiloso, cinza-escuro, seja refugo de área de produção e não doméstica. Essa hipótese está considerando, ainda, a forte presença de escória de fundição. Confirmando a sequência temporal de deposição, a área pode ter sido usada para fundição de materiais e, posteriormente, ter recebido entulho de uma das reformas do prédio da igreja. A presença de fragmentos cerâmicos com argamassa agregada (cacos

de telha, por exemplo) pode ser considerada uma prática construtiva, observada em outras edificações (por exemplo, no alicerce da Unidade 1, na localidade de Figueira, interior da ilha de São Francisco, conforme Alves e Oliveira, 2001).

O material das covas suscita outras indagações. No caso do sepultamento 1, a composição de sua cova não pôde ser observada adequadamente, mas o indivíduo foi sepultado em meio ao “lixo” (segundo estrato). As demais covas, embora apresentassem restos de telhas e outros vestígios, eram compostas de um estrato diferente, argiloso, marrom. De onde procedia esse material?

Considerando que os sepultamentos foram encontrados na área externa da atual edificação da igreja, a hipótese era de que se tratava de indivíduos de baixa renda, ou escravos. Nesse caso, a sobreposição de covas, com orientação dos corpos em direções diversas, indicaria que houve períodos de abandono, perdendo-se a referência de antigos enterramentos. Porém a base de estrutura arquitetônica nos setores E1 e E2, não identificada, pode ser remanescente do prédio anterior, e a hipótese de que se escavou a sua área interna não deve ser descartada. Nesse caso, enterramentos sob assoalho justificariam a sobreposição de sepultados. Há que se considerar a inexistência de jazigos e lápides na área escavada, prática utilizada apenas para os cidadãos abonados, como a lápide do coronel Francisco de Oliveira Camacho, falecido em 1862, encontrada por operários durante a restauração da igreja, sob o piso de assoalho de espaço na lateral direita do altar. Presença ou ausência de remanescentes de indumentária, de adornos e de urnas funerárias são indicadores de *status* social. Era comum, até o século XIX, o enterramento de cidadãos pobres ou escravos sem vestimentas. Aqueles com poder aquisitivo podiam encomendar roupas especiais, de acordo com a irmandade a que pertenciam.

Finalmente, ressalta-se que a área escavada é pequena, assim como o número de indivíduos exumados, além de não terem sido realizadas análises bioantropológicas, dificultando a formulação de conclusões.

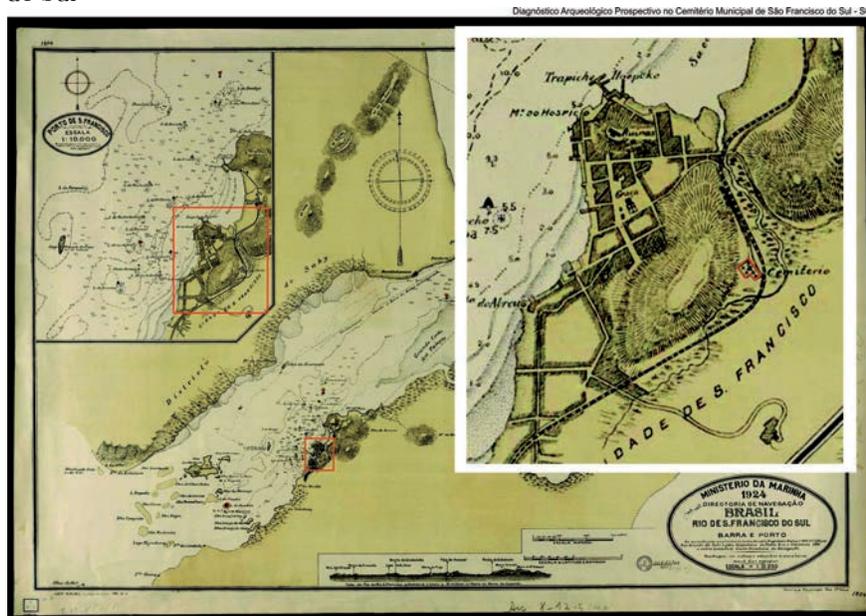
## ■ Os cemitérios convencionais de São Francisco do Sul

As medidas sanitárias iniciadas na Europa, a partir do século XVIII, obrigaram a construção de cemitérios fora das igrejas e dos centros

## CAPÍTULO 6

urbanos, designados como *cemitérios convencionais*<sup>4</sup>. Em São Francisco do Sul, em 1832, a Câmara deliberou a instalação de um novo cemitério, fora da matriz e de seu entorno, com a concordância do vigário à época. O local definido para esse primeiro cemitério convencional de São Francisco do Sul foi a esquina da Rua da Liberdade com a Marcílio Dias (PEREIRA, 1984, p. 120); ele esteve ativo até 1931 (figura 10), quando foi desativado, e os sepultados (ou parte deles) foram transferidos para nova área.

Figura 10 – Localização do primeiro cemitério convencional de São Francisco do Sul



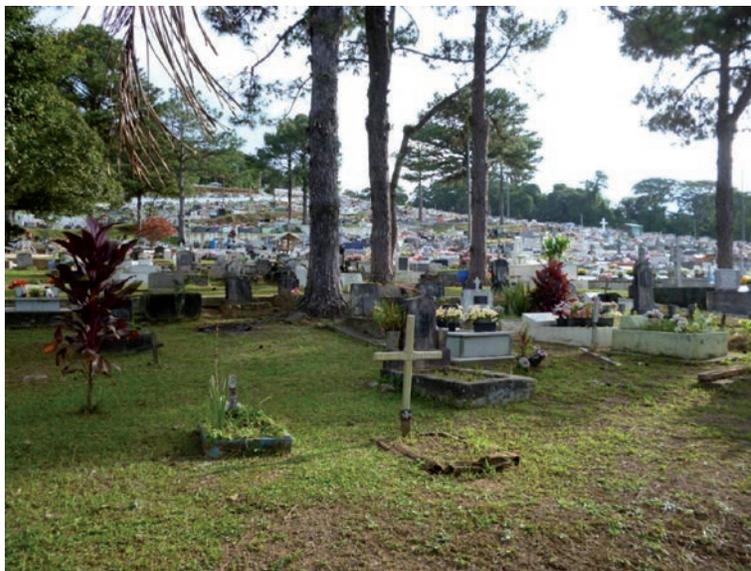
Fonte: Alves (2013 – extraído e adaptado de BRASIL, 1924)

O segundo cemitério convencional, do centro de São Francisco do Sul, inaugurado em 16 de março de 1931, está localizado na Rua Don Fernando Trejo y Sanabria, no bairro Rocio Pequeno, e encontra-se ativo. A área ocupada por ele é de aproximadamente 41.600 m<sup>2</sup>, medindo 216 m de frente, 171 m de fundos, 183 m na lateral leste e 256 m na lateral oeste. Para fins de regularização do imóvel nos órgãos ambientais, em

<sup>4</sup> Por cemitério convencional, Borges (s.d., p. 2) define o “lugar de enterramento circunscrito em uma área delimitada por muros, onde o portal solene de entrada reforça a característica de ser uma instituição fechada”.

2013 foi executado diagnóstico arqueológico prospectivo, na área do cemitério e de seu entorno imediato (ALVES, 2013). Por se tratar de área consolidada, a prospecção na área cemiterial foi apenas superficial<sup>5</sup>, observando-se a disposição dos jazigos e suas características morfológicas. Verificou-se que o cemitério conta com jazigos horizontais e verticais, em áreas distintas de enterramento. Seguindo prática antiga, há locais destinados aos adultos (comuns), às crianças (figura 11) e aos indigentes, além de sede administrativa, um ossuário e três capelas ecumênicas, arruamento e acessos internos. Atendendo à necessidade de ampliação da capacidade de jazigos, na lateral norte há espaço destinado para os jazigos verticais.

**Figura 11** – Cemitério municipal de São Francisco do Sul, vendo-se, em primeiro plano, área destinada ao enterramento de crianças



Fonte: Alves (2013)

Os jazigos “comuns” são, em sua maioria, horizontais, em alvenaria. Nas primeiras dez quadras, na porção frontal do cemitério, estão localizados os enterramentos mais antigos, inclusive de cidadãos que tiveram seus restos mortais trasladados do antigo cemitério. No geral, os jazigos são simples, com cabeceiras para suporte de lápides,

<sup>5</sup> No entorno, fora dos muros do cemitério, efetuaram-se sondagens subsuperficiais, sem identificação de vestígios arqueológicos, as quais não foram tratadas nesta publicação.

onde as inscrições se limitam aos dados básicos dos sepultados (nome, data de nascimento e de falecimento), e como ornamento apresentam cruzeiros e/ou pequenos anjos. Objetivando o reconhecimento dos jazigos mais antigos, as quadras foram prospectadas superficialmente, e as características construtivas de 19 estruturas de enterramento foram inventariadas. Com base em inventário realizado no Cemitério do Imigrante de Joinville (FONTOURA, 2007), procurou-se observar as estruturas conforme decodificação aplicada naquele cemitério. A opção pelo emprego do termo “jazigo” para as estruturas de sepultamento também se dá com base em Fontoura (2007) e em Carvalho (2003), que assim o justifica:

A palavra jazigo substitui sepultura [...] e túmulo, sem registro. Além de sua força mais generalizante como ícone lingüístico, jazigo, em sentido figurado, entende-se também como abrigo, refúgio. Jazer é habitar, morar, viver, mas também estar deitado, estar morto, imóvel, sereno, quieto (CARVALHO, 2003, p. 105).

A escolha dos 19 jazigos registrados foi aleatória, considerando especialmente a antiguidade e a existência de gradil e de ornamento. Desses, 15 são estruturas simples, retangulares, com apenas uma sepultura, contendo um ou mais sepultados sobrepostos, e quatro são múltiplos, com um ou mais espaços para sepulturas lateralmente; um contém os restos mortais de soldados da Marinha falecidos na Revolução de 1930. Apenas um jazigo pode ser considerado “monumental”, conforme o conceito utilizado por Fontoura (2007, p. 18), aplicado às “estruturas que se destacam no conjunto por apresentarem elementos ornamentais mais elaborados e/ou cabeceiras que extrapolam a dimensão média”. Segundo Borges (2002, p. 180), enquadra-se na tipologia de “porte médio” quando a estrutura tende “para o verticalismo, com uma altura de 2,5 a 5,5 metros [...], com carneiras altas, cobertas com campas levemente inclinadas [...]”, com presença de anjos, vasos, piras, entre os adornos. O jazigo mais antigo pertence à família Carvalho e marcou a inauguração do cemitério com o sepultamento de José Alves de Carvalho. Trata-se de um jazigo simples, de tipo comum, destacando-se por seus ornamentos (busto e coluna interrompida).

Os 19 jazigos registrados são apenas uma pequena amostra do principal cemitério de São Francisco do Sul. Estão localizados entre

as quadras 1 e 10, na área frontal, todos voltados para nordeste. Em oposição, os indigentes estão enterrados nos fundos do cemitério, em covas sem estrutura de sepulturas, com espaços marcados apenas por cruzes em madeira.

O que se pode registrar ainda é a homogeneização dos jazigos mais recentes, compostos apenas pelo espaço da sepultura e uma “cabeceira” inclinada, como uma extensão do tampo, e a ausência de cruz.

## ■ Considerações finais

A Arqueologia, enquanto disciplina das ciências humanas, desempenha importante papel social, na medida em que apresenta interpretações sobre as sociedades por meio do estudo de seus vestígios materiais, fornecendo elementos que contribuem para a valorização de bens sociais formadores do patrimônio cultural da humanidade (ORSER JR., 1992). A especificidade da Arqueologia Histórica está nas fontes disponíveis aos estudos. Além de contar com os vestígios materiais tridimensionais, dispõe de documentos escritos, informações orais e iconográficas para a formulação e a interpretação de problemáticas sociais (ORSER JR., 1992). Cemitérios são importantes fontes materiais para o estudo de sociedades, tanto pelas estruturas superficiais (jazigos) quanto por estruturas na subsuperfície (covas e esqueletos).

Dethlefsen (1981), que realizou pesquisas em cemitérios norte-americanos, inicia seu artigo questionando sobre o que os túmulos podem nos falar sobre suas comunidades. O caráter documental de um cemitério extrapola o mundo dos mortos, na medida em que os “desejos dos vivos materializam-se nas sepulturas”. Isso significa, para Carvalho (1997), “que os espaços destinados aos mortos, em uma sociedade, refletem espetacularmente o mundo dos vivos, ou seja, trata-se de um local de ‘reprodução simbólica do universo social’”. Tratando-se de um cemitério do período colonial, é possível observar o aspecto social já na distribuição espacial dos jazigos. Aos homens “de bem”, com destaque social e econômico, estava reservado o espaço interno das igrejas, enquanto aos demais cidadãos, o externo. A posição do jazigo e a direção do corpo podem, ainda, indicar uma diferenciação social, pois, segundo Kern (1997), os religiosos eram enterrados com a cabeça voltada sempre para o altar.

Outros aspectos materiais que fazem parte dos rituais funerários, bem como do tratamento dado ao morto, são reveladores de condições sociais. Os enterramentos primários nem sempre foram definitivos em nossa sociedade. Debret (1972), em seus registros sobre o Rio de Janeiro<sup>6</sup>, na primeira metade do século XIX, relata a exumação dos corpos após um ano, quando então eram depositados em urnas e dispostos em espaços construídos para tal fim, no pátio ou jardim da igreja. Obviamente essa prática estava reservada aos homens “de bem” que haviam sido enterrados em esquifes próprios. No outro extremo, estavam os escravos de homens pobres, que, segundo o mesmo autor, eram sepultados envoltos em folhas de bananeira. Ainda, com relação à materialização da condição social, podem-se considerar os artefatos depositados junto do morto, embora o uso de mortalha possivelmente reduzisse o emprego de acessórios (como botões e fivelas) e adornos ou objetos simbólicos (medalhas, por exemplo).

Por outro viés, o próprio indivíduo pode revelar detalhes sobre a sua existência. Os remanescentes esqueléticos são extremamente relevantes sobre a sociedade na qual tomaram parte. Questões sobre qualidade de vida, aspectos nutricionais, marcas de atividades físicas podem ser analisadas e relacionadas aos aspectos sociais do indivíduo, por intermédio de estudos bioantropológicos. Considerando a tipologia dos cemitérios analisados, os trabalhos foram norteados de acordo com o viés da Arqueologia Histórica, associando estudos de fontes materiais/artefatuais com fontes textuais e orais, com emprego de metodologias conforme o contexto e os objetivos das pesquisas.

O primeiro cemitério de São Francisco do Sul, como era costume, compreendia o espaço da igreja matriz, atualmente localizada na Praça Getúlio Vargas, no centro histórico do município. Segundo Pereira (1984, p. 113), na igreja, “do arco do cruzeiro para dentro, foram sepultados o fundador da vila e seus companheiros [...]” e “No corpo de igreja enterravam-se, sob o assoalho, que era solto, as pessoas gradas da vila, sendo as demais sepultadas fora, no recinto do adro [...]” (PEREIRA, 1984, p. 120). Pereira indica que os enterramentos na matriz e em seu adro ocorreram até 1832, ano em que foi definido o local do primeiro cemitério convencional, desativado em 1931.

O movimento iniciado na Europa para o afastamento dos cemitérios dos centros urbanos chegou ao Brasil com a primeira recomendação para que se instalassem cemitérios fora das igrejas, enviada por D. Maria ao Bispo do Rio de Janeiro, em 1789. A recomendação foi

---

<sup>6</sup> Debret chegou ao Brasil em 1816, onde permaneceu por 15 anos.

reiterada por D. João VI em 1801, mas somente em 1828 D. Pedro I promulgou a Lei n.º 1, determinando a medida (BORGES, 2002, p. 139-140). Movimentos populares de resistência aconteceram em diversas cidades brasileiras, sendo significativa a “Cemiterada”, em Salvador, em 1836 (REIS, 1991). Segundo Carvalho (2003, p. 23), os cinco primeiros cemitérios convencionais no Brasil foram:

- Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, bairro Catumbi, no Rio de Janeiro, em 1849;
- São João Batista, em Botafogo, Rio de Janeiro, em 1851;
- Nossa Senhora da Soledade, em Belém, em 1853;
- São Francisco Xavier, bairro Caju, Rio de Janeiro, em 1857;
- Consolação, em São Paulo, em 1858.

A despeito do enterramento ocorrido no interior da igreja em 1862, caso o encerramento de sepultamentos no primeiro cemitério de São Francisco do Sul tenha se dado na década de 1830, este pode ter sido o primeiro município a implantar o cemitério convencional no Brasil.

Com 75 anos em funcionamento, o segundo cemitério convencional também apresenta espaços segmentados, pelo menos de seu período inicial. Os jazigos mais antigos e aqueles que se destacam por seus ornamentos estão na área frontal, nas dez primeiras quadras. Jazigos mais antigos de crianças estão localizados também na frente, mas na lateral esquerda. Indigentes estão enterrados nos fundos, sem estruturas em alvenaria, identificados apenas por cruzeiros. Jazigos mais recentes estão na área central e na lateral esquerda, com estruturas simples, enquanto os verticais, com gavetas sobrepostas, estão localizados no muro lateral direito e nos fundos.

A exiguidade de espaço nos cemitérios convencionais tem provocado a diminuição de áreas específicas conforme a condição social e econômica dos sepultados, haja vista os jazigos verticais, além da prática da cremação, que está se tornando comum. Se os locais de enterramento dos mortos refletem aspectos socioculturais de uma sociedade em relação à perda de seus entes desde os povos ágrafos (DETHLEFSEN, 1981), o que estamos deixando de testemunhar de nossa geração?

## ■ Referências

ALVES, M. C. **Diagnóstico arqueológico prospectivo no cemitério municipal de São Francisco do Sul, SC.** Relatório final. OAP Consultores Associados, Joinville, maio 2013.

## CAPÍTULO 6

\_\_\_\_\_. **Monitoramento arqueológico de obra civil na Igreja Matriz de São Francisco do Sul – SC.** Relatório. Vinele Serviços e Terraplenagem, Joinville, ago. 2003.

\_\_\_\_\_. **Salvamento e monitoramento arqueológico em área do entorno da Igreja Matriz de São Francisco do Sul – SC.** Relatório. Vinele Serviços e Terraplenagem, Joinville, set. 2004.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, M. S. C. **Levantamento e monitoramento arqueológico da área de intervenção do emissário para lançamento dos efluentes sanitários e industriais da unidade industrial da empresa Vega do Sul S. A., em São Francisco do Sul – SC.** Relatório. OAP Consultores Associados, Joinville, ago. 2001.

BEZERRA, J. de M. **Pequena história de São Francisco do Sul: fragmentos históricos de São Francisco do Sul.** Edição do autor, 1976.

BORGES, M. E. **Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto.** Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os cemitérios convencionais no Brasil.** s.d. Manuscrito.

BRASIL. Diretoria de Hidrografia e Navegação. **Brasil; Rio de São Francisco do Sul barra e porto.** 1924. 1 mapa. [cartografia] (Acervo: Biblioteca Nacional).

BUIKSTRA, J. E.; UBELAKER, D. H. **Standards for data collection for human skeletal remains: proceedings of a seminar at the Field Museum of Natural History.** Fayetteville: Arkansas Archaeological Survey, 1997. (Research Series, n. 44).

CALDARELLI, S. B. (Coord.). **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista: SP-070 Rodovia Carvalho Pinto.** Governo do Estado de São Paulo, 2003.

CARVALHO, F. L. de. **Vizinhos sim; enterros à parte: os cemitérios Santa Isabel e São Benedito, Aracaju, SE (1862-1933).** Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2003.

CARVALHO, H. B. Cemitério Santana: a morte entre o moderno e o tradicional na sociedade goianiense. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB), 9., Rio de Janeiro, 1997. *Anais...* Cópia digital: 1-8.

COMERLATO, F. **Relatório referente à coleta de material arqueológico na lateral esquerda da Matriz de Nossa Senhora da Graça – São Francisco do Sul.** Relatório. São Francisco do Sul, jan. 2004.

DEBRET, J. B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** São Paulo: Martins; Edusp, 1972. Tomo II, v. III.

DETHLEFSEN, E. S. The cemetery and culture change: archaeological focus and ethnographic perspective. *In*: GOULD, R. A.; SCHIFFER, M. B. (Eds.). **Modern material culture: the archaeology of us.** Nova York: Academic Press, 1981. p. 137-233.

FONTOURA, A. A. (Coord.). **Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação.** Relatório final. Fapesc; FCJ-MASJ-AHJ, Joinville, 2007.

KERN, A. A. As intervenções arqueológicas da Campanha de 1994: a Igreja do Rosário dos Homens Brancos (Largo do Carmo, Belém – Pará). *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB), 9., Rio de Janeiro, 1997. *Anais...* Cópia digital: 1-11.

MENTZ RIBEIRO, P. A. **Arqueologia na cidade do Rio Grande.** Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

NASCIMENTO, A. R. Obituários francisquenses. **Blumenau em Cadernos**, v. XXXIII, n. 2, p. 57-62, fev. 1992.

ORSER JR., C. E. **Introdução à Arqueologia Histórica.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PEREIRA, C. da C. **História de São Francisco do Sul.** Florianópolis: UFSC, 1984.

## CAPÍTULO 6

PIEIDADE, S. C.; SOARES, A. L. R. Considerações sobre um enterramento guarani: alterações e hipóteses etno-históricas. **Revista do MAE**, São Paulo, v. 10, p. 31-68, 2000.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **Ilha de São Francisco do Sul**. Catálogo. São Francisco do Sul, 1993.

REIS, J. J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

UBELAKER, D. H.; JONES, E. B. (Eds.). Human remains from Voegtly Cemetery, Pittsburgh, Pennsylvania. **Smithsonian Contributions to Anthropology**, Washington, n. 46, 2003.

# CAIEIRAS DE ARAQUARI, SÃO FRANCISCO DO SUL E ENTORNO: INQUIETAÇÕES DE UM PATRIMÔNIO

*Giomar Felipe Zerger<sup>1</sup>  
Dione da Rocha Bandeira<sup>2</sup>  
Liliane Jacinto Zerger<sup>3</sup>*

## ■ Introdução

O trabalho que se apresenta discute os remanescentes das caieiras do município de Araquari, São Francisco do Sul e entorno, e se insere em uma pesquisa de mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), do pesquisador Giomar Felipe Zerger. As cidades de Araquari e São Francisco do Sul – focos desta pesquisa – pertencem à Baía da Babitonga, litoral norte de Santa Catarina, incluindo também os municípios de Barra do Sul, Joinville, Itapoá, Garuva e São João do Itaperiú.

Caieira é a denominação dada aos locais onde acontecia a produção da cal, tendo como matéria-prima as conchas extraídas de sambaquis. Segundo Oliveira, Alves e Bandeira (2001, p. 26),

os sítios arqueológicos do tipo sambaqui são conjuntos de evidências materiais deixadas pelos mais antigos ocupantes do litoral brasileiro. Estes primeiros ocupantes viveram nesta região entre 6.000 e 1.000 anos atrás e seriam grupos de pescadores-coletores-caçadores, de origem ainda desconhecida,

<sup>1</sup> Universidade da Região de Joinville (Univille). *E-mail:* giomarzerger@gmail.com.

<sup>2</sup> Univille. *E-mail:* dione.rbandeira@gmail.com.

<sup>3</sup> Univille. *E-mail:* lilian.zerger@gmail.com.

que se instalaram próximos a desembocaduras de rios, lagoas e baías, construindo montes de conchas (sambaquis) para estabelecer seus acampamentos, suas aldeias ou realizar cerimônias.

Para o desenvolvimento deste trabalho, realizou-se levantamento documental em banco de dados do Arquivo Histórico de Joinville e do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), bem como pesquisa de fontes orais buscando informações sobre a temática na região. Após levantamento documental, revisão das publicações e entrevistas, procedeu-se à pesquisa de campo, que se voltou para a localização geográfica e a descrição dos locais onde estavam as caieiras já registradas e as novas caieiras encontradas por meio das entrevistas realizadas.

Nesses lugares denominados como caieiras, a cal era fabricada em fornos rústicos de tijolos construídos exclusivamente para esse fim, ou em fogueiras construídas a céu aberto, onde a calcinação ocorria ao ar livre. De acordo com o diagnóstico arqueológico do Parque Caieira (OLIVEIRA; ALVES; BANDEIRA, 2001), bem como com as informações coletadas durante as entrevistas efetuadas, a fabricação da cal com conchas de sambaquis dava-se por etapas. Conforme explicam Oliveira, Alves e Bandeira (2001, p. 92),

caieiras são locais estruturados para a transformação de conchas em cal, envolvendo as seguintes operações no local: 1) peneiramento das conchas, previamente à queima; 2) queima; 3) aspersão com água; 4) peneiramento e classificação do produto; 5) transporte para depósito e posterior comercialização.

Há registro de caieiras em funcionamento no Brasil desde 1880 (PEDROSO; SOUZA, 2002); a produção da cal com conchas de sambaquis foi interrompida com as discussões de proteção dos sambaquis como sítios arqueológicos e com a promulgação da Lei n.º 3.924 em 1961. Na atualidade, os lugares onde existiam as caieiras são testemunhos do passado, além de serem imbuídos de valor cultural por parte daqueles que vivenciaram suas atividades. De acordo com tal lei, todas as atividades depredatórias desses sítios são consideradas criminosas. Na medida em que as caieiras se utilizavam de conchas extraídas dos sambaquis para seu funcionamento, conseqüentemente depredando-os, elas foram consideradas ilegais, razão que levou à sua desativação. Em alguns locais

há remanescentes de fornos construídos de tijolos maciços, como é o caso da antiga caieira do Porto do Rei, localidade de São Francisco do Sul. Em locais onde não existem mais fornos erguidos, podemos visualizar uma expressiva quantidade de tijolos espalhados no terreno em que as caieiras estavam instaladas; é o caso das localidades de Areias Pequenas e Ilha do Papagaio – conhecida popularmente como Ilha Encantada –, em Araquari.

As caieiras representaram para a região uma atividade de grande importância econômica. Elas geraram lucros para produtores e comerciantes e foram frequentadas por muitos trabalhadores que desses locais garantiam sua subsistência. No entanto elas não despertaram a atenção dos pesquisadores em desenvolver um estudo aprofundado sobre o assunto. Nas publicações, diagnósticos e relatórios em que as caieiras são citadas, seu estudo não é abordado com profundidade nem com exclusividade, são assuntos paralelos no desenrolar das pesquisas.

As caieiras formam conjuntos nas paisagens integradas no contexto de valorização do patrimônio arqueológico, mas ao mesmo tempo provocam inquietação, pelo fato de se valorar uma atividade que depredava os sambaquis no passado e cujos remanescentes hoje podem ser concebidos como bens culturais relacionados ao conjunto do patrimônio arqueológico. Ainda no que se refere às caieiras, deve-se considerar que as atividades produtivas garantiram um valor econômico para a região, bem como suscitam lembranças nas pessoas que vivenciaram experiências da fabricação da cal. É nesse contexto que o presente trabalho defende a necessidade de preservar as caieiras como patrimônio cultural. Os fragmentos materiais dos vestígios dos fornos das caieiras, os locais onde a calcinação era processada a céu aberto, os caminhos aterrados destinados ao escoamento da cal pelos rios da Baía da Babitonga ou os portos destinados ao transporte fluvial do produto são testemunhos que nos fazem refletir sobre a importância que deve ser estendida a esses lugares. Entende-se que as caieiras, além de atender às atividades produtivas que garantiram um valor econômico para a região no tempo em que estavam em operação, hoje são ressignificadas pela memória das pessoas, como argumenta Bosi (1994, p. 55): “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”. O patrimônio estabelece uma referência inserida num espaço e num tempo por meio de memórias, vestígios arqueológicos, documentos escritos, iconográficos, entre outros. Nesse sentido as caieiras, dentro do contexto patrimonial, de acordo com o pensamento de Poulot (2009, p. 14),

compreendem dois aspectos essenciais: a assimilação do passado, que é sempre transformação, metamorfose dos vestígios e dos restos, recriação anacrônica; e a relação de fundamental estranheza estabelecida, simultaneamente, por qualquer presença de testemunhos do tempo remoto na atualidade.

O valor que deve ser dado às caieiras na contemporaneidade está na relação das pessoas com esses espaços no passado e no presente, pois elas permanecem nas lembranças, mesmo passando meio século desde que tiveram de cessar suas atividades. As caieiras são a lembrança do que deveria ser esquecido. De acordo com Bosi (1994, p. 53), “a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança”. O tempo e o espaço das caieiras passam a ser uma peculiaridade da nossa região – peculiaridade no sentido de espaço, porque, tendo em vista que os sambaquis se encontram em zonas litorâneas, conforme nos distanciamos do litoral são raras as pessoas que conheçam ou tenham ouvido falar das caieiras. E o tempo nos remete à experiência de produção da cal já praticada pelos europeus até meados do século XX.

Por longos anos as conchas dos sambaquis foram utilizadas para a fabricação da cal, período no qual as caieiras foram responsáveis pela depredação de tais sítios arqueológicos. No entanto entendemos que hoje é importante mudar o olhar para esses lugares e reconhecê-los como espaços praticados por pessoas movidas pelas necessidades de sua época que se apropriaram dos sambaquis como fonte de enriquecimento (os donos das fábricas) ou de sobrevivência por parte dos operários que faziam as caieiras produzir e garantir o sustento de seus familiares. A importância dada a esses locais como patrimônio arqueológico parte do princípio de que tais espaços de fabricação da cal eram palco de muitas experiências compartilhadas. De acordo com Thompson (1981), experiências compartilhadas por trabalhadores, homens e mulheres, fazem parte de sua cultura, bem como da sua consciência, agregando a ela um valor cultural.

O estudo busca contribuir com o campo do patrimônio arqueológico, pois desenvolve uma pesquisa sobre os vestígios de caieiras por intermédio de documentação escrita, testemunhos materiais – objeto de estudo da Arqueologia – e entrevistas com pessoas que vivenciaram ou ouviram relatos de experiências de vida nesses locais. É na relação entre o que resta

de material nos locais onde existiam caieiras e o que existe na lembrança das pessoas que “o processo da memória no homem faz intervir não só na ordenação de vestígios, mas também na releitura de vestígios” (LE GOFF, 1992, p. 419).

## ■ As caieiras no Brasil

Na afirmação de Cabral (2011), a prática de obter cal de calcários marinhos dava-se por causa das feições geomorfológicas e da orla marinha da Ilha Ínsua em Portugal, para a qual as correntes oceânicas traziam conchas marinhas que eram recolhidas pelos franciscanos para o fabrico da cal. Percebendo a grande quantidade de conchas, a Câmara de Caminha, em documento datado de 1441, resolve taxar a exploração das conchas por meio de impostos. Esse seria – de acordo com a literatura consultada – o registro mais antigo do uso de conchas marinhas para obtenção da cal em Portugal. Detentores do conhecimento para o processo de calcinação de conchas marinhas provenientes de concheiros naturais, foi essa a técnica utilizada pelos colonizadores portugueses para obter a cal empregada nas primeiras construções edificadas no Brasil.

A exploração de sambaquis por caieiras efetivou-se a partir do século XVII em todo o território brasileiro (SANTIAGO, 2007). “No início da colonização do Brasil, as jazidas de pedras carboníferas ainda não haviam sido descobertas nas imediações da cidade de Salvador, mas os calcários de origem marinha eram abundantes, daí a sua utilização em larga escala” (SANTIAGO, 2007, p. 75). De acordo com as pesquisas realizadas por Campos *et al.* (2007), a produção da cal conchífera natural iniciou-se a partir de 1549, empregando o produto na construção de edificações:

Para a construção das casas da nova capital, cria-se a primeira mineração no Brasil para a fabricação de cal virgem a partir de calcário conchífero (calcário constituído de peças ou fragmentos de conchas e ostras), que reveste o fundo da Baía de Todos os Santos. A cal seria utilizada na argamassa e na caição das construções (CAMPOS *et al.*, 2007, p. 4).

No processo de produção da cal no Brasil, com uso de conchas, a matéria-prima podia ser extraída de duas fontes: calcários marinhos naturais – como é o caso da Baía de Todos os Santos, em Salvador

(SANTIAGO, 2007) –, ou por meio de concheiros marinhos artificiais, que nesse caso eram os sambaquis. Conforme Rohr (1984, p. 80), “desde o Brasil colônia, as conchas dos sambaquis vêm sendo empregadas para o fabrico da cal. As casas de muitas vilas do litoral foram construídas com cal de conchas de sambaquis”. Em artigo intitulado “Descrições de técnicas da química na produção de bens de acordo com os relatos dos naturalistas viajantes no Brasil colonial e imperial”, Vita, Luna e Teixeira (2007, p. 2) descrevem que, se se desconsiderar o açúcar, a “cal seria o primeiro produto químico a ser produzido no Brasil”. A matéria-prima utilizada para essa finalidade seriam as conchas deixadas pelos indígenas, ao longo da costa brasileira, em depósitos chamados sambaquis. A cal produzida nessas caieiras abertas era empregada na construção de edifícios. Para isso, misturava-se a cal a óleo de baleia ou de outros peixes para dar liga e sustentar os blocos (VITA; LUNA; TEIXEIRA, 2007).

Naturalista e estudioso de Botânica, Saint-Hilaire (1799-1853) chegou ao Rio de Janeiro em 1826, ficando no Brasil por seis anos. No transcorrer desse período, fez cinco incursões por terras brasileiras e publicou diversos livros com base em suas observações e descrições da flora brasileira. Em uma dessas incursões pela Baía da Guanabara, percebeu que não havia rochas calcárias, e por isso se utilizavam conchas, provavelmente de sambaquis, para produzir a cal, dispondo-as alternadamente com lenha e, posteriormente, ateava-se fogo (VITA; LUNA; TEIXEIRA, 2007). Os fatores que contribuíram para a atividade de produção da cal na região de Araquari estão relacionados, além da disponibilização de matéria-prima por conta da grande quantidade de sambaquis, à facilidade de escoamento do produto (que se dava pelos afluentes dos rios da Baía da Babitonga) e à procura do produto pelo mercado da construção civil. Conforme Santiago (2007), a calcinação da cal com calcários marinhos e lenha ocorria em menor tempo se comparada com a rocha calcária. Na região pesquisada, para o processo de produção da cal com conchas dos sambaquis foram empregadas duas técnicas: ele podia ser realizado em fogueiras a céu aberto ou em fornos.

Na região da Baía da Babitonga, conforme levantamento do MASJ, há um total de 150 sambaquis. Com a quantidade de conchas disponíveis nos sambaquis para extração, foi produzida grande quantidade de cal. Esta era empregada como um importante aliado na produção de reboco ou na argamassa usada para ligar tijolos ou pedras nas construções de alvenaria (CAMPOS *et al.*, 2007).

## ■ Caieiras na região de Araquari e entorno

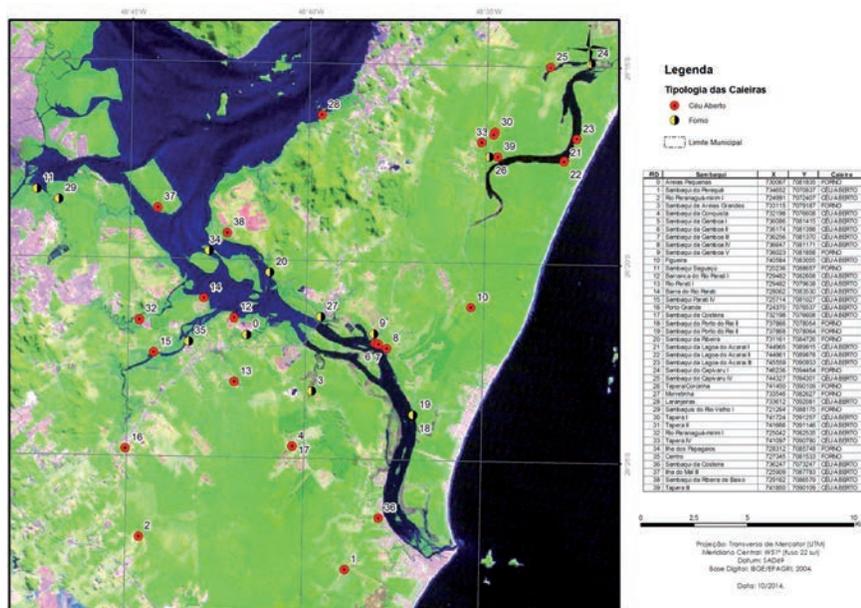
Em várias pesquisas realizadas por estudiosos da história pré-colonial na região de Araquari e entorno foram registradas a localização e a descrição de diversos sambaquis, com indicações da presença de caieiras. Na pesquisa feita por Rohr (1984), destaca-se a existência de 18 sambaquis em Araquari e 44 em São Francisco do Sul. Em Araquari, quatro possuíam caieiras, e em São Francisco do Sul, sete. A abordagem de Rohr procurou dar atenção especial às diferentes formas destrutivas que os sambaquis sofreram no decorrer do tempo. Segundo esse autor, a exploração de conchas de sambaquis para uso na pavimentação de estradas pelo poder público (município e estado) era realizada em maiores proporções e secundariamente na fabricação da cal. Bigarella, Tiburtius e Sobanski (1954) efetuaram um dos primeiros levantamentos com registros de sambaquis na região e, conforme tal estudo, o fator que levou à depredação desses locais foi a produção de cal nas caieiras, presenciada por eles em diversos sítios.

Outros documentos que abordam os sambaquis da região de Araquari são os diagnósticos arqueológicos realizados nos licenciamentos de empreendimentos a partir da década de 1990. Entre eles destacamos os relatórios relacionados à linha de transmissão entre São Francisco do Sul e Joinville (SCIENTIA AMBIENTAL, 2003), à fazenda de carcinocultura instalada em Araquari (BANDEIRA; OLIVEIRA, 2005), à duplicação da BR 280 (ALVES; BANDEIRA, 2008) e à estrada de acesso à Praia do Ervino (ALVES, 2012), que, por meio de entrevistas com os moradores, puderam contribuir para o desenvolvimento deste trabalho. Segundo informações de entrevistados, existia uma classificação que separava os sambaquis com melhor qualidade para fabricação da cal. Para os donos das caieiras, havia o sambaqui sujo (mais baixo, com mais terra e areia e que dava mais trabalho na peneiração e seleção de conchas) e o sambaqui limpo (mais alto, menor quantidade de terra e areia com conchas mais limpas e consequentemente melhor para calcinação e peneiramento).

As caieiras estavam situadas de acordo com as condições de escoamento do produto, de modo mais comum nas proximidades dos rios que deságuam na Baía da Babitonga. Como se observa na figura 1 sobre as caieiras da região, as a céu aberto, em sua maioria, se apresentam afastadas de grandes rios, podendo indicar adversidades na instalação de estruturas em locais de difícil acesso. De acordo com a pesquisa de campo desenvolvida e outros trabalhos realizados por autores em

diagnósticos arqueológicos, analisados e confirmados em campo, foram identificadas 39 caieiras. Destas, já havia referências para 33 delas, e seis foram encontradas no decorrer da pesquisa. Das 39 caieiras observadas, 13 tinham fornos e 26 eram a céu aberto. Foram descobertas caieiras no Canal do Linguado (numeradas no mapa como 0, 3, 18, 19, 20, 27 e 34), no Rio Velho (29), na Lagoa do Saguazu (11), no Rio Parati (33) e na Lagoa do Acaraí (24 e 26).

Figura 1 – Localização das antigas caieiras na Baía da Babitonga



Fonte: Produzido por Celso Voos Vieira com base nas coordenadas retiradas pelos autores (2014)

## Caieiras a céu aberto

Nas caieiras a céu aberto a produção ocorria em pequena escala, geralmente encomendada. Era uma fonte de renda alternativa, não figurava como atividade com grande capacidade de produção. Conforme relato de pessoas entrevistadas, nessas caieiras a produção da cal era processada próximo do sambaqui. Com estacas formando um círculo, eram alternadamente colocadas camadas de lenha (meio metro) e camadas de cascas (como eram chamadas as conchas) de sambaqui (meio metro)

previamente peneiradas. Nesse caso, a intenção era utilizar somente a casca sem impurezas. Concluída a alternância dos materiais, deixava-se uma abertura na base da caieira, onde se concentravam gravetos, folhas secas e lenha picada, e com o auxílio de uma faxina (vara geralmente de bambu com tecido na extremidade, o qual era umedecido em óleo ou querosene para colocar fogo na caieira) se dava início à queima. Levava-se, em média, uma semana para concretizar a queima. Esse processo, de acordo com relatos, era realizado quinzenalmente, como um modo mais prático para produzir a cal, pois não exigia a construção de fornos, mas se destinava à produção de pequena quantidade.

Nos diversos relatos coletados sobre o processo de produção da cal em caieiras a céu aberto se percebeu uma variação. Conforme mencionou Domingos de Almeida (2014), filho de proprietário de caieira, após alternância dos materiais (lenha e concha) de algumas caieiras a céu aberto, estas eram envoltas com tijolos, os quais eram rebocados com argila e cal. Esse procedimento era realizado para impedir a fuga de fumaça e aumentar o calor no interior da caieira. Além de produzir cal com as conchas, aproveitava-se o bagaço (sobra da peneira) para corrigir a acidez do solo. Abílio de Almeida (2014), que era filho de proprietário de caieira em Araquari e Balneário Barra do Sul, declarou que utilizou o bagaço da Caieira da Conquista (figura 2), situada no município de Balneário Barra do Sul, para tal finalidade.

Figura 2 – Caieira da Conquista, Balneário Barra do Sul



Fonte: Acervo do MASJ

Ele mencionou também que, para conseguir as sobras descartadas da peneira para a produção de calcário que seria utilizado como corretivo do solo, teve de ir, juntamente com o Padre Aníbal Coelho, da Paróquia de Araquari, até Florianópolis e pedir autorização do Padre Rohr, que naquele momento era uma militância em defesa dos sambaquis. Conforme nos relatou, essa atividade “não levou muito tempo, pois tivemos que parar de produzir esse calcário” (ALMEIDA, D., 2014).

O tempo de queima da lenha e das conchas para obtenção da cal era de aproximadamente três dias, dependendo do tamanho da caieira, e mais outros dois dias para esfriar. “[...] geralmente era [feita] uma [queima] por semana, para ficar bom” (DOMINGOS, A., 2014). Conforme Cirênio Madeira (2014), as caieiras eram acesas não mais que três vezes durante o mês, pois a dificuldade de obter lenha era um agravante para construir uma caieira. A produção de uma caieira a céu aberto chegava a atingir “uma faixa de 100 sacos de 25 kg” (ALMEIDA, D., 2014) e eram necessários 10 a 20 metros de lenha para a produção da cal. Essa quantidade de lenha variava conforme o tamanho da caieira. Outro entrevistado destaca que em cada fornada das caieiras a céu aberto “[...] tiravam uma base de 80 a 100 sacos de cal, dependendo do tamanho dela” (MADEIRA, 2014). Para acontecerem os estágios posteriores da produção nessa tipologia de caieira, era necessário um galpão onde se davam a aspersão do produto e o peneiramento que separava o bagaço da cal. Após essa etapa, a cal era empacotada e destinada ao comprador.

Os acessos às caieiras, na maioria das vezes, não eram bons, e, por conta disso, eram empregadas carroças para carregar o produto até o local onde os caminhões conseguiam chegar. Domingos de Almeida (2014) enfatiza que, em virtude das precárias condições das estradas, a cal tinha de ser transportada de carroça até um local seguro para o caminhão carregar. Maria do Carmo Correa Pereira, residente do bairro São José do Acaraí (conhecido popularmente como Tapera), filha e esposa de proprietários de caieiras, disse que a cal era transportada por carroças e canoas para ser comercializada no centro de São Francisco do Sul. Conforme relata,

naquela época era só de carroça, aí o papai trazia de canoa lá da Praia Grande, porque aqui tinha um porto, [...] e naquele porto ali tinha uma carroça que o papai já falava com o carroceiro, dali da canoa já era colocada na carroça e dali levava lá para o centro de São Francisco (PEREIRA, 2014).

Entre as caieiras a céu aberto, temos o exemplo da construída junto ao Sambaqui Costeira, em Balneário Barra do Sul (figura 3), na qual uma fogueira foi elaborada em forma de círculo e reforçada com varas laterais, iniciando com uma camada de lenha e terminando com uma camada de conchas.

Figura 3 – Caieira a céu aberto na Costeira, em Balneário Barra do Sul (1944)



Fonte: Acervo do MASJ

### Caieiras com fornos

As caieiras com fornos eram fábricas com maior capacidade produtiva e, como mencionado, sua diferença estava relacionada à construção do forno, no qual o processo de produção da cal acontecia de forma permanente. Esse sistema garantia uma maior quantidade de produção e mais rapidez na queima da cal, pois a concentração de calor acelerava o processo de calcinação. Nas entrevistas foi relatado como se dava a técnica de fabricação da cal em fornos.

José Estevão da Silva (2014) trabalhou na Caieira da Ribeira em São Francisco do Sul e ainda reside nessa localidade. Conforme seu relato, a cal era produzida em dois fornos grandes; enquanto um estava queimando o outro estava sendo preparado para a queima. Para preencher os fornos eram utilizados em média 20 metros de lenha, e levava aproximadamente uma semana para concluir a calcinação. Após a queima, deixava-se esfriar o produto dentro do forno para em seguida,

## CAPÍTULO 7

com um carrinho, que era chamado de galeota, ser transportado até o galpão onde se processavam as etapas subseqüentes. Nesses locais, o produto que saía dos fornos era molhado e, após secar, era colocado na peneira para obtenção da cal. Segundo relatos, a ação de jogar água sobre as conchas queimadas que ainda permaneciam inteiras quando tiradas do forno denomina-se aspersão e era o que fazia as conchas triturar. Outros que não adicionavam água esperavam o material esfriar e obtinham a cal moendo-o com um soquete – uma espécie de pilão. Por causa da demora no processo de fabricação da cal, eram realizadas por mês, em média, quatro fornadas.

Laércio Fernandes (2014), residente no bairro Espinheiros, em Balneário Barra do Sul, conheceu a caieira de João Miano, localizada no bairro Costeira, nesse mesmo município. De acordo com seu relato, essa caieira tinha fornos. Porém, conforme outras fontes que mencionam tal caieira (figura 4), ela não se apresentava com forno e sim como uma caieira a céu aberto. Sua entrevista enfatiza que a etapa final de produção da cal consistia em três momentos de peneiramento. O primeiro processo era realizado com peneiras mais grossas, e o último, com uma peneira mais fina, tendo uma média intermediária.

**Figura 4** – Caieira a céu aberto na Costeira, em Balneário Barra do Sul, 1944



Fonte: Acervo do MASJ

Cirênio Madeira (2014), residente na localidade de São José do Acaraí, em São Francisco do Sul, afirma que sempre foi interessado em saber sobre as caeiras que existiam na região. Enfatizou que, para queimar a lenha e as conchas, os fornos tinham um suspiro – um tijolo que era removido alternadamente conforme o forno aumentava a pressão interna. Quando isso ocorria, o forno era todo fechado, de modo que a queima do produto, dentro do forno, se dava pelo vapor e aumento de pressão.

Aristote de Souza (2014), morador e nativo de Balneário Barra do Sul, caçador de baleias jubartes para produção de óleo (fato que relata e detalha com orgulho), diz que durante sua vida como pescador conheceu caeiras em funcionamento e, com base em suas lembranças, descreve que os fornos não tinham cobertura. De acordo com Souza (2014), os fornos eram preenchidos com camadas alternadas de lenha e conchas dos sambaquis. Na sequência, colocava-se fogo, que queimava durante três dias. Quando o forno esfriava, o produto era transportado até o galpão, onde havia um moinho manual que triturava o material para em seguida ser peneirado. A casca mais graúda era descartada, e o pó era ensacado para consumo. Souza (2014) informa que, conforme seu pai lhe contou, a Caieira do Porto do Rei tinha um trapiche muito grande e, como o Canal do Linguado era aberto, vinham embarcações de Laguna, Santos e Rio de Janeiro para abastecer seus navios com a cal ali produzida. Segundo ele, viu embarcações sair do Porto do Rei para levar cal a Joinville. Aos 13 anos de idade ele esteve na Caieira da Ribeira, em São Francisco do Sul, e disse que a cada 15 dias vinha uma embarcação de Joinville, carregava o convés com a cal ensacada e levava o produto. Informou ainda que a caieira e o sambaqui ficavam junto do rio.

Antônia Gertrudes da Silva (2014) relata que seu pai trabalhou na Caieira da Ribeira, e, quando o acompanhava ao local de trabalho, observava como a produção da cal ocorria. Disse que quando o forno estava preenchido seu pai lacrava a “boca do forno” e deixava queimando por oito dias; quando abria, tirava o produto, que era amassado com um soquete, para depois peneirar, ensacar, pesar e levar a cal para o depósito. Mencionou que o dono da Caieira da Ribeira era o senhor Leopoldo Schmith e que o transporte da cal era feito por uma lancha que atracava no trapiche próximo da caieira para levar a cal para Joinville. Havia também o transporte por meio de caminhão. Além da produção da cal, também na Ribeira era processado adubo com o bagaço descartado do peneiramento da cal.

Quanto à cal feita em fornos, Jorge Alberto Correa (2014), residente em Araquari e que trabalhou na Caieira das Areias Pequenas no mesmo

## CAPÍTULO 7

município, não soube informar a quantidade exata da produção, mas disse que toda semana era carregado na fábrica um caminhão do produto. José Estevão da Silva (2014), trabalhador da Caieira da Ribeira, relata que a queima de cada forno durava uma semana e que eram utilizados para cada um de 15 a 20 metros de lenha, e que faziam em média quatro fornadas por mês.

A estrutura de uma caieira, segundo José Estevão da Silva (2014), era composta do forno, onde se processava a queima, do galpão, onde se realizavam a aspersão, o peneiramento, o empacotamento e a estocagem da cal, além do trapiche, que servia de atracadouro para as embarcações que transportavam o produto fabricado. A estrutura que fazia parte da Caieira da Ribeira em São Francisco do Sul estava localizada às margens do rio (provavelmente a Baía da Babitonga), de onde a produção escoava por transporte fluvial (figura 5). Conforme a imagem, a Caieira da Ribeira tinha um forno coberto, e ao seu lado, outro sem cobertura. Aos fundos, ao lado do forno sem cobertura, havia um galpão que fazia parte da estrutura da caieira. Mais aos fundos, o rio que era utilizado para a condução das embarcações que transportavam a cal. Em frente da caieira, com cobertura, havia pessoas posando quando deste registro.

**Figura 5** – Estrutura da Caieira da Ribeira, São Francisco do Sul (s.d.)



Fonte: Acervo do MASJ

As caieiras construídas às margens dos rios Ribeira (figura 5) e Porto do Rei (figura 7) em São Francisco do Sul, Areias Pequenas em Araquari, Rio Velho (figura 6) e Saguauçu em Joinville são as mais citadas, tanto nas entrevistas realizadas em nossa pesquisa como nos diagnósticos e relatórios consultados. Na figura 6, que retrata a Caieira do Rio Velho, observa-se, no primeiro plano, galpões com pessoas à frente e, em segundo plano, pessoas sobre os fornos e o sambaqui (à direita) utilizado para extração de conchas.

**Figura 6** – Galpões de estocagem da cal na caieira do Rio Velho, Joinville (s.d.)



Fonte: Acervo do MASJ

As caieiras de Porto do Rei, Rio Velho e Saguauçu são mencionadas em anúncios de jornais que circulavam em Joinville e região desde o fim do século XIX. Conforme os anúncios e as entrevistas, o transporte fluvial foi o recurso empregado na distribuição do produto aos mercados consumidores da região, e a exploração dos sambaquis para extração da cal estendeu-se até a década de 1960 e foi bastante intensa.

Outro exemplo desse tipo de caieira é a localizada junto ao sambaqui Porto do Rei (figura 7), na localidade homônima em São Francisco do Sul, que por sua preservação é o melhor testemunho de tal prática na região. Ainda permanecem vestígios de dois fornos que estiveram em funcionamento até a década de 1960. Próximo aos fornos

## CAPÍTULO 7

está o sambaqui, que foi depredado pelo longo período em que os dois fornos funcionaram.

**Figura 7** – Vista externa das ruínas de dois fornos para calcinação de conchas no Porto do Rei, em São Francisco do Sul (2014)



Fonte: Acervo de Giomar Felipe Zerger (2014)

### ■ Considerações

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou conhecer com maior propriedade a distribuição das caieiras nos municípios circunvizinhos da Baía da Babitonga. Esse conhecimento foi viabilizado por intermédio das fontes escritas, iconográficas e orais, que quando apropriadas em seu conjunto fornecem uma gama de possibilidades de percepções e de análises sobre o objeto de estudo.

Na região da baía, compõem a paisagem mais de 150 sítios arqueológicos de tipologia sambaqui, embora extraoficialmente se estime que esse número vá além, considerando extensas áreas ainda não pesquisadas. Essa grande disponibilidade de matéria-prima para produção da cal possibilitou o funcionamento das caieiras por longo período de tempo. A transformação de conchas provenientes de sambaquis em cal foi uma prática usada pelos europeus que aqui se instalaram. A calcinação das conchas ocorria em estruturas de combustão compostas de fornos de tijolos maciços ou a céu aberto. Associados, havia galpões

de madeira que serviam para processar as últimas etapas da produção da cal: aspersão, peneiramento, empacotamento e estocagem.

As caieiras estiveram em funcionamento até a década de 1960, e em 1961 se promulgou a lei federal de proteção aos sítios arqueológicos (n.º 3.924). Com tal lei, a prática de calcinação com conchas de sambaqui passou a ser concebida como uma atividade criminosa passível de penalidades, razão pela qual se deu a inatividade. Com isso, as caieiras foram destinadas ao fim e ao desconhecido, no entanto o passado aflora quando se percebem seus remanescentes na paisagem ou a memória é instigada. Os sambaquis perpetuam-se apesar das intervenções antrópicas que os degradaram. As necessidades humanas de suprir uma deficiência de matéria-prima foram a causa do uso dos sambaquis na produção de cal.

Na atualidade, pouco resta de materialização das caieiras, mas permanecem vivas lembranças desse tempo laborioso. Foram levantadas, no decorrer desta pesquisa, 39 caieiras, das quais 13 eram com fornos. Apenas os fornos das caieiras do Saguacu, localizada no Parque Caieira em Joinville, e do Porto do Rei, em São Francisco do Sul, estão parcialmente preservados. Nas demais caieiras com fornos, restam tijolos dispersos e alicerces de galpões que podem ser fonte de informação sobre o tempo em que operavam. Não há política de preservação das caieiras entre os órgãos locais de patrimônio cultural. Propõe-se, com este trabalho, o reconhecimento e a valoração das caieiras como patrimônio cultural da região, haja vista a função importante desempenhada por longo período na vida de muitas pessoas, não apenas como fonte de subsistência, mas de relações várias reveladas no decorrer da pesquisa. Esse rebuscar do passado clama novo olhar para as caieiras, problematizando-as e procurando mecanismos de proteção e valoração na esfera do patrimônio cultural.

A valorização patrimonial das caieiras promove uma nova reflexão sobre tais ambientes. É um paradoxo pensar que um espaço histórico construído para destruir um espaço pré-histórico – no caso transformá-lo em bem de consumo – seja hoje visto como um lugar a ser valorizado como patrimônio cultural, no entanto, em virtude das relações estabelecidas pelos envolvidos na funcionalidade das fábricas de cal, tais espaços agregam um valor simbólico e histórico. Em razão disso, há necessidade de repensar o olhar sobre esses locais, ainda mais se considerarmos que a maioria foi destruída após o reconhecimento dos sambaquis como patrimônio arqueológico.

Este foi um trabalho inicial sobre as caieiras, com base em memórias que tiveram fundamental importância para expor indagações

sobre o processo de produção e localização das caieiras na região. Trata-se de uma investigação que deve abrir caminho para futuras pesquisas sobre o assunto, estendendo-se para outras regiões, considerando a grande quantidade de sambaquis na costa brasileira. Enfim, é preciso que estudos continuem sendo desenvolvidos sobre a temática e, do mesmo modo, há urgência em ampliar pesquisas orais sobre o tema, considerando a idade das pessoas que conheceram as caieiras. Nesse sentido, a memória torna-se um recurso primordial para a pesquisa do assunto proposto, dada a escassez de fontes escritas. São necessários e urgentes também estudos dos remanescentes materiais das caieiras por meio de pesquisas arqueológicas. O desenvolvimento do trabalho possibilitou o entendimento do processo de produção da cal, elucidou indagações a respeito dessa prática experienciada e contribuiu com um registro exclusivo dessa atividade desenvolvida na região, deixando abertos caminhos para aprofundamentos.

### ■ Referências

ALMEIDA, A de. **Abílio de Almeida**: entrevista [2014]. Entrevistadores: Giomar Felipe Zerger e Liliane Jacinto Zerger. Araquari, 29 jan. 2014. Entrevista concedida ao Projeto Caieiras de Araquari e Entorno: Inquietações de um Patrimônio.

ALMEIDA, D. **Domingos de Almeida**: entrevista [2014]. Entrevistadores: Giomar Felipe Zerger e Liliane Jacinto Zerger. Araquari, 19 jan. 2014. Entrevista concedida ao Projeto Caieiras de Araquari e Entorno: Inquietações de um Patrimônio.

ALVES, M. C. **Diagnóstico arqueológico para obra de pavimentação de acesso à Praia do Ervino, São Francisco do Sul/SC**. Relatório. Joinville, 2012.

\_\_\_\_\_; BANDEIRA, D. R. **Diagnóstico arqueológico das áreas a serem atingidas pela duplicação da rodovia BR 280 (São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul/SC)**. Relatório. Joinville, 2008.

BANDEIRA, D. R.; OLIVEIRA, S. L. V. de. **Diagnóstico arqueológico de fazenda de carcinocultura em Araquari – SC**. Joinville, 2005.

BIGARELLA, J. J.; TIBURTIUS, G.; SOBANSKI, A. Contribuição ao estudo dos sambaquis do litoral de Santa Catarina. I – situação geográfica e descrição sumária. *Arquivos de Biologia*, Curitiba, v. XI, p. 99-140, 1954.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. *Lei n.º 3.924/61, de 26 de julho de 1961*. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm)>. Acesso em: jan. 2014.

CABRAL, J. M. P. *O uso de conchas marinhas na Ínsua Franciscana do século XV*. Comunicação apresentada no Encontro CITCEM, 20 out., 2011, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Sessão 8.

CAMPOS, M. A. N. *et al.* A utilização da cal conchífera em monumentos históricos no Espírito Santo. *In: CONGRESSO NACIONAL DE ARGAMASSAS DE CONSTRUÇÃO, 2.*, Lisboa, 2007. Disponível em: <[http://www.apfac.pt/congresso2007/comunicacoes/Paper%2043\\_07.pdf](http://www.apfac.pt/congresso2007/comunicacoes/Paper%2043_07.pdf)>. Acesso em: out. 2013.

CORREA, J. A. **Jorge Alberto Correa**: entrevista [2014]. Entrevistadores: Giomar Felipe Zerger e Liliane Jacinto Zerger. Araquari, 19 jan. 2014. Entrevista concedida ao Projeto Caieiras de Araquari e Entorno: Inquietações de um Patrimônio.

FERNANDES, L. **Laércio Fernandes**: entrevista [2014]. Entrevistadores: Giomar Felipe Zerger e Liliane Jacinto Zerger. Araquari, 24 jan. 2014. Entrevista concedida ao Projeto Caieiras de Araquari e Entorno: Inquietações de um Patrimônio.

GRAÇA, A. M. da **Adelia M. da Graça**: entrevista [2014]. Entrevistadores: Giomar Felipe Zerger e Liliane Jacinto Zerger. Araquari, 30 jan. 2014. Entrevista concedida ao Projeto Caieiras de Araquari e Entorno: Inquietações de um Patrimônio.

LE GOFF, J. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

## CAPÍTULO 7

MADEIRA, C. A. **Cirênio A. Madeira**: entrevista [2014]. Entrevistadores: Giomar Felipe Zerger e Liliane Jacinto Zerger. Araquari, 30 jan. 2014. Entrevista concedida ao Projeto Caieiras de Araquari e Entorno: Inquietações de um Patrimônio.

OLIVEIRA, M. S. C.; ALVES, M. C.; BANDEIRA, D. R. **Diagnóstico arqueológico e paleoambiental como subsídio ao zoneamento e conservação do Complexo Arqueológico Caieira**: Lagoa do Saguacu, Joinville/SC. Projeto e execução. MASJ, Joinville, 2001.

PEDROSO, G. M. J.; SOUZA, F. S. **Indústria da cal: uma atividade econômica na região de Joinville. Caderno de Iniciação Científica – Univille**, Joinville, 2002.

PEREIRA, M. do C. C. **Maria do Carmo Correa Pereira**: entrevista [2014]. Entrevistadores: Giomar Felipe Zerger e Liliane Jacinto Zerger. Araquari, 1.º fev. 2014. Entrevista concedida ao Projeto Caieiras de Araquari e Entorno: Inquietações de um Patrimônio.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, século XVIII e XIX: monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

ROHR, A. **Sítios arqueológicos de Santa Catarina. Anais do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n. 17, p. 77-167, 1984.

SANTIAGO, C. C. **Argamassas tradicionais de cal**. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/w2>>. Acesso em: set. 2013.

SCIENTIA AMBIENTAL. **Levantamento arqueológico na faixa de servidão da linha de transmissão de 230 Kv Joinville – São Francisco do Sul, SC (Circuito I e II)**. Relatório final. Florianópolis, jun. 2003.

SILVA, A. G. da. **Antônia Gertrudes da Silva**: entrevista [2014]. Entrevistadores: Giomar Felipe Zerger e Liliane Jacinto Zerger. Araquari, 1.º fev. 2014. Entrevista concedida ao Projeto Caieiras de Araquari e Entorno: Inquietações de um Patrimônio.

SILVA, G. R. da; VALDERATO, I. K.; OLIVEIRA, M. S. N. C. de. **Diagnóstico sócio-ambiental das Ilhas de Araquari (Ilha do Mel, Ilha dos Barcos e Ilha dos Papagaios)**. Araquari, 2001.

SILVA, J. E. da. **José Estevão da Silva**: entrevista [2014]. Entrevistadores: Giomar Felipe Zerger e Liliane Jacinto Zerger. Araquari, 1.º fev. 2014. Entrevista concedida ao Projeto Caieiras de Araquari e Entorno: Inquietações de um Patrimônio.

SOUZA, A. de. **Aristote de Souza**: entrevista [2014]. Entrevistadores: Giomar Felipe Zerger e Liliane Jacinto Zerger. Araquari, 24 jan. 2014. Entrevista concedida ao Projeto Caieiras de Araquari e Entorno: Inquietações de um Patrimônio.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VITA, S.; LUNA, F. J.; TEIXEIRA, S. Descrições de técnicas da química na produção de bens de acordo com os relatos dos naturalistas viajantes no Brasil colonial e imperial. **Química Nova**, v. 30, n. 5, p. 1.381-1.386, 2007. Disponível em: <[http://quimicanova.sbq.org.br/imagebank/pdf/Vol30No5\\_1381\\_54-AG06466.pdf](http://quimicanova.sbq.org.br/imagebank/pdf/Vol30No5_1381_54-AG06466.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2015.

# MORRO DO HOSPÍCIO: UMA QUESTÃO DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA EM SÃO FRANCISCO DO SUL (SANTA CATARINA)

*Vanessa Aparecida de Meira<sup>1</sup>*

## ■ Introdução

São Francisco do Sul, ou São Chico, como carinhosamente é chamada pelos moradores e tantas outras pessoas que andam diariamente pelas suas ruas estreitas, de calçadas irregulares, e um tanto quanto pitorescas, traz em sua essência o querer saber, o querer desvendar e o querer investigar. Por sua antiguidade e característica arqueológica, a cidade desafiou-nos a questionar com a população local, por meio das lentes da educação patrimonial, as narrativas sobre o Morro do Hospício. Esse é um local de propriedade da Prefeitura de São Francisco do Sul, localizado entre as ruas Fernandes Dias, Quintino Bocaiuva, Manoel Lourenço de Andrade e Rafael Pardiniho, no Centro Histórico da cidade.

Em 2013 foi construído no local o Parque Ecológico Municipal Celso Amorim Salazar Pessoa, criado por meio do Decreto Municipal n.º 1962, de 4 de dezembro de 2013, com área total de 16.491,39 m<sup>2</sup>, contendo lugares de contemplação, ilhas de descanso, além de um edifício sede de apoio ao centro receptivo e administrativo do parque.

A proposta de implantação do parque contemplará passeios, espaços arborizados, *decks* de contemplação, ilhas de descanso com bancos e lixeiras, além de

---

<sup>1</sup> Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul. *E-mail*: vanessammeira@gmail.com.

mesas para convívio dos visitantes. Haverá também um imóvel que será desapropriado para que seja incorporado à área do parque na qual servirá de sede ao administrativo e receptivo aos usuários (PROGRAMA MONUMENTA, 2012, p. 6).

Em relatos informais de moradores da cidade, observa-se, além da afetividade para com o local, muitas dúvidas quanto ao trabalho das máquinas no alto do morro durante a construção do parque ecológico. A estranheza da população em relação a tal movimentação no morro leva-nos a inferir se houve ou não a participação e o envolvimento da comunidade no processo de construção do parque ecológico. Em uma pesquisa exploratória, percebeu-se que não há entendimento por parte da população sobre por que o parque não recebeu o nome do morro, e sim Celso Amorim Salazar Pessoa, que faz referência a um ex-prefeito de São Francisco do Sul e, aparentemente, não suscita relações identitárias com a população, que continua a reconhecer o local pela alcunha de Morro do Hospício.

Diante dessa constatação preliminar, o texto a seguir traz reflexões sobre a característica arqueológica desse espaço, o uso da Arqueologia Pública como ferramenta de gestão do patrimônio arqueológico, assim como a importância da participação da população local na criação do parque ecológico. Também vai relatar aspectos importantes sobre a história de São Francisco do Sul, seu território arqueológico e histórias em torno do Morro do Hospício, com referência de autores importantes que escreveram sobre a história da cidade, assim como outros que dedicam trabalhos universitários ao local.

Este estudo também vai apresentar os resultados da pesquisa de campo com os moradores e usuários diretos e indiretos do Centro Histórico de São Francisco, assim como de funcionários e visitantes ou não desse parque ecológico. Tais pessoas participaram de um questionário com 13 perguntas relacionadas ao Morro do Hospício, à criação do parque e à participação da população.

## ■ O patrimônio cultural como objeto de pesquisa

Se for verdade que a cidade não é feita de pedras, mas sim de homens, também é verdade que as lembranças se apoiam nas pedras das cidades,

e não é por outra razão que os homens, ao longo dos séculos, tem lhes atribuído valor e trabalho para que permaneçam (ou desapareçam) enquanto expressões da Memória coletiva, de uma identidade compartilhada (SANTOS, 2001, p. 43).

Há muito que o tema patrimônio e todas as suas variantes têm suscitado inúmeras reflexões que pretendem identificar, entre outras, suas funções e seus significados, além daquele patrimônio herdado de pai. Com base em leituras e análises bibliográficas, infere-se que patrimônio cultural é um conjunto de bens, materiais e imateriais, considerados de interesse coletivo, relevante para a perpetuação no tempo. Em seu aspecto mais democrático, o patrimônio cultural tem a finalidade de expressar a identidade e as vivências da cultura de um determinado grupo de pessoas. Ele pode ser visto como o elemento principal para a preservação da identidade de uma nação, de um grupo étnico ou de uma comunidade; é a herança cultural do passado, vivida no presente, que será apropriada pelas próximas gerações.

Para tanto, o patrimônio cultural deve ser preservado mediante um conjunto de ações que garantam a sua permanência com os seus diversos valores e significados artísticos, paisagísticos, científicos, históricos e/ou simbólicos na vida da comunidade de um determinado lugar. Entre tais ações, destacamos uma das que nortearam a construção desta pesquisa, que são as ações de educação patrimonial. Por meio delas, é possível estabelecer aproximações entre as sociedades do presente e os patrimônios dos quais são herdeiras.

No que diz respeito ao campo da Arqueologia, a educação patrimonial está ligada à Arqueologia Pública, a qual é responsável por uma abordagem que privilegia o envolvimento da sociedade em todas as etapas possíveis dos trabalhos arqueológicos em um dado sítio. Desde a década de 1970 os pesquisadores vêm discutindo novas formas de apresentar a Arqueologia ao público. Nesse contexto,

a Arqueologia passa por um processo de reflexões sobre sua própria existência. Esse movimento interno, que ocorre desde a década de 1970, influenciado tanto por teorias pós-processualistas como por teorias marxistas, gerou a fundação de uma nova visão sobre os papéis da ciência arqueológica; criou-se o conceito de Arqueologia Pública (AP). O nome em [sic] é composto por uma redundância

intencional. Isso porque, para um grande número de defensores da Arqueologia Pública, toda Arqueologia independente de seu recorte temático ou escolhas teórico-metodológicas, deveria ser, em essência, pública (CARVALHO; FUNARI, 2007).

O trabalho de divulgação do conhecimento arqueológico no país ocorreu entre os anos 1961 e 1985, na maioria das vezes atrelado aos trabalhos em museus. Apesar da existência de uma preocupação em mostrar ao público o trabalho arqueológico brasileiro, apenas a partir da segunda metade da década de 1980 se passou a refletir sobre métodos, práticas, valores e significados dessa divulgação. Nascia, então, a Arqueologia Pública brasileira.

De lá para cá inúmeras foram as ações e experiências voltadas aos diversos segmentos da sociedade no tocante à participação em ações de Arqueologia Pública com base na educação patrimonial. Nesta pesquisa será apresentada, por meio de entrevistas com a população do entorno do Parque Ecológico Celso Amorim Salazar Pessoa, uma ação permanente de educação patrimonial para o referido local, apostando na perspectiva do uso sustentável e na construção coletiva de sentidos para os bens patrimoniais.

## ■ São Francisco do Sul

São Francisco do Sul é uma das regiões mais antigas do sul do Brasil, por onde passaram inúmeros navegadores europeus, e com certeza uma das cidades mais simbólicas do estado de Santa Catarina, por ter sido porta de entrada para muitos imigrantes e viajantes.

Tal qual um grande sítio arqueológico, São Francisco do Sul é constituída por sucessivas histórias, memórias e tradições que se estabeleceram e deixaram vestígios durante os anos de sua ocupação. O município possui uma área tombada em âmbito federal que contém um conjunto arquitetônico de grande valor artístico e cultural. Segundo Pauli (2010), tal área está situada no Centro Histórico, classificado como um sítio histórico urbano nacional de média abrangência. Ele tem edificações datadas que remontam aos períodos de 1650, 1720, 1820 e 1860, bem como de 1930. É ainda na área tombada do Centro Histórico que ficam o centro cívico e o religioso, além das atividades ligadas ao porto. Ali existem cerca de 400 imóveis, como a igreja matriz (1665),

o Mercado Público Municipal (início do século XX) e o Morro do Hospício, podendo assim considerar essa área, em seu todo, um grande sítio arqueológico.

Para Pereira (2007), a cidade apresenta-se em pleno processo de crescimento econômico. O porto amplia rapidamente suas atividades, modernizando-se e exigindo da cidade mudanças estruturais, como a constituição de áreas de suporte e serviços prestados às atividades portuárias. A preocupação que se tem com todo esse progresso é o fato de a cidade de São Francisco do Sul estar limitada pelo tombamento, ou seja, não pode se desenvolver como uma cidade qualquer; seu conjunto urbano está sob proteção federal e merece ser preservado. Apesar de a cidade apresentar significativo processo de desenvolvimento, é possível perceber entre a população que a questão da preservação é um entrave para o “desenvolvimento” acontecer de fato, o que leva a concluir que a comunidade necessita de um trabalho capaz de envolver a educação patrimonial e criar um sentimento de pertencimento. Para Pereira (2007, p. 108),

embora carregada de história e com fortes expressões dos diferentes períodos socioeconômicos pelas quais passou, a população de São Francisco do Sul apresenta uma dificuldade de lidar com a sua atual condição histórica. Muitos moradores ainda não conseguem compreender o que significa ter seu Centro Histórico preservado, considerando isto um castigo [...].

A cidade, tal como já mencionado, pertence a um dos territórios mais antigos do sul do Brasil; seu potencial arqueológico é de grande relevância. Entretanto, segundo alguns pesquisadores, as informações disponíveis sobre as ocupações humanas mais antigas no nordeste de Santa Catarina são ainda reduzidas. Registros arqueológicos indicam que a ocupação dessa região se iniciou há cerca de 6.000 anos antes do presente, por um grupo de caçadores-coletores-pescadores. Estes teriam passado a viver no litoral, construindo montes de conchas, conhecidos como sambaquis. As funções desses montes estariam ligadas ao estabelecimento de acampamentos e de aldeias e à realização de cerimônias. Em relação a esse cenário pré-colonial, Alves e Bandeira (2012, p. 68) destacam que

o nordeste do Estado de Santa Catarina contempla um conjunto significativo de sítios arqueológicos do período pré-colonial. O ambiente estuarino na Baía da Babitonga favoreceu o assentamento de grupos humanos desde há, aproximadamente, 6.000 anos AP. O número expressivo de sambaquis, razoavelmente preservados, despertou o interesse acadêmico, especialmente a partir de meados do século XX.

Segundo mapeamentos efetuados na região, Alves e Bandeira (2012) destacam a existência de aproximadamente 150 sítios arqueológicos registrados nos arredores da Baía da Babitonga, estando distribuídos ao longo da sua margem, em pequenas ilhas e nas bacias de seus afluentes. É importante observar, assim como Alves e Bandeira (2012), que com quase quatro séculos de ocupação a região conta com um relevante número de patrimônios a serem preservados. Exatamente por essa característica o Centro Histórico de São Francisco do Sul foi tombado em âmbito federal no ano de 1987. Nesse mesmo período (1986), conforme informação constante do *Relatório final de prospecção arqueológica da área de implantação do Parque Ecológico Morro do Hospício (São Francisco do Sul)* (BANDEIRA, 2014), foi afirmada a importância da pesquisa arqueológica no Morro do Hospício:

Só nos restaram fotos antigas de suas ruínas; o crescimento da vegetação do morro nos impede de saber, pelas fotos atuais, o estado em que estão seus vestígios. Deve-se através da necessária pesquisa arqueológica conseguir o resgate de maiores informações, pois pertenceria a tipo mais importante de edificação religiosa denotada pela preocupação de uma implantação que o destacasse do conjunto.

Segundo pesquisas com fontes documentais recolhidas no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fossile e Bandeira (2013) compilaram informações referentes aos sítios arqueológicos históricos de São Francisco do Sul que ainda não foram cadastrados. Nesse cenário a cidade apresentou 13 sítios não cadastrados:

## CAPÍTULO 8

**Quadro 1** – Sítios arqueológicos não cadastrados da cidade de São Francisco do Sul

Sítio Histórico Solar dos Pereira
Sítio Histórico Morro Grande I
Sítio Histórico Morro Grande II
Sítio Histórico Morro Grande III
Sítio Histórico Morro Grande IV
Sítio Histórico Estação Ferroviária
Sítio Histórico Arroio Tamarino II
Sítio Histórico Laranjeiras IV
Sítio Histórico Armação de Baleeira
Sítio Histórico Sítio Lítico Osvaldo I
Sítio Histórico Planatlântica I
Sítio Histórico Família Adilson
Sítio Histórico Caieira do Porto do Rei

Fonte: Fossile e Bandeira (2013)

Na lista apresentada não consta o Sítio Arqueológico Morro do Hospício, apesar de em outros dois momentos da pesquisa se fazer presente (em 1986 e 2003). Isso porque até aquele momento não havia sido elaborado um trabalho que fizesse referência somente ao Morro do Hospício; ele era considerado parte integrante do Centro Histórico em geral.

Partindo dessas informações é possível realizar uma reflexão sobre os números de sítios arqueológicos históricos na região, reconhecidos ou não pelos departamentos competentes, e principalmente da cidade onde se encontra o Parque Ecológico Celso Salazar Amorim Pessoa, elemento principal deste trabalho, bem como da importância de pesquisas que contribuam para consolidar esses espaços como bens do patrimônio cultural.

### A Igreja de São José – ruínas do Morro do Hospício

O Parque Ecológico Celso Amorim Salazar Pessoa encontra-se no Centro Histórico de São Francisco do Sul. O lugar, que também é conhecido pela população como Morro do Hospício, tem sua ocupação

remetida ao início da construção da cidade. Segundo Pereira (2004), foi a viúva de Sebastião Alves Marinho, um dos povoadores da então Vila de São Francisco, que construiu a igreja com financiamentos próprios, a qual mais tarde passou a ser administrada pela Ordem Terceira da Penitência. Conforme levantamento histórico de Pereira (2004, p. 131),

diz uma certidão passada a 10 de setembro de 1751, pelo vigário João Batista de Azevedo, de acordo com o livro de Tombo da matriz e o requerimento da mesma Ordem, – que essa capela não tinha patrimônio e fora feita pela fundadora, à custa de sua fazenda, sem licença do Ordinário; era de pedra e cal, e então só possuía um ornamento usado, sendo os demais roubados pelos piratas [...].

O nome Morro do Hospício, segundo autores como Alexandre (1972), e também como citado no *Relatório final de prospecção arqueológica da área de implantação do Parque Ecológico Morro do Hospício* (BANDEIRA, 2014), foi adotado em função de que, no passado, o termo “hospício” também era utilizado para denominar locais onde se tratavam doentes e necessitados, bem como residências eclesiásticas que prestavam ações de caridade.

Para Pereira (2004, p. 130), “muitas gerações brincaram à sombra das ruínas ora desaparecidas, da igreja de São José [...]. Com o decorrer do tempo, essas ruínas foram se envolvendo em lendas, nas quais figuravam aparições de frades, tesouros enterrados e subterrâneos misteriosos”. Ozório (2011) informa que a comunidade local também fala de histórias a respeito de um longo túnel que ligaria a igreja matriz ao local da antiga capela, assim como de tesouros enterrados. Existe outra lenda que conta sobre um homem negro, chamado Thiago, que juntamente com sua grande família residia no morro, suscitando dúvidas e temores nas pessoas.

Apesar de ser conhecido como um sujeito de bom coração, Thiago era muito esquisito, a respeito do qual muito se falava, inclusive que o negro velho tinha ligação com os seres das trevas, outros afirmavam que às sextas-feiras, em noites de Lua Nova, Thiago ficava invisível, em frente de sua velha cabana o enxergando-se apenas a brasa de seu cachimbo de barro (fato compreensível numa noite escura...). Outros acreditavam que o próprio

Thiago que derrubava os arcos [da igrejinha], outros achavam que estes acontecimentos eram obras de fantasmas (OZÓRIO, 2011, p. 18).

Figura 1 – Ruínas da Igreja de São José



Fonte: Acervo do Museu Histórico de São Francisco do Sul (s.d.)

Em 2003, as arqueólogas Adriana Teixeira e Patrícia Nóbrega Pereira Lima realizaram prospecções no local. Das 11 sondagens executadas pelas autoras, apenas em dois pontos não foram registrados remanescentes culturais. Nos demais, abaixo de 10 cm há material construtivo e de artefato.

Na sondagem 04, realizaram um poço teste para averiguação de suposta continuidade de depósito de argamassa, registrando argamassa e rochas entre 5 e 17cm. Concluíram que no entorno de toda a estrutura há presença de material de descarte, ou da demolição da antiga capela caracterizando o sítio como área imprescindível à realização de revitalização e conservação (BANDEIRA, 2014, p. 20).

No ano de 2010 o município iniciou o processo de transformação da área, quando a Prefeitura de São Francisco do Sul comprou o terreno do Morro do Hospício da família de Celso Amorim Salazar Pessoa, com

a intenção de construir um parque ecológico no local. De acordo com o processo, a área se referia, naquele momento, a

uma Gleba de Terras, denominada lote n. 15 (quinze), situada no centro e zona urbana dessa cidade, abrangendo o Morro do Hospício, contendo dita gleba a área total de dezenove mil, oitenta e seis metros e noventa e oito (19.086,98 m<sup>2</sup>) centímetros quadrados [sic], de forma irregular, e limita-se pelas divisas dos fundos dos prédios situados nas ruas Babitonga, Joinville, Armada, Rafael Pardiniho, Fernandes Dias e Vigário Benjamin Carvalho, tendo acesso por quatro estradas, indicadas em plantas, conforme se verifica na planta na escala 1:500, que fica fazendo parte integrante desta escritura, a linha poligonal desmembrada de uma área primitiva de (42.000 m<sup>2</sup>), corre praticamente na cota positiva de (10,00 m) metros (BANDEIRA, 2014, p. 90).

Esse empreendimento teve como objetivo transformar em área pública uma pequena elevação situada no Centro Histórico da cidade, com o viés de parque ecológico.

Considerando o Centro Histórico de São Francisco do Sul como um grande sítio arqueológico, deve-se levar em conta a importância do Morro do Hospício. Segundo Bandeira (2014), esse é um dos locais com remanescentes mais antigos e representativos do início da ocupação colonial do estado de Santa Catarina e com alto potencial para comunicação, a exemplo das fortalezas em Santa Catarina e das reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul. Por esses motivos a legislação exige a presença de uma equipe de arqueólogos. Foi o que ocorreu durante a construção do parque.

Questionamentos no que diz respeito à participação da comunidade no projeto de implantação do parque ecológico começam a surgir nesse ponto, uma vez que o projeto arqueológico visa atender a comunidade, mas isso nem sempre acontece. No caso do Morro do Hospício, a educação patrimonial ocorreu somente com os servidores públicos da Secretaria Municipal de Obras, que no momento auxiliaram a equipe de Arqueologia. Quanto às atividades com alunos (as quais estavam previstas no projeto), o relatório cita que não ocorreram pelo fato de ser um período em que muitos alunos estavam em férias escolares, o que não justifica nada, uma vez que educação patrimonial não tem de ser feita somente com ensino formal.

Tendo em vista ser período de férias escolares quando a maioria dos trabalhos de campo do projeto ocorreu não foi possível realizar atividade com alunos conforme estava previsto no projeto... As ações educativas estiveram voltadas para a orientação ocasional do pessoal que realizou a obra... No entanto, foi acordado com o secretário da Fundação Cultural de São Francisco do Sul, Aldair Nascimento Carvalho, que os resultados produzidos no diagnóstico deverão ser utilizados para a produção de material pedagógico (cartilha). Também os dados sobre a arqueologia e história do sítio Morro do Hospício produzidos neste relatório serão utilizados em oficinas com professores que estão sendo promovidas por esta Fundação (BANDEIRA, 2014, p. 91).

Cabe apontar, então, a importância de realizar um trabalho de educação patrimonial de forma permanente, e não apenas para cumprir a legislação, mas como uma ferramenta de preservação do patrimônio cultural, uma vez que o trabalho de prospecção feito em 2014 afirma a incontestável presença de um sítio arqueológico histórico no local onde existiu a Capela e depois Igreja de São José, casa de moradia de padres e cemitério.

### ■ **Arqueologia pública: uma experiência possível**

O instrumento empregado para tratar da questão da Arqueologia Pública deu-se com base na produção e nas análises de entrevistas, do tipo sondagem, expondo assuntos tais quais a importância do Morro do Hospício como elemento do patrimônio cultural da cidade. As entrevistas serviram como fonte para a realização da proposta de um projeto permanente de educação patrimonial, com a intenção de preservar e proteger o patrimônio arqueológico presente naquele local. O objetivo era efetuar mapeamento das impressões da população local sobre o Morro do Hospício, suas lendas, seus usos e sentidos patrimoniais e arqueológicos, bem como sobre seus desejos de uso para esse espaço.

A importância de desenvolver ações de educação patrimonial nesse tipo de empreendimento é que, por meio delas, se pode estimular a sociedade a apropriar-se do patrimônio em si, bem como se oferece a possibilidade de discutir a cidade sob a perspectiva da Arqueologia. Essa estratégia pretende

não só divulgar a importância do patrimônio, mas significa um momento de troca de experiências e visões de mundo entre equipe de pesquisa e comunidade. O objetivo das ações de educação patrimonial é estimular os envolvidos a se tornarem agentes da preservação do patrimônio cultural, facilitando a troca de saberes e, conseqüentemente, transformando-os em conhecimento. É muito importante o caráter independente da educação patrimonial, apontado por Varine (2013), o qual avalia que essa é uma ação de caráter global, dirigida a uma população e ao seu território, utilizando instituições como escola ou museu, mas sem se identificar com nenhuma delas em particular.

Aproximar a comunidade de São Francisco do Sul do seu patrimônio cultural é o foco principal da Arqueologia Pública nesta pesquisa, utilizando como tema gerador a área do Morro do Hospício, pois se entende que

o distanciamento entre a sociedade e seus diversos patrimônios pode ser superado através de ações sólidas da Educação patrimonial. Não se almeja atribuir à sociedade um conhecimento enciclopédico sobre quais são seus patrimônios, datas de fundação, autores, características físicas, entre outros dados. Ao contrário, a Educação patrimonial deve agir no sentido de, democraticamente, construir diálogos entre a sociedade e seus patrimônios. Estes diálogos devem ser constituídos para “permitir a realização de conexões entre a vida cotidiana das pessoas com o processo histórico relatado. Devem providenciar instrumentos para a reflexão”. Assim, cada grupo social torna-se capaz de atribuir significados ao próprio patrimônio e ao bem público como um todo (CARVALHO; FUNARI, 2007).

## **Compartilhando saberes: a importância de ouvir a comunidade**

De acordo com os princípios da Arqueologia Pública, é preciso construir junto com as comunidades o conceito de patrimônio e de bem público. Apenas quando tais conceitos tiverem sentido para os indivíduos será possível alcançar uma preservação efetiva dos patrimônios. A Arqueologia Pública aliada à educação patrimonial convida o cidadão a compreender sua importância no processo cultural, possibilitando uma transformação positiva na relação entre ele e o patrimônio. Para Varine (2013, p. 51),

a comunidade é suscetiva de transmitir não apenas as informações que guarda na superfície de sua memória, mas também suas práticas com o patrimônio e numerosas lembranças ou saberes esquecidos que retornam quando um “estrangeiro” na terra lhes coloca perguntas. Nessa fase, eles compartilham seu saber.

A fim de reavivar os conhecimentos da população de São Francisco do Sul acerca do Morro do Hospício, elaborou-se um questionário composto por 13 perguntas. Foram entrevistadas 30 pessoas que vivem em São Francisco do Sul, entre visitantes do parque ecológico e outros moradores do seu entorno. Não foi descartada nenhuma entrevista, pois todas as opiniões são importantes para a construção do panorama sobre o morro. O perfil dos entrevistados é de pessoas nascidas em São Francisco do Sul e moradores do município há mais de 5 anos, com idade entre 20 e 65 anos. Alguns destes são comerciantes e trabalhadores das proximidades do Parque Ecológico Municipal Celso Amorim Salazar Pessoa.

As perguntas foram selecionadas de forma que os participantes ficassem à vontade para respondê-las ou não. No primeiro momento foi efetivado o mapeamento de quais entrevistados conheciam e/ou já haviam estado no Morro do Hospício, e com base nessas respostas eram inquiridos sobre as histórias e/ou lendas que conheciam sobre o local. Por meio dessas respostas foi possível verificar que cerca de 70% dos entrevistados já estiveram no local, e 50% relataram que ali era um hospício onde as pessoas doentes ficavam, pois na época não havia cura para a lepra, e o medo da transmissão fazia com que as pessoas fossem isoladas. Ainda sobre as histórias e lendas, os outros 50% dividiram-se em histórias acerca de tesouros enterrados, aparições de almas e um lugar onde as pessoas subiam para se jogar com intenção de morrer. Também se destacou outro bloco de respostas que vão desde a ideia de que as pessoas levadas para lá eram loucas e por isso o morro ganhou esse nome até a lenda do “homem invisível”.

O imaginário de uma cidade é como um desenho simbólico da memória coletiva, da identidade cultural e de um fazer histórico no espaço e no tempo urbano. Para Lynch (1997), o imaginário demonstra como os indivíduos percebem e organizam informações quando circulam pela cidade e criam “mapas mentais” para compreender e viver no espaço urbano, ou seja, uma cartografia simbólica daquilo que lhes pertence.

Esse autor ainda afirma:

O imaginário da cidade, com base em elementos espaciais informacionais que compõem o patrimônio socioambiental e cultural, se insere no processo de planejamento urbano como um pacto para preservação dos atributos locais como identidade cultural na rede global de cidades (LYNCH, 1997, p. 47).

Já o segundo bloco de perguntas diz respeito à importância, ou não, do Morro do Hospício para a cidade de São Francisco do Sul. Nesse quesito as respostas foram unânimes em reafirmar sua relevância para o conjunto da história da cidade.

Seguindo por essa linha, os entrevistados foram questionados sobre a construção do Parque Ecológico Municipal Celso Amorim Salazar Pessoa no Morro do Hospício, os quais também foram unânimes quanto à importância de ter um parque como esse no Centro Histórico, já que por muitos anos a população não teve acesso ao local. Outros ainda elegeram o espaço como um ponto turístico e um lugar de lazer para moradores e turistas. Quando questionados a respeito do nome escolhido pela administração pública para o parque ecológico, apenas 27% dos entrevistados souberam responder, dos quais 20% acham que esse lugar deveria ser chamado de Morro do Hospício, por conta da identidade local. Entre as outras respostas, 30% não sabem o nome correto do lugar.

O parque foi inaugurado no dia 17 de dezembro de 2013. Perguntamos aos entrevistados se já haviam observado alguma atividade acontecendo naquele local desde então, e 45% responderam que sim, entre elas uma Feira Cultural e do Meio Ambiente, e outros destacaram que no local só acontecem visitas de turistas e de estudantes.

É importante aqui falar sobre os usos diversos do patrimônio para a sobrevivência dele. Com base nos resultados das análises bibliográficas para organizar os conceitos teóricos deste trabalho e das sondagens com a comunidade, é possível formar a opinião de que a elaboração de atividades em espaço que necessite de preservação do bem cultural é fundamental para esses lugares se manterem vivos. Varine (2013, p. 105) diz que isso é válido,

mesmo que o patrimônio não possa viver do ar do tempo e das subvenções públicas, pela simples razão de que se trata de um bem cujo valor cultural e natural justifica a sua preservação. Se considerarmos

que seu uso atual não assegura mais a perenidade de sua existência e se pensarmos que ele não deve, entretanto, desaparecer, devemos, então, procurar um novo uso que tenha o máximo de chances de ser viável além do curto prazo.

Seguindo tal pensamento, entende-se que um patrimônio só pode ter sentido se ele tiver vida.

Quando questionados a respeito da Arqueologia, os entrevistados deram respostas variadas. Muitas opiniões surgiram, como: trata dos estudos de restos mortais, de utensílios deixados pelos povos que viviam em locais específicos, de fosséis e de civilizações passadas. Já o papel do arqueólogo seria o de buscar essas informações, por meio de pesquisas e escavações. Dos entrevistados, 15% não souberam responder.

Nesse contexto, perguntou-se aos entrevistados se tinham conhecimento sobre o fato de o Morro do Hospício ser um sítio arqueológico, bem como sobre as atividades de prospecção arqueológica que aconteceram no local durante a construção do parque. Somente 20% dos entrevistados declararam saber desse trabalho e reconhecer o morro como um sítio arqueológico; desses 20%, 10% afirmaram que só souberam do trabalho porque eram funcionários da prefeitura. Já 71% revelaram não ter tido informação alguma a respeito do trabalho arqueológico no local. É importante destacar aqui o quanto a população, os pesquisadores e o patrimônio perdem quando a relação com a comunidade não é priorizada pelas equipes, que em grande medida ficam à mercê dos interesses dos empreendedores. Todavia, como viemos defendendo ao longo desta pesquisa, todo trabalho arqueológico deve envolver a população, já que esta é o agente principal não só da preservação do patrimônio cultural, como também da memória e da identidade cultural. Como aponta Varine (2013), o que importa é que o patrimônio seja reconhecido pela comunidade como seu, senão ele não poderá desempenhar o seu papel.

A população também foi questionada sobre a importância de participar da tomada de decisões relevantes para a cidade. Como resposta, 99% disseram que julgam importante sua participação, pois as pessoas fazem parte desse local, e 1% disse que não, pois, dependendo da comunidade, as pessoas não têm a sensibilidade necessária para formar opinião. Quando questionados sobre o que poderiam fazer para preservar o parque ecológico municipal, as respostas dividiram-se entre fiscalizar, denunciar o abandono do local e induzir atividades culturais, não jogar lixo, não destruir as instalações feitas e fornecer opiniões sobre o que

falta no local. Por outro lado, 1% respondeu que nada deve ser feito, porque isso é função da administração pública.

As entrevistas levaram a perceber que a população reconhece o valor cultural existente na cidade. Perguntou-se então quais eram os patrimônios culturais existentes em São Francisco do Sul. Das respostas recolhidas, 90% fazem referência ao patrimônio material, ao Centro Histórico, ao acervo do Museu do Mar, aos prédios emblemáticos, às bicas, ao Forte Marechal Luz, ao antigo prédio do Hospital de Caridade. Somente 10% citaram o folclore, as crenças religiosas e os costumes.

É possível assim concluir, com base nos trabalhos dos diversos autores utilizados para desenvolver, organizar e interpretar os dados desta pesquisa, que São Francisco do Sul é visto pela população como um cenário patrimonializado. Por sua vez, muitos moradores ainda não se apropriaram desses patrimônios. Com o objetivo de trazer tal reflexão para a cidade, esse projeto propõe uma ação educativa que potencialize a relação entre patrimônio e sociedade. Perguntou-se então a essa parcela da população o que pensa de o Morro do Hospício fazer parte de atividades educativas que estimulem a preservação do patrimônio cultural da cidade, bem como quais suas sugestões de atividades. Para nossa grata surpresa, todos os participantes julgaram interessante que atividades educativas aconteçam em espaços como esse e citam que atividades interdisciplinares que tratem da história e da geografia da cidade são muito importantes.

Além disso, sugeriram que essa fosse uma atividade que fizesse parte do calendário escolar, assim como que se promovessem formação de professores e o envolvimento de entidades diversas e de grupos de idosos. Propôs-se ainda fazer gincanas, piquenique, elaborar uma semana do patrimônio com atividades e exposições, contação de história, desenho, pintura e fotografia, trabalhos escolares com pesquisas e roteiros turísticos até mesmo para estudantes de outras cidades e entrega de fôlder explicativo. Entre as respostas, apenas um dos entrevistados afirmou que a elaboração de atividades educativas depende da idade dos participantes.

Acredita-se que as instituições que promovem a educação patrimonial também devem se inserir intensamente nesse processo com a comunidade, agindo como verdadeiras mediadoras. Cabe nesse momento entender detalhadamente a ideia de implantação do Programa de Educação Patrimonial para o Parque Ecológico Municipal Celso Amorim Salazar Pessoa em São Francisco do Sul.

### Programa de Educação Patrimonial para o Parque Ecológico Municipal Celso Amorim Salazar Pessoa em São Francisco do Sul: de expectadores a atores

Pensar a Educação Patrimonial como agente de desenvolvimento do pensamento crítico/reflexivo de seu patrimônio é muito importante. É através de ações bem trabalhadas, que os sujeitos inseridos se apropriarão do conhecimento e gerarão novos conhecimentos, passando de meros espectadores a atores, não apenas consumidores, mas produtores de conhecimento, podendo contribuir, de forma efetiva, na preservação e valorização de seu patrimônio (ANGELIN, 2010, p. 28).

O programa será destinado às redes municipal e estadual de ensino, principalmente as escolas próximas do Morro do Hospício, com alunos do 4.º e do 5.º ano que já têm em seu conteúdo programático anual a história de São Francisco do Sul e com alunos do ensino fundamental II, e posteriormente será feito um trabalho com a família dos alunos, sendo essa uma estratégia de aproximação com a comunidade em geral. Como diz Varine (2013, p. 137),

esta educação não é do tipo escolar, mesmo se utiliza muitas vezes o sistema escolar como passo inicial (geralmente, é mais fácil passar pelas crianças para tocar os pais e o resto da população, e de toda maneira, como vimos, é preciso formar as futuras gerações na utilização dos recursos à sua disposição).

Esse programa poderá seguir etapas estratégicas para garantir um melhor desenvolvimento, as quais constituem maneiras de elaborar um projeto que ganhe corpo e sustentação para ser implantado de forma permanente.

**Primeira etapa:** apresentação da proposta e de oficinas cujo tema principal será patrimônio cultural, para professores das redes municipal e estadual de educação de disciplinas e séries específicas, que serão no primeiro momento os agentes de multiplicação. Essa capacitação deverá ser ministrada por profissionais da área de educação patrimonial, pesquisadores e funcionários públicos que trabalhem com o patrimônio cultural.

**Segunda etapa:** articulação com professores e funcionários do Parque Ecológico Celso Amorim Salazar Pessoa. Nessa etapa deverá ser organizado um grupo interdisciplinar de trabalho, como professores de História, Geografia, Artes, Ciências/Biologia e Português e funcionário do parque. Poderá compor o grupo um professor representante de cada escola e um ou dois funcionários do parque em questão, para que assim se pense nas propostas de maneira a englobar a realidade de cada comunidade que receberá esse programa e a realidade na qual se encontra o parque ecológico. O grupo terá autonomia para escolher a faixa etária, no caso do ensino fundamental II, e para elaborar instrumentos a fim de realizar as atividades que vão compor o programa em cada disciplina.

**Sugestões:** Com relação à faixa etária, inicialmente o trabalho pode ser focado nas turmas de 4.º, 6.º e 7.º ano, para as quais deverão ser inseridas as atividades do programa no conteúdo programático de cada disciplina que compõe a proposta inicial.

É importante os professores entenderem que a educação patrimonial deve ser vista como um tema transversal, assim como defende o IPHAN em sua obra *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*:

É preciso considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo, não se pode prescindir do envolvimento de estabelecimentos de ensino e pesquisa, a partir de colaboração técnica e de convênios (IPHAN, 2014, p. 27).

Já com relação aos temas para serem trabalhados nas disciplinas que vão compor o programa, sugerimos:

- **História:** organizar um trabalho de pesquisa para levantar dados históricos do Morro do Hospício, como as suas ocupações e utilizações ao longo dos anos, e assim poder traçar uma linha com o tema arqueologia e o papel do profissional dessa área;
- **Geografia e Biologia/Ciências:** essas são disciplinas que podem ser trabalhadas de forma que seus temas se unam. É possível fazer um reconhecimento das espécies de fauna e flora e do solo existente na área,

localização geográfica em relação à Baía da Babitonga, hidrografia e fauna regional;

- **Artes:** essa disciplina pode desenvolver um trabalho com emprego de linguagens das artes visuais, como fotografia e desenho. Na fotografia é possível fazer uma leitura das imagens antigas do Morro do Hospício, como também das imagens atuais. No desenho há a possibilidade de realizar uma junção de tudo o que foi aprendido nas diversas disciplinas e elaborar um trabalho que mostre a preservação do patrimônio de modo geral e do Morro do Hospício, assim como a sua parcela de contribuição ao desenvolvimento local, daqui a mais ou menos 15 anos;

- **Português:** essa disciplina poderá trabalhar com as lendas relacionadas ao Morro do Hospício, tendo como base a lenda publicada na obra *A pa-lavra: entre o oral e a escrita, um registro de literatura oral em São Francisco do Sul*, por Andrea de Oliveira (2013), pelo fato de a autora ser da cidade e ter colhido relatos da comunidade para a elaboração da obra. É possível trabalhar as linguagens poéticas, a relação do concreto e do imaginário, o poder simbólico das lendas para lugares como o Morro do Hospício.

**Terceira etapa:** apresentação dos materiais didáticos e elementos metodológicos que vão auxiliar os professores na aplicação do programa. Para essa etapa poderá ser elaborado um *kit* que contenha um material de apoio abordando o histórico do local, os trabalhos arqueológicos, o que é a Arqueologia, o que faz o arqueólogo, além de fotos e mapas.

A opção metodológica de partir desse segmento (ensino formal) dá-se justamente por entender-se que ele é o caminho pelo qual é possível chegar a outros setores da sociedade.

O material de apoio pedagógico será um dos instrumentos metodológicos para desenvolver as atividades que darão corpo ao Programa de Educação Patrimonial. Junto com esse material, a equipe responsável poderá elaborar caminhos de trabalho, como os desdobramentos dessa proposta na escola. Sugere-se que tais atividades sejam executadas em dois semestres diferentes, ou seja, blocos de dois meses, em que os alunos poderão trabalhar em grupos de no máximo cinco componentes. A equipe trabalhará de forma conjunta, colhendo informações a respeito do Morro do Hospício até elaborar uma exposição final apresentada para a comunidade escolar, familiares e alunos de outras escolas que também fazem parte ou não do Programa de Educação Patrimonial.

**Quarta etapa:** organização das visitas. Estas deverão acontecer depois da realização da primeira etapa, quando os alunos já estarão

envolvidos nas discussões sobre o Morro do Hospício. Os alunos serão orientados por seus professores para fazer um bloco de anotações em que vão destacar aspectos importantes observados durante a visita. Esse será também um momento no qual poderão fazer as fotografias para as aulas de Artes e ter contato com as plantas. No decorrer da visita poderão acontecer contações de histórias com foco nas lendas do Morro do Hospício. Nessa etapa, é possível fazer parcerias com alunos das oficinas de teatro da Casa de Cultura (local que pertence à Fundação Cultural da cidade) ou também com alunos bolsistas dos diversos cursos de humanas.

No término da visita, os alunos serão encaminhados para uma oficina de experimentação em que conhecerão de perto o trabalho realizado pelo arqueólogo, o que pode ser feito da seguinte maneira:

- **Primeira sugestão** – montagem de uma caixa que contenha camadas para simular uma área de sítio histórico, com fragmentos cerâmicos, conchas, ossos, vidros, entre outros. Deverá também ter ferramentas de escavação, como colher de pedreiro, pincel, sacos para recolher o material, fichas para catalogar os materiais, baldes, luvas, entre outros objetos empregados nas escavações (nessa atividade será possível discutir a ocupação da cidade como um todo desde a Pré-História até o presente). O Morro do Hospício será uma espécie de objeto gerador de possibilidades, pois com base nele será possível discutir outros patrimônios de São Francisco do Sul;

- **Segunda sugestão** – oficina de cerâmica, com aulas experimentais, remetendo ao material cerâmico encontrado durante o período de prospecção. Poderão ser confeccionados exemplos de cachimbos africanos, tigelas mostrando técnicas como acordelados e corrugados e outros utensílios cujos fragmentos foram encontrados durante a prospecção arqueológica.

**Quinta etapa:** exposição. Essa será a atividade já citada na segunda e na terceira etapa. Os alunos deverão organizar uma exposição agregando todos os trabalhos realizados durante o programa na escola. Todos os professores deverão trabalhar juntos, mas o professor de Artes poderá ficar encarregado da organização visual da exposição, pensando em linguagens poéticas que facilitem o entendimento do espectador. A proposta da exposição será um instrumento possível para a finalização concreta da atividade, podendo nessa fase apresentar os resultados por meio da oralidade e do material visual. A exposição ficará montada na escola durante cinco dias, com horários de monitoramento, o qual ficará por conta dos alunos. A exposição poderá receber os pais dos alunos e a comunidade de entorno da escola. A Fundação Cultural Ilha de São

Francisco do Sul, juntamente com a imprensa, deverá dar suporte de divulgação nos diversos meios de comunicação para que o programa atinja o maior número de pessoas possível, pois, como afirma Varine (2013, p. 143),

os agentes de educação patrimonial são muito variados, são os pais dos alunos, as pessoas idosas, depositárias não apenas do patrimônio como também dos conhecimentos sobre o assunto, que têm a responsabilidade e o dever desta educação, sem a qual a simples transmissão não terá sucesso.

Diante de tal proposta é indispensável assumir que esse tipo de ação deve ser pensado desde o início, de forma que se torne algo permanente e faça parte das políticas públicas de preservação da cidade, e não ocorra apenas em ações sazonais, pois hoje um dos problemas encontrados na educação patrimonial no Brasil diz respeito a sua prática, que normalmente se restringe a projetos isolados e descontínuos. A educação patrimonial tem de ser uma prática contínua que atinja todas as camadas das sociedades envolvidas.

É necessário a equipe responsável ter em mente que o Programa de Educação Patrimonial será pioneiro no território francisquense, uma vez que atividades assim não foram desenvolvidas nesse local. É preciso, da mesma forma, articular diversos profissionais da educação ligados ao patrimônio com o objetivo comum de promover a preservação; constitui, portanto, um movimento de mobilização coletivo. Se levado a cabo, ele se estenderá cada vez mais por outros setores da sociedade.

A sugestão de roteiro anteriormente exposta está pautada em ações de reconhecido sucesso, como é o caso do Programa de Educação Patrimonial do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Este servirá de referência para a construção do programa para a cidade de São Francisco do Sul, mas a proposta está totalmente aberta às alterações sugeridas pelo grupo de trabalho.

Conclui-se então que a proposição do Programa de Educação Patrimonial para o Morro do Hospício tem como razão maior a valorização e a preservação do patrimônio cultural como um todo em São Francisco do Sul. Dessa forma, é muito importante que a educação patrimonial seja entendida como um agente mediador da informação, que visa à construção do conhecimento e ao consequente desenvolvimento do pensamento crítico/reflexivo. O que se propõe aqui ao município de São

Francisco do Sul é dar um salto qualitativo em suas políticas públicas de preservação patrimonial, adotando a sugestão do programa de educação patrimonial como ferramenta de socialização e intercâmbio do conhecimento produzido com base nas lentes da Arqueologia Pública.

## ■ Referências

ALEXANDRE, A. *São Francisco do Sul: ex-ilha. Terra de sonhos e tradição*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1972.

ALVES, M. C.; BANDEIRA, D. da R. Arqueologia Histórica no nordeste de Santa Catarina. *Tempos Acadêmicos*, Dossiê Arqueologia Histórica, Criciúma, n. 10, 2012.

ANGELIN, S. F. N. *A educação patrimonial como mediadora da informação no Projeto de Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção do Projeto Juruti/Pará*. Monografia (Especialização em Arqueologia, História e Sociedade)–Universidade de Santo Amaro, São Paulo, 2010.

BANDEIRA, D. da R. *Relatório final de prospecção arqueológica da área de implantação do Parque Ecológico Morro do Hospício (São Francisco do Sul)*. Univille, Joinville, 2014.

CARVALHO, A. V. de; FUNARI, P. P. A. “Arqueologia e patrimônio no século XXI”: as perspectivas abertas pela Arqueologia Pública. *In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE*, 3., Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Unicamp, Campinas, 2007.

CHUVA, M. R. R.; PESSOA, J. *Centro Histórico de São Francisco do Sul*. *In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Cadernos de documentos 2*. Estudos de tombamento. Rio de Janeiro, 1995. Obra resultante de trabalho de campo elaborado no Centro Histórico de São Francisco do Sul em colaboração com o IPHAN e a Prefeitura de São Francisco do Sul.

## CAPÍTULO 8

FOSSILE, T.; BANDEIRA, D. da R. Estudos de diagnósticos arqueológicos realizados na Baía da Babitonga – contribuição para o mapeamento dos sítios arqueológicos no Projeto Atlas. **Tecnologia e Ambiente**, Dossiê IX Jornadas de Arqueologia Ibero-americana e I Jornada de Arqueologia Transatlântica, Criciúma, v. 19, n. 1, 2013.

FUNARI, P. P. A.; GONZÁLEZ, E. M. R. Ética, capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, 2006.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, 2014.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, A. **A pa-lavra: entre o oral e a escrita, um registro de literatura oral em São Francisco do Sul**. Blumenau: Nova Letra, 2013.

OZÓRIO, L. A. As lendas do Morro do Hospício. **CNCS Revista**, São Francisco do Sul, ago. 2011.

PAULI, R. C. S. **Representações sociais sobre o Centro Histórico de São Francisco do Sul**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.

PEREIRA, C. da C. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: UFSC, 2004.

PEREIRA, V. M. **São Francisco do Sul (SC): o patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói**. Florianópolis: UFSC, 2007.

PROGRAMA MONUMENTA. **Projeto do memorial descritivo e caderno de encargos: parque ecológico**. São Francisco do Sul, 2012.

SANTOS, M. do C. M. M. dos. **A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental.** Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

TEIXEIRA, A.; LIMA, P. N. P. **Relatório do levantamento arqueológico no entorno do Museu Nacional do Mar.** São Francisco do Sul, 2003.

VARINE, H. de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Porto Alegre: Medianiz, 2013.

# DA FLORESTA AO MAR: O USO DE MADEIRAS NA CONSTRUÇÃO DE CANOAS NA ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

João Carlos Ferreira de Melo Júnior<sup>1</sup>  
Claudia Franca Barros<sup>2</sup>

## ■ Introdução

As florestas sempre ocuparam um papel de destaque no suprimento de matérias-primas às sociedades humanas, contribuindo com o seu desenvolvimento. Entre os principais recursos obtidos das florestas, destaca-se a madeira, por sua ampla possibilidade de utilização. Assim, não apenas a disponibilidade das espécies de madeira nas florestas é considerada como critério para a sua coleta e emprego, como também um conjunto de requisitos que traduz o conhecimento tradicional gerado pelas populações humanas sobre o uso tecnológico das essências florestais.

O período colonial da região nordeste de Santa Catarina é marcado pelo uso expressivo de madeiras de diferentes espécies arbóreas da floresta atlântica, sobretudo as canelas (*Ocotea porosa* (Nees & Mart.) Barroso e *Nectandra* sp. – Lauraceae), a peroba (*Aspidosperma australe* Müll. Arg. – Apocynaceae), o pinho (*Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze – Araucariaceae), o ipê (*Handroanthus chrysotrichus* Mart ex. DC – Bignoniaceae), o amarelinho (*Terminalia triflora* Griseb.

<sup>1</sup> Universidade da Região de Joinville (Univille). E-mail: joao.melo@univille.br.

<sup>2</sup> Escola Nacional de Botânica – Jardim Botânico do Rio de Janeiro. E-mail: cbarros@brj@hotmail.com.

– Combretaceae), o jequitibá (*Cariniana estrellensis* (Raddi) Kuntze – Lecythydaceae), o ariribá (*Centrolobium microchaete* (Mart. Ex Benth) H. C. Lima – Fabaceae), a caviúna (*Dalbergia brasiliensis* Vogel. – Fabaceae) e o cedro (*Cedrela fissilis* Vell. – Meliaceae) (MELO JR.; BOEGER, 2015).

A cultura material produzida pela utilização dessas madeiras é representada por objetos de uso cotidiano, mobiliário, maquinários agrícolas, habitações e meios de transporte (MELO JR., 2012a; 2012b), o que torna o patrimônio cultural brasileiro caracteristicamente expresso por peças em madeira (ANDREACCI; MELO JR., 2011). Nesse contexto, o patrimônio naval, representado pelos barcos tradicionais em madeira, pode ser citado como o segmento mais universal da cultura brasileira, uma vez que coaduna saberes das tradições mediterrâneas, ibéricas, norte-europeias, africanas, asiáticas e americanas (MUSEU NACIONAL DO MAR, 2008).

Por outro lado, é um dos segmentos mais ameaçados do patrimônio brasileiro. Registra-se no cenário nacional a perda significativa das embarcações tradicionais e do conhecimento humano a elas associado, como os recursos florestais adequados ao seu fabrico e as técnicas de produção. Paulatinamente, as embarcações tradicionais têm sido substituídas por barcos de alumínio e peças de material sintético (MUSEU NACIONAL DO MAR, 2008). O conhecimento etnobiológico sobre a identidade das espécies de madeiras empregadas na carpintaria naval é um elemento que contribui com informações sobre a relação estabelecida entre as populações tradicionais e a floresta, as formas de manejo dos ambientes naturais, os saberes tradicionais e tecnológicos sobre os recursos madeireiros e a significação cultural das madeiras para as comunidades pescadoras ao longo dos rios e da costa litorânea brasileira.

Grande parte do patrimônio cultural naval do litoral brasileiro integra os saberes tradicionais trazidos pelos portugueses e açorianos ao conhecimento indígena sobre a diversidade biológica da floresta atlântica, inclusive em relação ao uso de madeiras para a construção de embarcações. Como destaca Gualberto (2009), os conhecimentos gerados pela fusão cultural ocorrida entre portugueses e índios transformaram o barco em símbolo de uma cultura miscigenada.

Muitos barcos tradicionais são parte indissolúvel de paisagens brasileiras associadas aos povos e ecossistemas do extenso litoral, das lagoas e dos rios brasileiros, simbolizando cidades, estados e regiões (MUSEU NACIONAL DO MAR, 2008). As águas navegáveis do país

## CAPÍTULO 9

estão divididas em quatro regiões conhecidas como costas norte, nordeste, leste e sul (COUTO, 1985). A costa sul, compreendida entre o Cabo de São Tomé, no estado do Rio de Janeiro, até o extremo sul do estado do Rio Grande do Sul (figura 1), é caracterizada por diferentes tipos de embarcações em madeira, como a lancha do sal, a falua de passageiros e de carga, o barco da roça, a bateira da Lagoa de Araruama, a prancha, o ubá, a canoa rasa e a canoa de bordadura ou de voga (COUTO, 1985).

Figura 1 – Delimitação espacial da costa sul de navegação no Brasil



Fonte: Couto (1985)

A canoa é a embarcação mais antiga usada pelo homem em diferentes partes do mundo, com indícios de aproximadamente 11 mil anos de utilização (LANZIOTTI, 2010). Registros históricos realizados pela expedição de Cristóvão Colombo à América reconhecem as canoas como as embarcações produzidas com um único tronco pelos índios (VIEIRA, 2003). Também chamada de canoa de um pau só, a canoa monóxila é movida a remo ou varas, mas pode ainda ter de uma a três velas (CAMINHA, 1996). Em função do conhecimento tecnológico, das madeiras disponíveis e das necessidades humanas, diferentes tipos de canoas foram criados, sendo inicialmente escavadas em troncos grossos com auxílio de fogo e pedras, até o uso de ferramentas de metal, que

permitiu o aperfeiçoamento dessa embarcação (figura 2) (VIEIRA, 2003). Com a chegada dos portugueses e posteriormente dos escravos africanos ao Brasil, a canoa monóxila indígena recebeu novas influências, detalhes e desenhos, sendo transformada em dois modelos: a canoa de borda lisa e a canoa bordada ou de voga (VIEIRA, 2003; LUZ; MARTINS, 2014).

**Figura 2** – Uso do fogo na escavação de tronco de árvore para a construção de canoas monóxilas por nativos americanos (gravura de 1590 feita por Theodor de Bry)



Fonte: UNC (2016)

De maneira geral, as canoas do interior do Brasil guardam suas origens indígenas (formato dos cascos, dos remos, ausência de velas e falta de pinturas vivas), enquanto as do litoral remetem aos modelos africanos, europeus ou asiáticos (VIEIRA, 2003). No estado de Santa Catarina, as canoas bordadas e pintadas com cores vivas são características da porção costeira (MUSEU NACIONAL DO MAR, 2008), sendo assim denominadas por apresentarem nas bordas dos troncos escavados tabuões que ampliam a sua borda e aumentam a força e a velocidade dos remos (VIEIRA, 2003).

O presente estudo tem como objetivo conhecer as madeiras utilizadas na construção de canoas da ilha de São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina, gerando subsídios para melhor compreender as relações de uso de recursos florestais destinados à produção do patrimônio naval do estado.

### ■ Material e métodos

As canoas estudadas pertencem ao acervo museológico do Museu Nacional do Mar, localizado no município de São Francisco do Sul, Santa Catarina (figura 3). Informações sobre as canoas foram adquiridas mediante consulta aos registros do arrolamento do patrimônio naval do referido museu (tabela 1). Amostras de madeira com dimensão máxima de 1 cm de altura por 0,4 cm de diâmetro foram obtidas com o uso de trado de incremento. Como as canoas são construídas com um único tronco de árvore (canoas monóxilas), de cada embarcação foi coletada apenas uma amostra de madeira, retirada em local não aparente, a fim de manter a função estética da canoa. O local de retirada da amostra foi preenchido com uma mistura de cola e serragem. As amostras foram amolecidas por cozimento em água glicerinada e seccionadas nos planos transversal, longitudinal tangencial e longitudinal radial (KRAUS; ARDUIN, 1997), com o uso de lâmina descartável. Lâminas histológicas foram preparadas de acordo com a metodologia comum na anatomia da madeira (JOHANSEN, 1940), montadas em resina sintética (PAIVA *et al.*, 2006) e depositadas na coleção de referência de madeiras históricas da Xiloteca JOIw, da Universidade da Região de Joinville (MELO JR.; AMORIM; SILVEIRA, 2014).

As descrições anatômicas foram baseadas na terminologia proposta pelo Iawa Committee (1989). A identificação taxonômica foi realizada por comparação com a coleção de referência de madeiras da flora atual da mesma xiloteca. Informação em obras de referência (RECORD; HESS, 1943; METCALFE; CHALK, 1950; DÉTIENNE; JACQUET, 1983) e o banco de dados Inside Wood (WHEELER, 2011) também foram consultados. Fotomicrografias foram obtidas com o uso de microscópio Olympus integrado ao sistema de captura de imagens Dino Eye. Os dados sobre a distribuição geográfica dos táxons identificados foram tomados com base na Lista de Espécies da Flora do Brasil (FLORA DO BRASIL, 2016).

**Figura 3** – Canoas monóxilas produzidas em São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina, pertencentes ao acervo do Museu Nacional do Mar (A: canoa MNM.I.004; B: MNM.I.022; C: MNM.I.020)



Fonte: Museu Nacional do Mar (2010)

**Tabela 1** – Características das canoas da ilha de São Francisco do Sul estudadas, pertencentes ao acervo do Museu Nacional do Mar, São Francisco do Sul, Santa Catarina

Catálogo	Título	Descrição	Cp	Bo	Po	Ca	Co	Pr	Área de navegação
MNM.I.004	Verona	Canoa bordada de único tronco, proa e popa elevadas, bordadura alta, apoios tipo mãozinha e cavernas nos fundos, dois bancos	970	150	70	40	255	Remo	Mar aberto
MNM.I.022	-	Canoa de borda lisa, construída com um único tronco, proa e popa com vincos e dois bancos	560	70	30	12	140	Remo	Rios e baías
MNM.I.020	-	Canoa de borda lisa, construída com um único tronco. Nunca navegou	400	60	30	14	115	Remo e vela	Rios e baías

Cp: comprimento da embarcação; Bo: largura da embarcação ou boca; Po: distância vertical que separa a quilha do convés ou pontal; Ca: linha de flutuação ou calado; Co: contorno; Pr: tipo de propulsão (todas as dimensões são apresentadas em centímetros)

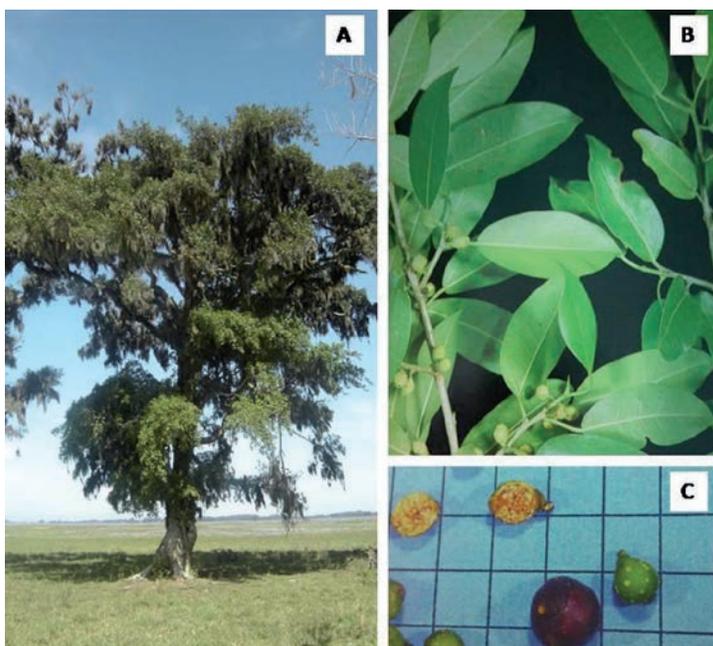
Fonte: Museu Nacional do Mar (2010)

## ■ Resultados e discussão

### Caracterização anatômica e identificação das madeiras das canoas

As canoas foram construídas em madeira de tronco único das espécies *Ficus organensis* (Miq.) Miq. (Moraceae) (ROMANIUC NETO *et al.*, 2016) e *Schizolobium parahyba* (Vell.) Blake (Fabaceae – Caesalpinioideae) (LEWIS, 2016). A primeira é conhecida popularmente por figueira, figueira-do-mato, figueira-de-folha-miúda, gameleira-brava ou figueira-vermelha (LORENZI, 2009), enquanto a segunda recebe os nomes vernaculares de bacuru, bandarra, faveira, guapuruvu, garapuvu ou ainda pau-de-canoa (LORENZI, 1998) (figuras 4 e 5). A anatomia da madeira dessas espécies é descrita a seguir e ilustrada na figura 6.

Figura 4 – *Ficus organensis* (Moraceae)

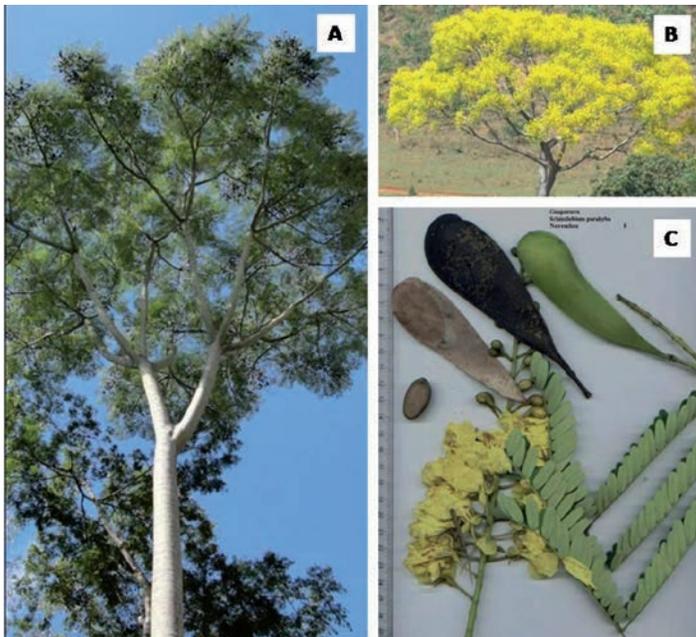


A: aspecto geral da árvore; B: detalhe da copa florida; C: detalhe do fruto

Fonte: primária (A) e Carauta e Diaz (2002) (B e C)

**Camadas de crescimento:** indistintas ou ausentes. **Vasos:** com porosidade difusa, sem arranjo definido, solitários em maioria, múltiplos de 2-4, raros racemiformes, diâmetro tangencial 100-200  $\mu\text{m}$ , frequência < 5 vasos/ $\text{mm}^2$ , placas de perfuração simples, pontoações intervasculares alternas, ovais a poligonais, largas  $\geq 10 \mu\text{m}$ , pontoação raio-vascular com bordas reduzidas. **Fibras:** com pontoações simples a diminutas, areoladas com bordas reduzidas, não septadas, espessura fina da parede das fibras. **Parênquima axial:** em faixas com mais de três células de largura, séries parenquimáticas compostas por quatro células. **Raios:** 1-4 seriados, heterogêneos, compostos por corpo procumbente e camada marginal de células eretas ou quadradas, variando de 4-12 raios/ $\text{mm}$ . **Estratificação:** ausente. **Inclusões minerais:** cristais prismáticos em células dos parênquimas axial e radial.

Figura 5 – *Schizolobium parahyba* (Fabaceae)



A: aspecto geral da árvore; B: detalhe da copa florida; C: detalhe das flores, fruto e semente

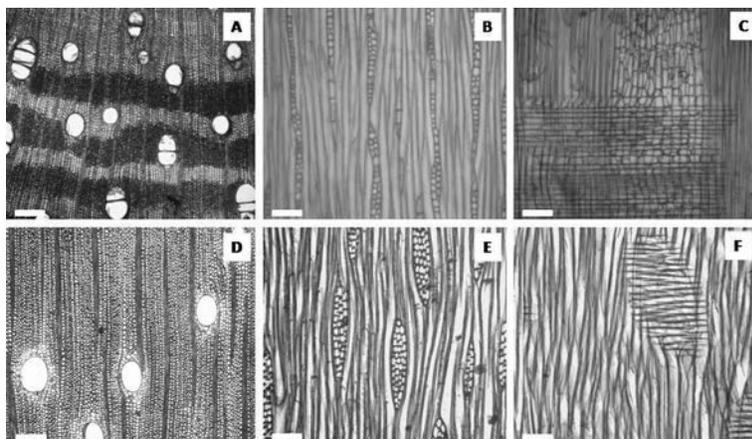
Fonte: Árvores Brasil (2016)

**Camadas de crescimento:** distintas, demarcadas pelo achatamento radial das fibras e maior espessamento de suas paredes no lenho tardio e pelo parênquima em faixa marginal. **Vasos:** com porosidade difusa,

## CAPÍTULO 9

sem arranjo definido, solitários em maioria e múltiplos de 2, diâmetro tangencial  $> 200 \mu\text{m}$ , frequência  $< 5$  vasos/ $\text{mm}^2$ , placas de perfuração simples, pontoações intervasculares alternas, guarnecidas, médias de  $7-10 \mu\text{m}$ , pontoação raio-vascular com bordas distintas e similares em forma e tamanho às intervasculares. **Fibras:** com pontoações simples a diminutas, areoladas com bordas reduzidas, não septadas, espessura fina a espessa da parede das fibras. **Parênquima axial:** paratraqueal vasicêntrico, aliforme, aliforme losangular, confluyente em trechos curtos e marginal com 1-3 células de largura, séries parenquimáticas compostas por 3-4 células. **Raios:** 4-10 seriados, homogêneos, compostos exclusivamente por células procumbentes, variando de 4-12 raios/ $\text{mm}$ . **Estratificação:** ausente. **Inclusões minerais:** cristais prismáticos em células do raio.

**Figura 6** – Anatomia das madeiras utilizadas na construção das canoas monóxilas da ilha de São Francisco do Sul, Santa Catarina, pertencentes ao Museu Nacional do Mar



A-C: *Ficus organensis* (Moraceae); D-F: *Schizolobium parahyba* (Fabaceae); A e D: secção transversal; B e E: secção longitudinal tangencial; C e F: secção longitudinal radial. Barras de escala: A e D:  $200 \mu\text{m}$ ; B e C:  $20 \mu\text{m}$ ; E e F:  $10 \mu\text{m}$

Fonte: Museu Nacional do Mar (2010)

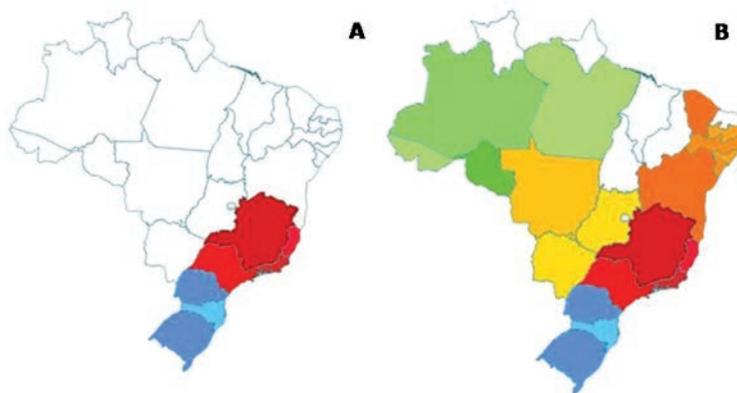
A estrutura anatômica observada corrobora as descrições de referência para a madeira das espécies (MAINIERI; CHIMELO, 1989; INSIDE WOOD, 2010). Os distintos anéis de crescimento em *Schizolobium parahyba* são formados em ritmo periódico anual (MARCATI; MILANEZ; MACHADO, 2008), sendo visíveis macroscopicamente (CALLADO; GUIMARÃES, 2010).

## Distribuição geográfica e biologia das espécies fornecedoras das madeiras

A figueira-vermelha é uma espécie nativa e endêmica do Brasil. Ocorre exclusivamente no domínio fitogeográfico da mata atlântica, nas formações de floresta ciliar, floresta estacional semidecidual, floresta estacional decidual, floresta ombrófila densa, floresta ombrófila mista e restinga. É encontrada nas regiões Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo) e Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) (figura 7) (ROMANIUC NETO *et al.*, 2016). Tem distribuição mais acentuada nas florestas pluviais do litoral sul do país (LORENZI, 2009).

O garapuvu é uma espécie nativa e não endêmica do Brasil. Ocorre nos domínios fitogeográficos da Amazônia e da mata atlântica, nas formações de floresta ciliar, floresta de terra firme, floresta estacional semidecidual e floresta ombrófila. É encontrada nas regiões Norte (Acre, Amazonas, Pará e Rondônia), Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe), Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) e Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) (figura 7) (LEWIS, 2016). Tem área de distribuição natural mais acentuada na vertente litorânea da serra do mar (RIZZINI, 1995).

**Figura 7** – Mapa de distribuição geográfica das espécies utilizadas na construção das canoas da ilha de São Francisco do Sul, Santa Catarina, pertencentes ao Museu Nacional do Mar



A: *Ficus organensis* (Moraceae); B: *Schizolobium parahyba* (Fabaceae)

Fonte: Flora do Brasil (2016)

A figueira-vermelha é pioneira, heliófita e seletiva higrófito (LORENZI, 2009). Possui hábito arbóreo, e seus indivíduos podem atingir dimensões gigantescas, com 10 a 30 m de altura, 60 a 300 cm de diâmetro e copa ampla (BACKES; IRGANG, 2004; CARAUTA; DIAZ, 2002). Na base do tronco apresenta enormes raízes perpendiculares ao solo chamadas de sapopemas (BACKES; IRGANG, 2004). Floresce e frutifica quase o ano inteiro, sendo dispersada por 15 diferentes espécies de aves (SILVA, 2010).

O garapuvu é essencialmente heliófito (CARVALHO, 2003), não tolerante a sombra (BORGO, 2010), de copa umbeliforme semidecídua a decídua e de hábito arbóreo, com altura de 10 a 40 m, tronco retilíneo e de superfície lisa com diâmetro de 60 a 120 cm e diâmetro da copa de 8 m<sup>2</sup> (BACKES; IRGANG, 2004). Floresce de julho a dezembro (CARVALHO, 2003), sendo polinizado por abelhas (YAMAMOTO; KINOSHITA; MARTINS, 2007). Frutifica entre os meses de junho e agosto e possui dispersão anemocórica (MORELLATO, 1991). Apresenta posição ecológica de pioneira a secundária inicial, seletiva higrófito, ocorrendo em solos profundos, úmidos e bem drenados (CARVALHO, 2003).

### Conhecimento tecnológico sobre o uso do recurso florestal

A densidade básica, propriedade física da madeira, é considerada baixa, com valor de 0,47 g/cm<sup>3</sup> na figueira-vermelha (LORENZI, 2009) e de 0,32 g/cm<sup>3</sup> no garapuvu (MAINIERI; CHIMELO, 1989). Dessa forma, são classificadas como madeiras muito leves. Em função da sua densidade básica, o garapuvu é considerado a madeira mais leve do Brasil (GONZAGA, 2006).

A madeira da figueira é esbranquiçada e de pouca durabilidade, tendo como principais aplicações a caixotaria, obras internas que não requerem resistência, tacos de calçados e fabricação de gamelas (MARCHIORI, 1997).

Em condições ambientais adequadas, o garapuvu é uma espécie de rápido desenvolvimento, alcançado maior velocidade de crescimento nas regiões Sudeste e Sul do país (CARVALHO, 2003). Sua madeira é de amplo uso, sendo empregada na produção de objetos, caixotaria, brinquedos, esquadrias de uso interno, chapas, compensados e construção naval (BACKES; IRGANG, 2004; PAULA; ALVES, 2007). Seu nome popular deriva do tupi-guarani (*ignara* = canoa; *p'vú* = tronco) e faz alusão ao seu uso tradicional (GONZAGA, 2006).

Na carpintaria naval, as madeiras de *Ficus glabra* e *Ficus doliaria*, conhecidas como gameleira-vermelha e gameleira-branca, são citadas como matérias-primas para a produção de canoas (HUTTER, 1986). O uso de *Ficus organensis* na carpintaria naval não é mencionado na literatura, o que pressupõe um uso local baseado na abundância da árvore no litoral sul do país (LORENZI, 2009) e nas dimensões que pode alcançar em florestas preservadas, com até 30 m de altura e 3 m de diâmetro (CARAUTA; DIAZ, 2002).

Maior destaque é dado ao garapuvu na carpintaria naval, destinando-se à confecção de canoas em várias comunidades pesqueiras do litoral brasileiro, como reportado para os caiçaras da Ilha do Cardoso no estado de São Paulo e os descendentes de açorianos da Ilha de Santa Catarina (MIRANDA; HANAZAKI, 2008), os caiçaras do município de Angra dos Reis no estado do Rio de Janeiro (SANTOS *et al.*, 2009) e a comunidade pesqueira da Costa da Lagoa em Florianópolis, estado de Santa Catarina (LUZ, 2014). Um estudo realizado com canoas monóxilas de Santa Catarina para fins de registro das técnicas de construção naval mostra, com base em informações orais, a prevalência do uso do garapuvu como matéria-prima das canoas (LANZIOTTI, 2010).

O uso do garapuvu em canoas está relacionado à baixa densidade de sua madeira, às altas taxas de crescimento (CALLADO; GUIMARÃES, 2010) e à sua maior disponibilidade em florestas secundárias do que outras madeiras relativamente leves, porém mais resistentes à degradação como o cedro, o qual também é mencionado como madeira empregada na construção de canoas tradicionais na costa brasileira (GONZAGA, 2006).

A produção de embarcações monóxilas consideradas simples, como as canoas, era tida, desde o período colonial, como um ramo da atividade técnica naval bastante avançado em terras brasileiras, uma vez que se exigiam dos carpinteiros o descobrimento da madeira na floresta, sua seleção, derrubada, preparo dos troncos e, por fim, o transporte da canoa da floresta ao mar (CABRAL, 2014).

A utilização das madeiras de figueira e de garapuvu na construção de canoas tradicionais na ilha de São Francisco do Sul, litoral de Santa Catarina, demonstra o conhecimento das comunidades pesqueiras sobre o uso tecnológico dos recursos florestais da mata atlântica em suas práticas culturais. Para além da cultura material representada pela canoa que integra a paisagem cultural do litoral da ilha, a relação estabelecida entre homem e floresta deflagra a imaterialidade desse patrimônio, ou seja, o saber acumulado e perpassado entre gerações sobre as madeiras da floresta e seus usos potenciais.

### ■ Agradecimentos

Ao Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, agradecemos a oferta do pós-doutoramento. Ao Programa de Qualificação Docente da Univille, o auxílio à realização da pesquisa. Ao Museu Nacional do Mar e a toda sua equipe, a oportunidade do aprendizado, os saberes compartilhados, o acesso ao acervo museológico e o constante apoio prestado.

### ■ Referências

ANDREACCI, F.; MELO JR., J. C. F. Madeiras históricas do barroco mineiro: interfaces entre o patrimônio cultural material e a anatomia vegetal. *Rodriguésia*, v. 62, p. 241-251, 2011.

ÁRVORES BRASIL. *Árvores do Brasil*. Disponível em: <<http://www.arvoresbrasil.com.br/>>. Acesso em: maio 2016.

BACKES, P.; IRGANG, B. *Mata atlântica: as árvores e a paisagem*. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2004. 396 p.

BORGO, M. *A floresta atlântica do litoral norte do Paraná, Brasil: aspectos florísticos, estruturais e estoque de biomassa ao longo do processo sucessional*. 2010. 165 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais)–Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CABRAL, D. C. *Na presença da floresta: mata atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 536 p.

CALLADO, K. H.; GUIMARÃES, R. C. Estudo dos anéis de crescimento de *Schizolobium parahyba* (Leguminosae: Caesalpinioideae) após episódio de mortalidade em Ilha Grande, Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Botânica*, v. 33, n. 1, p. 85-91, 2010.

CAMINHA, H. M. *Dicionário marítimo brasileiro*. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1996.

CARAUTA, J. P. P.; DIAZ, E. B. **Figueiras no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 212 p.

CARVALHO, P. E. R. **Espécies arbóreas brasileiras**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 1.039 p.

COUTO, R. G. **Embarcações típicas do Brasil**. Salvador: Index Produções Culturais, 1985. 135 p.

DÉTIENNE, P.; JACQUET, P. **Atlas d'identification des bois de l'Amazonie et des régions voisines**. Nogent-sur-Marne: Centre Technique Forestier Tropical, 1983. 640 p.

FLORA DO BRASIL. **Lista de espécies da flora do Brasil**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/2010/FB004520>>. Acesso em: maio 2016.

GONZAGA, A. L. **Madeira: uso e conservação**. Brasília: IPHAN, 2006. 246 p.

GUALBERTO, A. J. P. **Embarcações, educação e saberes culturais em um estaleiro naval da Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade do Estado do Pará, Belém, 2009.

HUTTER, L. M. A madeira do Brasil na construção e reparo de embarcações. **Revista do Instituto de Estatística Brasileira**, v. 26, p. 47-64, 1986.

IAWA COMMITTEE. List of microscopic features for hardwood identification. **IAWA Bulletin**, v. 10, p. 219-332, 1989.

INSIDE WOOD. **The Inside Wood Database**. 2010. Disponível em: <<http://www.insidewood.lib.ncsu.edu>>. Acesso em: fev. 2016.

JOHANSEN, D. A. **Plant microtechnique**. Londres: McGraw-Hill, 1940.

KRAUS, J. E.; ARDUIN, M. **Manual básico de métodos em morfologia vegetal**. Seropédica: Edur, 1997.

LANZIOTTI, M. Tipologia da canoa monóxila do estado de Santa Catarina. In: CONGRESSO NACIONAL DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO, CONSTRUÇÃO NAVAL E OFFSHORE, 23., Rio de Janeiro, out. 2010. **Anais...** p. 1-15.

LEWIS, G. P. *Schizolobium parahyba*. In: FLORA DO BRASIL. **Lista de espécies da flora do Brasil**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB23143>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. Nova Odessa: Plantarum, 1998. 360 p.

\_\_\_\_\_. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. v. 2. 3. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2009. 384 p. il. color.

LUZ, E. P. A. da. **Na reversa do vento: a cultura náutica da Costa da Lagoa – Florianópolis/SC**. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial de Desenvolvimento Socioambiental)– Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

\_\_\_\_\_; MARTINS, P. Cultura náutica e patrimônio material: um olhar sobre a Costa da Lagoa, Ilha de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 2, p. 205-223, 2014.

MAINIERI, C.; CHIMELO, J. P. **Fichas de características das madeiras brasileiras**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), 1989.

MARCATI, C. R.; MILANEZ, C. R. D.; MACHADO, S. R. Seasonal development of secondary xylem and phloem in *Schizolobium parahyba* (Vell.) Blake (Leguminosae: Caesalpinioideae). **Trees**, v. 22, p. 3-12, 2008.

MARCHIORI, J. N. C. **Dendrologia das angiospermas: das magnoliáceas às flacurtiáceas**. Santa Maria: UFSM, 1997.

MELO JR., J. C. F. **Anatomia de madeiras históricas: um olhar biológico sobre o patrimônio cultural**. Joinville: Editora Univille, 2012a.

\_\_\_\_\_. Aspectos anatômicos de madeiras históricas do período colonial do nordeste de Santa Catarina: elementos para conservação do patrimônio cultural. **Revista Confluências Culturais**, v. 1, n. 1, p. 70-84, 2012b.

\_\_\_\_\_; AMORIM, M. W.; SILVEIRA, E. R. A xiloteca (coleção Joinvillea – JOIw) da Universidade da Região de Joinville. **Rodriguésia**, v. 65, p. 1.057-1.060, 2014.

\_\_\_\_\_; BOEGER, M. R. T. The use of wood in cultural objects in 19th Century Southern Brazil. **IAWA Journal**, v. 36, n. 1, p. 98-116, 2015.

METCALFE, C. R.; CHALK, L. *Anatomy of the dicotyledons*. Oxford: Claredon Press, 1950.

MIRANDA, T. M.; HANAZAKI, N. Conhecimento e uso de recursos vegetais de restinga por comunidades das ilhas do Cardoso (SP) e de Santa Catarina (SC), Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 22, n. 1, p. 203-215, 2008.

MORELLATO, L. P. C. *Estudo da fenologia de árvores, arbustos e lianas de uma floresta semidecídua no sudeste do Brasil*. 1991. 176 f. Tese (Doutorado em Biologia)–Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

MUSEU NACIONAL DO MAR. *Cadastramento de embarcações tradicionais brasileiras (litoral de Santa Catarina)*. Memorial descritivo. São Francisco do Sul, 2008.

PAIVA, J. G. A. *et al.* Verniz vitral incolor 500: uma alternativa de meio de montagem economicamente viável. **Acta Botanica Brasilica**, v. 20, p. 257-264, 2006.

PAULA, J. E.; ALVES, J. L. H. *897 madeiras nativas do Brasil: anatomia-dendrologia, dendrometria-produção-uso*. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2007. 438 p.

RECORD, S. J.; HESS, R. W. *Timbers of New World*. New Haven: Yale University Press, 1943.

RIZZINI, C. T. **Árvores e madeiras úteis do Brasil: manual de dendrologia brasileira**. São Paulo: Edgard Blucher, 1995.

ROMANIUC NETO, S. *et al.* Moraceae. *In*: FLORA DO BRASIL. **Lista de espécies da flora do Brasil**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB10168>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

SANTOS, M. S. dos *et al.* História da Ilha Grande e patrimônio cultural material e imaterial. *In*: BASTOS, M. P.; CALLADO, C. H. (Eds.). **O ambiente da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. p. 273-345.

SILVA, F. R. Frugivoria e dispersão de sementes de *Ficus organensis* (Moraceae) por aves em um fragmento de mata de restinga, Pelotas, RS. **Revista Brasileira de Ornitologia**, v. 18, n. 1, p. 19-25, 2010.

THE UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA – UNC. The University of North Carolina at Chapel Hill Libraries. **Native americans making canoes** (Nativos americanos construindo canoas). Disponível em: <<http://dc.lib.unc.edu/cdm/ref/collection/debry/id/43>>. Acesso em: maio 2016.

VIEIRA, D. **Construção naval tradicional no Brasil – canoas**. 2003. Disponível em: <[http://www.mao.org.br/wp-content/uploads/vieira\\_01.pdf](http://www.mao.org.br/wp-content/uploads/vieira_01.pdf)>. Acesso em: maio 2016.

WHEELER, E. A. Inside Wood – a web resource for hardwood anatomy. **IAWA Journal**, v. 32, n. 2, p. 199-211, 2011.

YAMAMOTO, L. F.; KINOSHITA, L. S.; MARTINS, F. R. Síndromes de polinização e de dispersão em fragmentos da floresta estacional semidecídua montana, SP, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 21, n. 3, p. 553-573, 2007.

## CURRÍCULO DOS AUTORES

### **Ana Lucia Herberts**

Graduada em Licenciatura Plena em Estudos Sociais – História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), com bolsa de doutorado sanduíche em Arqueologia e Território na Université François-Rabelais de Tours, França. Possui experiência na área de Arqueologia e Patrimônio Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio arqueológico, arqueologia consultiva, licenciamento ambiental e educação patrimonial.

### **Claudia Franca Barros**

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Santa Úrsula (USU), mestrado em Ciências Biológicas (Botânica) e doutorado em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é pesquisadora do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Botânica, com ênfase em Anatomia Vegetal, atuando principalmente nos seguintes temas: anatomia da madeira, anatomia foliar, variação intraespecífica e ultraestrutura em espécies da floresta atlântica.

### **Dione da Rocha Bandeira**

Graduada em Biologia e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É docente da Universidade da Região de Joinville (Univille) desde 2007 em cursos de graduação, no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade (MPCS), na linha de pesquisa Patrimônio, Ambiente e Sustentabilidade, e na especialização em Arqueologia, da qual também é coordenadora. É coordenadora da linha Arqueologia e Cultura Material do Grupo de

Pesquisa em Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac). É arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masj) desde 1996. Foi coordenadora desse museu entre 2004 e 2008. Atua na pesquisa interdisciplinar do patrimônio cultural com ênfase na cultura material e patrimônio arqueológico; na gestão pública do patrimônio arqueológico; em estudos com sítios e acervos arqueológicos principalmente de sociedades pré-coloniais costeiras na perspectiva de etnicidade, ambiente e sustentabilidade.

### **Fernanda Mara Borba**

Graduada em História, especialista em Arqueologia e mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade (linha de pesquisa Patrimônio e Memória Social) pela Univille. Atualmente é discente do Programa de Doutorado em História na área de concentração História do Tempo Presente, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), na linha de pesquisa Linguagens e Identificações. Está vinculada na Udesc ao Laboratório de Patrimônio Cultural (LabPac) e ao grupo de pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas como discente. É colaboradora do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural e do grupo de estudos Arqueologia e Cultura Material, da Univille. Atua como consultora nas áreas de História e Arqueologia. Tem experiência em estudos da cultura material, principalmente pelo viés arqueo-histórico, com interesse nos temas: identidades, memória, história oral e patrimônio cultural.

### **Giomar Felipe Zerger**

Possui graduação em História e especialização em História do Brasil Contemporâneo pela Universidade do Contestado (UnC – *Campus* Mafra), mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade na linha de pesquisa Patrimônio e Sustentabilidade pela Univille. Atualmente é professor civil estatutário da Escola de Educação Básica Almirante Boiteux – rede estadual de Santa Catarina.

### **Graciele Tules de Almeida**

Graduada em História pela Univille/Uniasselvi, especialista em Arqueologia e mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade (linha de pesquisa Patrimônio e Sustentabilidade) pela Univille. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural

(Geipac), na linha Arqueologia e Cultura Material. No momento atua na Arqueologia Preventiva, participando de estudos arqueológicos em processos de licenciamento ambiental. Tem experiência na área de História e Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Pré-colonial. Afiliada à Associação Nacional de História (ANPUH) e à Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB).

### **João Carlos Ferreira de Melo Jr.**

Bacharel e licenciado em Ciências Biológicas pela Univille, especialista em Espaço, Sociedade e Meio Ambiente pela Unibem, Mestre em Botânica e doutor em Ecologia e Conservação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realiza estágio pós-doutoral na Escola Nacional de Botânica Tropical do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. É professor titular da disciplina de Botânica Estrutural da Univille. Atua no ensino de graduação dos cursos de Ciências Biológicas (Biologia Marinha, Licenciatura e Meio Ambiente e Biodiversidade) e na pós-graduação em Arqueologia na disciplina de Arqueobotânica. Tem experiência na área de Botânica, com ênfase em Morfologia Vegetal, atuando principalmente nos seguintes temas: anatomia ecológica, morfologia funcional, anatomia da madeira, diversidade funcional, anatomia vegetal aplicada à paleoetnobotânica e etnobotânica, antracologia e anatomia aplicada à conservação patrimonial. Coordena o Laboratório de Anatomia e Ecologia Vegetal da Univille e é curador da xiloteca da referida instituição. É editor assistente do periódico científico *Acta Biológica Catarinense*. Integra o grupo nacional Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Mata Atlântica (PPBioMA). Coordena o módulo de pesquisas em biodiversidade da restinga do Parque Estadual Acaraí em Santa Catarina. É perito biólogo da Justiça Federal de Santa Catarina.

### **Liliane Jacinto Zerger**

Graduada em Ciências Biológicas pela Univille, especialista em Gestão Ambiental pela Associação Catarinense de Ensino (ACE), mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade (linha de pesquisa Patrimônio e Sustentabilidade) pela Univille. Atualmente é professora civil estatutária de Biologia da Escola de Educação Básica Almirante Boiteux – rede estadual de Santa Catarina.

## **Maria Cristina Alves**

Licenciada em História pela Univille e mestre em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Exerceu o cargo de historiadora no Masj e dirigiu a instituição no período de 1994 a 1996. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica e Arqueologia Pré-colonial, especialmente com sítios do tipo sambaqui. É consultora em diagnósticos arqueológicos vinculados a licenciamentos ambientais na região nordeste de Santa Catarina. Pesquisadora colaboradora no Grupo de Estudos em Arqueologia e Cultura Material (ArqueoCult) e do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac), no qual participa de projeto de pesquisa com sítios pré-coloniais da costa leste de São Francisco do Sul, em execução.

## **Pedro Paulo Abreu Funari**

Bacharel em História (1981), mestre em Antropologia Social (1986) e doutor em Arqueologia (1990) pela USP, livre-docente em História (1996) e professor titular (2004) da Unicamp. Professor de programas de pós-graduação da Unicamp, USP, Distinguished Lecturer University of Stanford, Research Associate/Illinois State University, Universidad de Barcelona, Université Laval (Canadá), líder de grupo de pesquisa do CNPq, assessor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), orientador em Stanford e Binghamton, foi colaborador da UFPR e da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp – 1986-1992) e professor de pós das universidades do Algarve (Portugal), Nacional de Catamarca, del Centro de la Provincia de Buenos Aires e UFRJ. Supervisionou 17 pós-doutoramentos, 34 doutoramentos, 39 mestrados, cujos defensores hoje são destacados pesquisadores e líderes em instituições de prestígio – London School of Economics, Université de Mulhouse, Universidad del Norte (Barranquilla, Colômbia), Unicamp, USP, Unesp, UFF, UFMG, UFPR, UFRJ, Masj, UEL, UFPEl, UCS, UEMG, UEM, Umesp, Uniplac, PUCPR, Fesb, Unifap, UFS, Unip, Unifesp, U. Einstein de Limeira, UFG, UFBA, Unifal, UFMA, UFPA, Ufop, Museu Nacional (UFRJ), UEG, UFPE, UFMS, Museu da Bacia do Paraná, Ufal, FI. Maria Imaculada, Museo Nacional de Colombia.

## **Rodrigo Lavina**

Graduado em História pela UFSC, mestre em História pela Unisinos. Arqueólogo da Scientia Consultoria Científica. Possui experiência na área de Arqueologia e Patrimônio Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio arqueológico, arqueologia consultiva e licenciamento ambiental.

## **Vanessa Aparecida de Meira**

Professora, formada em Artes Visuais, especialista em Arqueologia, coordenadora do Departamento de Projetos Culturais da Fundação Cultural Ilha de São Francisco e professora do modelo Patrimônio Arqueológico do curso de Educação Patrimonial: Memória e Identidade. Atua há oito anos na área do patrimônio cultural e esteve à frente de instituições como Casa de Cultura e Biblioteca Pública Municipal em São Francisco do Sul.

### **Dione da Rocha Bandeira**

Graduada em Biologia e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É docente da Universidade da Região de Joinville (Univille) desde 2007 em cursos de graduação, no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade (MPCS), na linha de pesquisa Patrimônio, Ambiente e Sustentabilidade, e na especialização em Arqueologia, da qual também é coordenadora. É coordenadora da linha Arqueologia e Cultura Material do Grupo de Pesquisa em Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac). É arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masj) desde 1996. Foi coordenadora desse museu entre 2004 e 2008. Atua na pesquisa interdisciplinar do patrimônio cultural com ênfase na cultura material e patrimônio arqueológico; na gestão pública do patrimônio arqueológico; em estudos com sítios e acervos arqueológicos principalmente de sociedades pré-coloniais costeiras na perspectiva de etnicidade, ambiente e sustentabilidade.

### **Fernanda Mara Borba**

Graduada em História, especialista em Arqueologia e mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade (linha de pesquisa Patrimônio e Memória Social) pela Univille. Atualmente é discente do Programa de Doutorado em História na área de concentração História do Tempo Presente, da Universidade do Estado de Santa

Catarina (Udesc), na linha de pesquisa Linguagens e Identificações. Está vinculada na Udesc ao Laboratório de Patrimônio Cultural (LabPac) e ao grupo de pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas como discente. É colaboradora do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural e do grupo de estudos Arqueologia e Cultura Material, da Univille. Atua como consultora nas áreas de História e Arqueologia. Tem experiência em estudos da cultura material, principalmente pelo viés arqueológico-histórico, com interesse nos temas: identidades, memória, história oral e patrimônio cultural.

### **Maria Cristina Alves**

Licenciada em História pela Univille e mestre em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Exerceu o cargo de historiadora no Masj e dirigiu a instituição no período de 1994 a 1996. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica e Arqueologia Pré-colonial, especialmente com sítios do tipo sambaqui. É consultora em diagnósticos arqueológicos vinculados a licenciamentos ambientais na região nordeste de Santa Catarina. Pesquisadora colaboradora no Grupo de Estudos em Arqueologia e Cultura Material (ArqueoCult) e do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac), no qual participa de projeto de pesquisa com sítios pré-coloniais da costa leste de São Francisco do Sul, em execução.

Há alguns anos o conhecimento sobre a história da região nordeste do estado de Santa Catarina vem recebendo um incremento fantástico! A vida de populações que deixaram nada ou quase nada escrito vem sendo revelada por incansáveis pesquisas da Arqueologia Histórica, lideradas pela arqueóloga Dione da Rocha Bandeira e sua competente e dedicada equipe interdisciplinar de profissionais e estudantes, a qual tem nos estudos sobre o passado seus maiores objetivos. Esta obra mostra como se deram e quais os principais resultados de algumas das pesquisas que trazem informações inéditas de grupos populacionais que ocuparam o entorno da Baía da Babitonga. Fragmentos da passagem de diferentes ocupações humanas foram cuidadosamente retirados do solo para ajudar a compor um enorme quebra-cabeça que, lentamente, vai tomando corpo e respondendo às inúmeras questões sobre o passado ou estimulando-as ainda mais. Evidenciam-se informações sobre aqueles homens e mulheres invisíveis na história, silenciados pela falta de documentação escrita, como os negros escravizados ou os indígenas. Pessoas cujos vestígios materiais não foram guardados pelos museus nem registrados pela documentação escrita, geralmente feita por pessoas da elite, mas que ainda podem ser encontrados pela Arqueologia em diferentes partes do território. Os textos existentes nesta obra são destinados, sobretudo, aos jovens estudantes e aos professores que carecem de material didático para suas discussões acerca da ocupação da região, como também a pesquisadores que gostariam de saber um pouco mais sobre o rico patrimônio cultural da Baía da Babitonga.

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes  
Universidade da Região de Joinville (Univille)

ISBN 858209063-3

